



**IBRX100** B3

ITAG B3

ISEB3

Indice de Energia Elétrica ICO2B3



Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03



### **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022**

### **CARTA DO PRESIDENTE**

O ano de 2022 foi marcado por conquistas importantes que culminaram na entrega de bons resultados e no excelente desempenho operacional dos negócios, mesmo em um cenário macroeconômico desafiador. O reflexo desse trabalho é a entrega de um EBITDA de R\$ 5,3 bilhões em 2022, que representa um aumento de R\$ 953 milhões em comparação à 2021, e Lucro Líquido de R\$ 1.021 milhões, que corrobora o crescimento sustentável da EDP Brasil nos últimos dois anos, uma vez que o incremento do EBITDA foi de 56% nesse período.

Este desempenho é resultado da construção diária dos negócios e da dedicação de todas as nossas equipes, dos quais tenho a oportunidade de destacar Foco no modelo EDP de Geração Solar Distribuída aqui algumas delas

A segurança de todas as nossas pessoas é inegociável. Ao longo dos últimos anos esse tema tem sido uma preocupação de todos, especialmente da gestão da companhia e dos fornecedores. Mas ainda temos que melhorar para que ao final de cada dia todos possam voltar para suas famílias sem acidentes. Cada evento de risco serve de aprendizado profundo para revisão dos processos e lições de como evitar concretamente que estes eventos voltem a acontecer. Para isso reforço sempre e conto com o esforço e engajamento de todos, seja interno seja dos nossos parceiros e fornecedores.

#### Eficiência operacional em Distribuição e Geração

Assim como em 2021, o ano que se encerra foi marcado pelo aumento dos investimentos no segmento de distribuição. Entre as alocações dos recursos, vale ressaltar o foco no reforco das linhas de distribuição, através de 10 novas subestações inauguradas, apenas em 2022, nas áreas de concessão da EDP SP e da EDP ES. O objetivo, para além do aumento da qualidade do fornecimento de energia, é atingir os valores de referência dos indicadores técnicos estabelecidos pelo regulador, meta esta já atendida para o índice de perdas da EDP ES, uma vez que desde agosto, a distribuidora passou a ficar abaixo do

Adicionalmente, a conclusão do processo de revisão tarifária formalizou a posição da EDP ES com a menor glosa histórica de 0,18%, um valor que passou a ser referência para todo o setor, e que corrobora a eficiência e a capacidade técnica da Companhia. Tais resultados demonstram que os investimentos realizados foram determinantes para a melhor operação do ativo, assim como a capacidade da companhia em gerir de forma eficiente e responsável os seus

O segmento de geração também foi marcado por entregas relevantes, entre elas o reconhecimento das usinas Enerpeixe e Lajeado, pela Aneel, como as duas melhores geradoras do país em 2022. Referente à meta de construirmos um portfólio de geração mais balanceado, concluímos em dezembro a venda de Mascarenhas, a fim de reduzirmos a exposição hídrica da Companhia.

Outro marco importante foi a produção da primeira molécula de hidrogênio verde da América Latina em Pecém, uma aposta da Companhia para proporcionar e acelerar a transicão energética justa. Entretanto, não poderia deixar de mencionar a contabilização de uma imparidade no ativo. Dado que 2022 foi o primeiro ano em que Pecém poderia participar do leilão de reserva de capacidade, e uma vez que ele foi cancelado, a consideração dessas premissas no teste de imparidade resultou em um impacto no valor de R\$ 1,2 bilhão. A decisão da Companhia em fazer tal reconhecimento, neste momento, se baseia no fato de que a EDP Brasil sempre preza pela fiabilidade, prudência e transparência em todas as suas atividades

O ano que se encerra foi marcado pela conclusão da aquisição da EDP Goiás em tempo recorde. Um processo de transição claro e coordenado, realizado em menos de 100 dias, permitiu a integração do ativo com os sistemas da Companhia, garantindo sinergias importantes e mais agilidade nos processos.

A EDP Energias do Brasil ("EDP Brasil"), controlada pela EDP Portugal ("Grupo EDP"), uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas e Usina Termelétrica) em 5 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá) e detém 2,7 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e possui sete projetos, totalizando 2.714 km de extensão e nove subestações - sendo 2.199 km em operação e 515 km em fase de construção ou de licenciamento. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final

#### 1.1 Alterações de Natureza Societária

Em 07 de dezembro, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social da Energest S.A. para a empresa VH HYDRO BRASIL HOLDING S.A.

## 2. IMPACTOS ECONÔMICOS E HIDROLÓGICOS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2022, a economia brasileira foi marcada pela instabilidade do cenário macroeconômico mundial, marcado pela guerra na Ucrânia, Inflação nos EUA e casos de COVID-19 na China; e nacional com as eleições para presidente pela retornada das atividades e pelo avanço da vacinação contra a pandemia da COVID 19. O Produto Interno Bruto (PIB)1, que é soma dos bens e serviços finais produzidos no país, apresentou no acumulado até setembro, avançou de 3,2%, sendo a indústria (1,3%) e o setor de serviços (4,4%) registrado variação positiva, enquanto a agropecuária registrou variação negativa (1,5%).

Os temores causados pela guerra na Ucrânia, o surgimento de novas variantes do Coronavírus e o período eleitoral no Brasil, provocaram receios em relação a perspectiva futura do país e, como consequência, na possibilidade de possíveis mudanças relacionadas com as políticas econômicas, provocando redução

Neste contexto, a produção industrial² encerrou 2022 com recuo de 0,7%, com resultados negativos em 17 das 26 atividades analisadas que impactam o setor. As principais influências negativas no resultado da indústria foram registradas em função de: indústrias extrativas (-3,2%), produtos de metal (-9,0%), metalurgia (-5,0%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,7%) e produtos de borracha e de material plástico (-5,7%)

Em 2022, as reduções de tributos, a introdução de recursos extras na economia por meio da liberação de saque extraordinário do FGTS, a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas e a fixação da renda mínima (auxílio Brasil) em R\$ 600.0 influenciaram positivamente as ativio

O comércio varejista³ avançou 1,1%, no acumulado até novembro. O principal destaque dentro do setor é segmento de combustíveis e lubrificantes (+16,0%), decorrente da redução de tributos implementada no segundo semestre. As atividades mais sensíveis à renda e associadas a itens de caráter essencial, como o varejo alimentício (+1,2%) e de farmácias (+7,0%), também apresentaram bons resultados. Já no segmento de móveis e eletrodomésticos (-7,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-8,4%), cuja demanda é mais sensível ao crédito e à confiança dos consumidores, o desempenho não foi posi

O setor de serviços avançou 8,5%, no acumulado até novembro, com crescimento em quatro das cinco atividades analisadas. Entre os setores, a contribuição positiva mais importante foi o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+13,6%). Além disso, também contribuíram positivamente os servicos prestados às famílias (+25,8%), servicos profissionais, administrativos e complementares (+7,7%) e servicos de informação e comunicação (+3,7%). O único segmento que recuou no acumulado do ano foi o de outros serviços (-3,3%).

Nesta conjuntura, o mercado de trabalho brasileiro<sup>5</sup> manteve trajetória positiva, marcado pela queda da taxa de desocupação e pela recuperação dos em R\$ 2.787, aumento de 7,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior

# 3. AMBIENTE REGULATÓRIO

# 3.1 Alterações Regulatórias

Após um ano de 2021 marcado por escassez hídrica, a agenda regulatória de 2022 teve como principais focos a garantia da segurança energética, a abertura de mercado e a transição energética. Dessa maneira, a agenda regulatória apresentou avanços em algumas medidas consideradas fundamentais para o setor, com destaque para

# (i) Lei nº 14.300/2022 - Micro e minigeração de Energia

Em 07 de janeiro de 2022 foi sancionada, com vetos, a Lei nº 14.300/2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída. Essa categoria permite e proporciona aos consumidores a possibilidade de produzirem a própria energia que utilizam, à partir de fontes renováveis, como; (i)

O texto da lei descreve que microgeradores são aqueles que geram até 75 KW de energia através de fontes renováveis em suas unidades consumidores. E que minigeradores são os que geram entre 75 KW e 10 MW, por meio de fontes renováve

A lei autoriza às unidades consumidoras atuais e às que registraram acesso nas distribuidoras durante o ano de 2022, continuação dos benefícios concedidos pela ANEEL por intermédio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica por mais 25 anos.

Desse modo, estabelece-se uma etapa de transição para a cobrança das tarifas. Até 2045, micro e minigeradores existentes pagarão os elementos da tarifa somente sobre a diferença, entre o consumo e a energia gerada, assim como já ocorre atualmente.

Além disso, a lei também cria o Programa de Energia Renovável Social, com o objetivo de financiar a instalação de fontes renováveis para consumidores de

# (ii) Resolução CNPE nº 6/2022 - Programa Nacional do Hidrogênio

Em 4 de agosto de 2022 foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que institui o Programa Nacional do Hidrogênio e estabelece a estrutura de governança do Programa A utilização do hidrogênio apresenta ainda significativos desafios para o mercado ao longo de toda a sua cadeia energética, como produção, transporte.

armazenamento e consumo, refletindo na necessidade de um olhar estruturado em torno do desenvolvimento de mercado e da indústria. Dessa maneira, o Programa Nacional de Hidrogênio pretende desenvolver uma economia no Brasil em conformidade com as demais fontes da matriz energética De acordo com o artigo 1º da Resolução, o programa tem como objetivo; (i) consolidar o mercado de hidrogênio no Brasil, (ii) incluí-lo como um dos temas

prioritários para o investimento de pesquisa; (iii) desenvolvimento e inovação; (iv) descarbonização da economia; (v) sinergia e articulação com outros países; (vi) liderança do Brasil no tema "Transição Energética", e outros. Deste modo, estas ações serão coordenadas e supervisionadas por um comitê gestor, um órgão interministerial, formado por representantes do Ministério de Minas e Energia ("MME"), Casa Civil da Presidência, Economia, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional,

Educação, Agricultura e Secretaria de Assuntos Estratégicos, como também a participação da ANEEL, ANP e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE")

Adicionalmente, as reuniões irão ocorrer a cada três meses, podendo ser criado Câmaras Temáticas para debater e argumentar questões, a fim de promover o hidrogênio como um dos temas prioritários

# (ii) Portaria Normativa nº 50/GM/MME/2022 - Contratação de Energia Elétrica

Em 28 de setembro de 2022 foi publicada a Portaria Normativa nº 50/GM/MME/2022, definindo o limite de carga para contratação de energia elétrica por

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), sendo o grupo A composto por: (i)UCs (unidades consumidoras) que recebem energia elétrica em tensão igual ou superior a 2,3 kV ou são atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição.

Geralmente se enquadram neste grupo as grandes indústrias e estabelecimentos comerciais de grande porte

Ademais, os consumidores do Grupo A, com carga individual inferior a 500kW, também poderão optar pela compra de energia, desde que representados por agente varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no SIN, com início de vigência em 1º de janeiro de 2023

O método de revisão de garantia física fortalece a segurança do atendimento e das operações de comercialização de energia elétrica, a fim de: (i) preservar a estabilidade das regras; (ii) garantir a segurança do investimento privado; (iii) respeitar os contratos estabelecidos; (iv) proporcionar segurança jurídica regulatória, e (v) prover redução nas tarifas de energia ao consumidor.

Além disso, a portaria aprovou inclusive o Relatório Ordinária de Garantia Física de Energia das UHES despachadas centralizadamente no SIN, renovado pela EPE e que seguem metodologias e critérios definidos pelo MME. O relatório especifica a contextualização, a metodologia e demais dados do cálculo da ROGF 2022 e, cumpre o regulamento geral que prevê a realização de revisão a cada cinco anos, com o desígnio de prover transparência, previsibilidade

No caso de Revisões Extraordinárias, o conjunto de fatos relevantes segue o rito e a metodologia do MME

- Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Julho/setembro 2022. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Brasil. Dezem
- 3 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio Brasil. Novembro/2022
- 4 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IB. Pesquisa Mensal de Serviços Brasil. Novembro/2022 5 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. PNADC Brasil. Novembro/2022

Uma das marcas registradas da EDP Brasil, concluímos também antecipadamente lotes relevantes do nosso portfólio, tais como, EDP Transmissão Aliança SC e EDP Transmissão SP-MG. A energização dessas linhas representa 90% da RAP total do portfólio, cuja antecipação reflete diretamente na geração de margem e valor aos nossos acionistas. Em relação a novos investimentos, nos sagramos vencedores do lote 2 do último leilão, ativo este que possui sinergia com o lote previamente adquirido em 2021 na região porte do país

Uma de nossas conquistas mais significativas do ano foi a validação do modelo EDP de Geração Solar Distribuída. Lançamos um novo produto, as fazendas solares de energia remota compartilhada, a fim de levar energia limpa e economia para pequenas e médias empresas. Com a rápida e positiva resposta do mercado iremos neste ano expandir as unidades produtoras e regiões atendidas. A meta é de, até 2025, chegarmos a 1 GW de geração solar no Brasil oferecendo soluções que contribuam para o controle das mudanças climáticas e que proporcionem mais eficiência e economia aos nossos clientes. Anunciamos, também, em parceria com a EDP Renováveis, um novo projeto fotovoltaico de larga escala, com capacidade de 255 MWac e previsão de iniciar a operação em 2024. Com essas ações, a EDP Brasil fechou o ano com 450MWac em seu portfólio.

Em um cenário adverso de inflação e taxas de juros elevadas, a solidez financeira e a eficiência tornam-se princípios ainda mais necessários. A EDP Brasil manteve-se sempre focada em manter seus níveis financeiros adequados e de acordo com as políticas da Companhia. Fruto do trabalho e do comprometimento das nossas pessoas, demonstramos mais uma vez a nossa efetividade nessa área, com uma alavancagem equilibrada de 2.4x Dívida Líquida/EBITDA

Por fim, mas não menos importante, o ano de 2022 refletiu, também, no fortalecimento da nossa cultura e do nosso compromisso com a sustentabilidade, algo que aplicamos diariamente em cada uma de nossas atividades e que apuramos através de um sistema interno de métricas. Pelo segundo ano consecutivo, lideramos o ranking de sustentabilidade do ISE na B3, com notas acima da média setorial em cinco dimensões, além de sermos benchmarking da carteira na dimensão Capital Humano.

Em Inclusão e Diversidade, outra agenda prioritária, avançamos com realizações significativas, como a formação das duas primeiras turmas da Escola de Eletricistas Afirmativa para Pessoas Trans, uma iniciativa pioneira no Brasil, além da adesão ao Movimento Salário Digno, que faz parte do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas). Diante de um cenário social desafiador, outra iniciativa que merece destaque é o Iluminando Oportunidades, ação que teve como objetivo dar oportunidades e proporcionar condições de formação e emprego a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Com tantos avanços e realizações, quero agradecer a cada uma das quase 12 mil pessoas que formam a EDP Brasil pelo seu comprometimento, dedicação e trabalho diário. Estou confiante de que 2023 será um ano ainda mais importante na história da Companhia e na concretização da nossa estratégia de

# Obrigado,

João Marques da Cruz

### (v) Decreto nº 11.310/2022 - Segurança de Barragen:

Em 27 de dezembro de 2022 foi publicado o Decreto nº 11.310/22 regulamentando dispositivos da Lei nº 12.334/10, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens ("PNSB"). O decreto propõe o acompanhamento das ações de segurança para o controle de barragens que tem por finalidade ersas formas de uso, como por exemplo as direcionadas para a produção de energia.

Nesse sentido, entre as principais ações desse decreto está a criação de Comitê Interministerial de Segurança de Barragens. O Comitê ajuda a organizar a atuação dos órgãos federais e aperfeiçoar os processos de planejamento, execução e monitoramento de segurança de barragens e, por meio dele serão realizadas articulações de políticas públicas, com o foco voltado à segurança das 22 mil barragens cadastradas, segundo os dados da Agência Nacional de

O Decreto também dispõe sobre a exigência de caução, seguro, fiança e outras garantias e precauções para as barragens de geração de energia elétrica, preferencialmente para as barragens que se encontram em alerta. À vista disso, estabelece e regulamenta as atividades de fiscalização e de comunicação entre a defesa civil e órgãos ambientais, sendo imprescindível estudos para a delimitação da zona de autos salvamento

## 4. RESULTADOS CONSOLIDADOS

	0	0	Distri-		T				Elimi-	0
Itens em	Geração	Geração		Trading	Trans-	Holding	Clientes <sup>2</sup>	Outros <sup>3</sup>		Conso-
R\$ mil ou %	Hídrica	Térmica	buição	-	missão	2000	2022	2222	nações	lidado⁴
Receita Líquida <sup>1</sup>	2022 1.338.909	2022 1.390.778	2022 9.139.651	2022 3.314.744	2022 1.160.232	2022 4,400	552.635	2022	2022 (1.508.076)	2022 15.393.273
Receita Liquida  Receita de Construção	1.336.909	1.390.778	1.541.530	3.314.744	446.090	4.400	332.033	-	(1.506.076)	1.987.620
Margem Construção	-	-	1.541.550	-	446.090	-	-	-	-	1.967.020
Transmissoras	-	-	-	-	(93.238)	-	-	-	-	(93.238)
Gastos										
Não-Gerenciavéis	(261.497)	(646.578)	(5.612.244)	(3.165.334)	-	-	(412.011)	-	1.497.327	(8.600.337)
Margem Bruta	1.077.412	744.200	3.527.407	149.410	1.066.994	4.400	140.624		(10.749)	6.699.698
Gastos Gerenciáveis <sup>5</sup>	(1.335.552)	(72,749)		(25.966)	(544.823)		(115.684)	(10.101)	(478.402)	(5.810.169)
PMSO	(72.741)	(127,442)	(881.194)	(22.345)	(100.213)	(130.755)	(92.047)	(9.515)	21.905	(1.414.347)
Provisões	(1.461)	(223)	(205.176)	(443)	(1.282)	(3.457)	(409)	(9.515)	21.903	(212.451)
Ganhos e Perdas na	(1.401)	(220)	(203.170)	(440)	(1.202)	(0.437)	(403)			(212.431)
Desativação e	_	(994)	(113,584)	-	_	(29,415)	10,466	_	_	(133.527)
Alienação de Bens		(,	, , ,			(/				,
Ganho na Alienação										
de Investimento	-	-	-	-	-	326.252	-	-	-	326.252
EBITDA	1.003.210	615.541	2.327.453	126.622	965.499	167.025	58.634	(9.515)	11.156	5.265.625
Depreciação e			(	/- /·			/	()	/	, ··
Amortização	(176.587)	(1.028.853)	(304.246)	(3.178)	2.762	(17.535)	(33.694)	(586)	(500.307)	(2.062.224)
Resultado das		,								
Participações	58.642	_	-	18.621	-	842.448	_	135.329	(841.076)	213.964
Societárias									` ´	
Resultado Financeiro										
Líquido	(179.566)	(60.758)	(518.891)	(75.249)	(386.543)	27.112	(22.363)	(250.343)	-	(1.466.601)
IR e Contribuição	(400.070)	(4====0.4)	(440.574)	(44.000)	(450,000)	0.00=	(4.4.005)	00.405	100 5 10	(700.007)
Social	(188.078)	(177.764)	(418.574)	(11.062)	(156.896)	2.387	(14.025)	63.435	162.540	(738.037)
Lucro Líquido Antes	F47.004	(054 004)	4 005 740	FF 7F4	404.000		(44.440)	(04 000)	(4.407.007)	4 040 707
de Minoritários	517.621	(651.834)	1.085.742	55.754	424.822	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Participações de	(100 550)				(0.700)					(101.000)
Minoritários	(182.550)	_	-	-	(8.739)	-	_	_	-	(191.289)
Lucro Líquido	335.071	(651.834)	1.085.742	55.754	416.083	1.021.437	(11.448)	(61,680)	(1.167.687)	1.021.438
do Exercício	335.071	(051.054)	1.005.742	35.754	410.003	1.021.437	(11.440)	(01.000)	(1.107.007)	1.021.430

	Geração	Geração	Distri-		Trans-	l			Elimi-	Conso-
Itens em	Hídrica	Térmica	buição	Trading	missão	Holding	Clientes 2	Outros <sup>3</sup>	nações	lidado⁴
R\$ mil ou %	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Receita Líquida <sup>1</sup>	1.487.116	2.336.898	10.608.838	2.955.211	642.410	2.981	259.539	-	(1.620.507)	16.672.486
Receita de Construção	-	-	1.097.457	-	1.053.349	-	-	-	-	2.150.806
Margem Construção					50,000					50,000
Transmissoras	-	-	-	-	50.862	-	-	-	-	50.862
Gastos	(005.040)	(4.700.446)	(7 000 000)	(0.000.000)			(4.77.007)		4.045.040	(44 000 000)
Não-Gerenciavéis	(325.318)	(1.702.116)	(7.838.933)	(2.833.989)	-	-	(177.307)	-	1.615.343	(11.262.320)
Margem Bruta	1.161.798	634.782	2.769.905	121.222	693.272	2.981	82.232	-	(5.164)	5.461.028
Gastos Gerenciáveis⁵	(491.999)	(65.050)	(2.402.021)	(23.112)	(1.081.774)	(145.075)	(118.556)	(4.150)	(26.075)	(4.357.812)
PMSO	(71.108)	(131.996)	(793.886)	(24.733)	(28.180)	(119.798)	(60.062)	(4.150)	5.164	(1.228.749)
Pessoal	(34.876)	(54.750)	(328.593)	(16.577)	(12.452)	(60.824)	(30.255)	(1.710)	-	(540.037)
Material	(3.316)	(20.640)	(37.913)	(111)	(573)	(929)	(8.241)	-	-	(71.723)
Serviços de terceiros	(25.680)	(48.465)	(366.950)	(6.519)	(13.717)	(46.389)	(16.610)	(2.404)	4.874	(521.860)
Outros	(7.236)	(8.141)	(60.430)	(1.526)	(1.438)	(11.656)	(4.956)	(36)	290	(95.129)
Provisões	(1.006)	(141)	(169.679)	5.013	(8)	(868)	221	-	-	(166.468)
Ganhos e Perdas na										
Desativação e	19	560	(67.153)	-	122	(6.843)	-	-	-	(73.295)
Alienação de Bens										
Ganho na Alienação						320.556				320.556
de Investimento	-	-	-	-	_	320.556	-	-	-	320.556
EBITDA	1.089.703	503.205	1.739.187	101.502	665.206	196.028	22.391	(4.150)	-	4.313.072
Depreciação e	(169.933)	(183.444)	(273.846)	(3.392)	(359)	(17.566)	(58.715)		(31.239)	(738.494)
Amortização	(169.933)	(103.444)	(273.040)	(3.392)	(339)	(17.300)	(56.715)	-	(31.239)	(736.494)
Resultado das										
Participações	5.601	-	-	(4.249)	-	0.054.000	-	114	(1.810.148)	242.416
Societárias						2.051.098				
Resultado Financeiro	(	<i>(</i>	/		//	/	/			(
Líguido	(208.229)	(77.359)	(272.512)	(12.036)	(158.809)	(63.916)	(9.805)	1.083	1	(801.582)
IR e Contribuição										
Social	(193.792)	4.158	(301.744)	(21.853)	(140.908)	(5.806)	(4.105)	549	15.634	(647.867)
Lucro Líquido Antes										
de Minoritários	523.350	246.560	891.085	59.972	365.130	2.159.838	(50.234)	(2.404)	(1.825.752)	2.367.545
Participações de										
Minoritários	(198.730)	-	-	-	(8.977)	-	-	-	-	(207.707)
Lucro Líquido										
do Exercício	324.620	246.560	891.085	59.972	356.153	2.159.838	(50.234)	(2.404)	(1.825.752)	2.159.838

Itens em	Geração	Geração	Distri-	Trading	Trans-	Holding	Clientes 2	Outros <sup>3</sup>	Elimi-	Conso-
R\$ mil ou %	Hídrica	Térmica	buição	Irauiiig	missão	пошину	Cilentes -	Outros-	nações	lidado⁴
nş iiiii ou %	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida <sup>1</sup>	-10,0%	-40,5%	-13,8%	12,2%	80,6%	47,6%	112,9%	n.d.	-6,9%	-7,7%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	40,5%	n.d.	-57,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-7,6%
Margem Construção	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Transmissoras	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.	11.0.
Gastos	-19,6%	-62,0%	-28,4%	11,7%	n.d.	n.d.	132,4%	n.d.	-7,3%	-23,6%
Não-Gerenciavéis	-13,076	-02,0 /8	-20,4 /6	11,7 /0	II.u.	m.u.	132,4 /6	II.u.	-1,3/6	-23,0 /6
Margem Bruta	-7,3%	17,2%	27,3%	23,3%	53,9%	47,6%	71,0%	n.d.	108,2%	22,7%
Gastos Gerenciáveis⁵	171,5%	11,8%	26,8%	12,3%	-49,6%	24,9%	-2,4%	143,4%	1734,7%	33,3%
PMSO	2,3%	-3,5%	11,0%	-9,7%	255,6%	9,1%	53,3%	129,3%	324,2%	15,1%
Provisões	45,2%	58,2%	20,9%	n.d.	15925,0%	298,3%	n.d.	n.d.	n.d.	27,6%
Ganhos/Perdas na										
Desativação/	-100,0%	n.d.	69,1%	n.d.	-100,0%	329,9%	n.d.	n.d.	n.d.	82,2%
Alienação de Bens										
Ganho na Alienação						4.00/				4.00/
de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,8%	n.d.	n.d.	n.d.	1,8%
EBITDA	-7,9%	22,3%	33,8%	24,7%	45,1%	-14,8%	161,9%	129,3%	n.d.	22,1%
Depreciação e	3,9%	460,9%	11,1%	-6,3%	n.d.	-0,2%	-42,6%	n.d.	1501,5%	179,2%
Amortização	3,9%	400,9%	11,170	-0,3%	n.u.	-0,2%	-42,0%	II.u.	1501,5%	179,270
Resultado das										
Participações	947,0%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-58,9%	n.d.	118609,6%	-53,5%	-11,7%
Societárias										
Resultado Financeiro										
Líquido	-13,8%	-21,5%	90,4%	525,2%	143,4%	n.d.	128,1%	n.d.	-100,0%	83,0%
IR e Contribuição										
Social	-2,9%	n.d.	38,7%	-49,4%	11,3%	n.d.	241,7%	11454,6%	939,7%	13,9%
Lucro Líquido Antes		_								
de Minoritários	-1,1%	n.d.	21,8%	-7,0%	16,3%	-52,7%	-77,2%	2465,7%	-36,0%	-48,8%
Participações de										
minoritários	-8,1%	n.d.	n.d.	n.d.	-2,7%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-7,9%
Lucro Líquido										
do Exercício	3,2%	n.d.	21,8%	-7,0%	16,8%	-52,7%	-77,2%	2465,7%	-36,0%	-52,7%

1 Não considera receita de construção. 2 Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. 3 Considera GHSL e Ventures. 4 Considera eliminações intragrupo. 5 Gastos gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.

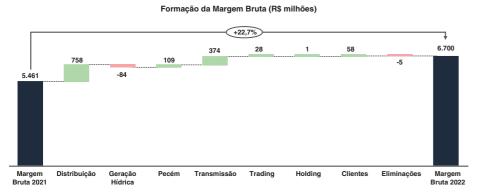
brasil.edp.com

### 4.1 Margem Bruta

Itens em R\$ Mil ou %		Consolidado			
		2021	Var		
Receita Operacional Líquida	15.300.035	16.723.348	-8,5%		
Gastos Não Gerenciáveis	(8.600.337)	(11.262.320)	-23,6%		
Energia Eletrica Comprada para Revenda	(6.916.376)	(8.834.330)	-21,7%		
Encargos de Uso da Rede Eletrica	(1.290.764)	(1.238.798)	4,2%		
Outros	(393.197)	(1.189.192)	-66,9%		
Margem Bruta	6.699.698	5.461.028	22,7%		

A Margem Bruta aumentou 22,7% no ano, decorrente de

- (i) Distribuição: aumento de R\$ 757,5 milhões, decorrente do reajuste tarifário na EDP SP e do crescimento de mercado em ambas as distribuidoras. Entretanto, na EDP Espírito Santo (EDP ES) a queda de 2,2% na Margem reflete o efeito da Revisão Tarifária que impactou na Parcela B;
- (ii) Transmissão: aumento de R\$ 373,7 milhões, decorrente da incorporação da EDP Goiás ocorrida em fevereiro de 2022. Entretanto, esse aumento foi mitigado pelo efeito ocorrido no 4T21 quando foi contabilizado a totalidade dos reajustes tarifários dos lotes 7,11 e 24, que foram vendidos naquele período e tiveram seu closing realizado em dezembro de 2021. Além disso, também no 4T21, ocorreu a contabilização da totalidade da revisão tarifária da EDP Transmissão Litoral Sul, considerando seu período de concessão, conforme Interpretação do Ofício CVM nº 004/2020;
- (iii) Hídrica: redução de R\$ 84,4 milhões, em função do vencimento de contratos e de recontratação parcial a preços mais baixos na Enerpeixe e na Energest. Além disso, a melhora do cenário hidrológico e do nível dos reservatórios ocasionou redução dos preços no mercado spot;
- (iv) Pecém: aumento de R\$ 109.4 milhões, decorrente do reajuste anual dos contratos de venda por IPCA. Além disso, no 4T21 houve uma redução do valor recuperável relativo a marcação a mercado do estoque de carvão ocorrido naquele momento. Sem este efeito, a Margem Bruta ficaria estável
- (v) Trading: aumento de R\$ 28,2 milhões, decorrente do aumento da volatilidade do mercado de compra e venda de energia, em função da melhora do cenário hidrológico, combinado com a redução do risco de crédito e da ampliação do volume transacionado; e
- (vi) Clientes: aumento de R\$ 58,4 milhões, decorre da entrada em operação dos projetos de energia fotovoltaica, além do aumento dos contratos estabelecidos da Varejista



Nota: A Margem Bruta da Transmissão refere-se a Receita com a Remuneração do Ativo de Concessão

#### 4.2 Gastos Gerenciáveis

Em 2022, a Companhia manteve sua trajetória de eficiência e de gerenciamento de gastos, através de iniciativas de automatização e digitalização dos processos, iniciada desde a implementação da Orçamento Base Zero, ocorrida em 2015.

O ano foi marcado pelo retorno do crescimento econômico, refletindo na revisão dos contratos, na retomada dos projetos estruturantes e no aumento do quadro de funcionários, em função do crescimento das atividades operacionais da Companhia. Os Gastos Gerenciáveis foram impactados, principalmente, pelo aumento na remuneração dos colaboradores, resultante dos reajustes salariais ocorridos em novembro de 2021 e de 2022, pelas ações de combate ao consumo irregular e pelos maiores gastos relacionados a manutenções e aluguéis. Nesse sentindo, através de uma gestão assertiva de custos, o PMSO recorrente aumentou 6,7%, abaixo da inflação do período (IPCA: 7,9%)7.

Em relação aos gastos não recorrentes, os principais fatores que impactaram os Gastos Gerenciáveis referem-se ao aumento de posições de headcount e servicos para investimentos em novos negócios, fomentando a estratégia da Companhia em manter crescimento e investimentos em ativos de transmissão, a incorporação da EDP Goiás em fevereiro de 2022, além da participação em leilões de transmissão para aquisição de novos ativos. Além disso, os gastos não recorrentes aumentaram em função da intensificação em projetos de energia solar, reforçando o compromisso da EDP de ampliar sua participação nesse

A Companhia tem como objetivo se consolidar como uma empresa 100% digital, e em função disso possui como estratégia investir em projetos estruturantes alavancados em plataformas digitais, modernização de aplicações, estratégia de Cloud e em cibersegurança, que irão incorrer despesas e investimentos futuros. Esses investimentos permitem o uso eficaz e eficiente das novas tecnologias, simplificando e automatizando os processos de negócio, aumentando a produtividade.

### Quadro contábil conforme DFs

Consolidado				
2022	2021	Var		
(650.782)	(540.037)	20,5%		
(70.531)	(71.723)	-1,7%		
(583.685)	(521.860)	11,8%		
(212.451)	(166.468)	27,6%		
(109.349)	(95.129)	14,9%		
(1.626.798)	(1.395.217)	16,6%		
(1.414.347)	(1.228.749)	15,1%		
(133.527)	(73.295)	82,2%		
(1.987.620)	(2.150.806)	-7,6%		
(2.062.224)	(738.494)	179,2%		
(5.810.169)	(4.357.812)	33,3%		
	(650.782) (70.531) (583.685) (212.451) (109.349) (1.626.798) (1.414.347) (133.527) (1.987.620)	2022         2021           (650.782)         (540.037)           (70.531)         (71.723)           (583.685)         (521.860)           (212.451)         (166.468)           (109.349)         (95.129)           (1.626.798)         (1.395.217)           (1.414.347)         (1.228.749)           (133.527)         (73.295)           (1.987.620)         (2.150.806)           (2.062.224)         (738.494)		

	2022	2021	Var
PMSO	(1.414.347)	(1.228.749)	15,1%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(29.279)	(25.237)	16,0%
Novos Negócios	168.890	67.033	152,0%
Custos com Receita Associada	17.603	17.284	1,8%
Outros: Revisão Tarifária - Lote Q	-	(1.480)	-100,0%
Estudos de Leilões e M&A	7.962		n.d.
PMSO recorrente	(1.249.171)	(1.171.150)	6,7%

Nota: Novos negócios contempla Transmissão, EDP Varejista, EDP Ventures, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Pessoal	(544.691)	(499.366)	9,1%
Material	(68.138)	(62.619)	8,8%
Serviços de Terceiros	(525.548)	(496.816)	5,8%
Outros	(110.796)	(112.349)	-1,4%
Total PMSO	(1.249.172)	(1.171.150)	6,7%

O quadro abaixo reflete o PMSO, excluindo os efeitos não recorrentes. O custo com receita associada refere-se a projetos de energia Solar (EDP Smart) na modalidade de arrendamento. Para este segmento, cabe ressaltar que a Companhia alterou sua estratégia de negócio, prevendo maior atuação no segmento de geração solar compartilhada, enquadrada na modalidade de arrendamento operacional, ao invés da geração distribuída remota, enquadrada na modalidade de arrendamento financeiro.

Os principais itens que influenciaram no aumento de PMSO no ano foram:

- (i) Pessoal aumento de 9,1% (+R\$ 45,3 milhões) decorrente do reajuste anual de remuneração, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2021 e 2022, além do maior número de horas extras e aumento das despesas com assistência médica;
- (ii) Material aumento de 8,8% (+R\$ 5,5 milhões), decorrente de maiores gastos com veículos nas distribuidoras, além de aquisições de EPI's e materiais
- (iii) Serviços de Terceiros aumento de 5,8% (+R\$ 28,7 milhões) decorrente de maiores gastos com ações de combate à inadimplência e inspeções de combate à fraude nas distribuidoras. Além disso, houve aumento dos gastos relacionados a viagens e com servicos de consultoria, publicidade e propaganda e maiores gastos com mão de obra contratada e serviços de manutenção nas distribuidoras e nas hídricas; e
- (iv) Outros redução de 1.4% (-R\$ 1.6 milhão) reflexo da redução dos gastos de logística.

Na conta de **Provisões**, a rubrica de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, foi impactada pela reversão parcial da multa relacionada ao auto de infração na EDP SP, contabilizada em sua totalidade no terceiro trimestre. A rubrica de PECLD apresentou aumento de 18,2% no ano, conforme detalhado no capítulo de distribuição.

A conta de Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, aumentou R\$ 60,2 milhões, reflexo da maior ocorrência de substituição de redes nas O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 12,8% a.a., em comparação distribuidoras e do aumento da ativação de bens, além de estudos com projetos de M&A e leilões.

A conta de Depreciação e Amortização aumentou R\$ 1,3 milhão, decorrente principalmente da contabilização do impairment de Pecém, no montante de R\$ 1,2 bilhão, conforme mencionado nos Eventos Relevantes.

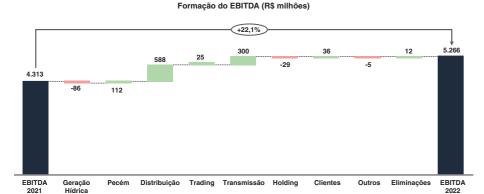
# 4.3 Resultado das Participações Societárias

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Santo Antônio do Jari (50%)¹	77.140	63.004	22,4%
Cachoeira Caldeirão (50%) <sup>1</sup>	(3.928)	(5.623)	-30,1%
São Manoel (33,33%)1	(14.570)	(26.604)	-45,2%
Celesc (29,90%)1	156.866	211.616	-25,9%
Outros <sup>2</sup>	(1.544)	23	-6813,0%
Resultado das Participações Societárias	213.964	242.416	-11,7%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; 2 Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM, Mabe e BlueSol.

A redução do Resultado das Participações Societárias, reflete o menor resultado em São Manoel, Cachoeira Caldeirão e Celesc, minimizado pela melhora do resultado de Jari. Na Celesc, esta redução reflete o aumento do passivo atuarial, decorrente do aumento da taxa de juros, além de redução da Parcela B,

# 4.4 EBITDA



Nota: A contabilização do resultado do segmento de Transmissão está de acordo com o ICPC 01,IFRIC12

- 6 Reajuste salarial média de 2021 de 10,5% e de 2022 de 7,0% 7 Média de 2021 e 2022

O EBITDA foi de R\$ 5,3 bilhões, aumento de 22,1%, conforme efeitos mencionados nas unidades de negócio acima.

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
EBITDA	5.265.625	4.313.072	22,1%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(384.236)	(351.166)	9,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(965.499)	(665.206)	45,1%
EBITDA Regulatório Transmissão	535.469	113.456	372,0%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(165.084)	n.d.
Mais valia - Desinvestimento <sup>1</sup>	(326.252)	(320.556)	1,8%
EBITDA Ajustado Recorrente	4.125.107	2.924.516	41,1%
Transmissão: Correção mais valia rotação de ativos	-	283.394	n.d.
EBITDA Ajustado para fins de dividendos	4.451.359	3.528.466	26,2%
Resultado das Participações Societárias	213.964	242.416	-11,7%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	5.479.589	4.555.488	20,3%

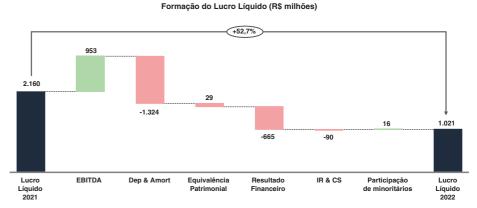
O EBITDA Ajustado pelos efeitos não recorrentes e não caixa foi de R\$ 4,1 bilhões, aumento de 41,1%. Adicionalmente, o EBITDA ajustado para fins de dividendos, conforme política de dividendos, apresentou aumento de 26,2%. Em 2021, com a rotação dos ativos transacionados de Transmissão, o EBITDA Ajustado para fins de dividendos, considerou o efeito da diferenca da mais valia entre a contabilização efetuada no regulatório e no societário. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 5,5 bilhões, aumento de 20,3%.

### 4.5 Resultado Financeiro

Deviled Fire a sin (DO will)		Consolidado			
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2022	2021	Var		
Receita Financeira	666.223	306.353	117,5%		
Juros e variações monetárias	638.878	357.246	78,8%		
Outros	27.345	(50.893)	-153,7%		
Despesa Financeira	(2.132.837)	(1.107.935)	92,5%		
Encargos de Dívidas	(1.782.521)	(664.079)	168,4%		
Outros	(350.303)	(443.856)	-11,2%		
Total	(1.466.601)	(801.582)	83,0%		

O Resultado Financeiro aumentou 83,0% decorrente dos efeitos do aumento da taxa de juros, que impactaram positivamente na receita, influenciados também pelo maior saldo de caixa. Na despesa, o efeito da taxa de juros mencionada corroborou para o aumento dos encargos, além do aumento do saldo de dívida através das captações realizadas

### 4.6 Lucro Líquido



O Lucro Líquido foi de R\$ 1,0 bilhão, redução de 52,7%, resultante dos efeitos acima mencionados. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 1,3 bilhão, aumento

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Lucro	1.021.438	2.159.838	-52,7%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(253.596)	(231.770)	9,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(416.090)	(356.153)	16,8%
EBITDA Regulatório Transmissão	85.931	(16.986)	-605,9%
Mais valia - Desinvestimento <sup>1</sup>	(326.252)	(320.556)	1,8%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(108.956)	-100,0%
Imparidade	1.221.000	41.000	2878,0%
Lucro Líquido Ajustado Recorrente	1.332.432	1.166.417	14,2%

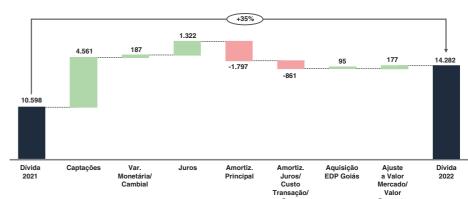
O Lucro Líquido ajustado para fins de dividendos foi de R\$ 1,6 bilhão, conforme tabela abaixo:

Para fins de Dividendos (R\$ milhões)	2022
Lucro	1.021
Reserva Legal	51
Lucro após Reserva Legal	970
VNR	(254)
Transmissão IFRS	(416)
Transmissão Regulatório	86
Imparidade	1.221
Lucro Líquido para fins de dividendos	1.607

# 4.7 Endividamento

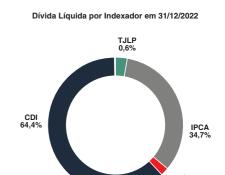
A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 14,3 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão na participação da EDP.

# Composição da Dívida Bruta Consolidada (R\$ milhões)



Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures

aos 9.3% a.a. no final de 2021, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo do aumento do CDI. O prazo médio da dívida atingiu 2,7 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,1 anos e o custo médio seria de 12,5% a.a..



Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

Divi-

Outros

Finan-

Dídida

Líquida

continua..

# 4.8 Fluxo de Caixa Operacional, Dívida Líquida e Alavancagem

Dídida

Líguida

2021

**EBITDA** 

A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 10,1 bilhões, aumento de 27,7% em relação ao saldo de 2021 decorrente do aumento da Dívida Bruta.

## Evolução da Dívida Líquida (R\$ milhões) 1.472 1.352 1.397 -174 -221

Compras/ Encargos

Dívida

A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 1,9 vezes e de 2,0 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,4 vezes.

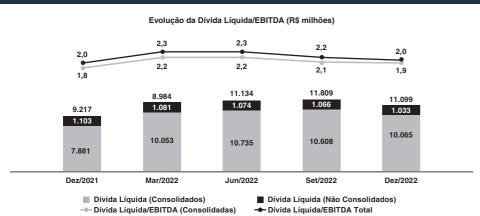
Capex

Multas

Juros

Contas em

brasil.edp.com



Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários 4.9 Ratings

	Мос	ody's	S8	kΡ	Fitch		
	Nacional	Nacional Global		Global	Nacional	Global	
EDP Energias do Brasil	AAA.br	-	-	-	AAA(bra)	-	
EDF Ellergias do Brasil	Est	tável	-	-	Esta	ável	
EDP São Paulo	AAA.br	-	brAAA	-	-	-	
EDP São Paulo	Est	ável	Esta	ável	-		
EDP Espírito Santo	AAA.br	-	brAAA		-	-	
EDP Espirito Santo	Est	Estável		ável	-		
Laterate Engage	AAA.br	-	-			-	
Lajeado Energia	Est	ável	-	-	-		
EDD Transmissão OD MO	-	-	-	-	AA+(bra)		
EDP Transmissão SP-MG		-	-	-	Positiva		
EDD Transmissão Alianos CO	-	-	-	-	AA(bra)		
EDP Transmissão Aliança SC		-		-	Esta	ável	

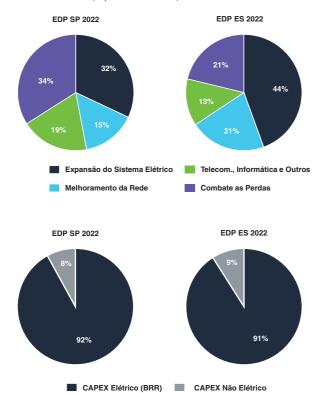
### 4.10 Variação do Imobilizado

Total									
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2022	2021	Var						
Distribuição	1.541.530	1.097.457	40,5%						
EDP São Paulo	858.872	517.987	65,8%						
EDP Espírito Santo	682.658	579.470	17,8%						
Geração	91.471	56.683	61,4%						
Enerpeixe	6.225	3.846	61,9%						
Energest	1.142	3.085	-63,0%						
Lajeado / Investco	7.166	3.992	79,5%						
Pecém	76.938	45.760	68,1%						
Transmissão	449.506	1.053.349	-57,3%						
Solar	156.092	162.998	-4,2%						
Outros	28.344	61.439	-53,9%						
Total	2.266.943	2.431.926	-6,8%						
Geração não consolidado	21.834	13.161	65,9%						
Total	2.288.777	2.445.087	-6,4%						

Nota: Os investimentos realizados no segmento de solar referem-se as movimentações de tangível e intangível.

Os investimentos totalizaram R\$ 2,3 bilhões, redução de 6,8%, resultante da entrada em operação integral dos lotes de Transmissão, exceto a EDP Transmissão Norte, em construção e do lote 2, adquirido no leilão ocorrido em dezembro.

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão, aumento de 40,5%, em função do reforço dos investimentos para as obras de expansão, melhoria da rede e dos indicadores de continuidade de fornecimento, projetos de combate as perdas e investimentos em telecomunicações, informática e infraestrutura.



Na Transmissão, os investimentos apresentaram redução de 57,3%, decorrente da conclusão das obras de transmissão entre os períodos analisados. No ano, foram concluídas as obras da EDP Transmissão Aliança SC, da EDP Transmissão SP-MG, da EDP Transmissão Litoral Sul e da Mata Grande Transmissão de Energia

Variação do Imobilizado (R\$ mil)									
Linhas de Transmissão (Lote)	2022	2021	Var						
EDP Transmissão + EDP Transmissão MA I + EDP Transmissão MA II	-	28.123	-100,0%						
Mata Grande Transmissão de Energia	28.077	59.473	-52,8%						
EDP Transmissão Aliança SC	28.117	396.380	-92,9%						
EDP Transmissão SP-MG	75.386	410.322	-81,6%						
EDP Transmissão Norte	130.570	8.049	1522,2%						
EDP Transmissão Goiás	101.787	-	n.d.						
EDP Transmissão Litoral Sul	85.569	151.002	-43,3%						
Total Control of the	449.506	1.053.349	-57,3%						

Nota: Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social dos ativos EDP Transmissão S.A. ("Lote 24"), EDP Maranhão I S.A. ("Lote 7") e EDP Maranhão II S.A. ("Lote 11"), conforme Plano Estratégico da Companhia referente ao período de 2021-2025

Na Geração, os investimentos foram de R\$ 91,5 milhões, aumento de 61,4%, decorrente dos investimentos com manutenção e operação das usinas e no projeto de hidrogênio verde situado no HUB de Pecém

No segmento Solar, os investimentos reduziram R\$ 6,9 milhões, decorrente do volume de instalação de projetos abaixo do esperado.

No segmento Solar, os investimentos reduziram R\$ 6,9 milhões, decorrente da mudança de estratégia no segmento que passou a focar na geração compartilhada para pequenas e médias empresas como vetor de crescimento, reduzindo a concentração em usinas remotas dedicadas a clientes de grande porte, com desenvolvimento de novos projetos, levando à postergação de investimentos para 2023.

Em Outros, a rubrica foi impactada pela construção da nova sede, concluída em 2021, além de novos projetos de eficiência energética, tecnologia e

# 5. ÁREAS DE NEGÓCIOS

		EDP Distribuição				
	Vol	lume (MWh)		Clie	ntes (unid)	
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	6.892.500	6.653.309	3,6%	3.248.863	3.154.794	3,0%
Industrial	11.574.180	11.606.279	-0,3%	17.576	22.838	-23,0%
Livre	10.372.643	10.239.663	1,3%	855	754	13,4%
Cativo	1.201.537	1.366.615	-12,1%	16.721	22.084	-24,3%
Comercial	4.411.044	4.136.404	6,6%	282.841	274.116	3,2%
Livre	1.420.258	1.268.314	12,0%	1.012	875	15,7%
Cativo	2.990.786	2.868.090	4,3%	281.829	273.241	3,1%
Rural	1.001.857	1.008.019	-0,6%	193.075	199.470	-3,2%
Outros	1.983.716	1.985.218	-0,1%	32.527	29.220	11,3%
Livre	360.654	343.891	4,9%	14	23	-39,1%
Cativo	1.623.063	1.641.327	-1,1%	32.513	29.197	11,4%
Permissionárias	44.570	48.256	-7,6%	0	0	
Concessionárias\Geradores	583.455	578.437	0,9%	0	0	
Total Energia Distribuída	26.491.322	26.015.921	1,8%	3.774.882	3.680.438	2,6%
Total Livre	12.737.009	12.430.305	2,5%	1.881	1.652	13,9%
Total Cativo	13.754.313	13.585.616	1,2%	3.773.001	3.678.786	2,6%

EDP São Paulo									
	Vol	lume (MWh)		Clie	ntes (unid)				
	2022	2021	Var	2022	2021	Var			
Residencial	4.175.252	4.078.193	2,4%	1.901.728	1.848.410	2,9%			
Industrial	7.637.467	7.590.384	0,6%	7.905	12.545	-37,0%			
Livre	6.835.164	6.696.517	2,1%	521	483	7,9%			
Cativo	802.303	893.867	-10,2%	7.384	12.062	-38,8%			
Comercial	2.670.383	2.507.300	6,5%	148.430	142.416	4,2%			
Livre	920.532	830.325	10,9%	620	540	14,8%			
Cativo	1.749.851	1.676.974	4,3%	147.810	141.876	4,2%			
Rural	58.768	60.655	-3,1%	5.382	5.383	0,0%			
Outros	1.161.630	1.153.569	0,7%	16.210	15.060	7,6%			
Livre	360.654	338.043	6,7%	14	14	0,0%			
Cativo	800.976	815.525	-1,8%	16.196	15.046	7,6%			
Permissionárias	44.570	48.256	-7,6%						
Concessionárias\Geradores	370.727	369.977	0,2%						
Total Energia Distribuída	16.118.797	15.808.333	2,0%	2.079.655	2.023.814	2,8%			
Total Livre	8.487.076	8.234.863	3,1%	1.155	1.037	11,4%			
Total Cativo	7.631.720	7.573.470	0.8%	2.078.500	2.022.777	2,8%			

		EDP Espírito Sar	nto				
	V	olume (MWh)		Clientes (unid)			
	2022	2021	Var	2022	2021	Var	
Residencial	2.717.248	2.575.116	5,5%	1.347.135	1.306.384	3,1%	
Industrial	3.936.713	4.015.895	-2,0%	9.671	10.293	-6,0%	
Livre	3.537.479	3.543.147	-0,2%	334	271	23,2%	
Cativo	399.233	472.748	-15,6%	9.337	10.022	-6,8%	
Comercial	1.740.661	1.629.104	6,8%	134.411	131.700	2,1%	
Livre	499.725	437.989	14,1%	392	335	17,0%	
Cativo	1.240.935	1.191.116	4,2%	134.019	131.365	2,0%	
Rural	943.090	947.363	-0,5%	187.693	194.087	-3,3%	
Outros	822.086	831.650	-1,1%	16.317	14.160	15,2%	
Livre	-	5.848	-100,0%	-	9	-100,0%	
Cativo	822.086	825.802	-0,4%	16.317	14.151	15,3%	
Concessionárias\Geradores	212.728	208.460	2,0%				
Total Energia Distribuída	10.372.525	10.207.589	1,6%	1.695.227	1.656.624	2,3%	
Total Livre	4.249.933	4.195.443	1,3%	726	615	18,0%	
Total Cativo	6.122.592	6.012.146	1,8%	1.694.501	1.656.009	2,3%	

O volume de energia distribuída aumentou 1,8%. A Companhia apresentou aumento de 2,6% no número de novos clientes e de 13,9% no número de clientes livres, que hoje representam 48,1% da energia distribuída, conforme explicado no Release de Mercado.

### Balanço Energético Distribuição (MWh)

Do total da Energia Requerida, 61,3% foram para a EDP SP e 38,7% para a EDP ES.

EDP DISTRIBUIÇÃO	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Distribuição
Itaipu + Proinfa	2.203.199	1.714.882	3.918.081
Leilão	9.207.151	6.576.331	15.783.482
Outros¹	12.035	155.227	167.262
Energia em Trânsito	8.487.194	4.216.259	12.703.453
Total Energia Recebida	19.909.579	12.662.700	32.572.278
Perdas Transmissão (+)	193.220	123.973	317.193
Perdas de Itaipu (+)	115.668	89.879	205.548
Vendas C.Prazo (-)	-954.491	-693.036	-1.647.526
Ajustes C.Prazo (-)	75.906	230.185	306.091
Total Perdas	1.187.473	676.703	1.864.177
Cessões MCSD Energia Nova (+)	102.592	373.780	476.371
Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE)	-1.323.732	-985.094	-2.308.826
Total Vendas	-1.221.140	-611.315	-1.832.455
Energia Requerida	19.943.245	12.597.311	32.540.557
Suprimento	44.570	0	44.570
Fornecimento	7.587.012	6.122.408	13.709.420
Perdas e Diferenças	1.383.390	1.440.849	2.824.239
Energia em Trânsito	8.487.194	4.216.259	12.703.453
Total Energia Distribuida	17.502.166	11.779.516	29.281.682

<sup>1</sup> Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

# Perdas

Perdas Acumuladas	EDP São Paulo						EDP Espírito Santo					
em 12 meses (GWh ou %)	Dez-21	Mar-22	Jun-22	Set-22	Dez-22	ANEEL	Dez-21	Mar-22	Jun-22	Set-22	Dez-22	ANEEL
Entrada de Energia na Rede	17.239	17.258	17.348	17.371	17.503		11.659	11.717	11.832	11.814	11.780	
Total de Perdas	1.431	1.420	1.423	1.370	1.384		1.451	1.422	1.429	1.421	1.407	
Total	8,30%	8,23%	8,20%	7,89%	7,91%	6,76%	12,45%	12,13%	12,08%	12,03%	11,95%	12,19%

Amhas as distribi iram perdas totais, concluindo o ano com 7,91% na EDP SP, reducão de 0,39 p.p., e 11,95% na EDP ES, reducão de 0,50 p.p. em relação ao ano anterior. Em ambas as distribuidoras, a redução das perdas técnicas reflete a energização de novas subestações, colocando a EDP ES 0,24 p.p. abaixo da média ANEEL.

A trajetória de redução registrada nesses indicadores é resultado de uma estratégia de melhoria contínua, somada a intensificação das ações de combate a perdas, principalmente, em relação a tecnologias de blindagem de rede. Em 2022, a Companhia investiu R\$ 442.7 milhões em projetos de combate às perdas, sendo os recursos destinados a substituições de medidores, inspeções de campo, blindagem da rede de distribuição através da tecnologia BTZero, blindagem de medição de edifícios populares, instalação e manutenção dos aparelhos de telemedição.

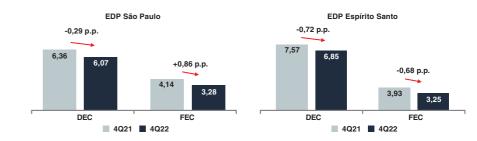
# Indicadores de Qualidade

Os indicadores de qualidade nas distribuidoras permaneceram abaixo das metas regulatórias estabelecidas pela ANEEL, devido às ações de melhoria que envolvem as manutenções preventivas e a utilização de plataformas digitais para as equipes de campo.

Na EDP SP, a redução é resultado da manutenção e troca de equipamentos religadores e chaves de fusíveis automáticas da base de clientes de média

Na EDP ES, a redução é resultado de: (i) entrada em operação de novas subestações; (ii) novos alimentadores nas subestações já existentes, permitindo maior flexibilidade para as redes operadas pela Companhia; e (iii) planos de manutenção executados ao longo do ano.

É importante ressaltar que o DEC representa 70% do Componente Q, que compõe o Fator X, utilizado para o cálculo do Reajuste Tarifário Anual (Fator X = Pd+Q+T). Esse é um método utilizado pela ANEEL de incentivo a qualidade do serviço prestado, dessa forma, a redução do DEC traz para a Companhia um incremento substancial na Parcela B.



Meta Anual Regulatória ANEEL para o ano de 2022 EDP SP: DEC 7,05 / FEC: 5,22

EDP ES: DEC: 9,05 / FEC: 6,41

# 5.2 Transmissão

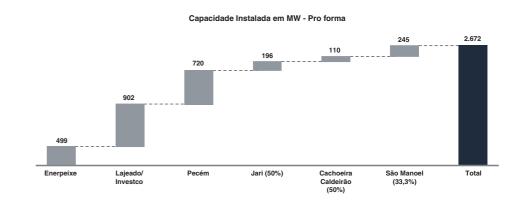
O portfólio da Companhia no segmento de Transmissão contempla 7 lotes, sendo 5 lotes em operação comercial, que apresentaram RAP Líquida foi de R\$ 635,4 milhões e o EBITDA regulatório foi de R\$ 536,1 milhões. A evolução da RAP ao longo do ano decorre da entrada em operação escalonada dos lotes  $\ \, \text{de transmiss\~ao, al\'em do reajuste tarif\'ario anual ocorrido em junho para o ciclo de 2022-2023}.$ 

As captações no segmento de transmissão voltadas para construção totalizaram até o momento R\$ 3,1 bilhões, com alavancagem em torno de 85%.

# 5.3 Geração

# Capacidade Instalada

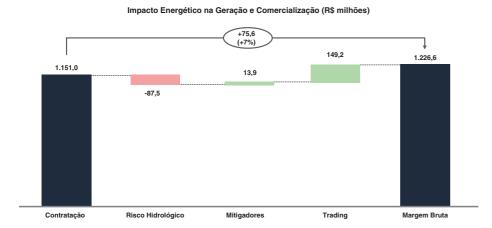
A Companhia possui 2,7 GW de capacidade instalada e 1,8 GW médios de garantia física.



### Gestão Energética Integrada

de energia para mitigação do risco hidrológico. Este ano foi marcado pelo cenário hidrológico favorável refletindo no aumento do nível dos reservatórios. O Companhia aumentou sua pontuação em 2,13 pontos, com notas acima da média setorial em cinco dimensões avaliadas - capital humano (na qual também baixo crescimento na demanda de energia, o crescimento cada vez mais expressivo de capacidade por fontes renováveis, como solar e eólica, e o considerável foi considerada benchmarking), governança corporativa e alta gestão, capital social, meio ambiente e mudança do clima. O desempenho neste tão importante aumento da micro e minigeração distribuída reduziram a necessidade de geração por fonte hídrica, impactando diretamente o GSF, que foi abaixo do ranking, que contribui para nortear os investidores na tomada de decisão baseada nas práticas de ESG, reafirma o reconhecimento à liderança da EDP como esperado, e o PLD, que esteve próximo ao piso em todos os períodos do ano. Para reduzir os efeitos deste cenário, a Companhia adotou a estratégia de referência nos pilares ambiental, social e de governança corporativa em todo o mundo. alocação de energia e hedge de 23,8% no ano. Os mitigadores adotados protegeram o portfólio dos efeitos do GSF médio de 85,4%, além da baixa do PLD de R\$ 59.0/MWh (Submercado SE/CO)

Embora as condições hidrológicas favoráveis tenham impactado positivamente o balanço financeiro das usinas em 2022, a manutenção das condições de baixos valores de PLD e, consequentemente, baixos preços praticados no mercado pode ter impactos tanto positivos quanto negativos nas receitas das geradoras hídricas do setor elétrico, dependendo do balanco energético resultante do GSF ou secundária verificados e composição do portfólio de contratos.

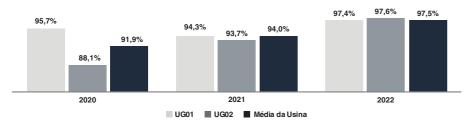


Nota: Risco Hidrológico contempla MRE, PLD e GSF. Mitigadores considera hedge, energia livre, repactuação e compras de energia para mitigação

#### Disponibilidade de Pecém

A disponibilidade média da Usina foi de 97,6%, decorrente da parada programada para manutenção das unidades geradoras em maio. Desde dezembro de Através de uma parceria com a escola de Inovação Conquer, a EDP desenvolveu um curso de formação em Inovação e irá oferecer e treinar 100% de sua

Em dezembro, a EDP produziu a primeira molécula de hidrogênio verde no Complexo Termelétrico de Pecém. A planta é um projeto piloto de P&D que faz parte dos compromissos do Grupo com a transição energética. O investimento no projeto foi de R\$ 42 milhões e contempla uma usina solar com capacidade de 3 GWh



### 5.3 Trading

O volume de energia comercializada totalizou 17.836 GWh, aumento de 21,4%, decorrente das oportunidades de compra e venda no mercado e de preços mais baixos, resultado da continuidade do cenário hidrológico favorável, dos níveis mais elevados dos reservatórios, da realização da carga abaixo do esperado e do baixo risco de crédito no mercado, além da ampliação da carteira de clientes e da manutenção da estratégia de proteção do portfólio.

#### 5.4 Varejista e Atacadista

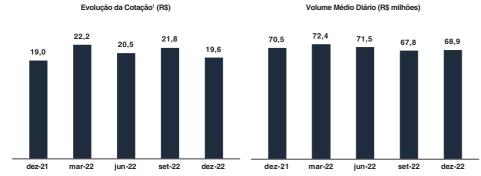
O volume de energia comercializada totalizou 1.420 GWh, aumento de 905 GWh, decorrente do aumento da carteira de clientes e dos novos contratos estabelecidos, além do aumento de migrações dos clientes do mercado cativo para o livre, impulsionadas pela redução dos preços de curto prazo no mercado presentes no dia a dia das Unidades de Negócios para entender seus desafios e desenvolver projetos e parcerias com um foco claro de quais problemas spot. Vale destacar que, houve um aumento em função da manutenção da estratégia de renovação dos clientes da carteira atual e das alterações regulatórias precisam de soluções. previstas na Portaria nº 50 do MME, que visa clientes com menor consumo energético

## 6. MERCADO DE CAPITAIS

### 6.1 Desempenho das Ações

Em 29 de dezembro, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 11,4 bilhões, com as ações cotadas a R\$ 19,62, queda de 4,8% no trimestre, desempenho pilotos, que buscam startups e pequenas empresas para gerar conexões relevantes e parcerias de médio a longo prazo, através de iniciativas de inovação este inferior ao Ibovespa (-0,3%) e ao IEE (0,2%). No ano, as ações da Companhia valorizaram 9,6%, enquanto o Ibovespa apresentou valorização de 4,7% aberta, como os programas Starter Business Acceleration, Free Electrons, além de chamadas estratégicas para o ecossistema e o IEE apresentou valorização de 3,1%. As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões, totalizando 194,1 milhões de ações no trimestre

2. Transformação de alto impacto: a fim de promover ainda mais projetos de inovação de alto impacto no setor, a área de Inovação criou uma célula dedicada e 809,7 milhões de ações no ano. A média diária alcançou 3,23 milhões de ações. No ano, o volume financeiro totalizou R\$ 17,5 bilhões, com volume médio diário de R\$ 70,1 milhões.



Considera ajustes por proventos até 02/01/2023

# 6.2 Capital Social

239.991.267 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, 15.186.053 ações em tesouraria e mais detalhes, acessar a página https://www.edp.com/pt-pt/changing-tomorrow-now. 261.954 foram destinadas ao programa de Incentivo de Longo Prazo dos executivos.

# 6.3 Dividendos

Em 28 de dezembro, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$ 651,2 milhões, Estrutura de Governança Forte correspondente a R\$ 1,15 por ação. Adicionalmente, a Companhia levará para deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO), no dia 11 de abril de 2023, Para mais detalhes entre na página https://www.edp.com/pt-pt/edp/atualizacao-estrategia-2021-2025. dividendos totais no valor de R\$ 153,2 milhões, equivalente à R\$ 0,27 por ação, totalizando R\$ 1,42 por ação.

# 7. DESEMPENHO ESG EM SUSTENTABILIDADE

O compromisso da EDP Brasil com o Desenvolvimento Ético e Sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra há dezessete anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") e, mais recentemente, o Índice Carbono Eficiente ("ICO2"), ambos ligados à B3. Na carteira ISE 2022/2023, a EDP Brasil ficou em 1º lugar no ranking geral do ISE pelo 2º ano consecutivo, a frente das outras 69 empresas que compõe a carteira do ISE. Além disso, a EDP Brasil se manteve no nível "Liderança" no índice Carbon Disclosure Project ("CDP") - Clima, com nota A-.

Para além de seus compromissos internos, como o Plano Estratégico 2021-2025, a EDP Brasil mantém o seu compromisso em contribuir para nove dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") da Organização das Nações Unidas ("ONU").

















# 7.1 Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da EDP Brasil são publicados trimestralmente nos Relatórios de Desempenho ESG, bem como no Relatório Anual. Para mais detalhes sobre o desempenho da EDP Brasil em 2022 e os principais cases e destaque do exercício, acesse o Relatório Anual de Sustentabilidade.

# 7.2 Destagues em Relação aos Compromisso ESG

# Environmental (ambiental)

Desde 2021, a EDP Brasil mantém o seu Programa de Economia Circular que, por meio de uma abordagem sistêmica, visa implementar fluxos circulares de Telefônico, com uma equipe de mais de 350 atendentes, para proporcionar um atendimento adequado, eficiente e ágil, além de dispor de uma infraestrutura recursos que regenerem, retenham ou adicionem valor aos materiais e equipamentos necessários para a sua operação, de forma a garantir a efetividade no e parque tecnológico de última geração. Esta Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana e com ligação gratuita. uso dos recursos, por meio da proposição de soluções e modelos de negócio circulares. Alguns dos projetos dentro do tema da economia circular envolvem A EDP Brasil avalia a satisfação de seus clientes por meio de indicadores apresentados nas pesquisas anuais realizadas por órgãos do setor, como a circularidade dos resíduos relacionados com as obras de transmissão, o reaproveitamento de cinzas da UTE Pecém, o uso de óleo vegetal nos ABRADEE e ANEEL. transformadores da Distribuição e o desenvolvimento de provas de conceito para que sejam possíveis aumentar a circularidade de outros materiais.

A geração solar está entre os segmentos estratégicos de crescimento da EDP no Brasil até 2025, quando a Companhia pretende atingir a marca de 1 GW que orientam sobre o uso seguro da energia, realizou um mapeamento completo das principais causas de acidentes e desenvolveu alguns planos de ação. em capacidade instalada nessa modalidade. O investimento da EDP Brasil em energia solar representa uma das respostas da Companhia em relação à crise Entre as iniciativas, destaca-se o projeto Brincando com Pipas, em parceria com o Instituto EDP, visando conscientizar crianças e jovens sobre os riscos do climática, consolidando nosso papel na transição energética do setor elétrico no Brasil.

Depois do anúncio, em 2021, do parque solar Monte Verde (localizado no Rio Grande do Norte), a EDP Brasil divulgou em 2022, um segundo parque solar empoderamento infanto-juvenil para o tema. Outras iniciativas regulares são a Operação Verão, com ações que envolvem ferramenta automatizada para de larga escala. Também realizado em parceria com a EDP Renováveis, o veículo global do Grupo EDP para as energias renováveis, o parque solar Novo roteirização dos serviços, reposicionamento de bases de apoio das equipes e parceria com órgãos municipais, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia. Oriente terá 255 MWac de capacidade instalada e será construído em Ilha Solteira (SP). Entre 40% e 50% da geração deste novo parque já se encontra Para o atendimento presencial nos estados de São Paulo e do Espírito Santo, a concessionária conta com agências de atendimento presencial, distribuídas contratada por clientes âncoras., com contratos de venda de energia a longo prazo

# Social (social)

O ano de 2022 foi marcado por resultados positivos do Programa de Inclusão e Diversidade relacionadas as metas da agenda. A diversidade nas contratações encerrou o ano com 62,9% versus os 55% estabelecidos como meta. As metas de mulheres e pessoas negras na liderança também atingiram os objetivos iniciais, com resultados de 20,7% e 16,2%, respectivamente (metas estabelecidas de 20% e 15%). Outro destaque do período foram as Escolas de Eletricistas para pessoas trans, nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Ao longo do curso, que teve duração de três meses, as participantes tiveram acesso a 7.6 Gestão de Pessoas formação profissional completa, ministrada pelo SENAI, além da possibilidade de contratação no término da capacitação. O programa é pioneiro no setor

A EDP Brasil tem como visão a valorização e o respeito pelo nosso legado e pelas ações desenvolvidas no presente, alinhados com a construção de uma elétrico e reafirma o compromisso da EDP Brasil no fortalecimento da inclusão e diversidade no Grupo.

Cisarte e ONG SP Invisível), que abordaram as pessoas de suas redes que se enquadravam nos perfis comportamental e técnico.

### Governance (governança)

A Companhia realiza a gestão do portfólio energético em operação conjunta entre a Geração Hídrica e a Trading, atuando nas transações de compra e venda Em seu 17º ano consecutivo na carteira do ISE da B3, a EDP Brasil conquistou, pelo segundo ano, o 1º lugar no ranking geral. Em relação ao ano anterior, a

### 7.3 Inovação

A EDP Brasil está comprometida com a antecipação das tendências do setor, como a descarbonização, a digitalização e a descentralização, para estimular a transição energética no país. A inovação tem papel estratégico nesse processo e, as tendências comentadas anteriormente são pilares para nortear a atuação das ações da Companhia, auxiliando na busca por soluções. Em 2021, o Grupo EDP consolidou mais uma vez, o compromisso com a inovação e anunciou ao mercado que planejava investir globalmente cerca de 1 bilhão até 2025. Em 2022, foram investidos cerca de R\$ 256 milhões em inovação no Brasil, representando cerca de 1,6% da Receita Líquida, aumento de 17% em relação ao ano anterior. Até 2025, a EDP Brasil planeja investir 3% da Receita Líguida.

A área de Inovação foi criada em 2016 e desde então está comprometida em promover novas formas de transformar o setor de energia no Brasil. Da valorização de ideias dos colaboradores ao investimento em startups e pequenas empresas, a área atua para garantir que a inovação aconteça de ponta a ponta e traga resultados tangíveis para o negócio. Além disso, a EDP foi reconhecida pelo terceiro ano consecutivo como a empresa mais inovadora do setor elétrico pelo Prêmio Valor Inovação e destaque pela 100 Open Startups.

Desde 2021, a área de inovação da EDP Brasil passou trabalhar com foco em dois pilares, gestão e desenvolvimento de negócios, adotando um novo modelo operacional, que visa aprimorar técnicas de gestão de inovação e resultados, ampliando sua atuação com o ecossistema externo e também solidificando a

O novo modelo operacional é suportado por quatro eixos estratégicos: plataforma integrada, gestão de resultados, innovation factory e transformação de alto impacto. Estes eixos estão aliados a uma sólida atuação e investimento em cultura de inovação e comunicação, que são atividades importantes, promovendo visibilidade e consistência as iniciativas da área.

### Cultura de inovação

Com uma jornada integrada, os colaboradores são incentivados a aprenderem metodologias e ferramentas para aplicar inovação no dia a dia e desenvolverem projetos de todos os horizontes de inovação, reconhecendo aqueles que se dedicam a promover um ambiente inovador. Acreditamos que a inovação da EDP Brasil pode vir de qualquer lugar ou pessoa, e por isso sabemos que é fundamental fomentar uma Cultura de Inovação.

Nossos investimentos têm sido direcionados para a criação de uma grande jornada de inovação, movida pela ambição de promover novas formas de pensar e fazer para transformar o setor de energia no Brasil. Para isso, criamos o Somos Inovação, Somos Play, uma nova jornada de inovação que abraça o ecossistema interno com todos os colaboradores, atuando desde a capacitação em inovação até o desenvolvimento de projetos intraempreendedores, além do reconhecimento dos colaboradores pela contribuição ao processo de inovação.

base de colaboradores.

1. Plataforma integrada: busca ampliar a atuação de programas e eventos criando um hub de inovação pioneiro no país, com o objetivo de integrar múltiplas iniciativas, promover programas integrados e alinhados para gerar mais valor internamente e externamente a Companhia, fomentar uma jornada que estimula a cultura de inovação de ponta a ponta e fortalecer a estratégia de reputação da Companhia, reforçando o posicionando da EDP Brasil como líder em inovação

2. Sistema de gestão da inovação: em 2020, unificamos em uma única plataforma os investimentos em inovação na EDP Brasil, permitindo o acompanhamento centralizado dos investimentos de cada área e dos projetos em andamento. O Innovex (Innovation Expenditure) é o indicador, que reúne todo o orçamento dedicado a inovação, seja esse investimento interno ou através de investimentos de P&D da ANEEL ou de outras fontes incentivadas. O orcamento é definido anualmente e para cada ideia priorizada é definida uma fonte de investimento de acordo com sua natureza. Os resultados desse levantamento são periodicamente compartilhados com os executivos e colaboradores, contendo informações sobre a quantidade de projetos em andamento na corporação, investimentos realizados, objetivos, horizontes, tipos de inovação, origem de financiamento, resultados esperados, entre outros. Apurado trimestralmente, é uma ferramenta essencial para o gerenciamento de investimento de inovação na Companhia e direcionamento estratégico.

### Desenvolvimento de Negócios

1. Innovation Factory: desde 2021, a Innovation Factory opera junto às Unidades de Negócio (UNs) e áreas corporativas. Seu objetivo é o desenvolvimento de novos negócios e soluções inovadoras, que possam melhorar produtos, serviços, processos e operações, além de apoiar internamente as empresas investidas pela EDP Ventures para acelerar oportunidades estratégicas para a Companhia e para o mercado.

O modelo de trabalho da Innovation Factory é liderado pelos Innovation Partners, experts em inovação, que trabalham em conjunto com as equipes de cada área para mapear dificuldades e oportunidades e estabelecer conexões com o ecossistema empreendedor, agilizando soluções e resultados. Eles estão

Cada Innovation Partner possui planos específicos de acões e etapas de desenvolvimento bem definidas para projetos e entregas periódicas. Com isso, buscamos implementar um processo estruturado para que os projetos de inovação acontecam de maneira mais veloz e uniforme.

A equipe de experts também apoia o mapeamento de ideias de inovação de todos os colaboradores e tem a permissão para conduzir chamadas estratégicas no mercado, desafios, hackthons e datatowns, além de realizar a divulgação de relatórios de tendências e mapeamentos da concorrência, que apoiam as Unidades de Negócio na criação de novas ofertas de produtos e serviços. Além disso, oferecem conhecimento e financiamento para desenvolver projetos-

a avaliar potenciais negócios, visando criar oportunidades para mercados correlatos e promover maiores ganhos e extensão de negócios. A equipe identifica, monitora e avalia as principais tendências com potencial de impacto no setor, assim como a visão dos consumidores para os diferentes produtos e serviços. Por fim, cada projeto pode ser realizado através de desenvolvimento próprio ou através de parcerias com empresas de diferentes segmentos para acelerar o desenvolvimento de novos produtos, serviços e modelos de negócio

Desde 2018, por meio da EDP Ventures Brasil, a EDP Brasil realiza investimentos de venture capital, em startups, focados em negócios com estágio inicial e em negócios maduros. A EDP Brasil foi pioneira nesta atividade entre as grandes multinacionais do país, se tornando a primeira iniciativa de investimento de fundos corporativos de empresas do setor elétrico brasileiro, com recursos a serem destinados a startups que atuam em oito domínios de inovação: energia renovável, redes inteligentes, armazenamento de energia, inovação digital (blockchain, IoT, big data, realidade virtual), geração distribuída, hidrogênio verde, mobilidade elétrica e descarbonização no uso de energia. Oito startups já receberam investimentos no Brasil com mais de R\$36 milhões investidos nos últimos quatro anos: Delfos IM (Inteligência artificial para manutenção preditiva de usinas de energia renovável), Dom Rock (Big Data & Analytics), Fractal Engenharia (gestão risco hidrológico e otimização de produção); Voltbras (Tecnologia para gestão de eletropostos), Colab (aplicativo de engajamento popular para gestão pública eficiente e qualificação demandas da distribuição), Clarke Energia (Gestora digital de energia para migração de tarifa), Time Energy (Empresa de Internet of Things para eficiência energética) e Bluesol (modelo de negócio de franquias solares).

Além disso, a evolução do portfólio de investimentos considera outros indicadores de impacto social positivo. No ano, por exemplo, houve um aumento de 20% no número de empregos gerados pelas startups investidas e aumento de 35% no percentual de participação feminina nas empresas, demonstrando o nhia em investir em startups alinhadas com as melhores práticas.

# 7.4 Estratégia e Gestão

A EDP Brasil está comprometida com a excelência nos pilares ESG e acredita na sustentabilidade como o principal valor de estratégia integrada de negócios. Em 29 de dezembro, o capital social da Companhia era representado, na sua totalidade, por 581.165.268 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, Para que seja possível mudar o amanhã, é preciso agir no presente, como sustenta o posicionamento global do Grupo EDP, Changing Tomorrow Now. Para

Dessa forma, nosso Plano Estratégico 2021-2025, guia nossa visão de futuro, prevendo uma aceleração sem precedentes do crescimento da Companhia em energias renováveis, mesmo considerando nossa história de sucesso enquanto líderes em transição energética. São quatro os eixos que orientam o Plano Estratégico 2021-2025: Liderança em uma Transição Energética Justa, Compromisso com a Proteção do Meio Ambiente, Impacto positivo na sociedade e

# Ferramentas de gestão

O sistema de avaliação das metas, nomeado "Triângulo das Metas", foi desenhado para atingir os objetivos estratégicos da Companhia e mede o desempenho das Unidades de Negócio e Plataformas (agrupamento de Unidades de Negócio para avaliação padrão em todas as geografias da Companhia). Estruturado em três dimensões, com pesos e metas definidas, como apresentado no modelo a seguir:

- Valor Adicionado: Indicadores financeiros que revelam a situação da Companhia com base nos resultados contábeis. Este conjunto representa 60% do sistema de gestão de performance.
- Pessoas e organização preparada para o futuro: Monitora indicadores relativos aos colaboradores, como bem-estar, diversidade, inclusão e seguranca - além de acompanhar o desenvolvimento de iniciativas de inovação e novos skills para o aumento da produtividade. A função dos indicadores desta dimensão é garantir que os colaboradores sejam tratados de maneira equitativa dentro dos processos nos quais estão envolvidos e que suas necessidades estejam alinhadas com as do negócio. Este conjunto representa 20% do sistema de gestão de performance
- Excelência em ESG: Monitora indicadores de meio ambiente, desenvolvimento de fornecedores, alterações climáticas, ações socioambientais, compliance e gestão de riscos; todos ligados às ações da EDP Brasil no plano da preservação ambiental e do combate às mudanças climáticas, entre outros temas de sustentabilidade. Estas ações são controladas através de indicadores e metas. Este conjunto representa 20% do total do sistema de gestão de performance.

O acompanhamento e governança das metas tem dois processos importantes: (i) a revisão crítica mensal dos indicadores (Fórum Mensal); e (ii) revisão anual, mbas realizadas com a liderança e a Diretoria

Eventuais sugestões ou direcionamentos retornam para as equipes, estabelecendo dessa forma um ciclo virtuoso de melhoria e aprendizado.

# 7.5 Relacionamento com os Clientes

A EDP Brasil integra em sua cultura, valores e compromissos com seus clientes, parceiros de negócios, pessoas, comunidades e meio ambiente, executando diversas ações para obtenção da excelência no atendimento, aprimorando do acesso aos serviços, de maneira a torná-los cada vez mais simples e completos. A EDP Brasil disponibiliza diversos canais de atendimento aos clientes dotados de tecnologia digital e inteligência artificial como Agência Virtual, Aplicativo EDP Online, ChatBot, WhatsApp e Videoatendimento. Para garantir um atendimento de qualidade, conta também com uma moderna Central de Atendimento

A Companhia visa constantemente reduzir a taxa de acidentes com energia elétrica nas comunidades. Para isso, além de investir em campanhas educativas brincar próximo à rede elétrica. Como resultado, destaca-se a queda do número de ocorrências na rede com desligamento nas comunidades e o

nos municípios de sua área de concessão, algumas de nossas agências contam também com equipamentos de autoatendimento (totens e tablets).

No ano de 2020, a EDP Comercializadora ("Trading") iniciou um projeto estrutural em parceira com consultorias especializadas, a fim de revisitar processos internos com o intuito de promover a excelência no atendimento ao cliente, e com isso, consolidar as receitas recorrentes para os próximos anos. Implementando tecnologias, estratégias e modelos operacionais para atender as novas mudanças regulatórias do setor, a Trading busca colocar o cliente no centro do negócio e assim se fortalecer como uma empresa inovadora e preparada para os novos desafios do mercado.

trajetória sustentável para o futuro. Nossa ambição está em ser uma empresa líder na transição energética brasileira e, com o intuito de acelerarmos esses Ainda em 2022, a EDP Brasil em parceria com a Atento, lançou o programa lluminando Oportunidades, com foco em oportunidades de emprego para pessoas objetivos, reforçamos ainda mais o nosso programa Somos EDP. Somos EDP consolida a nossa cultura organizacional, reforçando os valores de sermos, uma em situação de rua. O programa teve como objetivo capacitar 20 pessoas em situação de vulnerabilidade, a partir de uma formação em relacionamento com organização única e plural, que promove a diversidade de todos os stakeholders, construindo os pilares necessários que geram alto engajamento e bem-estar o consumidor, área de atuação da Atento. O lançamento ocorreu no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Além da aula inaugural, os estudantes aos colaboradores. Além disso, esse programa atua na promoção de processos éticos e transparentes, que visam a eficiência dos negócios. Ainda, o participaram de uma visita guiada ao espaço cultural. A formação de duas semanas, e cada aluno recebeu uma bolsa-auxílio de R\$ 400. O programa desenvolve uma agenda que atende às necessidades dos nossos clientes e da sociedade, pautados pelos valores da Companhia. Dessa maneira, recrutamento para esse programa aconteceu de forma ativa, através de projetos sociais (Projeto Caminhos, liderado pelo padre Julio Lancellotti, espaço a EDP Brasil, como uma organização mais integrada, fluída e global, conecta diferentes públicos e dissemina uma cultura centrada nas pessoas e que busca atingir todos os colaboradores. Com mais de 3.000 colaboradores, ao longo de 2022, foram realizadas 469 admissões e 486 desligamentos.

> brasil.edp.com continua...

A diversidade, como grande pilar estratégico organizacional da Companhia, obteve um resultado em que 50% dos colaboradores são de grupos sub- 7.7 Prêmios e Reconhecimentos representados, com valorização da interseccionalidade entre eles. As posições de liderança são ocupadas por 20% de mulheres e 16% de pessoas negras.

A EDP Brasil destacou-se por receber as seguintes premiações ao longo do ano: (i) 1º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial da

A pesquisa de clima organizacional realizada durante o ano reforçou o alto engajamento dos colaboradores, mantendo a EDP Brasil como destaque global, Visão de Futuro, Pessoas e Desempenho Financeiro; (iv) Melhor empresa do setor de Energia pela Melhores do ESG 2022 do Guia Exame (v) EDP Espírito com 91% de engajamento e 92% de adesão à pesquisa.

profissional. O modelo de trabalho híbrido foi implementado contando com jornadas 50% presenciais e 50% remotas. Para os colaboradores em modelo híbrido, foi implementa a Short Friday, que consiste na compensação semanal para todos os colaboradores em modelo híbrido, podendo usufruir de uma (vii) UHEs Peixe e Lajeado escolhidas pela ANEEL como as duas melhores hidrelétricas do país pela Declaração de Autoavaliação Regulatória e de jornada reduzida às sextas-feiras. Para incentivar ainda mais o equilíbrio dessas ações, criamos um portfólio de boas práticas, para que o colaborador possa

Desempenho Operacional (Dardo) da ANEEL; (viii) Conquista, pela nona vez, do Troféu Transparência Anefac (Associação Nacional de Executivos) nas ser protagonista, prezando pela qualidade de vida. Além disso, incentivamos as ações referente as Regras de Ouro, garantindo ao colaborador a realização contas; (ix) Líder em inovação no ranking Top 100 Open Corps. dos horários de almoço e a definição dos horários de reuniões entre às 9h e às 17h, com respeito as especificidades e casos excepcionais

Na frente de desenvolvimento, reforçamos a narrativa em que o colaborador é o protagonista de sua jornada. Para isso, investimos em plataformas de aprendizagem como o Campus Online e a Degreed, uma plataforma com a possibilidade de todos os colaboradores consumirem ou criarem diversos treinamentos, de diferentes temas de interesse, para além dos temas de desenvolvimento para as suas atividades. A Degreed é uma plataforma que conta Nos termos da Instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG) para prestação habilidades por cargo e equipe. Também entregamos programas que incentivam a diversidade e a inclusão dentro de nossa organização, por meio dos KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não fina Sensibilização LGBTQIAP+ e Consciência Negra

programa atua em três pilares: causas emergenciais, inclusão profissional e transformação socioambiental, além de abrir espaço para os voluntários trazerem com princípios internacionalmente aceitos, em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu ações para a empresa, chamado de "Minha Causa". Ao longo do ano, ocorreram 2.985 participações, sendo que 1.576 foram de colaboradores voluntários cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. únicos, o que representa 47% de colaboradores envolvidos em ações de voluntariado. O resultado desse programa beneficiou 32 organizações sociais e mais de 10.800 pessoas, considerando iniciativas assistenciais e de competências. O projeto Cruzando Histórias também merece destaque, com a participação de 40 voluntários, que apoiaram 130 mulheres. Outra ação marcante foi o Km Solidário, com a participação de 280 voluntários que doaram 9.300 kms quilômetros 9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS percorridos para projetos sociais e, em contrapartida, a EDP doou 1.000 mudas de árvores nativas para o Instituto Ipê.

Além disso, no ano foram investidos mais de R\$ 1 milhão em programas de desenvolvimento e R\$ 600 mil em programas de capacitação. Destaque para B3 (ISE B3) pelo 2º ano consecutivo; (ii) pelo terceiro ano consecutivo; (iii) pelo terce iniciativas pioneiras no setor, como a entrega da primeira escola afirmativa de eletricistas para pessoas trans, nos estados do Espírito Santo e São Paulo. Santo eleita pelo Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a 7ª melhor distribuidora do país na categoria nacional, A EDP Brasil estabeleceu como prioridade o bem-estar de seus colaboradores, criando iniciativas que proporcionem melhor equilíbrio entre vida pessoal e

3ª melhor distribuidora da região sudeste nas categorias regional e responsabilidade socioambiental e 2ª melhor em evolução de desempenho; (vi) EDP São Paulo eleita pelo Prêmio Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a 2ª melhor distribuidora do país em qualidade de gestão;

com uma inteligência artificial que possibilita a autoavaliação de habilidades, disponibilizando também para os gestores instrumentos que os permitem avaliar de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2022. A

programas +Inclusão, Conexão Mulheres e o início do programa Conexões Pretas, assim como a continuidade de ações chaves como Grupos de Afinidades, Em 2022, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria Outro programa que contempla os objetivos da EDP Brasil é o voluntariado, programa que conecta a empresa com colaboradores e a comunidade. O junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo

Conforme requerido pelo artigo 27 da instrução CVM nº 80/22, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações Considerando a experiência do colaborador em todas as etapas da carreia, a EDP possui um Programa de Incentivo à Aposentadoria ("PIA"). Com solidez e financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de

condições rescisórias diferenciadas e orientações para a nova etapa pós-emprego.	("IFRS"), er	nitidos pelo International Ac	counting Standards Board	("IASB").			
BALANÇO SOCIAL ANUAL   FORMULÁRIO IBASE							
1 - Base de Cálculo		2022 (R\$ mil)			2021 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)		17.287.656,00		18.874.154,00			
Resultado operacional (RO)		3.417.364,00			3.816.994,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)		504.628,09			453.352,34		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	64.941,57	12,87%	0,38%	52.748,06	11,64%	0,28%	
Encargos sociais compulsórios	128.422,82	25,45%	0,74%	111.388,54	24,57%	0,59%	
Previdência privada	6.803,05	1,35%	0,04%	5.933,59	1,31%	0,03%	
Saúde	50.234,19	9,95%	0,29%	44.519,66	9,82%	0,24%	
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Cultura Transporte	9.674,23	1,92%	0,00%	9.704,20	2,14%	0,05%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.256,31	0,84%	0,00%	5.325,19	1,17%	0,03%	
Creches ou auxílio-creche	2.679,29	0,53%	0,02%	2.151,55	0,47%	0,01%	
Participação nos lucros ou resultados	64.670,23	12,82%	0,37%	44.351,80	9,78%	0,23%	
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	
Outros	5.437,98	1,08%	0,03%	4.599,16	1,01%	0,02%	
Total - Indicadores sociais internos	337.119,67	66,81%	1,95%	280.721,75	61,92%	1,49%	
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	2.917,90	0,09%	0,02%	3.544,00	0,09%	0,02%	
Cultura	9.544,00	0,28%	0,06%	8.621,00	0,23%	0,05%	
Saúde e saneamento	336,20	0,01%	0,00%	5.695,00	0,15%	0,03%	
Esporte	2.736,40	0,08%	0,02%	2.390,00	0,06%	0,01%	
Combate à fome e segurança alimentar	65,00	0,00%	0,00%	868,00	0,02%	0,00%	
Outros	1.256,00	0,04%	0,01%	1.926,00	0,05%	0,01%	
Total das contribuições para a sociedade	16.855,50	0,49%	0,10%	23.044,00	0,60%	0,12%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	-	-	
Total - Indicadores sociais externos	16.855,50	0,49%	0,10%	23.044,00	0,60%	0,12%	
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	253.998	7,43%	1,47%	164.668	4,31%	0,87%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-	
Total dos investimentos em meio ambiente*  Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	253.998,34	7,43%  não possui metas cumpre de 0 a 50% cumpre de 51 a 75% cumpre de 76 a 100%	1,47%	164.668,42	164.668,42 4,31% 0,87%  ■ não possui metas □ cumpre de 0 a 50% □ cumpre de 51 a 75% □ cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022			2021		
N° de empregados(as) ao final do período		3.337			3.274		
Nº de admissões durante o período		465		410			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		8.626		13.588			
N° de estagiários(as)		155			146		
N° de empregados(as) acima de 50 anos		342			354		
N° de mulheres que trabalham na empresa		770			752		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		21%			19%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**		1.057			789		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**		16%			12%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		70			66		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022			2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		47,22			47,86		
Número total de acidentes de trabalho***		28,00			13,00		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências		() direção	( x ) direção e gerências	() todos empregados	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados ( x ) segue as normas da	() todos + Cipa () incentiva e segue a	( x ) direção e gerências	( ) todos empregados ( x ) segue as normas da	() todos + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	OIT	OIT	() não se envolve	OIT	( ) incentiva e segue a C	
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) são oxigidos	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve na empresa:	() apóia	( x ) organiza e incentiva	( ) não se envolve na empresa:	( ) apóia	( x ) organiza e incentiv	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	41.714	no Procon: 4.451	na Justiça: 4.539	40.799	no Procon:	na Justiça: 5.240	
	na empresa:			na empresa:	no Procon:	na Justiça:	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:			00 500/	99,50%	99,50%	69,17%	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	99,43%	99,00%	68,50%	99,3076		00,1170	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:  Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	99,43%	10.229.717,00	68,50%	99,3076	10.448.788,00	00,1170	
	99,43%		68,50%	99,30 /6		30,170	

N/A - Não Aplicável.

\*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção \*\*Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a soma de pessoas pretas e pardas

\*\*\*Nota: Indicador considera apenas os colaboradores próprios (acidentes com e sem afastamento)

# **BALANCOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)											
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		Contro	ladora	Cons	olidado			Contro	oladora	Consc	lidado
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	971.534	932.703	4.197.196	2.699.490	Fornecedores	25	42.471	50.834	1.486.113	1.944.092
Títulos e valores mobiliários	6			1.952	11.722	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9		3.899	211.838	136.043
Contas a receber	7			2.445.137	2.856.290	Outros tributos a recolher	9	148.346	122.691	433.864	634.891
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	99.731	56.760	238.560	280.791	Tributos diferidos	10			1.079	329
Outros tributos compensáveis	9	61.416	63.140	456.679	552.974	PIS e COFINS diferidos	10.1			161.454	67.229
PIS e COFINS diferidos	10.1			139.427	56.661	Dividendos	14	558.012	515.900	731.665	680.874
Empréstimos a receber	11		216.606			Debêntures	26	22.308	201.893	1.412.755	779.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3	8.918		13.463		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27		105.305	1.678.112	801.082
Dividendos	14	516.028	360.465	71.004	50.015	Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3	8.918		164.823	
Estoques	12			275.722	460.408	Benefícios pós-emprego	28			79.566	51.615
Cauções e depósitos vinculados	13	350	350	19.782	10.001	Encargos setoriais	29			110.439	132.454
Ativos financeiros setoriais	8			80.687	643.174	Uso do bem público	30			46.082	43.269
Ativos da concessão	21			700.042	55.184	Ressarcimento por indisponibilidade				500	2.945
Compromissos futuros	15			1.347.737	440.678	Provisões	31			87.946	65.503
Outros créditos	16	33.378	29.012	316.639	425.434	Passivos financeiros setoriais	8			1.039.653	627.003
		1.691.355	1.659.036	10.304.027	8.542.822	Compromissos futuros	15			1.120.243	379.905
Ativos não circulantes mantidos para venda	17		1.228.954		1.328.481	Outras contas a pagar	16	98.880	73.567	385.953	464.929
Total do Ativo Circulante		1.691.355	2.887.990	10.304.027	9.871.303			878.935	1.074.089	9.152.085	6.811.584
Não circulante						Passivos não circulantes mantidos para venda	17				178.000
Ativo financeiro indenizável	20			5.706.847	4.362.393	Total do Passivo Circulante		878.935	1.074.089	9.152.085	6.989.584
Ativos da concessão	21			7.483.925	5.685.037	Não circulante					
Contas a receber	7			227.962	103.977	Outros tributos a recolher	9	6.055	11.409	272.352	291.986
Títulos e valores mobiliários	6	4.197		6.697	2.500	Tributos diferidos	10	203.856	206.202	1.174.637	736.722
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9		55.421	99.234	139.812	PIS e COFINS diferidos	10.1			737.883	491.114
Outros tributos compensáveis	9		1.909	433.092	930.969	Debêntures	26	25.985	34.736	7.822.488	6.944.962
Tributos diferidos	10			558.280	575.217	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27			3.127.081	2.072.049
PIS e COFINS diferidos	10.1			87.368	26.205	Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3			157.815	
Empréstimos a receber	11	316.408	94.132	14.689	12.713	Benefícios pós-emprego	28			699.450	798.634
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3			66.824		Uso do bem público	30			484.370	462.865
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	241.980	346.285			Provisões	31	27.941	8.099	669.067	587.029
Cauções e depósitos vinculados	13	16.503	4.892	471.746	419.776	Provisão para passivo a descoberto	18	38	1.065	4.070	2.329
Ativos financeiros setoriais	8			72.641	786.263	Passivos financeiros setoriais	8			117.094	1.496.347
Compromissos futuros	15			754.187	427.583	Compromissos futuros	15			524.899	85.737
Outros créditos	16	47.918	40.986	30.522	32.570	Outras contas a pagar	16	26.108	14.918	162.142	125.369
		627.006	543.625	16.014.014	13.505.015	Total do Passivo Não circulante		289.983	276.429	15.953.348	14.095.143
Investimentos	18	9.450.419	8.954.824	2.409.755	1.311.885	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Propriedades para investimentos	22	9.484	9.484	63.858	11.381	Capital social	32.1	5.502.716	5.502.716	5.502.716	5.502.716
Imobilizado	23	60.510	67.567	4.656.890	6.068.213	Reservas de capital	32.3	127.375	132.834	127.375	132.834
Intangível	24	56.055	38.425	3.552.648	2.610.942	Reservas de lucros	32.3	5.953.946	6.260.565	5.953.946	6.260.565
•		9.576.468	9.070.300	10.683.151	10.002.421	Outros resultados abrangentes	32.4	(546.220)	(654.184)	(546.220)	(654.184)
Total do Ativo Não circulante		10.203.474	9.613.925	26.697.165	23.507.436	Ações em tesouraria	32.5	(311.906)	(90.534)	(311.906)	(90.534)
						,		10.725.911	11.151.397	10.725.911	11.151.397
						Participações não controladores	32.6			1.169.848	1.142.615
						Total do Patrimônio líquido		10.725.911	11.151.397	11.895.759	12.294.012
TOTAL DO ATIVO		11.894.829	12.501.915	37.001.192	33.378.739	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.894.829	12.501.915	37.001.192	33.378.739
			Acno			grante das demonstrações financeiras.					
			A5 110	ias explicativas	sau parte irile(	ganto das astribristrações ilharibeiras.					

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Control	adora	Consc	olidado
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receitas	33	4.400	2.981	17.287.655	18.874.154
Custos	34				
Custo do serviço de energia elétrica				(8.209.071)	(9.913.640)
Custo da produção da energia elétrica				(319.394)	(1.348.680)
Custo de operação				(1.428.642)	(1.326.808)
Custo do serviço prestado a terceiros				(2.096.826)	(2.169.255
		-	-	(12.053.933)	(14.758.383
ucro bruto		4.400	2.981	5.233.722	4.115.771
espesas e Receitas operacionais	34				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(159.814)	(135.158
Despesas gerais e administrativas		(148.290)	(138.232)	(716.534)	(579.839
Ganho na alienação de investimentos		326.252	320.556	326.252	320.55
Outras despesas e receitas operacionais		(32.872)	(6.843)	(1.480.225)	(146.752
		145.090	175.481	(2.030.321)	(541.193
esultado das participações societárias	18	842.448	2.051.098	213.964	242.41
ucro antes do resultado financeiro e tributos		991.938	2.229.560	3.417.365	3.816.99
esultado financeiro	35				
Receitas financeiras		60.520	5.842	666.223	306.35
Despesas financeiras		(33.408)	(69.758)	(2.132.824)	(1.107.935
		27.112	(63.916)	(1.466.601)	(801.582
ucro antes dos tributos sobre o lucro		1.019.050	2.165.644	1.950.764	3.015.41
ributos sobre o lucro	36				
Imposto de renda e contribuição social correntes			(5.979)	(569.626)	(382.373
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.387	173	(168.411)	(265.494
		2.387	(5.806)	(738.037)	(647.867
ucro líquido do exercício		1.021.437	2.159.838	1.212.727	2.367.54
Atribuível aos acionistas controladores		1.021.437	2.159.838	1.021.438	2.159.83
Atribuível aos acionistas não controladores				191.289	207.70
esultado por ação atribuível aos acionistas	37				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		1,80473	3,69863	1,80473	3,6986
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		1,80601	3,68351	1,80601	3,6835

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Contro	ladora	Consc	olidado	
	2022	2021	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	1.021.437	2.159.838	1.212.727	2.367.545	
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego			64.354	45.562	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	107.964	87.643	66.489	56.293	
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(21.880)	(15.492)	
	107.964	87.643	108.963	86.363	
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa			(1.514)	1.939	
Imposto de renda e contribuição social diferidos			514	(659)	
	-	-	2022 1.212.727 64.354 66.489 (21.880) 108.963 (1.514) 514 (1.000) 1.320.690 1.129.401	1.280	
Resultado abrangente do exercício	1.129.401	2.247.481	1.320.690	2.455.188	
Atribuível aos acionistas controladores	1.129.401	2.247.481	1.129.401	2.247.481	
Atribuível aos acionistas não controladores			191.289	207.707	

### **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO** EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)				
	Contro	oladora	Consc	olidado
	2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado	356.642	382.531	23.979.533	26.891.761
Receita operacional	4.642	3.021	20.382.575	22.715.006
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			(159.814)	(135.158)
Receita relativa à construção de ativos próprios	24.757	54.020	275.906	362.144
Receita de Construção			2.036.378	2.321.931
Remuneração dos Ativos da concessão			730.566	565.036
Atualização do Ativo financeiro indenizável			384.236	351.166
Outras receitas	327.243	325.490	329.686	711.636
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(119.835)	(122.266)	(12.657.105)	(16.306.453)
Custos da energia comprada	` ,	,	(7.536.473)	(10.357.406)
Encargos de uso da rede elétrica			(1.425.354)	(1.366.288)
Materiais	(804)	(2.262)	(336.111)	(156.710)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica	, ,	` ,	(317.565)	(1.355.911)
Serviços de terceiros	(72.759)	(96.743)	(694.069)	(652.631)
Custo de construção da infraestrutura	(,	(,	(1.987.620)	(2.150.806)
Outros custos operacionais	(46.272)	(23.261)	(359.913)	(266.701)
Valor adicionado bruto	236.807	260.265	11.322.428	10.585.308
Retenções		200.200		. 0.000.000
Depreciações e amortizações	(17.535)	(17.207)	(2.060.461)	(765.102)
Valor adicionado líquido produzido	219.272	243.058	9.261.967	9.820.206
Valor adicionado recebido em transferência		0.000	0.201.001	0.020.200
Beceitas financeiras	104.497	41.143	753.787	386.166
Resultado da equivalência patrimonial	842.448	2.051.098	213.964	242.416
Valor adicionado total a distribuir	1.166.217	2.335.299	10.229.718	10.448.788
Distribuição do valor adicionado	11.100.217	2.000.200	10.220.710	10.440.700
Pessoal				
Remuneração direta	52.706	42.697	414.244	334.570
Benefícios	6.384	8.666	127.045	111.869
FGTS	5.995	4.141	42.464	30.466
Impostos, taxas e contribuições	0.000	7.171	12.101	00.400
Federais	45.425	46.585	3.971.007	3.021.491
Estaduais	(39)	80	2.290.860	3.070.062
Municipais	1.186	1.096	15.538	14.078
•	1.100	1.096	13.336	14.076
Remuneração de capitais de terceiros  Juros	33.408	69.758	2.149.827	1.493.185
Aluquéis	(285)	2.438	6.006	5.522
	(203)	2.430	0.000	5.522
Remuneração de capital próprio	051 000	454.011	051 000	454.011
Juros sobre capital próprio	651.239	454.811	651.239	454.811
Participações dos não controladores		100.070	191.289	207.707
Dividendos		126.372	04.000	126.372
Partes beneficiárias	<b>200</b> - 1 -	=== ====	31.083	37.708
	796.019	756.644	9.890.602	8.907.841
Lucros retidos	370.198 <b>1.166.217</b>	1.578.655 <b>2.335.299</b>	339.116 <b>10.229.718</b>	1.540.947 <b>10.448.788</b>

# DI

# DEMONSTRAÇÕES DOS ELLIVOS DE CALVA

	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO					
	(Em milhares de reais)					
 21		Nota	2022	oladora 2021	Consc	olidado 2021
54	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
0)	Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.019.050	2.165.644	1.950.764	3.015.412
0)	Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais  Tributos diferidos		41	9	5.930	9.896
8) 5)	Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				159.528	135.161
3)	Remuneração dos Ativos da concessão				(688.694)	(648.804)
71	Valor justo do ativo financeiro indenizável		17.110	47.044	(384.236)	(351.166)
8)	Depreciações e amortizações  Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		17.446 15.491	17.211 809	2.068.307 103.258	740.068 65.070
o) 9)	Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber		(38.673)	(20.879)	(1.679)	(26.069)
56	Direito de concessão - GSF				(3.269)	(165.084)
2) <b>3)</b>	Ativos e passivos financeiros setoriais				(3.180)	(13.188)
3) 16	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre				2.263	5.612
94	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		23.233	63.737	1.465.963	698.896
- 0	Uso do bem público - atualização monetária e AVP		20.200	00.107	57.064	100.017
53 5)	Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		2.060	721	15.469	12.799
2)	Provisão para plano de benefícios pós-emprego				74.063	65.955
12	Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		22.080	2.420	152.428	126.645
3)	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP Ajuste a valor presente				4.494 3.603	4.879 262
4)	Compromissos futuros				(54.173)	(175.172)
7)	Resultado de participações societárias		(842.448)	(2.051.098)	(213.964)	(242.416)
15	Ganhos com alienação de investimentos		(341.590)	(341.214)	(341.540)	(341.214)
38 07	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária				46.258	55.020
	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(795)	(203)	(29.887)	(13.092)
	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade		(3.821)	(4.773)	(34.502) (2.446)	2.168 (1.999)
63	Atualização monetária - GSF				3.241	55.491
51	Instrumentos financeiros derivativos				237.015	
	Outros		(5.465)	(7.093)	(168.112)	141.183
			(133.391)	(174.709)	4.423.966	3.256.330
	(Aumento) diminuição de ativos operacionais				407.050	07.500
	Contas a receber Ativos financeiros setoriais				137.358 1.495.169	67.568 (834.366)
	Ativos da concessão				472.389	104.774
21	Títulos e valores mobiliários		(4.197)			142.265
15	Imposto de renda e contribuição social a compensar		(16.163)	(4.152)	41.689	147.620
	Outros tributos compensáveis				427.850	309.110
62	Estoques		(10.816)	4.401	174.376	(415.551)
93	Cauções e depósitos vinculados Rendas a receber				(10.366) (2.289)	(3.170) 3.214
2) <b>33</b>	Instrumentos financeiros derivativos				5.767	0.2
,,	Outros ativos operacionais		(8.110)	6.109	96.355	(439.492)
39			(39.286)	6.358	2.838.298	(918.028)
9) <b>30</b>	Aumento (diminuição) de passivos operacionais		<b>/</b>			/·
38	Fornecedores Passivos financeiros setoriais		(8.363)	26.042	(177.920) (1.182.483)	(591.986) (310.447)
31 07	Imposto de renda e contribuição social a recolher				(267.436)	(208.253)
	Outros tributos a recolher		32.154	28.368	(2.286)	361.621
	Benefícios pós-emprego				(81.664)	(54.247)
	Encargos setoriais				(55.902)	(30.803)
	Provisões		(2.238)	(2.507)	(71.440)	(86.097)
	Ressarcimento por Indisponibilidade Uso do bem público				(1.942) (44.474)	(1.945) (36.718)
_	Instrumentos financeiros derivativos				1.354	(50.710)
21 61	Outros passivos operacionais		26.107	19.407	(351.901)	332.558
)6			47.660	71.310	(2.236.094)	(626.317)
8)	Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(125.017)	(97.041)	5.026.170	1.711.985
14 31	Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.367)	(07.044)	(243.261)	(407.703)
36	Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investimento		(133.384)	(97.041)	4.782.909	1.304.282
36 36	Alienação de investimento		707.655	879.090	707.655	879.090
3)	Aquisição de investimento			(1.784)	(1.028)	(88.444)
6)	Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos		1.743.801	889.661	90.366	54.411
8) 0)	Títulos e valores mobiliários				5.573	(750)
1)	Adiantamento para futuro aumento de capital		(241.980)	(419.185)		
1)	Aumento de capital social em subsidiárias		(308.198)	(121.422)	(3)	(1.702.125)
6) 1)	Adições aos ativos da concessão Adições ao Imobilizado e Intangível		(24.757)	(61.540)	(1.928.057) (292.786)	(1.793.125) (274.697)
08	Alienação de bens e direitos		(24.737)	(01.340)	(202.700)	(274.697) 491
2)	Empréstimos a receber		33.003	211.483	(1.537)	(6.819)
2) <b>)6</b>	Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos				(1.970.025)	(88.858)
26	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		1.909.524	1.376.303	(3.389.842)	(1.318.700)
66 16	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				0.500	225
38	Cauções e depósitos vinculados  Títulos recebidos		2 277	2 167	3.536	385

38.831 25.499 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.277

(1.193.902)

(294.848)

(22.026)

(3.571)

(225.239)

38.831

971.534

42.1 **(1.737.309) (1.253.763)** 

2.167

(1.301)

(426.442)

25,499

932.703

907.204

(562.920) (1.398.932)

(234.702) (1.728.833)

(30.565) (1.035.593)

4.560.705

(34.166)

(39.439)

(225.239)

104.639

1.497.706

4.197.196

2.699.490

1.497.706

2.600

(45.000)

(755.319)

4.879.210

(3.069.601)

(633.419)

(35.565)

3.800

15.000

(426.442)

(21.951)

(36.369)

2.699.490

2.735.859

(36.369)

As notas explicativas sao parte integrante das dem	ionatiações ilitarioetias.				no notao expiloati	rao sao parto integrante	ado demonstrações inte	arioon do.	
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	•								
(Em milhares de reais)									
	Capital	Reservas	Reservas	Ações em	Outros resultados	Lucros	Total	Não	Total
	social	de capital	de lucros	tesouraria	abrangentes	acumulados	Controladora	controladores	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.502.716	141.069	5.365.110	(145.988)	(741.827)	-	10.121.080	1.135.193	11.256.273
Aumento/Redução de capital de subsidiárias							-	3.800	3.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.592)					(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGOE 30/04/2021			(203.075)				(203.075)		(203.075)
Dividendos destinados a não controladores							-	(205.677)	(205.677)
Opções de ações outorgadas		(4.872)					(4.872)		(4.872)
Alienação de ações de tesouraria		(1.771)		4.192			2.421		2.421
Recompra de ações em tesouraria				(428.863)			(428.863)		(428.863)
Cancelamento de ações em tesouraria			(480.125)	480.125			-		-
Lucro líquido do exercício						2.159.838	2.159.838	207.707	2.367.545
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			107.992			(107.992)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(454.811)	(454.811)		(454.811)
Dividendos complementares obrigatórios			4 470 000			(126.372)	(126.372)		(126.372)
Lucro do exercício a deliberar			1.470.663			(1.470.663)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					87.643		87.643		87.643
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
	Capital	Reservas	Reservas	Ações em	Outros resultados	Lucros	Total	Não	Total
	social	de capital	de lucros	tesouraria	abrangentes	acumulados	Controladora	controladores	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Aumento/Redução de capital de subsidiárias				(,	( ,		-	2.600	2.600
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.592)					(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022		, ,	(676.817)				(676.817)		(676.817)
Dividendos destinados a não controladores							-	(168.248)	(168.248)
Opções de ações outorgadas		(1.917)		6.160			4.243		4.243
Alienação de ações de tesouraria		(1.950)					(1.950)		(1.950)
Recompra de ações em tesouraria				(227.532)			(227.532)		(227.532)
Lucro líquido do exercício						1.021.437	1.021.437	191.289	1.212.726
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			51.072			(51.072)	-		-
Reserva de retenção de lucros			166.669			(166.669)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(651.239)	(651.239)		(651.239)
Dividendo adicional proposto			152.457			(152.457)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					107.964		107.964		107.964
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759
		As notas explicativas são	o parte integrante das de	emonstrações financ	eiras.				
the state of the s			brasil.edp.com						continua

Redução de capital social líquido do custo de emissão

Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures

Aumento de capital social em subsidiárias por não controladores

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores

Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento

Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos

Pagamentos de encargos de dívidas

Liquidação de operações com derivativos

Pagamentos do principal de arrendamentos

...continuação EDP Energias do Brasil S.A

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** 

A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios de emergia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) pestudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.

As ações da Companhia, sob o código "ENBR3", estão registradas no mais elevado nível de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado. Adicionalmente, as ações da Companhia integram as carteiras dos seguintes índices na B3: Índice Bovespa - Ibovespa e Índice

A Companhia possui as sequintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

			% Participação			
			31/12/2	022	31/12/2	.021
Empresas	Classificação	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
Geração						
Energest S.A. (Energest) (Nota 4.20)	Controlada	integral	-	-	100,00	
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,7
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
Transmissão		· ·				
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	99,9989	-	
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,0
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	
Energia I SPE S.A (Energia I)	Controlada	integral	-	100,00	-	
Energia II SPE S.A (Energia II)	Controlada	integral	-	100,00	-	
Outros		· ·				
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	· -	50,0
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	· -	100,00	,
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)	Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00		40,00
1.1.1 Alteração na denominação social	v	· · ·				

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram deliberadas alterações das denominações sociais das controladas, conforme relacionadas abaixo:

Denominação antiga AES Tietê Inova Soluções de Energia II (Inova Soluções de Energia II) CELG Transmissão S.A. - CELG - T UFV SP V Equipamentos Fotovoltáicos Ltda. (UFV SP V Equipamentos) AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. (Inova Soluções de Energia)

Data de Alteração ACS - 04/01/2022 Denominação atual Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) AGE - 17/03/2022 EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás) EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V) ACS - 20/07/2022 EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)

% Participação

1.1.2 Constituição de controladas

No exercício finido em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu três novas controladas, sendo elas Energia I e Energia I e Energia II. As referidas controladas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP- Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia. 1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil integra, há 16 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo conquistado o 1º lugar no ranking geral no exercício de 2021, sendo benchmark no desempenho da carteira nas dimensões Geral, Natureza do Produto, Econômico, Ambiental e Social, indicando a solidez da sua estratégia de sustentabilidade. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de companhias com os melhores desempenhos de aspectos ESG, sendo referência para o investimento socialmente responsável. O ESG é um conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que pode ser usado para quiar investimentos e escolhas de consumo focadas em sustentabilidade. A Companhia mantém o seu compromisso em contribuir para 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, sendo eles: Igualdade de gênero; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida terrestre; e Parcerias e meios de implementação.

A EDP - Energias do Brasil é uma companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e

das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo IV - Constituição e Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Também é estabelecido que. extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia

Em operação

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	instalada (MWm) (MWm) (Nota 4.23	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição									
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES		17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP		23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração									
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00 129,70	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95 222,00	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75 280,50	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50 505,10	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27 645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84 430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Transmissão									
Operação comercial	Extensão da linha	Modalidade	Outeum	Catada	Deseviere de linhe	Infala	Término	Drawagaaãa	Indoninos .
Empresas			Outorga	_Estado	Descrição da linha	Início		Prorrogação	<u>Indenização</u>
EDP Transmissão Aliança (Nota 4.6)	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230k\	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão SP-MG (Nota 4.6)	375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500k\	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69k\	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Goiás (Nota 4.7)	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230k\	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69k\	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Mata Grande Transmissora	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230k\	20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Em fase de projeto/construção									
Empresas	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	_Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão Norte	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8k\	30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
								a que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria da própria A	

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência (ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente

brasil.edp.com

(iii) Não existe previsão de indenização

Adicionalmente a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	instalada as (MWm)		Término da concessão	
Distribuição								
Celesc Distribuição S.A Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045	
Gás natural								
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044	
Geração								
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053	
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054	
	UHE: Palmeiras,							
Celesc Geração S.A	Bracinho e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	48,00	32,25	06/11/2053	
Celesc G	UHE Saltos	Produtor Independente	Concessão	SC	6,28	3,99	05/11/2053	
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)	
Total	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15 <b>115,27</b>	5,97 <b>70,16</b>	(i)	
Iotai					113,21	70,10		

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir

		Final da	Potência	Acréscimo de	Potência	
Descrição	Localização	concessão	instalada (MW)	potência (MW)	final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(i)	-	1,00	1,00	Obras em licitação
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	5,57	9,40	Licenciamento Ambiental
Total	•		43.11	34.82	77.93	

As informações apresentadas acima foram extraídas das demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022, divulgadas ao mercado em 11 de

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei no 13.360/16). (ii) Potência final será definida com a Revisão de Projeto Básico.

# 3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em ob às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e das controladas não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo

evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia e suas controladas autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2023. Após esta data, as

alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração. 3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. 3.3 Base de mensuração As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados

ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 38.1.1); (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do *superávit* atuarial (Nota 28); (iii) a marcação a mercado dos contratos de compromissos futuros (Nota 15); (iv) Propriedades para investimentos (Nota 22); (v) Combinação de negócios - EDP Goiás (Nota 18.1); (vi) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27); e (vii) instrumentos financeiros derivativos (Nota 38.1.2).

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.7); Fornecimento não faturado (Nota 7.3); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 7); Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 7.9); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Compromissos futuros (Nota 15);Combinação de negócios - EDP Goiás (Nota 18.1); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 20); Ativos da concessão (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 23 e 24); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 28); Provisões para contingências (Nota 31.1); Provisões necessárias para custos relacionados licenças ambientais (Nota 31.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 38.1.2).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.6 Demonstrações financeiras consolidadas

3.6 demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, correlacionado ao IFRS 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 18). As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes: Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas.

• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados

 As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes. Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da

mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras. • Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 19.2) e

40% da participação no capital total da Blue Sol. • As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, o cálculo de equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem em relação à data-base apresentada, uma vez que

o calendário de divulgação das demonstrações financeiras da Companhia antecede ao calendário de divulgação da coligada.

• Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais,

conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) e não são consolidados nas demonstrações financeiras. 3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado. Ativos financeiros e Ativos contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.9.

 Ativo não financeiro A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros A Companhia é suas controladas avaliaram a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo

de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeito dos testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

• Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, EDP

Smart SPE (Nota 1.1.1), Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão, São Manoel e Porto do Pecém;

• Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - equity value;

 Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;

Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos), EDP Smart SPE (Nota 1.1.1); e • Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (3,46% a.a.) e

IPCA+ (3,47% a.a.).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto

1.1 Operacional

3.4 Uso de estimativa e julgamento

que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

ou pelo link

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para a controlada indireta EDP Smart Soluções e na controlada Porto do Pecém, verificou-se que parte do valor contábil líquido registrado dos ativos não é recuperável, portanto, houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável, sendo no valor de R\$14.971 (Nota 34) na controlada indireta EDP Smart Soluções e no valor de R\$1.206.209 (Notas 4.24 e 34) na controlada Porto do Pecém

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-deobra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
2 0 2 Normativos emitidos nele IACD e cindo não	homologados polo CDC			

para Relatório Financeiro	alterar significativamente os re	equisitos do IFF IFRS 3.	RS 3 Pronunciament	0 01/01/2022
3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e	• .	0	National	Data da
Norma CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Descrição da alteração Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	Correlação IASB IAS 1 / IFRS 2	Natureza Pronunciamento	vigência 01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábit; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)	IAS 36/ IAS7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2022, as controladas e as controladas em conjunto obtiveram os sequintes recursos

		Conso	lidado			
		Data da				
Empresa	Fonte I	<u>iberação</u>	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidad
Em moeda nacional						
Santa Leopoldina	Debêntures - 1ª Emissão	jan/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	Compra de ações d emissão da EDP Goiás Capital de Giro da Emissor
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	. Capital de Gire
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai/22	mai/27	450.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alonga o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai/22	mai/27	270.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alonga o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Trading	Cédula de Câmbio Aditivo - MUFG	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	. Capital de Giro
Porto do Pecém	Notas Comerciais - 1ª Emissão	set/22	jul/27	1.500.000	CDI + 2,4% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
				3.170.000		
	Controlada em Conjunto (não conso	lidadas n	estas demon	strações fina	nceiras (Nota 19.	1))
Cachoeira Caldeirão	BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	Subcrédito do BNDES para investimento socia
São Manoel	BNDES - SUB C	jul/22	dez/25	3.261	TJLP	Subcrédito do BNDES para investimento socia
				5.861		
Total em moeda nacional				3.175.861		
		Conso	lidado			
Em moeda estrangeira						
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	ian/22	ian/24	150.000 USD	USD + 1.6175%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e

Total em moeda nacional			3.175.861		
		Consoli	idado		
Em moeda estrangeira					
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24 150.000 USD	USD + 1,6175%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
Santa Leopoldina	4131 ITAU - <i>SWAP</i>	fev/22	jan/24 64.941 USD	USD + 2,2000%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - <i>SWAP</i>	abr/22	mar/23 25.565 USD	USD + 3,733%	Capital de Giro
Mata Grande Transmissora	4131 Scotiabank - SWAP	ago/22	nov/22 16.284 USD	USD + 3,18% a.a	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
Total em moeda estrangeiro			256,790 USD		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 26 e 27

4.2 Porto do Pecém - Liquidação do financiamento do BNDES

Em 06 de outubro de 2022 a controlada Porto do Pecém efetuou a liquidação do financiamento com BNDES no valor de R\$470.301. 4.3 EDP Energias do Brasil - Agenda ESG

Em 2022, pelo 2º ano consecutivo, a EDP - Energias do Brasil ficou na 1ª posição do ranking geral no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Essa também é a 17ª vez consecutiva em que a Companhia figura na carteira, que vigora no período de 02 de janeiro de 2023 a 29 de dezembro de 2023, reunindo 70 companhias de 27 setores. Com a ambição de liderar a transição energética e uma meta global de tornar-se 100% renovável até 2030, a EDP se tornou uma das referências em ESG no mundo e, principalmente, no Brasil. A Companhia tem executado uma estratégia que tem como pilares o crescimento acelerado e sustentável, a excelência em governança e a evolução como uma organização empoderada, centrada nas pessoas e preparada para as mudanças.
Em 2022 também foi anunciada a carteira do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70) 2022, que entrou em vigor em 1º de abril de 2022 e

na qual a EDP está presente sendo uma das empresas com score em nível de Liderança. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

No mês de junho, a Companhia anunciou globalmente sua nova identidade, acompanhada de seu novo propósito: "Our energy and heart drive a better

tomorrow" (em português, com tradução livre "Nossa energia e coração constroem um amanhá melhor"). A nova marca traz a natureza, a tecnologia e as pessoas como eixos centrais, e tem como objetivo traduzir o compromisso da EDP - Energias do Brasil com a transição energética e seus compromissos ESG no horizonte 2021-2025. O novo logo é inspirado na circularidade da natureza, do planeta e das tecnologias de geração de energia as turbinas hídricas, eólicas e o próprio sol - elementos centrais da estratégia da empresa, de duplicar a geração de energia renovável, a nível global,

Pelo 3º ano consecutivo a EDP - Energias do Brasil foi considerada a empresa mais inovadora do setor de Energia Elétrica pelo anuário Valor Inovação Brasil, A pesquisa avaliou 253 organizações, que juntas investiram 60 bilhões de reais em inovação, em mais de 1000 cases avaliados. A metodologia de avaliação das empresas que participaram do ranking Valor Inovação Brasil teve como base cinco pilares: intenção de inovar, esforço para realizar a inovação, resultados obtidos, avaliação do mercado e geração de conhecimento.

Pela 9ª vez a EDP - Energias do Brasil foi destaque no Troféu Transparência, premiação concedida pela Associação Nacional de Executivos (ANEFAC). Nesta edição, com o objetivo de reforçar as boas práticas de governança, o prêmio teve como tema "O futuro é a transparência" e incluiu demandas ESG. Foram escolhidas as empresas com melhor qualidade das informações detalhadas, comunicação objetiva com o público e que transmitem a sensação

Ainda na agenda de reconhecimentos, em 2022, a EDP - Energias do Brasil foi considerada a melhor empresa do setor de energia no Prêmio Exame Melhores do ESG e no prêmio Época NEGÓCIOS 360°

Em relação à Transição Energética, ainda em 2022, a EDP - Energias do Brasil produziu sua primeira molécula de Hidrogênio Verde (H2V) na unidade de geração localizada em São Gonçalo do Amarante, no Ceará. O desenvolvimento da planta é importante para a geração de energia limpa no Brasil e faz parte dos compromissos da EDP - Energias do Brasil com o combate das mudanças climáticas. A produção da molécula é a primeira etapa estratégica do desenvolvimento do Projeto Piloto de H2 no Complexo Termelétrico do Pecém (Porto do Pecém), que contou com o investir milhões, sendo a primeira unidade do Estado e da EDP - Energias do Brasil.

4.4 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início "da pandemia do covid -19", com impactos no exercício de 2022
Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus

e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no exercícios de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
Despacho (DSP) ANEEL n° 939 de 05 de abril 2021	O Despacho ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias de permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R\$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R\$491 milhões. O valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo da Cobertura Tarifária Anual é de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.	Para o exercício de 2022 o valor do recolhimento destinado à controlada EDP São Paulo é de R\$70.706, e para controlada EDP Espírito Santo é de R\$43.958 para CDE Contacovid, sendo o pagamento mensal de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.
Resolução Normativa (REN) nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021	A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e três terão revogação parcial. Os efeitos da REN tiveram início em 1º de janeiro de 2022	As controladas de distribuição estão em processo de adequação das alterações decorrentes da REN. Para isso, foi definido plano de ação de três fases atendendo os prazos definidos pela ANEEL.
Resolução Homologatória (REH) nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021	A REH ANEEL nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A EDP São Paulo deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R\$89.216, e a EDP Espírito Santo o montante de R\$54.505 mensais até abril de 2022, conforme consta do Anexo I da referida Resolução. A partir de maio de 2022, a EDP São Paulo deverá pagar diretamente à CCEE o montante mensal de R\$6.084 e a EDP Espírito Santo o montante de R\$52.592, até o mês de dezembro de 2022.	As cotas mensais destinadas às controladas EDP São Paulo e Espírito Santos desde maio de 2022, foram respectivamente de R\$86.084 e R\$52.592. O pagamento foi realizado mensalmente até dezembro de 2022.

4.5 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos

Diante do cenário de escassez hídrica ocorrido no exercício de 2021, as autoridades brasileiras e os agentes reguladores do mercado de energia tomaram diversas medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, garantindo a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país. Ao final do exercício de 2021 e para a extensão do exercício de 2022 o aumento das chuyas ocasionou melhorias significativas para o cenário hidrológico no país. Algumas das medidas adotadas entre os exercícios

Publicação	Descrição	Status
	Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretorial da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da REH nº 2.888/2021, alterando de R\$1,343 para R\$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R\$4,169 para R\$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R\$6,243 para R\$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos.	Valores foram vigentes até abril de 2022.
Sandeiras tarifárias - aixas de acionamento a adicionais	Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da bandeira Escassez Hídrica é de R\$14,20 a cada 100kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social, aos quais deverá ser aplicada a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021. Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2, da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública - CP nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG. Os valores estiveram vigentes desde 1º de setembro de 2021 a abril de 2022. Foi aberta CP nº 012/2022, a fim de realizar a atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias.	A CP nº 012/2022 foi concluída e resultou na REN nº 3.051/22 que estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias.
	A REN nº 3.051/22 estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de julho de 2022. As principais medidas são: (i) a partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos PRORET, serão as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias; e (ii) a partir de 1º de julho de 2022, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de R\$30/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de R\$98/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e da Pagendeira tarifária vermelha.	As novas faixas de acionamento de Bandeiras Tarifárias estão em vigor desde julho de 2022
Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021	A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i) prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica. Esta MP entrou em vigor em 13 de dezembro de 2021 (Nota 16.3), data de sua publicação e foi prorrogada até maio de 2022.	A MP teve seu prazo encerrado em maio de 2022.
REN nº 02 de 31 de agosto de 2021	A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50 para cada 100kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo reconheceram os montantes de R\$64.018 e R\$59.807, respectivamente, referente a este subsídio em dezembro de 2021.	As controladas de distribuição liquidaram em 30 de junho de 2022 o montante total de subsídios destinados às mesmas (Nota 16.2.1).
Decreto nº 10.939 de l3 de janeiro de 2022	O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.	Com a deliberação da CP nº 02/2022 sobre a MP nº 1.078/21 e o Decreto nº 10.939/2022, entrou em vigor a REN nº 1.010/2022
	O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos	As controladas de distribuição

recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras que ocorrerão até 4.6 Transmissoras - Entrada em Operação Comercial Total

DSP ANEEL nº 397 de

10 de fevereiro de 2022

Resoluções Normativas - REN nº 1.008 de 15 de março

de 2022 e REN nº 1.010

de 29 de março de 2022

(Conta escassez hídrica)

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, naquela data, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão da EDP Transmissão SP-MG, com 7 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP Parcial de R\$111,800, sendo 45% da RAP total.

28 de fevereiro de 2023

custos e repasse de créditos relativos ao Programa de Incentivo à Redução

A REN nº 1.008/22 dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da CDE para estes fins e os

procedimentos correspondentes. Estabelecer os critérios e os procedimentos

escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público

de distribuição de energia elétrica e regular a utilização do encargo tarifário da

2022 foi publicada a BEN nº 1 010/22 que define os valores dos renasses de

CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Em 29 de março de

para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de

Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2/2021,

subsídio previsto conforme

operacionalização prevista no DSP, mais detalhes na nota 16.2.1

A REN nº 1.010/22 entrou em vigor

na data de sua publicação, e determina o montante de R\$59.174

R\$49.853 à controlada EDP Espírito

como teto a ser repassado à

controlada EDP São Paulo e

revisão tarifária de 2022

Santo, que foram aplicados na

Em 16 de maio de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que o ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A, com 3 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$248.444. EDP Transmissão Aliança

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial das Em los de recento de 2022 a Companina divisigado contaminado ao minoritaria que, fiesta actual, a con a dataliza o operação controlada ao minoritaria de 1921 a companina divisigado controlada ao minoritaria que, fiesta datalizado a divisição de controlada ao minoritaria de 1921 a companina da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliança entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$208.035, resultando em receita antecipada total de R\$143.100. EDP Transmissão Litoral Sul

Em 05 de julho de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Litoral Sul. Čom a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$51.449 Mata Grande Transmissora

Em 1 de agosto de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial total das instalações do trecho final da Mata Grande Transmissão, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$10.145. em operação, a comordiad passa a receper har de 1910. 143.
4.7 Conclusão de investimento na EDP Golás (Nota 1.1)
Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a

aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante atualizado de R\$2.113.690, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo. Com a conclusão da aquisição da EDP Goiás, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria

especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente, para mais detalhes vide

4.8 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2022 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Anual para Lucro Real Trimestral 4.9 Distribuidoras - Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET

A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET.

relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores. Foram recebidas 140 contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.

4.10 Porto do Pecém - Estoque de carvão

de 2022 e 31 de maio de 2022, respectivamente

A controlada Porto do Pecém, considerando cenário hídrico (Nota 4.5) e energético global no exercício de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para o primeiro semestre de 2023, efetuou acordo de venda de seu estoque com a EDP Espanha, sendo: (i) 117mil toneladas entregues no 2º trimestre de 2022 tendo recebido o valor de R\$166.088; (ii) 114mil toneladas sendo vendido no montante de R\$179.415 no 3° trimestre de 2022 tendo recebido 80% como adiantamento no 2° trimestre de 2022, o restante pelo montante no valor de

R\$43.203 foi recebido no 4° trimestre de 2022;e (iii) 75mil toneladas entregue no 4° trimestre de 2022 e liquidado em dezembro de 2022. 4.11 Destinação de lucro, distribuição de dividendos e JSCP de 2021 Em 05 de abril de 2022, foi realizada a AGOE, onde a Companhia deliberou a destinação de lucro líquido e a distribuição de JSCP e dividendos referentes ao exercício de 2021. Serão distribuídos na forma de JSCP o montante de R\$454.811, correspondente a R\$0,79 por ação, e na forma de dividendos o valor de R\$803 milhões, equivalente a R\$1,40 por ação, totalizando R\$2,19 por ação. O JSCP e Dividendos foram pagos integralmente em 25 de maio

4.12 Desenvolvimento de projeto de energia solar larga escala - Novo Oriente Solar ("Novo Oriente" ou "Projeto") Em 20 de abril de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica

Novo Oriente, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. em co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024. O Projeto possui um contrato de venda de energia ("PPA") de 120MWac. Este investimento reforça a orientação estratégica da EDP - Energias do Brasil, apresentada ao mercado no Plano Estratégico 2021-2025, sendo o maior projeto de larga escala na ampliação da sua participação no segmento Clientes, especificamente

4.13 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
REN nº 1.009 de 22 de março de 2022	A REN nº 1.009/22 estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, sendo as principais: (i) estabelecer os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica; (ii) determinar as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e (iii) estabelecer as condições para a comercialização de energia elétrica, proveniente de geração distribuída.	As RNEs referem-se à consolidação de normativos relativos à pertinência temática Contratação de Energia, sem
REN nº 1.018 de 6 de abril de 2022	A REN nº 1.018/22 altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências.	alteração de mérito ou conceito
REN nº 1.015 de 12 de abril de 2022	A REN nº 1.015/22 estabelece a obrigação de aporte de garantias financeiras no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) e altera a redação de medidas estabelecidas pela Resolução Normativa nº 1.009/22 que são: (i) os compradores deverão aportar as garantias financeiras e declarar montante de energia elétrica e preço, por submercado e por tipo de energia convencional ou convencional especial, a que estão dispostos a negociar; (ii) as distribuidoras que estiverem inadimplentes com qualquer obrigação financeira no âmbito da CCEE, na data de liquidação financeira do MVE, terão a sua receita capturada para quitação de seus débitos, inclusive aquela oriunda da execução das garantias financeiras; e (iii) para a suspensão do processo de desligamento, o comprador inadimplente deverá efetuar o pagamento da multa rescisória e de outros valores eventualmente devidos. A CCEE deverá promover diretamente ou contratar instituição financeira para os serviços de depósito, avaliação, custódia e execução das garantias financeiras referidas.	A REN determina a instituição de garantias financeiras para participação no MVE, com objetivo de proporcionar maior segurança para os agentes de distribuição
DSP nº 1.007 de 19 de abril de 2022	O DSP nº 1.007/2022 defere o Requerimento Administrativo interposto pela Companhia EDP - Energias do Brasil, mediante a aprovação da flexibilização excepcional do limite interposto pelo inciso III do art. 111 da REN nº 1.009, de 2022, para todas as distribuidoras, referente aos processamentos do MVE para	A flexibilização pleiteada pela Companhia foi aceita, desta forma os aumentos de limites declarados no MVE serão

brasil.edp.com continua..

2022, devendo ser adotado o valor de 30%.

de até 30%.

EDP Espírito Santo o montante de R\$52.592, até o mês de dezembro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS** 

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** 

Publicação Descrição Status A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET Foram recebidas contribuições relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das com as quais as controladas de REN nº 1.015 de distribuição contribuíram, e componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais 12 de abril de 2022 aquardam a conclusão dos fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas nos passos para avaliar os impactos desta decisão. distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores A REN nº 1.018/22 altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de REN nº 1.018 de 26 de abril de 2022 A REN n° 1.018/22 entrou em vigor em 1° de junho de 2022. 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências A REN nº 1.044/2022, estabelece os procedimentos para compartilhamento de A REN nº 1 044/22 entrou em vigor REN nº 1.044 de 30 de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica e revoga as Resoluções Normativas nº 375/2009 e nº 797/2017. O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 50/2022, definindo o limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores de que trata o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.074/1995. A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, A Administração da Companhia tem buscado estruturação em Portaria Normativa nº 50 de 28 setembro de 2022 grupo, preparando-se para o permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e os consumidores do Grupo A com carga individual inferior a 500kW, também poderão optar pela compra de energia desde que cenário de 2024 representados por agente varejista perante a CCEE A controlada EDP Espírito Santo O DSP ANEEL nº 2.776/2022, reconhece os investimentos referentes à DSP ANEEL nº 2.776 realizou o reconhecimento do realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-00380-0042/2012, cuja proponente é a controlada EDP Espírito Santo, no montante de R\$1.079. de 30 de setembro de 2022 investimento previsto confo operacionalização no DSP. A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária. Essa norma impactará A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos REN nº 1.041 de 23 PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de de setembro de 2022 parte das geradoras do Grupo EDP - Energias do Brasil, porém apenas após o fim do ciclo de estabilização da TUST. energia elétrica. O DSP nº 2.040/2022, reconhecendo o valor de R\$6.334, referidos a setembro A controlada em conjunto São DSP nº 2.040 de de 2018, referente ao ressarcimento dos custos com materiais, equinamentos Manoel realizou o reconhecimento do montante. impostos e serviços incorridos com a implantação do Serviço Ancilar de Sistema Especial de Proteção - SEP na controlada em conjunto São Manoel 8 de agosto de 2022 O MME publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o A Portaria Normativa nº 1.562/22 enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Portaria Normativa nº 1.562 Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de entrou em vigor na data da publicação. em 22 de setembro de 2022 abril de 2022, de titularidade da controlada EDP Goiás A REN possibilita às companhias

energia elétrica O DSP nº 3.333/22 reconhecendo os investimentos referentes à realização do DSP nº 3.333 de 01 de Projeto de Eficiência Energética, cuja proponente é a EDP Espirito Santo no dezembro de 2022

A REH nº 3.165/22 homologa as quotas mensais provisórias da Conta de senvolvimento Energético - CDE a serem recolhidas pelas concessionárias BEH nº 3 165 de 23 de dezembro de 2022 de distribuição de energia elétrica a partir de 1 de janeiro de 2023

milhões para à controlada EDP 4.14 TUST - Ciclo tarifário 2021/2022 <u>Publicação</u> A REN nº 1.021/2022 afastou a regra de transição para a UTE

Porto do Pecém I, sendo definido Resolução Normativa 559/2013; e afasta a regra de transição: (i) a partir do ciclo 2022/2023 para os geradores com TUST estabilizada que tiveram o cálculo definido sob a vigência da Resolução Normativa nº 267/2007; e (ii) para os geradores que tiveram a um crédito de R\$25.656 que será nº 1.021 de 30 de maio 2022 disponibilizado no ciclo tarifário 2022/2023, que se iniciou em julho TUST estabilizada revisada e reduzida até o ciclo tarifário 2021/2022 4.15 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga

CEJA

do Jari Enerpeixe

Cachoeira Caldeirão, Energest (Nota 4.19), Investco e São Manoel

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 82 dias no prazo da outorga da UHE Cachoeira Caldeirão, 604 dias no prazo da outorga da UHE Mascarenhas, 980 dias no prazo da outorga da UHE Lajeado e 243 dias no prazo da outorga de São Manoel

Publicação

Status Lei Complementar (LC) N° A referida LC e o Ofício da ANEEL, endereçado ao Confaz e COTEPE/ICMS, consideram, entre outras informações, a inclusão de energia elétrica como bem A Administração das controladas de 194, de 23 de junho de 2022 distribuição aplicou a redução da e Ofício ANEEL nº 54, de 22 e serviço essencial e indispensável, trazendo limitadores da alíquota de ICMS alíquota de ICMS nas transações abrangidas pela referida LC. para recolhimento, bem como outras providências. de julho de 2022 4.17 Transmissoras - Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo critérios para as controladas que passaram por revisão e ajustes e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, para ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, sendo parte da RAP em investimento

EDP Transmissão Aliança EDP Transmissão Litoral Sul 54.399 60.781 54.399 EDP Transmissão SP-MG 277.590 248,444 248,444 9.080

4 18 FDP Espírito Santo - 9ª Revisão Tarifária Periódio

a partir de 7 de agosto de 2022. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 11,50%, sendo 12,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e

11,10% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão. No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada três anos na companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de

gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de Administração, Operação e Manutenção (CAOM) e (ii) o custo Anual dos Ativos (CAA). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são definidos com base em projeções para os doze meses subsequentes, assim como na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

0.84%: "T": 0.86%: e "Q": -0.33%.

da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$5,7 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R\$3,8

O índice regulatório definido pela ANEEL para as Perdas Técnicas para o próximo ciclo é de 7,18%, sobre a energia injetada. Já para as Perdas Não O induce regulation definition pera Artice Legar as Fertidas resultats para o proximo ciclo e de 7,16%, sobre a energia injetada. Va para as Fertidas reador Técnicas de Baixa Tensão, a trajetória regulatória atingirá o patamar flat de 11,80% para o ciclo.

A partir deste resultado, o Ativo Financeiro Indenizável foi ajustado em R\$111.853 decorrente da diferença entre as premissas utilizadas pela Companhia

e o efetivamente utilizado pela ANEEL quando do processo de Revisão Tarifária, principalmente para a atualização do investimento incremental, IPCA

versus Banco de Preço.
O montante dos itens financeiros reconhecido pela ANEEL neste processo foi positivo de R\$119.117, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis homologados (energia, transporte e encargos) e os efetivamente incorridos pela controlada EDP Espírito Santo no período tarifário, e a

4.19 EDP - Energias do Brasil - Alienação de 100% do capital social da subsidiária Energest

Em 30 de agosto de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, naquela data, foi assinado o contrato de compra e venda com empresa detida pela VH GSEO UK Holdings Limited, uma subsidiária da Victory Hill Global Sustainable Energy Opportunities para formalizar a alienação de 100% do capital social da Companhia Energest, conforme apresentado na nota 17, detentora da Usina UHE Mascarenhas que possui 198MW de canacidade instalada e está situada no estado do Espírito Santo Em 07 de dezembro de 2022 a Companhia divulgou novo Comunicado ao Mercado informando a conclusão da venda, uma vez que foram atendidas

todas as condições precedentes.

Devido à conclusão desta alienação, a Companhia baixou os saldos de Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda deste investimento, que havia sido desta forma classificado em outubro de 2021. A transação foi concluída em linha com os termos e condições previamente divulgados no valor total de R\$1.225.000 tendo recebido, na referida data, o

valor de R\$800.000 deduzidos dos dividendos antecipados e ajustes de caixa resultando no valor líquido de R\$707.655. A apuração dos ganhos na alienação desta operação está apresentada na nota 17.1.

4.20 EDP São Paulo - Reajuste Tarifário Anual

Em 18 de outubro de 2022 a controlada EDP São Paulo comunicou ao mercado que a ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida nesta data, aprovou o Reajuste Tarifário Anual a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2022. O efeito médio percebido pelos consumidores será de 8,05%, sendo 20,04% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e

2,35% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de precos verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes. A Parcela "B" foi ajustada em 9,00%, resultando em um saldo atualizado de R\$1.730.957, frente a parcela B homologada em 2021. O IGP-M apurado para o período tarifário é de +8,25% e o Fator X de 0,06%.

Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram o aumento dos encargos setoriais e compra de energia, ainda como reflexo da crise hídrica enfrentada em 2021. Por outro lado, medidas de mitigação tarifária foram adotadas, tais como a reversão dos créditos de PIS e COFINS e do empréstimo da conta escassez hídrica, contribuindo para reduzir o reajuste em 17%.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$332.182, referente à diferenca entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada EDP São Paulo no período tarifário de 2022 a 2021, além da previsão dos custos futuros e reversão dos créditos de PIS e COFINS no valor de R\$831.181.

4.21 Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022 Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodología, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas

Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo dinistério de Minas e Energia. A partir de 1º de janeiro de 2023, suas controladas e controladas em conjuntos estão em conformidade com a nova garantia física, abaixo demonstramos as novas garantias físicas: Energia assegurada (MWm)

Enerpeixe 579.9 CEJA Cachoeira Caldeirão 123,3 4.22 EDP Trading - Lote 2 Leilão de Transmissão nº 2/2022

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, no Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 2/2022, realizado pela ANEEL naquela data, a Companhia foi vencedora do Lote 2, situado no estado de Rondônia, com RAP de R\$ 24,9 milhões, deságio de 45,1%. Este lote, com 188 km de linhas de transmissão, possui grande sinergia com a EDP Transmissão Norte, localizada entre os estados do Acre e Rondônia, cujo avanço físico atual de construção é de 22%. Essa sinergia se mantém tanto no processo de

construção quanto na operação e manutenção dos ativos O resultado deste leilão reforça a presença do Grupo EDP - Energias do Brasil e a estratégia da Companhia em manter o reforço dos investimentos em Transmissão, com rentabilidade adequada A.23 PCH Santa Leopoldina - Aquisição adicional de ações da EDP Goiás

Durante o mês de dezembro de 2022, a Controlada PCH Santa Leopoldina adquiriu ações da controlada indireta EDP Goiás. Foram adquiridas, ao todo,

16.077 ações ordinárias pelo preço de R\$10,30 cada, totalizando o montante de R\$166. Dessa forma, a Controlada passou a deter 329.720.499 ações que representam 99,9989% do capital social total da EDP Goiás. 4.24 Redução no valor recuperável (impairment) dos ativos e valor justo da UTE Porto do Pecém

Em 26 de janeiro de 2023 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, diante do cancelamento do Leilão de Reserva de Capacidade na Modalidade de Potência que estava previsto para ocorrer ao final de 2022, e considerando que este foi o primeiro ano em que a controlada Porto do Pecém poderia participar dessa modalidade de Leilão, efetuou os testes previstos no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Neste sentido, ocorreu o reconhecimento de redução no valor contábil de ativos da controlada Porto do Pecém no montante de R\$833.576 (Nota 34), acrescido da redução do valor de impostos diferidos ativos realizáveis no montante de R\$85.795.

Com base no valor em uso calculado nos cenários, houve a necessidade da baixa dos valores justos reconhecidos à época da aquisição de 100% das ações da controlada Porto do Pecém, em 2015. Este registro, atualizado em dezembro de 2022 líquido de impostos, foi de R\$286.838, totalizando a imparidade o montante de R\$1.206.209. Apesar deste fato não afetar a geração de caixa até julho 2027, a Companhia ao realizar o referido teste de recuperabilidade, considerou uma ponderação

dos cenários, após 2027, para o cálculo do valor recuperável, o valor em uso - *enterprise value*: (i) não recontratação; e (ii) recontratação em possível Leilão. Ainda, a Companhia reforçou que o reconhecimento não traz impacto no cumprimento dos contratos e demais obrigações da Companhia e da Porto do Pecém, inclusive covenants financeiros em contratos relevantes; na capacidade de geração de fluxo de caixa; no índice de dívida líquida; e na ctativa de pagamentos, para o exercício de 2023, de proventos previstos na sua Política de Dividendos, aprovada em 28 de agosto de 2020

5 Caixa e equivalentes de caixa

de distribuição a cobrança de

com a iluminação pública. As

estação de serviços na fatura de

energia, assim como já acontece

A controlada EDP Espírito Santo

realizou o reconhecimento do

investimento previsto conforme operacionalização no DSP.

determina o valor mensal a ser

para a controlada EDP São Paulo e de R\$51.6

Espírito Santo.

A REN n° 3.165/22 entrou em vigor em 1° de junho de 2022, e

recolhido a CDE de R\$82.6 milhões

distribuidoras podem cobrar o valor de até 1% do montante arrecadado.

		Contro	ladora	Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento		31.680	2.581	215.211	130.962
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	5.1	939.845	930.122	3.833.678	2.544.000
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.2			119.355	22.824
Fundos de investimento	5.3	9		28.952	1.704
		939.854	930.122	3.981.985	2.568.528
Total		971.534	932.703	4.197.196	2.699.490

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor, tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 38.2.1. As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão remuneradas a taxas que variaram entre 90,00% e

109,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022, as operações compromissadas lastreadas em Debêntures são referente as controladoras, e foram remuneradas a taxas que variaram entre 81,00% e 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 5.3 Fundos de investimento

A partir de janeiro de 2018 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo constituíram um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos A partir de jariento de 2016 as controladas EDF sar valor e LDF Espirito santo constituirant un rollo de investimento frestinto deriorimidado Discos. Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco.

Este fundo possui liquidez diária e remuneração pós-fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador. As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais são classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez

imediata com o emissor. A rentabilidade do fundo no exercício foi equivalente a 97,18% do CDI.

Consolidado

910

19.206

11.041 65.536

77.032

172.815

(46.325)

909

22.849

19 745 37.088

79.682

103.977

6 Títulos e valores mobiliários

		Circu	Circulante		culante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Investimento	6.1	1.952	11.722	6.697	2.500	
		1.952	11.722	6.697	2.500	

O montante no Circulante refere-se, substancialmente, aos títulos da controlada Porto do Pecém e são decorrentes de aplicação financeira em fundo de O montante no Não Circulante refere-se principalmente, aos triutos da cominada e oficio de recente sa de aplicação inalización en investimento, pertencente à instituição financeira, com carteira substancialmente composta por LFTs, com rentabilidade equivalente a 96,96% do CDI. O montante no Não Circulante refere-se principalmente, aos tífulos da Companhia e são decorrentes de aplicação em Cotas Subordinadas Júnior de fundo de investimento em direitos creditórios, veículo de securitização constituído para financiar a cadeia de fornecedores de empresas pertencentes ao Grupo Econômico da EDP- Energias do Brasil

7

billioco.							Loonom	oo da EDI Elloi	giao do Diaon.						
Contas a Receber															
									Consolidado						
				Valo	res Correntes						ores Renegociados				
		Corrente a			Corrente V		Mais de	DECL D	Renegociada		Renegociada V	<u>/encida</u> Mais de	PECLD	Calda límulda	Calda límulda
	Nota	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	360 dias	PECLD (Nota 7.9)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	(Nota 7.9)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Circulante	11014	Atc oo dido	<u> </u>	Atc 50 dias	100 0100	000 0100	000 0100	(11010 7.0)	Atc oo dido		Att 00 dias		(11010 7.0)		CIII O I/ I L/LOL I
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		248.364		271.155	48.197	80.680	318.776	(325.944)	24.844	70.869	17.051	68.364	(95.690)	726.666	852.904
Industrial Comércio, Servicos e Outras Atividades		47.932 89.565		17.392 54.122	3.300 8.849	7.309 25.920	46.104 111.825	(36.732) (98.215)	2.387 4.841	2.334 14.005	877 3.254	10.739 20.023	(4.452) (24.919)	97.190 209.270	115.225 252.545
Rural		31.331		26.126	4.844	25.920 12.010	31.403	(29.769)	4.109	8.486	3.25 <del>4</del> 1.747	4.202	(5.576)	209.270 88.913	252.545 98.149
Poder Público		01.001		20.120	4.044	12.010	01.400	(23.703)	4.103	0.400	1.747	4.202	(3.370)	00.510	30.143
Federal		1.581		176	61	79	192	(78)	55	5		63	(11)	2.123	2.961
Estadual		3.608		373	114	738	866	(273)	21	28	2	72	(12)	5.537	6.727
Municipal		13.494		3.406	462	1.416	2.345	(1.000)	539	1.355	213	129	(68)	22.291	27.283
Iluminação Pública		3.480		3.960	1.540	1.740	12.941	(14)	532	2.695	156	1.159	(1)	28.188	37.757
Serviço Público		11.135		617	210	955	1.943	(637)	217	719	185	424	(297)	15.471	27.134
Clientes livres		128.845	1.055			3.010		(3.010)						129.900	119.014
Serviços Cobráveis Fornecimento não faturado	7.3	104 504.981		2.134	1.033	1.442	6.627	(5.083)						6.257 501.908	3.808 641.266
(-) Arrecadação em processo de reclassificação	7.3	(18.075)						(3.073)						(18.075)	(2.242)
Outros créditos	7.4	28.984		4		21	208							29.217	29.649
Outros creditos	7.4	1.095.329	1.055	379.465	68.610	135.320	533.230	(503.828)	37.545	100.496	23.485	105.175	(131.026)	1.844.856	2.212.180
Concessionárias								(00000000)					(1011020)		
Suprimento de energia elétrica	7.5	400.102		505		397	507	(397)	205					401.319	529.837
Energia de curto prazo		9.655						, ,						9.655	18.297
Encargos de uso da rede elétrica	7.6	107.625		184	2		1.761	(678)	315	109				109.318	18.551
Outros créditos		20.844			_									20.844	27.842
OF 1		538.226	-	689	2	397	2.268	(1.075)	520	109	-	-	-	541.136	594.527
Clientes		0.044	13.164	710	000	92	0.544	(0.001)						16.109	22.133
Eficiência energética Servicos de gerenciamento de assinaturas		2.341 488	13.104	719 112	233 39	13	3.541 150	(3.981) (145)						657	1.539
Dispêndios a reembolsar		3.237	3.928	939	62	35	130	(97)						8.104	6.536
Geração de vapor		11.700	0.020	000	02	00		(07)						11.700	7.793
Construção de usina solar			2.997											2.997	953
Arrendamentos		7.428	3.039	308	486	167		(452)						10.976	9.333
Outros clientes		8.328	8	233		103	150	(220)						8.602	1.296
		33.522	23.136	2.311	820	410	3.841	(4.895)	-	-	-	-	-	59.145	49.583
Total Circulante		1.667.077	24.191	382.465	69.432	136.127	539.339	(509.798)	38.065	100.605	23.485	105.175	(131.026)	2.445.137	2.856.290
									Consolidado						
			rrente a Vence		Corrente				negociada a Vence		negociada Vencida			Saldo líquido	Saldo líquido
NE - decidente	_Nota	Mais de 60	dias <u>M</u> a	ais de 360 dias	Mais de 3	360 dias	PECLD (Nota	17.9)	Mais de 360 dia	<u></u>	Mais de 60 dias	PEC	LD (Nota 7.9)	em 31/12/2022	em 31/12/2021
Não circulante Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial	1.2								69.29	96			(32.195)	37.101	9.213
Industrial						4.983	(3	.213)	98				(489)	2.265	2.128
Comércio, Serviços e Outras Atividades						18	(-	(18)	21.76				(12.350)	9.417	3.537
Rural								( - /	5.11	14			(1.277)	3.837	775
Poder público															
Federal														-	2
Estadual									_						3
Municipal										70	2.721			2.791	5.406
Iluminação pública									73	35 29	1.567		(4.4)	2.302 44	3.030
Serviço público (-) Ajuste a valor presente									(1.84		29 (1.676)		(14)	(3.520)	22 (730)
(-) Ajuste a valui presente				_		5.001	(3	.231)	96.15		(1.676) <b>2.641</b>		(46.325)	(3.520) <b>54.237</b>	23.386
Concessionárias				_		5.001	(3	,	30.13		2.041		(40.020)	O-1.207	20.000

119

119

5.120

(119)

(3.350)

2.641

96.151

Outros créditos

Outros clientes

Total Não circulante

Eficiência energética

Dispêndios a reembolsar

7.8

910

910

19.206

11 041

77.032

172.815

172.815

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A REN nº 1.047/22 alterando a REN nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, para regular a Lei nº 11.445, de 2007, com redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020, que possibilita a cobrança de taxas ou tarifas decorrentes da prestação REN nº 1.047 de 16 de

novembro de 2022 de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos na fatura de

A REN nº 1.021/22 mantém a regra de transição para os geradores que tiveram a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - TUST revisada e aumentada até o ciclo tarifário 2021/2022, conforme art. 8º da REN nº

Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio Em 15 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.998 com a extensão de 2.011 dias no prazo da outorga da UHE Peixe Angical

4.16 Lei Complementar (LC) N° 194

Descrição

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão

perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": Na composição da revisão tarifária de 2022 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, deriv

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

### 7.1 Características do Contas a receber

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês sequinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita. • Transmissão

A RAP remunera a o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias

e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Distribuição O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados

da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita. Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na

fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado

utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A redução observada refere-se a: (i) em 31 de dezembro de 2022 ocorreu aumento do saldo provisionado de PECLD (Nota 7.9) quando comparado ao exercício anterior, ocasionando uma redução do saldo de contas a receber; e (ii) bandeira tarifária verde vigente de maio a dezembro de resultou na redução dos saldos a receber (Nota 4.5). Adicionalmente, também houve impacto da aplicação da LC nº 194/2022 (Nota 4.16)

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado 7.3 Distributoras - Fornecimento francia tatulado A Variação observada na rubrica refere-se ao impacto do fornecimento não faturado decorrente da redução da bandeira tarifária, no exercício de 2022 quando comparado ao de 2021 (Notas 4.5 e 33.9), além do impacto da aplicação da LC nº 194/2022 (Nota 4.17).

7.4 Outros créditos - Consumidores 7.4 Outros creatios - Consumidores
Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$43.296 (R\$29.649 em 31 dezembro de 2021), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2021) refere-se
ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica
Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante
a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 31 de dezembro 2022
no valor de R\$43.291 (R\$28.442 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 29).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se a: (i) à controlada Porto do Pecém, que no exercício de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país (Nota 4.5); (ii) à controlada Enerpeixe, devido a estratégia de sazonalização exercida pela controlada, em relação aos contratos de venda, que para o ano foram superiores quando comparados com o exercício de 2022; e (iii) à controlada EDP Trading, onde ocorreu

aumento na comercialização dos contratos de energia.

7.6 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica O aumento apresentado no exercício refere-se (i) aquisição da controlada EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.1): e (iii) EDP Transmissão Alianca. EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul e Mata Grande Transmissão que entraram em operação total em fevereiro, maio, julho e agosto de 2022, respectivamente. Assim, a variação ocorre devido ao faturamento de RAP nos meses junho a dezembro de 2022. A RAP remunera o investimento na

linha de transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações

similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a taxa correspondente para à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando negativamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$2.790 (R\$484 em 2021 positivamente).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do exercício em R\$4.053(R\$3.903 em 2021).

### Ativos e passivos financeiros setoriais

CVA
Compra de energia (ii)
Custo da Energia de Itaipu (iii)
PROINFA (iv)
Transporte Rede Básica (v)
Transporte de Energia - Itaipu
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)

Itens financeiros Sobrecontratação de energia (viii) Neutralidade da Parcela A (ix) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x) Risco Hidrológico (xi) Outros (vii)

PIS e COFINS PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 9.2.2)

Ativo Circulante Ativo Não circulante Passivo Circulante

Passivo Não circulante (\*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e

pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

• Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

 Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de

acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários. Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro. Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são

• Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações

apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
• Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles. Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas os eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários. As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada exercício contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, somava um valor de R\$693.913, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022 equivale ao montante de R\$1.003.419. A variação no exercício, no montante de R\$309.506. foi causada

de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação

(i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$298.868 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL

(ii) Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2021 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no exercício de 2022 em razão das afluências registradas, houve redução do acionamento das usinas termoelétricas (Nota 4.5), Além disso, até meados de abril

estava em vigor a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 33.9), o que contribuiu para atenuar o deficir registrado ao final de 2021.

(iii) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2021 da contralada EDP São Paulo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,10 para a definição da cobertura tarifária. Já para o processo tarifário de 2022, a premissa considerada foi de \$\$5,34. Ocorre que a taxa cambial do dólar verificada no exercício atual sofreu variações, contribuindo para a formação do resultado em análise. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preco da energia de Itaipu, assim como o preco dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da controlada previsto para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no exercício foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório. (iv) PROINFA: A variação no exercício analisado decorre do aumento do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária

definida nos Reajustes de 2021. A publicação das quotas do PROINFA de 2022 foi definida pela REH nº 2.995/21.

(v) Transporte rede básica: O saldo observado no exercício refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2022/2023, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2022/2023 foram definidas pela REH n

(vi) Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às Distribuídoras no exercício mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito. Além disso, no exercício verificado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.5. Adicionalmente temos o efeito, do custo do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica que conforme Resolução CREG nº 2 (Nota 4.4), serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, seguindo os Ofícios nº 131/2022-SGT/ANEEL e 132/2022-SGT/ANEEL, além do Despacho nº 397/2022 (Nota 4.5), os custos foram contabilizados em março de 2022.

(vii) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: a variação positiva acumulada no exercício analisado é devido ao aumento do valor das quotas quando comparadas ao exercício de 2021. A publicação das quotas da CDE a serem recolhidas pelas Distribuidoras foram definidas pela Resolução (viii) Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no exercício ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a controlada EDP São Paulo negociou 158,00/MWm ao preço de R\$280,45/MWh, e a controlada EDP Espírito Santo negociou 119,07/MWm ao

preço de R\$286,93/MWh.

O Despacho nº 2.508/2020 emitidos pelas Superintendências de Regulação de Mercado (SRM) e Gestão Tarifária (SGT), no qual se publicou os montantes de involuntariedade das sobrecontratações dos anos de 2016 e 2017, as controladas e a ABRADEE interpuseram Recursos Administrativos com o objetivo de: (a) revisar o critério utilizado pelas Superintendências na apuração do máximo esforço, de maneira a reconhecer a voluntariedade na sobrecontratação do ano de 2017, conforme regulamentação vigente; e (b) solicitar a suspensão dos efeitos do referido Despacho, enquanto não apreciado o mérito dos recursos. No que compete à revisão do critério do máximo esforco, a ANEEL deverá avaliar o mérito dos Recursos Administrativos

apresentados, cuja decisão competirá à Diretoria Colegiada da Agência. Com relação ao segundo ponto, a diretoria da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.897/2020 negando a concessão de efeito suspensivo aos Recursos Administrativos.

Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária no que diz respeito ao máximo esforço, migração de consumidores livres e efeitos da distribuição de cotas que refletem nos montantes de 2016 em diante. Em agosto de 2022 foi publicado o Despacho nº 2.169/2022 que reconheceu o montante de exposição e sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 reconhecendo a retirada do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária, com desfecho favorável em relação ao efeito suspensivo

do Despacho nº 2.508/2020, além disso, foi decidida a retirada da adoção de novo de máximo esforço, conforme citado acima.

Por fim, vale ressaltar que no Reajuste Tarifário de 2018 da controlada EDP Espírito Santo, a Diretoria Colegiada da ANEEL optou por antecipar o tratamento tarifário da sobrecontratação da mesma como voluntária para os exercícios de 2016 e 2017, a partir de pleito regulatório interposto pela controlada conforme decisão exarada na 28ª Reunião de Diretoria ANEEL de 2018 e aprovação da Resolução Homologatória nº 2432/2018. Apesar da decisão de 2018 a ANEEL está descontando da tarifa atual o montante da sobrecontratação referente a 2017 e em 31 de dezembro de 2022 o saldo de

R\$1.495 refere-se ao reconhecimento do direito a recomposição. (ix) Neutralidade da Parcela A: No exercício em análise houve um crescimento de mercado no qual as distribuidoras estão inseridas em relação aos mercados de referência dos Reajustes Tarifários de 2021, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais. As diferenças serão repassadas

aos consumidores no processo tarifário de 2022. (x) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente a parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

### 7.8 Outros clientes

O aumento no saldo no período refere-se à controlada EDP Smart Serviços, pelo o reconhecimento de um contrato de locação da usina fotovoltaica, localizada no município de Janaúba - MG, cuja geração mínima esperada é de 10.038Mwh, para o qual houve celebração de aditivo alterando o prazo do contrato, cuja vigência passou a ser vinte e três anos, desta forma válido até 31 de dezembro de 2045. Dada as alterações provenientes do aditivo o contrato apresentou características de arrendamento financeiro e desta forma houve o reconhecimento inicial das contraprestações descontadas pela

Consolidado

7.9 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

_			OUTIOUTIQUE		
		PECLD	Revisão de		
		esperada	risco (i)		
	Saldo em	Ao longo		Resultado	Saldo em
	31/12/2021	da vida	PECLD	de perdas	31/12/2022
Consumidores					
Residencial	(388.086)	(116.578)	567	50.268	(453.829)
Industrial	(45.688)	(7.448)	(959)	9.209	(44.886)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(127.639)	(24.632)	965	15.804	(135.502)
Rural	(36.900)	(8.652)	6.365	2.565	(36.622)
Poder Público	(1.519)	(27)	278	(174)	(1.442)
Iluminação Pública	-	(318)	(1.489)	1.792	(15)
Serviço Público	(792)	(229)	41	32	(948)
Clientes livres	(2.867)	, ,	(143)		(3.010)
Serviços Cobráveis	(5.095)		12		(5.083)
Não faturado	(4.331)	1.258			(3.073)
	(612.917)	(156.626)	5.637	79.496	(684.410)
Concessionárias	(498)		(696)		(1.194)
Clientes	(4.298)	(569)	(28)		(4.895)
Total	(617.713)	(157.195)	4.913	79.496	(690.499)
Circulante	(597.362)				(640.824)
Não circulante	(20.351)				(49.675)

(i) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado. Para as controladas de distribuição e comercialização, de acordo com os estudos realizados pela Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, novos percentuais da PECLD passaram a ser aplicados, referente aos faturamentos de 2022 com base em um novo estudo da Matriz. A matriz

anterior à pandemia do COVID-19, permanece sendo aplicada aos faturamentos referentes ao citado exercício, não tendo sido identificado aumento relevante de perda esperada conforme demonstrado no quadro a seguir. Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis

		31/12/2022									
		tensão         tensão         tensão         Alta te           1,19%         n/a         22,56%           1,64%         0,23%         21,01%         8           0,75%         0,86%         10,93%         1				EDP Espí	rito Santo				
	Consu	ımo regular	Consur	no irregular	Consu	mo regular	Consumo irregular				
			Clien	tes ativos			Clientes ativos				
	Baixa	Média e Alta	Baixa	Média e	Baixa	Média e	Baixa	Média e			
	tensão	tensão	tensão	Alta tensão	tensão	Alta tensão	tensão	Alta tensão			
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a			
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%			
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a			
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a			
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a			
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a			
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a			
				31/12/	2021						

		EDP São	o Paulo		EDP Espírito Santo					
	Const	ımo regular	Consur	no irregular	Consu	mo regular	Consumo irregular			
			Clien	tes ativos			Clientes ativos			
	Baixa	Média e Alta	Baixa	Média e	Baixa	Média e	Baixa	Média e		
	tensão	tensão	tensão	Alta tensão	tensão	Alta tensão	tensão	Alta tensão		
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a		
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%		
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,79%	n/a		
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a		
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a		
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a		
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a		
Para fine do PECLD a Administração das	controladas	do dietribuição ao	dotou como	prática ac cogu	intoe prom	iceae da maneu	racão:			

• A aplicação mensal de matriz de inadimplência, com bases em análises de arrecadação; Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz passou a ser de 4 meses

• Revisão do risco de crédito do consumo irregular, com base nas informações históricas de clientes;

• Atualização do risco de crédito pelo cenário econômico atual considerando projeção dos parâmetros do indicador LCA regional para área de concessão; e · Período de recebimento da carteira de recebíveis em 60 meses, que converge com o período regulatório para recuperação de crédito junto dos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alteração nas premissas de mensuração A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 38.2.4.

				Consolic	lado				
Saldo em			Atualização	Saldo em		Não	Valores em amortização		es em ituição
31/12/2021	Apropriação	Amortização (i)	monetária	31/12/2022	Circulante	circulante	IRT (*) 2022	IRT (*) 2023	IRT (*) 2024
259.398 566.243 28.507 93.652 15.084 527.929 (101.676) <b>1.389.137</b>	(881.881) 167.662 73.808 115.356 13.445 (328.504) 246.145 <b>(593.969)</b>	(52.876) (430.983) (44.534) (99.178) (12.319) (169.812) 11.311 (798.391)	(42.502) 51.099 5.057 9.057 1.368 41.287 27.222 <b>92.588</b>	(717.861) 354.021 62.838 118.887 17.578 70.900 183.002 <b>89.365</b>	(508.712) 286.085 65.066 72.721 12.034 113.599 151.561 <b>192.354</b>	(209.149) 67.936 (2.228) 46.166 5.544 (42.699) 31.441 (102.989)	(368.370) 250.216 65.927 51.883 9.183 114.826 134.646 <b>258.311</b>	(436.777) 103.805 (3.089) 67.004 8.395 (43.926) 48.356 <b>(256.232)</b>	87.286 87.286
(79.908) (40.827) (249.623) (362.418) 54.064 <b>(678.712)</b>	224.646 26.895 (103.893) (165.233) (17.585)	42.881 32.573 185.920 317.241 <b>578.615</b>	(4.412) (220) (1.117) 9.510 <b>3.761</b>	183.207 18.421 (168.713) (362.418) 215.582 (113.921)	56.990 2.752 (70.958) (169.025) (10.117) <b>(190.358)</b>	126.217 15.669 (97.755) (193.393) 225.699 <b>76.437</b>	(15.693) (644) (44.791) (215.201) 44.011 <b>(232.318)</b>	198.900 5.353 (85.781) (147.217) 172.346 143.601	13.712 (38.141) (775) <b>(25.204)</b>
21.305 (1.425.643) (1.404.338) (693.913) 643.174 786.263 627.003 1.496.347	(611.554)	(30.144) 548.788 <b>518.644</b> <b>298.868</b>	(93.169) (93.169) 3.180	(8.839) (970.024) (978.863) (1.003.419) 80.687 72.641 1.039.653 117.094	(8.839) (952.123) (960.962) (958.966) 80.687 1.039.653	(17.901) (17.901) (44.453) 72.641 117.094	(970.024) ( <b>970.024</b> ) ( <b>944.031</b> )	(8.839) (8.839) (121.470)	(17.901) (17.901) 44.181

(xi) Previsão de Risco Hidrológico - Antecipação: Os valores em apropriação no exercício em análise referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário. (xii) Outros: O montante observado no exercício refere-se substancialmente às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2021 estava em vigência a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 4.5), cujos valores provisionados eram elevados, já em 31 de dezembro de 2022 a Bandeira

# 9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Nota	Saldo em			A4	A diameanage /	_ ~	- /	
Nota					Adiantamentos/			
	31/12/2021	Adição	Baixas	monetária	Pagamentos	tributos federais	rência	31/12/2022
	440.404			4.055	7.005	(100.000)	<b>70.400</b>	00 704
9.1								
		-	-	4.655	7.295	(103.800)	79.400	99.731
								99.731
	55.421							
	-							25
								412
	60.124						(61.857)	7.388
	-	69.372					(20.243)	49.129
	990	18					(4)	1.004
	3.524	59					(125)	3.458
	65.049	79.523	-	-	-	-	(83.156)	61.416
	63.140							61.416
	1.909							
	3.899				(1.072)		(2.827)	-
	3.899	-		-	(1.072)	-	(2.827)	-
					( - /		, ,	
	34.146	43.908			(11.723)	(41.222)	(1.336)	23,773
					( -/	, ,	(/	
	2 443	7 957			(6 773)			3.627
9.5			(5 644)		(0.770)		407	98.093
		07.000	(0.0)	832	(5.803)			12.012
0.0.1		22 /10/		002	()			15.975
				2				921
			(5 644)			(103 800)	(929)	154.401
			(0.044)	004	(42.031)	(100.000)	(323)	148.346
								6.055
	11.703			_				0.000
	9.1 9.5 9.6.1	9.1 112.181 112.181 56.760 55.421 411 60.124 990 3.524 65.049 63.140 1.909 3.899 3.899 3.899 3.4.146 2.443 9.5 68.222 9.6.1 16.983 11.873 433	9.1 112.181	9.1 112.181	9.1 112.181	9.1 112.181	9.1 112.181	9.1 112.181

Não circulante			11.4							6.05
						Consoli				
	Nota	Saldo em 31/12/2021		Baixas	Atualização monetária	Adianta- mentos/ Pagamentos		Aquisição de empresas (Nota 18.1)		Saldo ei 31/12/202
Ativos compensáveis										
Imposto de renda										
e contribuição social										
a compensar	9.1	420.603		(89)	32.805	80.510	(218.594)	2	22.557	
Total		420.603	-	(89)	32.805	80.510	(218.594)	2	22.557	337.7
Circulante		280.791								238.5
Não circulante		139.812								99.2
Outros tributos										
compensáveis										
ICMS	9.3	259.345	202.824	(59)		5.656	(170)		(46.772)	420.8
PIS e COFINS	9.2	1.116.479	1.079.189		52.759	(22.889)	(849.395)		(1.048.335)	327.8
IRRF sobre aplicações										
financeiras		77.007	62.933	(5)					(87.619)	52.3
IRRF sobre juros s/										
capital próprio		1.840	85.436						(22.083)	65.1
IR/CS retidos										
sobre faturamento		6.940	7.086	(346)				182	(6.655)	7.2
Outros		22.332	4.112	(1.378)	8	38	(223)	2.043	(10.509)	16.4
Total		1.483.943	1.441.580	(1.788)	52.767	(17.195)	(849.788)	2.225	(1.221.973)	889.7
Circulante		552.974		. ,		. ,	, ,		. ,	456.6
Não circulante		930.969								433.0
Passivos a recolher										
Imposto de renda e										
contribuição social										
a recolher		136.043	539.726		2.987	(145.252)	(231.360)	3.437	(93.743)	211.8
Total Circulante		136.043	539.726	-	2.987	(145.252)	(231.360)	3.437	(93.743)	211.8
Outros tributos a recolher						,	` ,		,	
ICMS	9.4	302.327	2.362.071		13,660	(2.533.496)	(170)		(46.761)	97.6
PIS e COFINS		131.071	1.852.105		30		(685.432)	1.992	(1.059.191)	
Tributos sobre serviços						( ,	( /		,	
prestados por terceiros		12.367	108.148		74	(104.915)			(116)	15.5
IRRF sobre juros s/						( /			( - /	
capital próprio		116.453	171.470	(5.646)		(15.079)	(116.810)		407	150.7
Parcelamentos		334.394		(=:=:-)	30.746	(45.710)	(*******)			319.4
Encargos com pessoal		25.477			36	(159.551)	(25.174)	1.776	(12)	
Outros		4.788			2.636	(21.474)	(23.774)	473	(12)	2.6
Total			4.698.713	(5.646)	47.182	, ,	(827.586)		(1.105.673)	
Circulante		634.891		(5.5.6)		(3.23.1002)	(321.000)		(	433.8
Não circulante		291.986								272.3

ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a

Companhia e suas controladas liquidem ou compensem o tributo em um único pagamento ou compensação. 9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

brasil.edp.com

Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

continua...

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.2.1 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado
A controlada Enerpeixe realizou reapurações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$83.439 (R\$78.071 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$20.371 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida

Em 3 de abril de 2019 e 10 de dezembro de 2019, as controladas de distribuição EDP Espírito Santo e EDP São Paulo obtiveram, respectivamente, o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao

tratamento tarifário, as distribuidoras formularam consulta à ANEEL e receberam resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a Agência, através de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais. Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos

tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados em Nota Técnica nº 9/2021 SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário das distribuidoras; (ii) tempo necessário para a devolução: e (iii) operacionalização da devolução.

A controlada EDP Espírito Santo, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2020, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da controlada, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021.

A controlada EDP São Paulo, por meio da carta CT-EDP-SP-64/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos como componente

financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de outubro de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 236/2021-SGT/ANEEL, acatou o pedido da Companhia e consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2021.

Em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que altera a Lei nº 9.427/96, com objetivo disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A atual lei respalda a ANEEL de reverter os créditos em prol dos consumidores, no âmbito dos processos tarifários das concessionárias, prática essa adotada pela Agência, em caráter provisório, desde o Reajuste Tarifário de 2020 da EDP Espírito Santo e Reajuste Tarifário de 2021 da EDP São Paulo.

Em 29 de julho de 2022 a controlada EDP Espírito Santo, por meio da Nota Técnica nº 147/2022-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo da Revisão Tarifária

Periódica - RTP de 2022 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2022 (Nota 4.18). No processo foi considerado o valor dos créditos já obtidos junto à Receita Federal até junho de 2022, assim como o aproveitamento mensal previsto pela distribuidora para os próximos 12 meses, perfazendo um componente financeiro negativo no valor atualizado de R\$463.358. Em 13 de outubro de 2022 a controlada EDP São Paulo, por meio da Nota Técnica nº 190/2022-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário

Anual - RTA de 2022 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2022 (Nota 4.20). No processo foi considerado o valor dos créditos já obtidos junto à Receita Federal até setembro de 2022, assim como o aproveitamento mensal previsto pela distribuidora para os próximos 12 meses, perfazendo um componente financeiro negativo no valor atualizado de R\$821.001.

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 8) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 31 de dezembro de 2022, demonstrado a seguir:

		Saido em			(-)	Saido em
		31/12/2021	Adição	Atualização	Compensação	31/12/2022
Exclusão do ICMS próprio na base de	EDP Espírito Santo	381.228		17.461	(364.289)	34.400
cálculo do PIS e da COFINS	EDP São Paulo	463.614	1.605	21.501	(479.252)	7.468
		844.842	1.605	38.962	(843.541)	41.868
O O IOMO Adivas Campanadivala Canaalidada						

Do montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$420.824 (R\$259.345 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$349.339 (R\$252.475 em 31 de dezembro de 2021), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$349.292 (R\$253.306 em 31 de dezembro de 2021) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados

Do montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.631 (R\$302.327 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

apresentam saldo de R\$83.673 (R\$290.930 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica 9.5 IRRF sobre juros s/ capital próprio Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros

sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.686 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 e será liquidado em janeiro de 2023.

#### 9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora											
				Total de	Conversão	Valor de						
Parcelamentos - REFIS	Principal	Multa	Juros	<b>Parcelamento</b>	em Renda	adesão - REFIS						
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790						
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592						
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382						
Redução Programa REFIS						(7.471)						
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(11.933)						
Total						39.978						

A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 9.6.1.1). Segue abaixo Consolidado

	Consolidado											
					Total de	Conversão	Valor de					
Parcelamentos - REFIS	Principal	Multa	Juros	Encargos	Parcelamento	em Renda	adesão - REFIS					
COFINS	2.925	585	2.681		6.191		6.191					
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	3.742	15.050					
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	10.822	33.317					
IRPJ/ IRRF	4	1	8		13	5.257	5.270					
Multa		223	192		415	190	605					
Total dos tributos	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	20.011	60.433					
Redução Programa REFIS							(11.578)					
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal							(12.099)					
Total							36.756					

## 9.6.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida Define as opções oferedada para o parcelamento, as continuadas ademanta a opção de pagamento a vista e em especie de 20% do valor da utividado consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%. Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados

Consolidado											
Parcelamentos - PERT	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento							
PIS	37.010	7.401	10.649	55.060							
COFINS	166.807	33.361	47.259	247.427							
CSLL	63.432	12.686	16.017	92.135							
IRPJ/ IRRF	155.787	31.158	38.304	225.249							
	423.036	84.606	112.229	619.871							
Redução Programa PERT				(105.668)							
Total				514.203							
9.6.3 Movimentação dos parcelamentos											

A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado			
	REFIS	REFIS (ii)	PERT	Total	
Valor de adesão	39.978	76.734	514.203	590.937	
Ajuste na consolidação REFIS/PERT (i)	791	1.934	(12.258)	(10.324)	
Atualização de Juros - Consolidação 2011	8.707	11.422		11.422	
Ativo a compensar		3.640		3.640	
Depósito Judicial a favor da Companhia		17.284		17.284	
Conversão em renda a favor da União	(5.689)	(24.071)		(24.071)	
Amortização	(54.774)	(90.853)	(309.706)	(400.559)	
Atualização	22.999	32.307	101.686	133.993	
Reversão de atualização da conversão em renda		(2.892)		(2.892)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.012	25.505	293.925	319.430	
(i) O montante de R\$791 na Controladora refere-se a depósito judicial vis	ando a suspensão da	a exigibilidade do de	bito de IRPJ e CSL	L decorrente do	

processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluso no REFIS Federal em 2013 e homologado em marco de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.

(ii) Do valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2022 de R\$25.505 (R\$30.014 em 31 de dezembro de 2021); (i) R\$12.012 (R\$16.983 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC; e (ii) R\$13.493 (R\$13.031 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$17.310 (R\$20.544 em 31 de dezembro de 2021), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será

Do valor total da divida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 de R\$12.012 (R\$16.983 em 31 de dezembro de 2021), restam 22 parcelas de R\$470 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

### 10 Tributos diferidos

		Contro	oladora	Consolidado							
		Pas	sivo		At	ivo					
		Não cir	culante	Circu	ılante	Não circulante		Circu	ılante	Não cir	culante
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	10.1	210	169	139.427	56.661	87.368	26.205	161.454	67.229	737.883	491.114
Imposto de renda e contribuição social Imposto sobre	10.2	203.646	206.033			558.280	575.217	1.079	329	1.174.148	735.085
serviços Total		203.856	206.202	139.427	56.661	645.648	601.422	162.533	67.558	489 <b>1.912.520</b>	1.637 <b>1.227.836</b>
10.1 PIS e COFINS	ridos re	econhecidos	anresentam	as seguinte	s naturezas						

Consolidado

Controladora

Controladora

	Pas	sivo		At	ivo					
	Não cir	culante	Circu	ılante	Não cir	culante	Circu	llante	Não cir	culante
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos futuros										
(Nota 15)			139.427	56.661	87.368	26.205	160.470	66.928	112.169	53.308
Receitas sobre										
reconhecimento dos										
custos incorridos (CPC 47)										
na EDP Smart Soluções							984	301	448	1.494
Receita de construção nas										
controladas de transmissão									619.165	432.071
Atualização monetária dos										
depósitos judiciais	210	169							6.101	4.241
	210	169	139.427	56.661	87.368	26.205	161.454	67.229	737.883	491.114

10.2 Imposto de renda e contribuição social São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados odo registados sobre prejutzos riscais, dase riegidand de cominidados social e direterição e importante, considerando as airquotas vigerinas dos cluados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. 10.2.1 Composição

							muoiauoi		
					Passivo Nã			Resultado	
Natureza dos créditos				Nota	31/12/2022	31/12/20	21	2022	2021
Diferenças Temporárias									
Compra vantajosa				10.2.1.1	151.230	151.2	30		(1.677)
Mais valia					50.748	53.4	36	2.688	1.920
Outras					1.668	1.3		(301)	(70)
Total					203.646	206.0		2.387	173
Total					Consolida		00	2.007	
		Ativo Não	oiroulonto	Passivo Não			Itado	Patrimônio	Líguido
Naturaza das aráditas	Note								
Natureza dos créditos				31/12/2022	31/12/2021				2021
Prejuízos Fiscais	10.2.1.2 10.2.1.2		317.967 108.021			17.480			
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.2					12.589			
Dif		456.606	425.988	-	-	30.069	38.044	-	-
Diferenças Temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação		070 070	055.044			00.004	40.050		
Duvidosa - PECLD		279.372	255.641			22.984			
Benefício pós-emprego		126.870	144.319			(17.323)	13.963		
Provisão para riscos tributários, cíveis									
e trabalhistas		206.577	178.870			26.562			
Consumidores - ajuste a valor presente		1.197	243			949			
Gastos Pré-operacionais		20.509	14.444			6.065			
Compra vantajosa	10.2.1.1			151.230	151.230		(1.677)		
Mais valia	18.1	7.684		483.111	486.400	3.580	(1.803)		
Amortização / Depreciação mais valia									
- CPC 15 (R1)		4.554	4.554	(314.760)	(152.220)	162.540	14.794		
Uso do bem público - CPC 25		180.354	172.086	47.176	46.594	7.686	24.239		
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável									
- ICPC 01 (R1)				596.619	448.522	(126.892)	(119.397)		
Remuneração dos ativos da concessão				992.793	435.463	(275.971)	(175.787)		
PIS e COFÍNS sobre ativos da concessão		201.448	141.753			22.992	27.890		
Instrumentos financeiros - CPC 39		50.442	5.314	76.533	72.551	40.632	(27.790)	514	(659)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.2.1.3	(106.832)	(121.475)			14.578	(10.207)	66	, ,
Benefício pós-emprego - Outros resultados		, ,	` ′				,		
abrangentes		244.947	266.448			236	280	(21.998)	(15.574)
Direito de concessão - GSF	24.1.3.1			136.834	144.745		(43.561)		, ,
Licenças ambientais		10.944	8.071	9.799	7.638				
Compromissos futuros	15	833.621	304.592	988.930	441.481	(18.420)			
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		54.180	72.080		71.358				
Outras		36.107	82.011			(74.863)			
Total diferenças temporárias		2.151.974							(16.233)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.4		83.207				(13.439)		()
Total bruto	. 0		2.038.146		2.198.014				(16.233)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos				(2.120.904)			(=00.404)	(=1.410)	(
Total		558.280	575.217		735.085				
TOTAL .		550.200	0.0.217	4.140	. 55.005				

Os tributos diferidos sobre as compras vantajosas são decorrentes das aquisições: (i) R\$120.096 da Porto do Pecém; (ii) R\$29.457 da Celesc; e (iii) R\$1.677 da Mata Grande Transmissora. Os tributos sobre as compras vantajosas serão realizados quando da alienação destes invest 10.2.1.2 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.3 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP São Paulo, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos

relativos aos planos previdenciários do tipo Beneficio definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2028 (Nota 28.1.1.6). 10.2.1.4 Crédito fiscal do ágio incorporado O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP São Paulo: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia

Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP São Paulo;
(ii) na controlada EDP Espírito Santo: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Os valores foram contabilizados de acordo com as Instrucões CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela

os valores infamilizados de acolor com a instruções com in 134/39 e m 34/39 e e, contonhe definimação da ANEEL, são amintizados pera curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.747 para a controlada EDP São Paulo até o ano de 2027, de R\$1.514 para a controlada EDP Espírito Santo até o ano de 2025 e de R\$3.733 para a controlada Lajeado até o ano de 2032. 10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seia mais provável.

A Administração das controladas e controladas indiretas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Investo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Goiás e Santa Leopoldina elaboraram a projecão de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios: 2024 2025 490.803 2023 
 2025
 2026
 2027
 2028 a 2030
 A partir de 2031
 Total Não circulante

 490.803
 394.076
 443.887
 216.465
 143.434
 2.679.184
 A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

10.2.3 Créditos fiscais diferidos não reconhecidos Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e as controladas Lajeado, Porto do Pecém, EDP Ventures, Nova Geração Solar I e Energia Solar I, possuem

créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$30.899 (R\$3.000 em 2021), tendo em vista as incertezas na sua realização. Este montante poderá ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis. Não há prazo de prescrição para a utilização de tais

Empréstimos a receber   Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI   Controlada (**)   O1/02/020 a 01/10/2022   O1/10/2022 a 11/12/2022   O1/10/2023 a 11/12/2023   O1/10/2023						oladora	Contro	Co								
Profession   Programme   Pro	as)	espesas)	Receitas (D			sivo	Passi				Ativ					
Controlate of multi-07% a 119% of COID   Controlate of Multi-07% a 119% of C	Financeiras			•												
Commission   Com	2022 202	2022	2021	2022	/12/2021	31/12/2022 3	2021	/12/2022 31/12/20	<u>21</u> 3	/12/2022 31/1	12/2021	31/12/2022 3	Duração	Preço praticado	Relacionamento	
Part																·
Montamentation MAI		44.570							00	105 711			00/10/0000 01/10/0001		0	
Principal Composition   Controlled   Contr		11.5/9							32	105./11						3
EP P	5.66														` '	
Post	2.07														. ,	
Main Gramminsian		25.149								155.563	216.606					
Mail Again   Marcin   Mail Again   Mail Ag	6															
Mate Gande Teutro summonde ceptal - AFAC   EDP Teuministe Allacça   Controlata   230/82017 a indeleminado   4,800	835												11/08/2022 a 10/08/2024		Controlada	Mata Grande Transmissão
Math Gande Transmission   Controllada   2009/2017 a indeterminando   18.00	.563 20.68	37.563	-	•	•	-	-	-	32	316.408	216.606	-				
EPP Smart Fibriga																
EDP Sanat Fierigia   Controllada   S1422017 a indeterminado   1.00   16.455     EDP Sanat Serviços   Controllada   2011/2015 a indeterminado   1.00   16.455     EDP Sanat Leopdána   Controllada   2011/2015 a indeterminado   1.00   1.00   1.00     Sanat Leopdána   Controllada   2011/2015 a indeterminado   2.00   1.00     Sanat Leopdána   Controllada   2011/2015 a indeterminado   2.00   2.00     Sanat Leopdána   Controllada   2011/2015 a 1.00   2.00   2.00   2.00     Sanat Leopdána   Controllada   2011/2015 a 1.00   2.00   2.00   2.00     Sanat Leopdána   Controllada   2011/2015 a 1.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00     Sanat Leopdána   Controllada   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00     Sanat Leopdána   Controllada   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00   2.00     Sanat Leopdána   Controllada   2.00   2.																
EPP Smart Serviços   Controlada   371/22019 a indeterminado   1973   1861   1973   1981   1										1						•
EPR Sand San/qoo																· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Bank Lapopiding         Controlada         25-11/2021 a indeterminato         3-00         3-00         1-0 </td <td></td>																
Pesande   Controlate   Contr										197.750 1						•
Control of Comparility   Control of Recursor Humanos (a)   Control of Recursor (a)   Control of Recu																·
Controlade Comparillamento de Recursos Humanos (Controlada (Cont													14/05/2019 a indeterminado	1	Controlada	Resende
EDP Trading			(8.071)	(2.769)						292			01/01/2019 a 31/12/2022			
EDP Trading					10				00	292						
Newston						097				191						•
Februs   Controlada   Control						901				404						· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Porto do Pecém					23					1 560						
EDP Smart Soluções   Controlada   O1/01/2019 a 31/12/2022   5   1.223   916   509     EDP Smart Serviços   Controlada   O1/01/2019 a 31/12/2022   76   765   1.48   921   974     Lajeado   Controlada   O1/01/2019 a 31/12/2022   276   765   2.067   1.721     Horizon Transmissão ES   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   158   73   2.067   1.721     EDP Smart Energia   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   15   73   2.067   2.075     EDP Transmissão Norte   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   15   73   2.075     Horizon Transmissão MA I   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   15   2.075     Horizon Transmissão MA II   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   15   2.075     EDP Transmissão SP-MG   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   136   30   2.157   1.393     EDP Transmissão Litoral Sul   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   136   30   2.577   1.393     EDP Transmissão Aliança   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   55   177   2.553   1.699     EDP Transmissão Aliança   Controlada (**)   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   55   11   1.810     EDP Goiás   Controlada (***)   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   55   203   236   (493)     EDP Goiás   Controlada (***)   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   55   203   236   (493)     EDP Goiás   Controlada (***)   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   25   25   25   25     CEJA   Controlada em conjunto   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   25   25   25   25   25     CEJA   Controlada em conjunto   O1/01/2019 a 31/12/2022   192   25   25   25   25   25   25   25																·
Controlada																
Lajeado         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         276         765         2.067         1.721           Horizon Transmissão ES         Controlada (**)         01/01/2019 a 31/12/2022         158         73					1/10					23						•
Horizon Transmissão ES         Controlada (**)         01/01/2019 a 31/12/2022         158         73         1.414         124           EDP Smart Energia         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         158         73         □ 1.575         □ 1.575           EDP Transmissão Norte         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         15         □ 1.414         124         □ 1.575         □ 2.575         □ 2.575         □ 2.575         □ 2.537         □ 1.575			, ,		140					076						•
EDP Smart Energia         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         158         73         1.575           EDP Transmissão Norte         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         15									03	276						•
EDP Transmissão Norte         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         15         48           Horizon Transmissão MA I         Controlada (**)         01/01/2019 a 31/12/2022         57         287           Horizon Transmissão MA II         Controlada (**)         01/01/2002 a 01/01/2022         136         30         2.157         1.393           EDP Transmissão SP-MG         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         39         2         2         517           EDP Transmissão Aliança         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         39         17         2.553         1.699           EDP Goiás         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         192         55         11         1.810           EDP Goiás         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         12         11         1.810           Mata Grande Transmissão         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         12         11         1.810           CEJA         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         8         8         8         236         236         493           Cachoeira Caldeirão         Controlada em conjunto         01/01/2019 a 31/12/2022         5         203         259         528				1.414					72	150						
Horizon Transmissão MA I         Controlada (**)         01/01/2019 a 31/12/2022         287           Horizon Transmissão MA II         Controlada (**)         01/01/2020 a 01/01/2022         136         30         2.157         1.393           EDP Transmissão SP-MG         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         39         2         517         57           EDP Transmissão Aliança         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         192         55         17         2.553         1.699           EDP Goiás         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         12         11         1.810         1.810           Mata Grande Transmissão         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         12         2         236         236         236         236         493           CEJA         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         192         55         11         1.810			1.373	40					73							0
Horizon Transmissão MA II			297	40						15						
EDP Transmissão SP-MG         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         136         30         2.157         1.393           EDP Transmissão Litoral Sul         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         39         2         517         57         1.99         55         17         2.553         1.699         55         11         1.810         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         1.810         50         50         1.810         50         50         1.810         50         50         1.810         50         50         1.810         50															, ,	
EDP Transmissão Litoral Sul         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         39         2         517         517         2.553         1.699           EDP Transmissão Aliança         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         192         55         11         1.810           EDP Goiás         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         12         11         1.810           Mata Grande Transmissão         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         12         5         12         12           CEJA         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         8         8         236         236         493           Cachoeira Caldeirão         Controlada em conjunto         01/01/2019 a 31/12/2022         5         203         259         528				0.157					20	126						
EDP Transmissão Aliança         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         192         55         17         2.553         1.699           EDP Goiás         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         1         11         1.810			1.383		2				30							
EDP Goiás         Controlada (***)         01/01/2019 a 31/12/2022         11         1.810           Mata Grande Transmissão         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         12         12         120           CEJA         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         8         8         8         236         236         (493)           Cachoeira Caldeirão         Controlada em conjunto         01/01/2019 a 31/12/2022         5         203         259         528			1 600						E E							
Mata Grande Transmissão         Controlada         01/01/2019 a 31/12/2022         12         120           CEJA         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         8         8         8         236         236         (493)           Cachoeira Caldeirão         Controlada em conjunto         01/01/2019 a 31/12/2022         5         203         259         528			1.033		17	-11			JJ	192						•
CEJA         Controlada em conjunto         01/01/2018 a 31/12/2022         8         8         236         236         (493)           Cachoeira Caldeirão         Controlada em conjunto         01/01/2019 a 31/12/2022         5         203         259         528										10						
Cachoeira Caldeirão         Controlada em conjunto         01/01/2019 a 31/12/2022         5         203         259         528			(402)	120	226	226			Q							
						230									· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
-540 MATURE - COMMINION - COMM					209					-					•	
Enerpeixe Controlada 01/07/2018 a 31/12/2022 79 273 1.354 944				4.054		070				102						

9.2 PIS e COFINS

que os faturamentos de energia elétrica são realizados.
9.2.2 Distribuidoras - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

9.6 Parcelamentos

**NOTAS EXPLICATIVAS** 

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

partilhamento do serviços de infraestrutura (b)  P São Paulo Irgest  P Trading Izon Transmissão ES Isoto Io do Pecém Isodo P Espírito Santo P Smart Serviços Izon Transmissão MA I Izon Transmissão MA I P Transmissão SP-MG P Transmissão Litoral Sul P Transmissão Norte Iso Grande Transmissão P Smart Selviços P Smart Selviços Izon Transmissão P-MG P Transmissão Norte Izon Transmissão Aliança P Transmissão Norte Izonart Selviços Izo	Relacionamento Pro  Controlada Controlada (*) Controlada	evo prancado <u> </u>	01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	45	31/12/2021 3 15	511/12/2022	31/12/2021	60	<u>1/12/2021</u> 75	2022 2.052 52 533 260	29 346 271 92	2022	2
rgest P Trading Izon Transmissão ES sisteo to do Pecém sado P Espírito Santo P Smart Serviços Izon Transmissão MA I Izon Transmissão MA I I Transmissão SP-MG Transmissão SP-MG Transmissão Norte a Grande Transmissão P Smart Serviços Smart Serviços Smart Serviços Smart Serviços SP-MG Transmissão Norte C Smart Soluções SP Smart Soluções SP Smart Serviços SP Transmissão P Transmissão D Transmissão SP-MG Transmissão SP-MG Transmissão SP-MG	Controlada (*) Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2015 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022				15					52 533	346 271		
estoco to do Pecém to do Pecém to do Pecém to do Pecém pado  P Espírito Santo P Smart Serviços tizon Transmissão MA I tizon Transmissão MA II P Transmissão SP-MG P Transmissão Litoral Sul P Transmissão Aliança P Transmissão Norte a Grande Transmissão P Goiás P Smart Soluções repeixe P Smart SPE V P Smart Energia Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG P Transmissão SP-MG P Transmissão SP-MG P Transmissão SP-MG P Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2015 a 31/12/2026 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022			66	10					260			
Pespírito Santo Pespírito Pe	Controlada Controlada Controlada Controlada (**) Controlada (**) Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2021			66									
P Smart Serviços izon Transmissão MA I izon Transmissão MA II P Transmissão SP-MG P Transmissão Litoral Sul P Transmissão Aliança P Transmissão Norte a Grande Transmissão P Goiás P Smart Soluções repeixe P Smart SPE V P Smart Energia mbolso de gastos com leilão P Transmissão D- Transmissão SP-MG P Transmissão Aliança	Controlada Controlada (**) Controlada (**) Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2021			14	30					828 225	494 68		
izon Transmissão MA II P Transmissão SP-MG P Transmissão Litoral Sul P Transmissão Litoral Sul P Transmissão Norte a Grande Transmissão P Goiás P Smart Soluções P Smart SPE V P Smart Energia Inbolso de gastos com leilão P Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG P Transmissão SP-MG	Controlada (**) Controlada					245 44	75 11					2.823 451	1.134 166		
P Transmissão Litoral Sul P Transmissão Aliança P Transmissão Norte a Grande Transmissão P Goiás P Smart Soluções P Smart SPE V P Smart Energia Pholso de gastos com leilão P Transmissão SP-MG P Transmissão SP-MG	Controlada Controlada Controlada Controlada Controlada (***) Controlada Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022										17 13		
P Transmissão Norte a Grande Transmissão P Goiás P Goiás P Smart Soluções rpeixe P Smart SPE V P Smart Energia nholso de gastos com leilão P Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG	Controlada Controlada Controlada (***) Controlada Controlada		01/01/2015 a 31/12/2026 01/01/2019 a 31/12/2022			13 3	5 1					184 37	60 6		
P Goiás P Smart Soluções Irpelixe P Smart SPE V P Smart Energia Inbolso de gastos com leilão P Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG	Controlada (***) Controlada Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022			14 1	5					188 4	100		
rpeixe P Smart SPE V P Smart Energia nbolso de gastos com leilão P Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG P Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022			1 9				40		10 159			
P Smart Energia nbolso de gastos com leilão P Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG P Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022			21	52			15		311	139		
P Transmissão Litoral Sul P Transmissão SP-MG P Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022			13 17	5					6	76		
P Transmissão Aliança	Controlada		01/03/2019 a indeterminado				758						758		
a Grande Transmissão	Controlada Controlada		01/06/2017 a indeterminado 01/06/2017 a indeterminado				24 23						24 23		
P Transmissão Norte	Controlada Controlada		01/05/2021 a indeterminado 01/04/2021 a indeterminado				230 781						725 1.593		
ta Leopoldina P Smart SPE V	Controlada Controlada		01/12/2021 a indeterminado 01/01/2019 a 31/12/2022				12			72			12		
ões de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1) P São Paulo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			554	514					554	514		
rgest P Trading	Controlada (*) Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026 15/06/2017 a 18/06/2025			67	194 224					67	(140)		
P Espírito Santo to do Pecém	Controlada Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026 15/06/2017 a 30/06/2026			547 337	465 733					(547) (337)	(690) 638		
P Transmissão SP-MG P Smart Serviços	Controlada Controlada		18/06/2020 a 30/06/2026 06/06/2018 a 30/06/2026			32 4	17 261						(6) 305		
P Transmissão Aliança rato de serviços de consultoria	Controlada		22/06/2020 a 22/06/2025												
P Renováveis rato de prestação de serviços (c)	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado		437		270						289		
P Portugal P Valor	Controladora Parte Relacionada		Indeterminado Indeterminado	10.881	8.124			61.894 5.804	44.336 5.347	1.238	1.287		(21.823) (1.541)		
rato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (de Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			2.912	769					14.766	11.557		
izon Transmissão MA I izon Transmissão MA II	Controlada (**) Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2021 01/01/2019 a 31/12/2021									055	659 596		
a Grande Transmissão P Transmissão Norte P Transmissão SP-MG	Controlada Controlada Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			41 50 110	71					259 360 1.035	858		
P Transmissão SP-MG P Transmissão Aliança P Goiás	Controlada Controlada Controlada (***)		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			213	67					1.035 1.219 702	946		
rgest P Smart Soluções	Controlada (*) Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			417	102 132					357 1.423	515 1.410		
eado to do Pecém	Controlada Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			141 708	357					771 5.554	885 5.178		
P Smart Serviços P São Paulo P Trading	Controlada Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			215 5.754	123 396					1.049 18.602	1.095 7.032		
rpeixe estco	Controlada Controlada Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			596 3	109 134 104					3.549 37 767	1.777 1.608 1.431		
istoo Iizon Transmissão ES P Smart Energia	Controlada (**) Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024 01/01/2019 a 31/12/2024			5	49					1.801 174	669 658		
P Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024	10.881	8.561	154 <b>16.867</b>	11.289	67.698	49.683	2.932	3.045	839 <b>96.639</b>	2 <b>39.377</b>	-	
				10.881	225.167	575.255	451.706	67.698	49.683 Consoli	2.932 dado	3.045	96.639	39.377	37.563	2
				Circula	Ative	o Não circi	ulante	Circula	Passiv	/o Não circul	ante	Operaci	Receitas (De	espesas) Finance	eiras
as a receber (Nota 7) primento de energia elétrica	Relacionamento Pr	eço praticado	Duração	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 3	1/12/2021	31/12/2022 3	1/12/2021	2022	2021	2022	
	Controlada em conjunto Controlada em conjunto	140,76 121,10	01/01/2017 a 31/12/2046 01/01/2017 a 31/12/2046									1.234	5.207 697		
o Manoel entral Eólica Baixa do Feijão I	Controlada em conjunto Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046 01/01/2017 a 31/12/2046	3.664								37.225 21			
entral Eólica Baixa do Feijão II entral Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046 01/01/2017 a 31/12/2046									13 20			
entral Eólica Baixa do Feijão IV entral Eólica Jaú	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046 01/01/2017 a 31/12/2046									20 50			
entral Eólica Srmn I entral Eólica Srmn IV	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046 01/01/2017 a 31/12/2046									2.030 1.652			
	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	64	5							492	34		
choeira Caldeirão	Controlada em conjunto Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047 09/02/2019 a 10/02/2047	194 35	16 3							1.608 309	112 3		
stação de serviços entral Eólica Jaú	Parte Relacionada		Indeterminado										308		
entral Eólica Aventura I	Parte Relacionada		Indeterminado	3.957	24						-	44.674	149 <b>6.510</b>	-	
ecedores (Nota 25) primento de energia elétrica	Controllede are conjunts	200.00	01/01/0015 - 01/10/0044					749	791			(0.010)	(0.054)		
EJA EJA EJA	Controlada em conjunto Controlada em conjunto Controlada em conjunto	209,02 121,10 165,63	01/01/2015 a 31/12/2044 01/01/2017 a 31/12/2046 01/01/2015 a 31/12/2044					749	1.131			(6.610)	(6.054) (9.104)		
entral Eólica Aventura I entral Eólica Aventura II	Parte Relacionada Parte Relacionada		24/01/2018 a indeterminado 24/01/2018 a indeterminado					2.497	3.184			(155) (32.273)			
entral Eólica Aventura III entral Eólica Aventura IV entral Eólica Aventura V	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036 01/10/2021 a 31/12/2036					2.940 1.220	3.748 1.587 1.725			(38.001)	(699) (14.551)		
nntal Edica Aventula v io Manoel intral Eólica Pereira Barreto I	Controlada em conjunto Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036 01/05/2018 a 31/12/2038 01/10/2021 a 31/12/2036					4.355 1.782 1.597	3.116 1.436			(21.106) (43.797) (13.262)	(11.367) (39.376) (9.040)		
entral Eólica Pereira Barreto II entral Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036 01/10/2021 a 31/12/2036					1.597 1.615	1.436 1.453			(19.695) (18.425)	(2.547) (2.468)		
entral Eólica Pereira Barreto IV entral Eólica Pereira Barreto V entral Eólica Srmn I	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036 01/10/2021 a 31/12/2036 01/12/2022 a 31/12/2022					1.615 1.378	1.453			(17.146) (12.830) (11.203)	(2.324)		
	Controlada em conjunto Controlada em conjunto	134,26 107,58	26/04/2018 a 31/12/2047 26/04/2019 a 31/12/2047					213	192			(1.698)	(1.544)		
stação de serviços cém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado					387				(5.227)	(5.227)		
npromissos futuros o Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038		25.719		24.625	<b>21.945</b> 19.544	<b>22.490</b> 18.973	21.199	-	<b>(267.434)</b> (85.990)	(104.301) 21.603	-	
PP Renováveis entral Eólica Aventura II	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038 01/12/2022 a 31/12/2022				94.576	50.656	6.454	79.889		(225.121) 6.454	94.576 (6.454)		
entral Eólica Aventura III entral Eólica Aventura IV	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022 01/12/2022 a 31/12/2022		820 4.712				7.605 4.655			7.605 3.835 (4.712)	(7.605) (3.835)		
entral Eólica Aventura V entral Eólica Srmn I entral Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022 01/01/2023 a 31/12/2023 01/01/2023 a 31/12/2023		4.712 2.663		9.248	36.809				(4.712) (2.664) (46.056)	4.712 2.663 9.248		
entral Eólica Monte Verde I entral Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023 01/07/2023 a 31/12/2023				3.490 5.049	8.896 9.688		796		(13.181) (14.735)	3.490 5.049		
entral Eólica Monte Verde V entral Eólica Barreto I	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023 01/10/2021 a 31/12/2036		35.367		3.366 44.639	6.457 39.102	0=	46.218		(9.824) (165.325)	3.366 80.006		
os créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)				-	69.281	-	184.993	171.152	37.687	148.102	-	(549.714)	206.819	-	
ntrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a) EJA Ichoeira Caldeirão	Controlada em conjunto Controlada em conjunto		01/01/2018 a 31/12/2022 01/01/2019 a 31/12/2022			8 5	8 203			236	236 274		(493) 528		
o Manoel stação de serviços - Backoffice	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2022			102	268				_, -, -		1.205		
cém TM cém OM abe	Controlada em conjunto Controlada em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2025 01/05/2015 a 01/05/2025	127	4.044		75 128					1.012 376	1.012 345		
abe ntrato de serviços de consultoria DP Renováveis	Controlada em conjunto  Parte Relacionada		01/05/2015 a 01/05/2025 01/06/2017 a indeterminado	1.311	1.311 437		270						289		
ntrato de prestação de serviços (d) DP Portugal	Controladora		Indeterminado	10.881	8.124			63.509	46.198	1.238	1.287		(21.823)	(433)	
io Manoel EJA Ichoeira Caldeirão	Controle Comum Controle Comum Controle Comum		01/06/2022 a 01/06/2023 01/06/2022 a 01/06/2023 01/06/2022 a 01/06/2023	340 348 348								583 1.190 594			
ichoeira Caldeirao PP Valor ebrás	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/06/2022 a 01/06/2023 Indeterminado 01/01/2019 a 31/03/2023	346				5.804	5.347			594 57	(1.541) 198		
enaeel entral Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									11 59	39		
entral Eólica Baixa do Feijão II entral Eólica Baixa do Feijão III entral Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									64 62 61			
entral Eólica Jaú entral Eólica Aventura I	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									61 164 59	280 141		
entral Eólica Aventura II entral Eólica Aventura III	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									17 21			
entral Eólica Aventura IV entral Eólica Aventura V	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									24 24	o-		
entral Eólica Babilônia I entral Eólica Srmn I entral Eólica Srmn II	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									27 24	35		
entral Eólica Srmn III entral Eólica Srmn IV	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023									27 27			
entral Eólica Srmn V entral Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023	47 47								21 82 82			
entral Eólica Pereira Barreto II entral Eólica Pereira Barreto III entral Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada Parte Relacionada Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023 01/01/2019 a 31/03/2023	47 47								82 82			
entral Eólica Pereira Barreto V npartilhamento do serviços de infraestrutura (b)	Parte Relacionada		01/01/2019 a 31/03/2023	41		40	40					69			
DP Renováveis ntrato revenda de carvão DP Espanha	Parte Relacionada  Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2022 Indeterminado			18	18					448.102			

(\*) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou as controlada Energest e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

(\*\*) Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia alienou as controladas Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas não são mais consolidadas.

(\*\*\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu a controlada EDP Goiás.

brasil.edp.com continua...

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 39.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. (a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA II, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato

mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, as controladas EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, sem necessidade de anuência prévia

ANEEL, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas. A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*), Investoo, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança SC e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel

gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contrato têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

com vigencia a parti de 1 de jariento de 2022, forma massinados do contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II, em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a desde 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento. A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da

### (c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados.

Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em

## EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados servicos em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnología própria das contratantes

#### EDP Trading, EDP Goiás, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Alánça no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. Tanto a transferência dos ativos do COGT, quanto dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de backoffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve a Companhia e as seguintes partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 estas companhias estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de backoffice têm vigência até 31 de

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (Nota 1.1.1) como parte do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de

atividades de backoffice têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

(\*) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou as controlada Energest e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada. 11.1 Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investi and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

#### 11.2 Remuneração dos administradores 11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2022 da Companhia o montante de R\$2.237 (R\$651 em 2021) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 ou 5 anos a partir do

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

		2022				2021		
	Diretoria	Conselho de	Conselho		Diretoria	Conselho de	Conselho	
	Estatutária /	Administração	Fiscal	Total	Estatutária A	dministração	Fiscal	Total
Remuneração (a)	7.582	1.755	237	9.574	7.085	1.640	234	8.959
Benefícios de curto prazo (b)	217			217	197			197
Benefícios - Previdência privada	132			132	211			211
Remuneração baseada em ações	3.474			3.474	1.028			1.028
Total	11.405	1.755	237	13.397	8.521	1.640	234	10.395
(a) É composta pela remuneração fixa	e variável (bônus	e participação	nos resultad	los), além	n dos respectivos	s encargos soci	ais (não apl	icável ao

Conselho Fiscal) (b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida. Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2022, é de R\$2.085 (R\$2.373 em

2021). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

#### 11.2.3 Remuneração baseada em ações As ações do Plano de Remuneração II foram exercidas, conforme nota 32,3,2,2

12 Estoques

11.2.4 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente aos exercícios

		2022		2021				
	Conselho de	Conselho de Diretoria		Conselho de	Diretoria	Conselho		
	Administração	<b>Estatutária</b>	Fiscal	Administração	Estatutária	Fiscal		
Número de membros remunerados	4,08	4,00	3,00	4,17	5,17	3,00		
Valor da maior remuneração individual	526	3.581	79	496	2.489	78		
Valor da menor remuneração individual	376	2.100	79	342	881	78		
Valor médio da remuneração individual	430	2.851	79	393	1.648	78		

#### Consolidado 31/12/2022 31/12/2021 Nota Matéria prima e insumos para produção de energia 129.345 3.220 Diesel 3.648 245 244 Cal 3.248 136.486 476.252 Material de almoxarifado 93.821 90.951 Resíduos e sucatas Kit fotovoltaico 673 Estoque de Produtos em Flaboração 2.035 2.400 (-) Perda estimada na realização dos estoques (14.376) (15.844) 139,236

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de

distribuição, pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$94.275 (R\$86.466 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração, serviços e transmissão, pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$74.007 (R\$21.189 em 31 de dezembro de 2021). 12.1 Carvão

A redução do estoque de carvão na controlada Porto do Pecém deve-se aos seguintes fatores: (i) devido ao cenário hidrológico favorável em 2022 (Nota 4.10), a controlada encontra-se desde o início do ano desligada pela ONS, por esta razão não foi necessária aquisição de estoque no ano de 2022;e (ii) venda do estoque de 306mil toneladas de carvão para empresa do mesmo grupo econômico EDP Espanha, cujos impactos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados nas Notas 11 e 34 12.2 Perda estimada na realização dos estoques - Controlada Porto do Pecém

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma provisão no montante de R\$141 490 na controlada Porto do Pecém foi decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica e ao elevado preço médio do carvão em 2021, onde a controlada foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses.
Esta provisão ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 4.5

e ao elevado preço médio do carvão, onde a controlada Porto do Pecém foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses, tendo CVU médio de R\$359,84/MWh em 2021 e R\$147,45/MWh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a controlada foi desligada pelo ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projecões de despacho passassem para o primeiro semestre de 2023, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427 em 31 de março de 2022, R\$67.371 no período findo em 30 de junho de 2022 e R\$70.692 no período findo em 31 de dezembro de 2022, revertendo o valor total constituído em 2021. Considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre

de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o primeiro semestre de 2023, em 31 de dezembro de 2022, a controlada que possuía um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, efetuou acordo de venda de 306 mil toneladas do estoque para EDP Espanha (Nota 11), com entrega no segundo trimestre de 2022 de 117mil toneladas e 114mil toneladas no terceiro trimestre de 2022 (Nota 11) e 75mil toneladas no quarto trimestre de 2022 (Nota 4.10), a queima das 103 mil toneladas de carvão restante está prevista para o primeiro semestre de 2023. Tendo em vista o cenário atual e com base na expectativa de realização do estoque para o segundo semestre de 2023, foi realizada a provisão de perda de R\$4.103 em 31 de dezembro de 2022.

Controladora

# 13 Cauções e depósitos vinculados

				Saldo em					Saldo em	
			Nota	31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixas	31/12/2022	
Depósitos judiciais			31	4.850	10.898	795	(42)	(40)	16.461	
Outros cauções				392					392	
Total				5.242	10.898	795	(42)	(40)	16.853	
Circulante				350			` ,	` ,	350	
Não circulante				4.892					16.503	
		Consolidado								
			Aq	uisição de						
		Saldo em		Empresas					Saldo em	
	Nota	31/12/2021	(Notas	4.7 e 18.1)	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	31/12/2022	
Depósitos judiciais	31	413.482		525	75.172	26.954	(15.377)	(35.725)	465.031	
Cauções vinculados a										
empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798		12.958	5.956	2.023	(9.492)		17.243	
Outros cauções		10.497		765	6.153	851	(9.012)		9.254	
Total		429.777		14.248	87.281	29.828	(33.881)	(35.725)	491.528	
Circulante		10.001							19.782	
Não circulante		419,776							471.746	

13.1 Depósitos judiciais - Adição

O saldo na controladora de R\$10.898 refere-se, principalmente pela incorporação dos depósitos judiciais das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II alienadas em 2021 e da Energest alienada em 07 de dezembro 2022 no montante de R\$10.083. O saldo no consolidado de R\$75.172, referem-se principalmente: (i) R\$9.663 ao depósito judicial desfavorável para a controlada EDP São Paulo após sentença proferida, na qual resultou na mudança de risco possível para provável (Nota 19.1.3); e (ii) R\$28.446 ao depósito judicial realizado pela controlada EDP Espirito Santo para evitar a liquidação da garantia oferecida na execução fiscal (fiança bancária) que poderá ocorrer a qualquer momento

após a autorização de execução provisória da União Federal. 13.2 Depósitos judiciais - Resgate

O saldo na consolidado de R\$75.172 refere-se, principalmente: (i) R\$8.168 refere-se ao resgate do depósito judicial em favor para a controlada EDP São Paulo após decisão parcialmente favorável no MS nº 5023534-95.2020.4.03.6100, o qual discuti sobre débitos de PIS e COFINS de fevereiro de 2018 e COFINS de abril de 2018, em razão da falta de processamento das DCTFs retificadoras, sendo que a própria RFB reconheceu que esses valores não eram integralmente devidos. O saldo atual é de R\$911, que aquarda decisão judicial; e (ii) R\$23.293 refere-se à baixa do depósito judicial desfavorável para a controlada EDP Espírito Santo que foi convertido para à União, referente ao processo judicial onde era questionada a ilegalidade do restabelecimento das alíquotas do PIS e COFINS sobre o total das receitas financeiras (Nota 9).

#### 14 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações inanceiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

### Controladora

Foi aprovada em AGOE, realizada em 05 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com distribuição de R\$2.159.838, a ser distribuído da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$107.992; (ii) Juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$454.811, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2021; (iii) dividendos no valor de R\$803.189; e (iv) R\$743.846 em Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orcamento de capital, para o exercício de 2022. Os JSCF redividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 26 de maio de 2022. Os 35Cr e dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 26 de maio de 2022. Em 28 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de

R\$651.239, com retenção de 15% de IRRF, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição até a data de 31 de dezembro de 2022, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada. Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício

		Controladora							
			Dividendos						
	Saldo em	Comple-		Exercícios		Recebi-		Saldo em	
Ativo	31/12/2021	mentares	<b>Adicionais</b>	anteriores	JSCP	mentos	Reversão	31/12/2022	
Energest	26.833		78.601			(105.434)		-	
EDP Trading	14.244	144			13.098	(14.244)		13.242	
EDP São Paulo	43.335	62.432	322.368	395.632	68.880	(761.335)		131.312	
EDP Espírito Santo	55.502	39.625	256.914	185.086	90.291	(497.502)		129.916	
Lajeado	11.343	34.399	104.385		12.993	(115.728)		47.392	
EDP Smart Energia	-		3.185		1.171		(3.185)	1.171	
EDP Transmissão Aliança	19.188				22.712	(19.188)		22.712	
EDP Transmissão SP-MG	33.598	20.198			16.831	(33.598)		37.029	
Pecém TM	95	105	286			(381)		105	
Pecém OM	54	35	164			(218)		35	
CEJA	18.492		33.980		27.561	(52.473)		27.560	
Celesc	31.375		5.977		43.247	(37.294)		43.305	
Porto do Pecém	106.406				62.249	(106.406)		62.249	
	360.465	156.938	805.860	580.718	359.033	(1.743.801)	(3.185)	516.028	

	Saldo em 31/12/2021	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022				
Passivo									
Acionistas não controladores	228.740	290.143	240.028	(519.473)	239.438				
EDP International Investments and Services, S.L.	160.315	217.691	179.639	(378.525)	179.120				
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	126.845	168.983	139.530	(295.904)	139.454				
	515.900	676.817	559.197	(1.193.902)	558.012				

Consolidado

	Saldo em	Dividend		Saldo em						
Ativo	31/12/2021	Complementares	Adicionais	JSCP	Recebimentos	31/12/2022				
Pecém TM	94	105	286		(381)	104				
Celesc	31.375		5.977	43.247	(37.294)	43.305				
Pecém OM	54	35	164		(218)	35				
CEJA	18.492		33.980	27.561	(52.473)	27.560				
	50.015	140	40.407	70.808	(90.366)	71.004				

					Consolidado			
	Dividendos							
	Saldo em	Comple-		1000	Partes		Pagamentos	Saldo em
	31/12/2021	mentares	Adicionais	JSCP	beneficiárias	<u>Pagamentos</u>	não realizados	31/12/2022
Passivo								
CEB Lajeado	2.767		1.593	7.980		(4.360)		7.980
Paulista Lajeado Energia	969		557	2.794		(1.526)		2.794
Eletrobras	155.492	107.121		13.757	31.082	(155.492)		151.960
Governo do Tocantins	826	2.505	7.601	946		(8.427)		3.451
Celesc Geração	2.132			2.524				4.656
Acionistas não controladores	231.528		290.143	240.031		(519.473)	21	242.250
EDP IS - Investimentos e Serviços,								
Sociedade Unipessoal Lda.	160.315		217.691	179.639		(378.525)		179.120
EDP International Investments								
and Services, S.L.	126.845		168.983	139.530		(295.904)		139.454
	680.874	109.626	686.568	587.201	31.082	(1.363.707)	21	731.665

## 15 Compromissos futuros - Marcação a mercado de Instrumento Financeiro Derivativo

Os contratos celebrados pela controlada EDP Trading visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda, que tem o objetivo

também de comercializar com outros agentes. Isto posto, a controlada avalia seus contratos, sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo que eles não se destinam apenas a entrega da energia ("uso próprio", conforme termo utilizado pelo CPC 48), mas para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada reconhece de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros

são mensurados ao valor justo pela utilização de curva de *forward* com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a Marcação a Mercado (MtM) de Instrumento Financeiro Derivativo.

Nesta mensuração, são consideradas as sensibilidades do PLD, sendo avaliado o portfólio de operações contendo curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), além do direito dos clientes de usar de forma flexível o consumo, sob o mesmo preço. O resultado destes contratos é determinado a partir do diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança que considera uma curva formard de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$17.423 (R\$175.172 em 2021) registrada no resultado do exercício de 2022.

# **EDP Smart Energia**

A EDP Smart Energia celebra os contratos de comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Este perfil de agente fica responsável por toda operação de seus representados no mercado livre de energia, desde a migração para o ACL até a gestão de todos os procedimentos relacionados à sua operacionalização, entre eles modelagem, medição, contabilização, obrigações financeiras, entre outros. Neste sentido, a controlada também avalia seus contratos sob a ótica do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, julgando que os mesmos se destinam

também a entrega da energia para a geração de valor na intermediação financeira, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia), podendo ser quitados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro. Portanto, a controlada passou a reconhecer de forma integral as curvas compradas e vendidas de energia de seu portfólio (no limite da venda). Estes contratos de compromissos futuros também são mensurados de acordo com os preços de referência de compra do dia, e os demais riscos são transferidos à EDP Trading, uma vez que ela sofre exposição ao mercado. Assim sendo, as margens da controlada EDP Smart Energia são fixadas e sua exposição é mensurada pela EDP Trading através da utilização de curva de forward com as melhores informações disponíveis e observáveis, assim sendo, considerado no resultado a marcação a mercado de Instrun Financeiro.

rcício findo em 31 de dezembro de 2022, a realização do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou receita líquida de R\$58.177 (R\$26.438 em 2021) registrada no resultado do exercício de 2022.

Controladora

Consolidado

# 16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Controladora			Consonidado				
			ılante	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos		181				42.752	44.224		
Descontos tarifários	16.2					84.936	211.928		
Modicidade tarifária - baixa renda	16.3							8.060	8.055
Bens destinados à alienação/desativação		2.203	2.411			14.393	12.640		
Serviços em curso						19.030	4.947	528	501
Serviços prestados a terceiros		4	4			60.153	84.373	95	457
Convênios de arrecadação						1.972	1.571	23	
Compartilhamento/Serviços entre partes									
relacionadas	11	10.881	8.561	16.867	11.289	13.584	9.872	133	970
Rendas a receber						5.217	2.927		
Prêmio de risco - GSF	16.4					2.750	2.749	14.435	17.184
Despesas pagas antecipadamente	16.1	457	480			27.436	15.599	1.056	1.663
Títulos a receber	16.9	3.329	1.121	28.004	27.024				
Outros		16.323	16.435	3.047	2.673	44.416	34.604	6.192	3.740
Total		33.378	29.012	47.918	40.986	316.639	425.434	30.522	32.570
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de ben	ie								
e direitos						3.171	26		
Contribuição de iluminação pública	16.5					31.641	31.489		
Credores diversos - consumidores e	10.5					01.041	01.403		
concessionárias	16.10					58.559	159.941		
Folha de pagamento	10.10	1.955	1.298			15.338		3.821	2.266
Modicidade tarifária - baixa renda	16.3		1.290			448	454		
Arrecadação de terceiros a repassar	10.5					18.478		3.010	9.010
Compartilhamento/Serviços entre partes						10.470	19.001		
relacionadas	11	67.698	49.683	2.932	3.045	69.313	51.545	1.474	1.797
Arrendamentos e aluquéis	16.8					31.079			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.6				0.904	120.219			00.500
Reserva para reversão e amortização	16.7		17.903			1.945	1.944		7.774
Adiantamento para futuro aumento de capita						1.545	1.544	20	15.000
Outros	LI	3.441	3.431	8.319	4.969	35.762	44.205	23.456	8.162
Total		98.880	73.567		4.969 <b>14.918</b>	35.762 385.953	44.205 464.929	23.456 <b>162.142</b>	125.369
IUIAI		90.000	13.501	20.108	14.918	303.933	404.929	102.142	125.309

16.1 Despesas pagas antecipadamente

Parcela de ajustes homologados

Parcela de ajustes a homologar

Saldo subsídio baixa renda

A variação deve-se principalmente pela contratação de apólice do seguro de riscos operacionais na controlada Porto do Pecém no mês de julho de 2022

no valor de R\$24.285, com vigência de 18 meses. 16.2 Descontos tarifários e Adiantamentos de descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito das controladas de serem ressarcidas dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com

recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.
Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos são de responsabilidade da CCEE

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções

nomologatorias:		
Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL n° 2.918/21	Ago/21 a Jul/22	27.464
ANEEL n° 3.091/22	Ago/22 a Jul/23	23.660
EDP São Paulo		
ANEEL n° 2.964/21	Out/21 a Set/22	11.521
ANEEL n° 3.129/22	Out/22 a Set/23	14.239
Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:		

			Consolidado				
		Nota	Saldo em 31/12/2021		Ressarcimento	Saldo em 31/12/2022	
Subsídio Baixa Renda			15.953	139.416	(128.644)	26.725	
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04			44.985	323.875	(309.728)	59.132	
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04			1.252	10.964	(10.891)	1.325	
Subsídio Rural			34.615	38.907	(56.066)	17.456	
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10			(14.928)	55.508	(64.550)	(23.970)	
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11			9.026	13.312	(14.862)	7.476	
Subsídio Distribuição - TUSD fio B			(2.800)	1.509	(1.917)	(3.208)	
Subsídio Crise Hídrica		16.2.1	123.825	(1.950)	(121.875)	-	
			211.928	581.541	(708.533)	84.936	
Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcel	a de desconto tarifário:						
	EDP Espírito Santo	EDP S	São Paulo	Saldo em 31/12/	2022 Saldo en	31/12/2021	
Parcela mensal	22.119		12.541	34	4.660	34.817	

14.805

(10.501)

13.511

10.791

8.456

13.214

25.596

(2.045)

26.725

111.138

15.953 211.928

brasil.edp.com continua..

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 16.2.1 Subsídio Crise Hídrica

A rubrica refere-se ao reconhecimento do subsídio Crise Hídrica, que tem como base a Resolução Nº 2, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.5), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a escassez hídrica. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisou reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Uma vez atingida a meta de redução, o consumidor recebe um bônus de R\$0,50/kWh do total da energia economizada, bônus esse que passa a ser creditado na conta de luz e é limitado a 20% da energia economizada. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido pelas distribuidoras, o montante total de subsídio de R\$123.825. A redução observada em 31 de dezembro de 2022, refere-se à liquidação do bônus reconhecido no final do exercício anterior (Nota 4.5), sendo R\$64.018 referente à controlada EDP São Paulo,

#### 16.3 EDP São Paulo - Modicidade tarifária - baixa renda

 $A través do Termo de Notificação n^o 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia - CSPE, atual Ag$ do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades

que impedia o faturamento das mesmas na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009. Até 31 de dezembro de 2022 foi restituído o montante de R\$19.507 (R\$19.491 em 31 de dezembro de 2021), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.258 (R\$10.264 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada. Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas estão a exigir medidas da

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.060, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Diante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo providenciou o cálculo do faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, de maneira que o total a devolver somou a importância de R\$10.255. Nestas circunstâncias, processado o DMR - Diferença mensal de Receita, a controlada EDP São Paulo teria o direito de receber o montante

nte, a controlada EDP São Paulo poderia transferir para a conta de modicidade tarifária a diferença entre os valores acima, ou seja, R\$3.107

equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente A movimentação do exercício está demonstrada a seguir

Controladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2021	<u>Amortização</u>	Saldo em 31/12/2022
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	19.586	(2.701)	16.885
Investco	Jan/2015 a Mar/2029	347	(47)	300
Total		19.933	(2.748)	17.185
Circulante		2.749		2.750
Não circulante		17.184		14.435

projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da

### 16.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS. 16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21)), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não

#### circulante para o Circulante 16.8 Arrendamentos e Aluquéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluquéis conforme demonstrado abaixo

Controladora

	Saldo em					Saldo em
	31/12/2021	Adições	<b>Pagamentos</b>	Transferências	AVP	31/12/2022
Edifícios	1.250	854	(2.012)	2.007	7	2.106
Veículos	-	1.447	(1.559)	1.701	(2)	1.587
Total Circulante	1.250	2.301	(3.571)	3.708	5	3.693
Edifícios	6.904	4.964		(2.007)	1.300	11.161
Veículos	-	4.642		(1.701)	755	3.696
Total Não circulante	6.904	9.606	-	(3.708)	2.055	14.857
	8.154	11.907	(3.571)	-	2.060	18.550

	Consolidado							
	Saldo em					Saldo em		
	31/12/2021	Adições	<b>Pagamentos</b>	<u>Transferências</u>	AVP	31/12/2022		
Terrenos	1.433	4.592	(4.552)	3.588	327	5.388		
Edifícios	15.521	1.241	(17.611)	16.927	61	16.139		
Equipamentos de informática	-	90	(44)	115		161		
Máquinas e equipamentos	8.419	4.595	(9.611)	2.430	312	6.145		
Veículos	4.477	2.732	(7.620)	3.452	205	3.246		
Total Circulante	29.850	13.250	(39.438)	26.512	905	31.079		
Terrenos	4.610	24.195		(3.588)	3.005	28.222		
Edifícios	73.803	4.528		(16.927)	9.453	70.857		
Equipamentos de informática	-	201		(115)	(9)	77		
Máquinas e equipamentos	2.027	10.945		(2.430)	573	11.115		
Veículos	120	9.283		(3.452)	1.508	7.459		
Total Não circulante	80.560	49.152	-	(26.512)	14.530	117.730		
	110.410	62.402	(39.438)	-	15.435	148.809		

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	2.106	10,54%	1.587	13,81%
Total Circulante	2.106		1.587	
2024	322	11,05%	245	13,81%
2025	1.774	11,19%	1.364	13,81%
2026	1.596	11,19%	1.199	13,81%
2027	1.435	11,19%	888	12,66%
2028	1.291	11,19%		
2029 até 2041	4.743	11,19%		
Total Não circulante	11.161		3.696	

		Consolidado											
	Te	Terrenos		lifícios	Equipamentos d	e informática	Máquinas e ec	Ve	eículos				
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)			
2023	5.388	4,89%	16.139	9,82%	161	6,98%	6.145	3,81%	3.246	10,87%			
	5.388		16.139		161		6.145		3.246				
2024	1.803	5,22%	2.531	9,96%	25	6,98%	851	4,63%	473	11,30%			
2025	2.769	8,58%	13.820	9,99%	52	1,17%	4.548	4,62%	2.606	11,30%			
2026	3.869	8,58%	11.878	10,01%			3.471	6,91%	2.253	11,30%			
2027	3.352	8,58%	10.087	10,08%			2.245	5,76%	2.124	9,78%			
2028	3.086	8,58%	8.763	9,86%					3	9,78%			
2029 até 2041	13.343	8,58%	23.778	10,05%									
	20 222		70 057		77		11 115		7.450				

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. estão demonstrados a seguir

	Contro	ladora	Consolidado		
Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP	
Contraprestação do arrendamento	28.523	18.550	174.746	148.809	
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.638)	(1.716)	(16.164)	(13.765)	

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2) 16.9 Títulos a receber Controladora

	Controladora						
	Circu	ılante	Não cir	culante			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	3.329	1.121	57.593	58.912			
(-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"			(29.589)	(31.888)			
Total	3.329	1.121	28.004	27.024			
Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controla	ada Investco no	montante orig	ginal de R\$43.	964, onde, de			

acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$31.333 (R\$28.145 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação

das acões. Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

16.10 Credores diversos - consumidores e concessionárias A redução dos credores diversos ocorreu devido a liquidação da bonificação para os clientes que economizaram energia com o bônus de escassez hídrica (Nota 16.2.1). Do saldo de R\$159.941 em 31 de dezembro de 2021, R\$64.018 e R\$59.807 referem-se ao referido bônus das controladas EDP

São Paulo e EDP Espírito Santo respectivamente. Os montantes foram liquidados em sua totalidade no período findo em 30 de junho de 2022.

# 17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

No exercício findo e 31 de dezembro de 2021 ocorreu inclusão de ativos mantidos para venda (Nota 17.1) e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreu o retorno de ativos que foram anteriormente classificados como mantidos para venda (Nota 17.2).

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme

### previsto no CPC 31. 17.1 Alienação de 100% do capital social da Energest

A Administração da Companhia visou estrategicamente a alienação de 100% de participação no investimento em ativo hídrico da controlada Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas"). Portanto, em outubro de 2021, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda, conforme descrito na nota 4.19.

Em 30 de agosto de 2022, foi firmado junto à empresa detida pela VH GSEO UK Holding Limited contrato de compra e venda de 100% do capital social desta companhia detido pela EDP - Energias do Brasil.

Com a conclusão dos processos de alienação em 07 de dezembro de 2022, o montante de R\$326.252 foi registrado na rubrica de Ganho na alienação de investimentos em 30 de novembro de 2022 e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia. O valor total da transação foi de R\$1.225.000, sendo R\$800.000 no closing que, após ajuste de preço referente a variações da Dívida Líquida e de Capital de Giro, corresponderam a R\$707.655. Ainda, existe a possibilidade de adicional ao preço de aquisição no valor máximo de R\$425.000, caso seja aprovada a prorrogação do contrato de concessão Energest, em cenários que, por se tratarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, não contemplam o ganho, conforme definições do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à empresa alienada em 30 de novembro de 2022.

Energest			Energest							
ATIVO	30/11/2022	31/12/2021	Passivo	30/11/2022	31/12/2021					
Circulante	Não auditado		Circulante	Não auditado						
Caixa e equivalentes de caixa	86.388	35.871	Fornecedores	3.190	5.981					
Concessionárias	24.808	22.727	Imposto de renda e Contribuição							
			social a recolher	23.720	10.796					
Imposto de renda e Contribuição			Outros tributos a recolher	2.101	3.905					
social a compensar	3.157	5.241								
Outros tributos compensáveis	2.834	5.294	Dividendos		26.833					
Empréstimos a receber		105.305	Empréstimos e financiamentos		110.183					
Estoques	7.107	6.545	Provisões		105					
Outros créditos	1.013	1.603	Outras contas a pagar	3.426	4.934					
Total do Ativo Circulante	125.307	182.586	Total do Passivo Circulante	32.437	162.737					
Não circulante			Não circulante							
Cauções e depósitos vinculados	3.290	3.260	Tributos diferidos	17.688	23.102					
Prêmio de risco - GSF	90	631	Benefícios pós-emprego	11.054	11.451					
Outros créditos	29	18	Provisões	6.699	6.460					
	3.409	3.909	Outras contas a pagar	373	1.085					
				35.814	42.098					
			Patrimônio Líquido							
Imobilizado	186.051	196.320	Capital social	3.205	3.205					
Intangível	77.822	94.795	Reservas de lucros	193.632	272.233					
Total do Ativo Não circulante	267.282	295.024	Outros resultados abrangentes	(2.154)	(2.663)					
			Lucros acumulados	129.655						
Total do Ativo	392.589	477.610	Total do passivo e patrimônio líquido	392.589	477.610					

A apuração do ganho na alienação está demonstrada abaixo: Patrimônio líquido das controladas na data da venda Reversões de depreciações e amortizações

39.572 Saldo do Ativo mantido para venda na data da alienação (1) 363.910 Aiustes de preco (92.345)707.655 Valor recebido 343.745 Custos de transação (11.947)(ii) (5.546)Outros ajustes 690.162 Ganho líquido na alienação das participações (2) - (1) 326.252

Nota Energest

Nota 31/01/2022

328,750 773.072

(44.903)

1.070.988

14.069

(i) Aiuste de preco referem-se a dividendos e aiuste de caixa (ii) Refere-se a benefícios pós-emprego no resultado abrangente e contingências líquidas

17.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Além da Energest mencionada na nota anterior, os ativos e passivos relativos às controladas em conjunto CEJA e Cachoeira Caldeirão foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda, a partir de outubro de 2021. Tendo em vista a busca da Companhia por melhor captura de valor dos ativos, a Administração da Companhia declinou sobre a intenção da alienação da participação em ambos os investimentos controlados em conjunto, os quais voltam a integrar as contas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

### 18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial. Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

## · Coligadas e Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investido

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e joint ventures incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, subsidiaria Santa Leopoldina, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão. realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à companhia Celg de Participações - CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de ianeiro de 2022. Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução

CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta database, de R\$2.113.690.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de 2021. Os três contratos de concessão (Nota 2) da EDP Goiás, e suas datas de vigência são: (i) Contrato de Concessão nº 63/2001, de 1º de janeiro de 2013

até 1° de janeiro de 2043; (ii) Contrato de Concessão n° 03/2015, de 6 de março de 2015 até 6 de março de 2045; e (iii) Contrato de concessão n° 04/2016, de 20 de janeiro de 2016 até 20 de janeiro de 2046. Os três contratos podem ser prorrogados a critério do Poder Concedente.

O montante total pago na aquisição foi temporariamente contabilizado, na data de sua realização aos ativos e passivos assumidos como Direito de Concessão, assim como o ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, que será amortizado por seu prazo remanescente (Nota 24), nenhum valor residual foi alocado como goodwill. A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos

constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos inputs e outputs, teste de concentração e substantivo.

O montante total pago na aquisição foi alocado provisoriamente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, não contendo valor residual alocado como goodwill. O laudo de aquisição foi elaborado por consultoria especializada e independente, com isso, a Administração da Companhia alocou de forma definitiva. Adicionalmente, a composição da alocação em 31 de dezembro de 2022, frente à alocação temporária de 30 de setembro de 2022, contempla a intenção da Administração da Companhia em efetuar a reestruturação societária envolvendo as Companhias EDP Goiás e Santa Leopoldina, assim sendo, os tributos diferidos alocados temporariamente, foram revertidos em sua totalidade

O preco de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$2 113 690

A composição da alocação final, frente à alocação temporária são: (i) R\$1.070.920 (R\$1.075.133) referente ao investimento, ou seia, total do patrimônio líquido da investida no momento da aquisição; e (ii) R\$1.053.796 (R\$1.038.557) de Mais Valia na concessão da controlada. No laudo de aquisição foram avaliados os principais ativos da companhia para mensuração do valor justo, sendo eles, os saldos relativos a Propriedade para Investimentos (Nota 22), inicialmente reconhecidos na data da transação no montante total de R\$64.047, e os saldos relativos aos Contratos de Concessão no montante de R\$1,213,083.

Os saldos de Direito de Concessão também passaram por avaliação, a consultoria responsável pela elaboração do laudo aplicou a metodologia Multi Period Excess Earning. A EDP Goiás opera três contratos de concessão com vencimentos previstos para dezembro de 2042, fevereiro de 2045 e dezembro de 2045. Considerando a natureza dos negócios da EDP Goiás e o potencial benefício econômico a ser gerado por estes contratos no futuro, os contratos de concessão foram identificados como ativos intangíveis vinculados à Empresa na data-base da avaliação, e tiveram Mais Valia avaliada no montante de R\$1.042.770.

Assim, os montantes finais da transação são:

Aquisição de ativos	Nota	Alocação temporária	Alocação final em 31/12/2022	<u>Variação</u>
Investimento	(i)	1.075.133	1.070.920	4.213
Direito de Concessão		1.038.557	1.053.796	(15.239)
Propriedade para investimentos	(ii)		(11.026)	11.026
Valor Pago na aquisição		2.113.690	2.113.690	-

Nota 31/01/2022 Passivo

(i) O montante de R\$4.213 adequações de práticas contábeis ocorridos em 2022;

(ii) O montante de R\$11.026 referente a baixa do valor justo da propriedade de investimento O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

Circulante		Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	194.348	Fornecedores		1.519
Disponibilidade da rede elétrica	26.102	Impostos e contribuições sociais		7.321
Ativos da Concessão	160.492	Dividendos e JSCP		35.246
Impostos e contribuições sociais	2.225	Empréstimos e financiamentos		10.668
Estoques	411	Obrigações sociais e trabalhistas		4.094
Outros Créditos	4.178	Encargos setoriais		2.768
Total do Ativo Circulante	387.756	Outras contas a pagar		675
		Total do Passivo Circulante		62.291
Não circulante				
Ativos da concessão	21 1.135.450	Não circulante		
Cauções e depósitos vinculados	1.291	Impostos e contribuições sociais e diferidos	10.1	370.544
Outros créditos	12.958	Empréstimos e financiamentos		84.260
Investimentos	532	Benefícios pós-emprego		1.498
Propriedade para investimentos	63.515	Encargos setoriais		1.944
Imobilizado	2.175	Provisões		12.295
Intangível	1.790	Outras contas a pagar		1.647
Total do Ativo Não circulante	1.217.711	Total do Passivo Não circulante		472.188

brasil.edp.com

	lotal do Passivo		1.605.467
O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:			
Aquisição de ativos		Nota	Valor Contábil
Investimento		(i)	1.070.920
Direito de Concessão		24	1.053.796
Propriedade para investimento		22	(11.026)
Valor Pago na aquisição			2.113.690

1.605.467 Patrimônio Líquido

Reservas

Capital Social

Lucros (Prejuízos) acumulados

Total do Patrimônio líquido (i)

Resultado do exercício

(i) R\$136 na data de aquisição, refere-se à participação de não controladores (Nota 32.6).

O montante do investimento da Companhia na adquirida considera adequação de políticas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

(TSEE). O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos (Nota 4.5).

e R\$59.807 à controlada EDP Espírito Santo

consumidoras residenciais, alterando-as de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação

controlada, com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

A controlada EDP São Paulo segue na expectativa de uma resposta da ARSESP

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico (Nota 38.2.3) no ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios

ontroladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2021	<u>Amortização</u>	Saldo em 31/12/2022
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	19.586	(2.701)	16.885
Investco	Jan/2015 a Mar/2029	347	(47)	300
otal		19.933	(2.748)	17.185
irculante		2.749		2.750
ão circulante		17.184		14.435

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** 

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Movimentação dos Investimentos e da Provisão	para passivo a descoberto

	Controladora											
	Saldo em		Baixas/	Equivalência		Outros resultados			Saldo em	% Participa	ção direta	
	31/12/2021	Adições	<u>Amortizações</u>	patrimonial	Dividendos/JSCP	abrangentes	Outras	Transferência	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	
Investimentos												
EDP São Paulo	1.290.518			525.249	(861.468)	28.298			982.597	100,00	100,00	
EDP Espírito Santo	1.382.908			560.493	(587.849)	13.667			1.369.219	100,00	100,00	
Lajeado	236.985			145.821	(154.071)	93			228.828	55,86	55,86	
Lajeado (Mais Valia)	91.755			(2.669)			(1.592)		87.494	55,86	55,86	
Mata Grande Transmissora	12.816			(2.205)					10.611	100,00	100,00	
EDP Transmissão Aliança	308.855	158.400		78.581	(26.720)				519.116	90,00	90,00	
EDP Transmissão SP-MG	291.203			148.115	(39.997)				399.321	100,00	100,00	
Enerpeixe	399.462			(6.767)					392.695	60,00	60,00	
Energest (Nota 17.1)	-			154.502	(78.602)	509		(76.409)	-	100,00	100,00	
EDP Trading	348.817			55.754	(15.553)				389.018	100,00	100,00	
EDP Smart Energia	20.279	16.025		23.333	(1.378)				58.259	100,00	100,00	
CEJA	-			84.983	(66.409)			500.571	519.145	50,00	50,00	
CEJA (Mais Valia)	-			(7.843)				155.744	147.901	50,00	50,00	
Cachoeira Caldeirão	-			(3.866)				283.716	279.850	50,00	50,00	
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	-			(62)				1.421	1.359	50,00	50,00	
Porto do Pecém	2.734.834			(651.834)	(73.234)	(1)		(14.352)	1.995.413	100,00	100,00	
Porto do Pecém (Mais Valia) (Nota 4.23)	290.761			(305.113)	` ,	` '		14.352	-	100,00	100,00	
Pecém TM	5.383			` 441	(392)				5.432	50,00	50,00	
Pecém OM	3.757			147	(199)				3.705	50,00	50,00	
Resende	21.182			(17)	` ,				21.165	100.00	100,00	
EDP Smart Serviços	124.091	216.900		(34.782)		(999)			305.210	100,00	100,00	
Mabe	391			(290)		, ,		(101)	-	50,00	50,00	
Celesc(*)	698,188			156.866	(56.852)	63.005		( - /	861.207	29,90	29,90	
São Manoel	603.696			(14.570)	(,				589.126	33,334	33,334	
EDP Ventures	19.275	18.455		(3.552)					34.178	100,00	100,00	
Santa Leopoldina	_	244.700		(24.436)		1.238		(34.757)	186.745	100,00	100,00	
Energia Solar II		1		(=)				(= = . )	1	100,00	,	
Energia I	_	1							1	100,00		
Energia II	_	1							1	100,00		
	8.885.156	654.483		876.279	(1.962.724)	105.810	(1.592)	830.185	9.387.597	,		
Direito de Concessão (Nota 18.2.1)					,		( /					
EDP São Paulo	9.841		(1.458)						8.383			
Enerpeixe	1.722		(116)						1.606			
Lajeado	58.105		(5.272)						52.833			
	69.668	_	(6.846)		-	_	-		62.822			
Total dos Investimentos	8.954.824	654.483	(6.846)	876.279	(1.962.724)	105.810	(1.592)	830.185	9.450.419			
Santa Leopoldina	(1.065)		()	(33.692)	,,		,,	34.757	-	100,00	100,00	
Mabe	(1.003)			(139)				101	(38)	50,00	50,00	
Total de Provisão para passivo a descoberto	(1.065)	_	_	(33.831)	_	_	_	34.858	(38)	30,00	30,00	
Investimento líquido	8.953.759	654.483	(6.846)	842.448	(1.962.724)	105.810	(1.592)	865.043	9.450.381			
myesumento nquido	0.333.739	034.403	(0.040)	042.440	(1.302.724)	103.010	(1.552)	003.043	3.430.301			

(\*) O montante de R\$861.207 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 30 de setembro de 2022.

	Consolidado								
	Saldo em		Equivalência		Outros resultados	Aquisição de		Saldo em	
	31/12/2021	Adições	Patrimonial	Dividendos/JSCP	abrangentes	empresas	Transferência	31/12/2022	
Investimentos									
EDP - Energias do Brasil									
Celesc	698.188		156.866	(56.852)	63.005			861.207	
Pecém TM	5.383		441	(392)				5.432	
Pecém OM	3.757		147	(199)				3.705	
CEJA (Nota 17.2)	-		84.983	(66.409)			500.571	519.145	
CEJA (Mais Valia) (Nota 17.2)	-		(7.843)				155.744	147.901	
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-		(3.866)				283.716	279.850	
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.2)	-		(62)				1.421	1.359	
Mabe	391		(290)				(101)	-	
São Manoel	603.696		(14.570)					589.126	
BBCE	470							470	
Sicoob Juriscredcelg	-	1.028				532		1.560	
Total dos Investimentos	1.311.885	1.028	215.806	(123.852)	63.005	532	941.351	2.409.755	
Provisão para passivo a descoberto									
Mabe	-		(139)				101	(38)	
Blue Sol Participações	(2.329)		(1.703)					(4.032)	
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	-	(1.842)	-	-	-	101	(4.070)	
Investimento líquido	1.309.556	1.028	213.964	(123.852)	63.005	532	941.452	2.405.685	
18.2.1 Direito de concessão									

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3). 18.3 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de p	% de participação da Companhia					Passivos (Circulantes		Patrimônio líquido				Resultado líquido			
	31/1	2/2022	31/1	2/2021	31/12/20	22	31/12/20	21	Ativos	s totais	e Não cir	culantes)	(Passivo a d	descoberto)	Rec	eitas	do exe	rcício
	Ordinárias/		Ordinárias/		Capital social	Capital	Capital social	Capital										
Companhia	Quotas	Preferenciais	Quotas	<u>Preferenciais</u>	integralizado	votante	integralizado	votante	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	6.554.339	7.214.987	5.571.742	5.924.469	982.597	1.290.518	5.691.600	6.460.411	525.249	446.677
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.158.185	6.588.861	4.788.966	5.205.953	1.369.219	1.382.908	4.989.581	5.245.884	560.493	444.408
Energest (Nota 17.1)	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	392.589	477.610	68.251	204.835	324.338	272.775	206.443	308.364	129.655	136.060
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.429.438	1.357.556	738.389	657.824	691.049	699.732	749.958	716.237	310.826	377.077
CÉJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.826.467	1.802.672	788.168	801.531	1.038.299	1.001.141	315.195	317.843	169.966	137.211
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.745.146	1.866.974	1.090.654	1.201.201	654.492	665.773	315.141	421.390	(11.281)	(2.817)
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.397.133	1.395.979	837.430	828.545	559.703	567.434	163.746	164.885	(7.731)	(11.156)
EDP Trading (*)	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	3.579.882	2.292.065	3.190.864	1.943.248	389.018	348.817	3.314.744	2.955.211	55.754	59.972
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	728.456	122.251	670.196	101.972	58.260	20.279	348.667	181.234	23.334	13.410
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	764.392	516.509	459.181	392.417	305.211	124.092	132.090	23.300	(34.782)	(63.644)
Porto do Pecém	2.368.998		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	3.713.602	3.939.611	1.703.837	1.204.777	2.009.765	2.734.834	1.390.778	2.336.898	(651.834)	246.560
Pecém TM	1.682		1.682		50,00	50,00	50,00	50,00	15.730	15.539	5.049	4.768	10.681	10.771	23.986	20.802	883	797
Pecém OM	3.527		3.527		50,00	50,00	50,00	50,00	9.807	9.299	2.506	1.786	7.301	7.513	7.845	7.845	294	514
São Manoel	803.341		803.341		33,334	33,334	33,334	33,334	3.812.428	3.818.594	2.045.086	2.007.542	1.767.342	1.811.052	418.165	375.052	(43.710)	(79.811)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	4.060	6.172	4.137	5.390	(77)	782			(858)	(1.491)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.216	21.213	51	30	21.165	21.183			(17)	(16)
Horizon Transmissão ES (***)																36.756		28.146
Horizon Transmissão MA I (***)																167.147		71.294
Horizon Transmissão MA II (***)																72.480		47.912
EDP Transmissão Aliança	148.051		113.851		90,00	90,00	90,00	90,00	2.527.678	2.316.687	1.950.882	1.973.515	576.796	343.172	344.131	610.051	87.313	89.769
EDP Transmissão SP-MG	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.737.586	2.488.283	2.338.267	2.197.080	399.319	291.203	501.765	621.669	148.115	134.394
Celesc(**)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.146.392	2.803.107	213.051	181.738	2.933.341	2.621.369			437.190	575.051
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	40.355	38.663	6.176	19.387	34.179	19.276			(3.552)	(1.339)
Mata Grande Transmissora	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	121.534	117.128	110.923	104.312	10.611	12.816	37.274	62.302	(2.205)	(2.136)
Blue Sol	66.665		66.665		40,00	40,00	40,00	40,00	3.319	24.129	13.398	29.950	(10.079)	(5.821)			26.796	(2.310)
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.348.873	2.510	2.162.128	3.575	186.745	(1.065)			(58.128)	(1.065)

(\*) O montante em 31 de dezembro de 2021 para a controlada EDP Trading está reapresentado para adequada informação em R\$249.883 entre o ativo e o passivo totais, que se refere a adiantamento a fornecedor e de cliente.

(\*\*) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 e às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de resultado às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 e 2021 respectivamente.

(\*\*\*) No exercício de 2022, a Novo Horizon, atual controladora destas transmissoras, alterou a denominação social das empresas de EDP Transmissão MA II para Horizon Transmissão MA II S.A., Horizon Transmissão MA II S.A.,

18.4 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento

	EDP Sã	o Paulo	EDP Espí	rito Santo	Laje	ado	<b>EDP Transmi</b>	ssão Aliança	Porto do	Pecém	São N	lanoel	Cel	esc
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.290.518	987.963	1.382.908	1.082.961	699.732	676.832	343.172	238.584	2.734.834	2.613.691	1.811.052	1.890.863	2.586.668	1.984.612
Aumento de Capital							176.000	38.000						
Distribuição de dividendos aos acionistas	(861.468)	(124.309)	(587.849)	(193.356)	(288.594)	(316.668)	(29.689)	(23.181)	(73.234)	(125.184)			(136.179)	(178.504)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	525.249	446.677	560.493	444.408	279.744	339.369	87.313	89.769	(651.834)	246.560	(43.710)	(79.811)	437.190	563.172
Outros resultados abrangentes	28.298	(19.813)	13.667	48.895	167	199			(1)	(233)			(6.614)	217.388
Patrimônio líquido - Saldo final	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	691.049	699.732	576.796	343.172	2.009.765	2.734.834	1.767.342	1.811.052	2.881.065	2.586.668
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	90,00%	90,00%	100,00%	100,00%	33,334%	33,334%	29,90%	29,90%
Participação nos investimentos	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	386.037	390.887	519.116	308.855	2.009.765	2.734.834	589.126	603.696	861.207	773.190
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)								
Benefício Fiscal					56.244	56.244								
Resultados Acumulados					38.697	42.004								
Ágio									(14.352)					
Saldo contábil do investimento na Controladora	982.597	1.290.518	1.369.219	1.382.908	228.828	236.985	519.116	308.855	1.995.413	2.734.834	589.126	603.696	861.207	773.190
Participação dos não controladores	-	-	-	-	462.221	462.747	57.680	34.317	14.352	-	1.178.216	1.207.356	2.019.858	1.813.478

# 19 Divulgação em outras Entidades

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras condensadas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas a seguir. Os investimentos destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRS.

19.1 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes.

A CEJA é a detentora do direito da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), com sede no município de São Paulo - SP. O empreendimento não está mais no ativo mantido para venda.

Cachoeira Caldeirão A Cachoeira Caldeirão é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, com sede na cidade de Ferreira Gomes no

estado do Amapá. O empreendimento não está mais no ativo mantido para venda. São Manoel

A São Manoel é a detentora do direito de concessão da Usina Hidrelétrica São Manoel, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Mediante substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento

no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado. Devido ao ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a São Manoel procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de

desconto, a São Manoel, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor

recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado Adicionalmente, a São Manoel avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da São Manoel, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A São Manoel contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a São Manoel possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn

Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555. Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à São Manoel. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela São Manoel em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à São Manoel, diante desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da São Manoel.

A São Manoel monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios 2021, 2020, 2018 e 2017 a São Manoel procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, no último trimestre de 2019, a Administração da São Manoel, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de impairment reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável. Após realizadas as análises de indicadores e performado o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas

no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a São Manoel procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da São Manoel efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de

ativos não financeiros no exercício, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão. 19 1 1 Demonstrações financeiras condensadas

Balanço Patrimonial						
-	São N	lanoel	CE	CEJA		Caldeirão
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	119.396	93.791	249.812	188.364	104.832	62.653
Consumidores e Concessionárias	52.429	47.942	43.684	45.868	21.596	27.741
Outros créditos	114.609	75.724	27.192	35.108	39.461	28.281
	286.434	217.457	320.688	269.340	165.889	118.675
Não circulante						
Imposto de renda e Contribuição social a compensar			7.317	5.239		
Tributos diferidos	330.688	308.250			83.810	81.392
Outros créditos	120.538	126.403	31.052	34.299	45.702	54.545
	451.226	434.653	38.369	39.538	129.512	135.937
Imobilizado	3.008.837	3.094.742	1.013.139	1.017.376	1.090.143	1.129.668
Intangível	65.931	71.742	454.271	476.418	11.589	11.699
Total do ativo	3.812.428	3.818.594	1.826.467	1.802.672	1.397.133	1.395.979

	São Manoel		CE	JA	Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	30.142	23.234	112.897	93.640	11.778	11.160
Debêntures	27.896	37.882			40.300	26.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	70.686	48.861	54.098	53.755	33.644	28.410
Provisões	18.699	24.007	2.510	2.326	1.812	2.259
Outras contas a pagar	11.164	12.538	75.348	55.295	3.614	5.212
	158.587	146.522	244.853	205.016	91.148	73.995
Não circulante						
Tributos diferidos	34	19	113.754	117.898	6	2
Debêntures	264.889	273.456			162.813	190.617
Empréstimos e financiamentos	1.549.013	1.510.707	390.266	440.036	544.308	531.649
Uso do bem público	54.393	52.097	33.143	31.927	13.164	12.631
Provisões	16.565	24.389	6.143	6.600	25.274	19.402
Outras contas a pagar	1.605	352	9	54	717	249
	1.886.499	1.861.020	543.315	596.515	746.282	754.550
Patrimônio Líquido	1.767.342	1.811.052	1.038.299	1.001.141	559.703	567.434
Total do passivo e patrimônio líquido	3.812.428	3.818.594	1.826.467	1.802.672	1.397.133	1.395.979
Demonstração do Resultado						
		ão Manoel		EJA		a Caldeirão
		202			2022	2021
Receitas	418.1	65 375.05	315.195	317.843	163.746	164.885
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(303.0	14) (302.16)	0) (95.599)	(101.404)	(102.943)	(100.263)
Despesas e Receitas operacionais	(4.1	54) (7.52)	2) (22.363)	(20.653)	(3.823)	(3.852)
Resultado financeiro	(177.14	45) (186.16	4) (22.798)	(41.850)	(66.992)	(75.330)
Imposto de renda e contribuição social correntes	,				(137)	(1.401)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	22.4	38 40.98	3 (4.469)	(16.725)	2.418	4.805
Resultado líquido do exercício	(43.7		,	, ,	(7.731)	(11.156)

19.1.2 Extensão de prazo - GSF Assim como as controladas de geração que tiveram os incrementos nos prazos de concessão descrito na nota 24.1.3.1, a São Manoel também procedeu com o registro contábil conforme abaixo:

	Direito de concessão GSF - ACL		Direito de conc	cessão GSF - ACR	Total		
	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	
CEJA	5.714	3,8	9.815	6,1	15.529	9,9	
Cachoeira Caldeirão			1.875	2,7	1.875	2,7	
São Manoel	11.484	5,8	4.737	2,2	16.221	8,0	
Total	17.198		16.427		33.625		
10100 1 7 1 1							

19.1.3 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Circulante e Não circulante 19.1.3.1 Risco de perda provável

				CE	JA			
			Passi	vo			At	ivo
	Saldo em				Atualização	Saldo em	Depósito	Judicial
	31/12/2021	Constituição	<b>Pagamentos</b>	Reversão	monetária	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	2.582	457	(186)	(1.193)	1.490	3.150	146	523
Cíveis	45	1			9	55		
Fiscais	30				1	31		
Outros	610	7	(13)	(33)	64	635		
Total Não circulante	3.267	465	(199)	(1.226)	1.564	3.871	146	523
				Cachoeira	Caldeirão			
			Pas	sivo				Ativo
	Saldo em				Atualiza	ção Sald	o em Depó	sito Judicial
	31/12/2021	Constituição	Pagamento	s Revers	ões monet	ária 31/12/	2022	31/12/2021
Cíveis	16.815	1.722	(376	i)	(10) 5	238 23	3.389	1.050
Outros	680				(13)		667	
Total Não circulante	17.495	1.722	(376	6)	(23) 5.	238 24	4.056	1.050
						São Manoel		
						Passivo		
				Saldo em				Saldo em
			3	31/12/2021	Constituição	Reversão	Atualização	31/12/2022
Trabalhistas				2.714	142		586	3.442
Outros				663	167	(6)	15	839
Total Não circulante				3.377	309	(6)	601	4.281

brasil.edp.com continua...

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento

de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os

responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá -Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados

pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e. em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de

### 19.1.3.2 Risco de perda possível

		São N	lanoel			CE	JA		Cachoeira Caldeirão		
			At	ivo			At	ivo			
			Depósito	Judicial			Depósito	Judicial			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Trabalhistas	6.299	5.479			8	1.293	233	154		19	
Cíveis	5.247	1.679	4		35.234	29.164			9.336	7.941	
Fiscais	11.555	44.321	2.741	2.501	923	860	81	73	16.304	12.884	
Total	23.101	51.479	2.745	2.501	36.165	31.317	314	227	25.640	20.844	
CEJA											
Cíveis											

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2° e 3° e no anexo da Resolução CNPE n° 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 31 de dezembro de 2022 o valor estimado da causa é de R\$35.234 (R\$29.164 em 31 de dezembro de 2021) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado em 30 de junho de 2020 pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por supostas informações incorretas nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI) e EFD Contribuições), bem como, a cobrança de PIS e COFINS do período de 2016, visto que não foram consideradas as peculiaridades do setor de energia para fins de apuração desses impostos, atualmente o processo está em fase de elaboração de defesa. O montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$123 (R\$111 em 31 de dezembro de 2021). A CEJA obteve decisão administrativa favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O procedor de risco para perda remota de risco perda , aguardando julgamento do recurso.

### Cachoeira Caldeirão

Fiscais Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.791 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda o julgamento

Cíveis A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aquarda julgamento do recurso interposto pelo MPF

• Mandado de Segurança, executado pela São Manoel em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a São Manoel incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.521 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda juízo de retratação para adequação conforme decisão do STF (Superior Tribunal

- Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel aguarda o julgamento.

• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre marco e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.746 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda julgamento e adequação do tema, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). 19.1.4 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.4.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2022, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos

	Sao wanoei			JA	Cachoeira Caldeirao	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais			239		405	
Obrigações de compra						
Compra de Energia		34.515	9.111	8.825	68.080	65.970
Encargos de conexão e Transporte de Energia		88				
Materiais e serviços	90.577	32.083	36.684	22.790	32.950	23.221
Prêmio de risco - GSF			79.694	75.083		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.113.360	1.100.522	125.072	141.238	348.387	353.181
	1 203 937	1 167 208	250 800	247 936	449 822	442 372

372 Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor

	Sao Manoel		CE	JA	Cachoeira Caldeirao	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais			230		408	
Obrigações de compra						
Compra de Energia		32.883	10.383	11.031	77.551	82.446
Encargos de conexão e Transporte de Energia		86				
Materiais e serviços	91.158	32.831	37.891	23.362	36.400	26.792
Prêmio de risco - GSF			241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.708.463	1.736.501	160.618	161.193	516.270	535.496
	1.799.621	1.802.301	450.738	437.202	630.629	644.734
19.1.4.2 Garantias						

		Sao Manoel		CE	JA	Cachoeira	Caldeirao
Garantias	Tipo de Garantias	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Depósito Caucionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.635.009	1.576.836	444.724	494.242	579.761	562.101
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	304.976	325.674			203.360	217.885
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.				180		34.050
Compra de energia	<ul><li>(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária;</li><li>(iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis;</li><li>e (v) Seguro garantia.</li></ul>						1.196
Executante construtor	Seguro garantia	823	823				
Outros	Recebíveis			2.741	2.431	1.730	1.534
		1.940.808	1.903.333	447.465	496.853	784.851	816.766

19.2 Coligada A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc

A Celesc é uma sociedade anônima por acões de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geracão, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento naciona e internacional pela qualidade dos seus servicos e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo e internacional pera quandade dos seus servições e por suas ações nos campos tecinión, económico, animentad e social. En ecolo, atentado ao moderno preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A. que conta com 12 usinas operacionais com 115,27 MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A, que atende mais de 3,2 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.

- SCGÁS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.
As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermed setembro de 2022, divulgadas ao mercado em 11 de novembro de 2022; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

#### 19.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas Balanço Patrimonial 30/09/2022 31/12/2021 Passivo

Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	26.663	26.872	Dividendos e JCP a Pagar	176.111	134.356
Tributos a recuperar	46.148	37.879	Obrigações Fiscais	8.943	23.304
Dividendos a receber	205.644	145.877	Outros passivos circulantes	4.720	3.483
Outros ativos circulantes	653	51		189.774	161.143
	279.108	210.679			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	130.865	137.478	Provisões	23.277	20.477
Outros ativos não circulantes	61.181	51.984	Outros passivos não circulantes		118
	192.046	189.462		23.277	20.595
			Patrimônio Líquido	2.933.341	2.621.369
Investimentos	2.670.969	2.398.187	Total do passivo e patrimônio líquido	3.146.392	2.803.107
Imobilizado	205	338			
Intangível	4.064	4.441			
Total do ativo	3.146.392	2.803.107			
Demonstração do Resultado					
•				30/09/2022	30/09/2021
Despesas e Receitas operacionais				(12.489)	(16.612)
Resultado das participações societárias				454.942	481.437
Resultado financeiro				(5.176)	5.578
Imposto de renda e contribuição social correntes e	diferidos			(87)	4.496
Resultado líquido do período				437.190	474.899
19.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e d	lepósitos vinc	ulados a litíg	ios - Não circulante		
19.2.2.1 Risco de perda provável			,		
The second secon					

	30/	/09/2022	31/12/2021		
	Ativo			Ativo	
	Passivo	Depósito Judicial	Passivo	Depósito Judicial	
Trabalhistas		4.704		4.686	
Cíveis	572	2.994	181	6.589	
Fiscais	19.222	45.301	16.813	17.276	
Regulatórias	3.483	8.182	3.483	8.182	
Total Não circulante	23.277	61.181	20.477	36.733	

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

# 20 Ativo financeiro indenizável

		Consolidado									
	Valor líquido	Transferência dos	Valor justo			Valor líquido					
	em 31/12/2021	ativos da concessão	(Nota 20.1)	Baixas	Reclassificação	em 31/12/2022					
Ativo financeiro indenizável	4.362.393	1.002.268	384.236	(33.943)	(8.107)	5.706.847					
Total Não circulante	4.362.393	1.002.268	384.236	(33.943)	(8.107)	5.706.847					
As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao											

final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorga da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, confor

O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a precos atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial. O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conformi finido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens

da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

20.1 Valor justo
O montante de R\$384.236 na rubrica de valor justo, sofre impacto decorrente do aumento inflacionário no exercício. A taxa IPCA acumulada no exercício em 2022 é de 5,60%, enquanto em 2021 foi de 10,67%

						Consoli	dado					
	Valor líquido em	intan-	Transfe- rência para o Ativo financeiro	Adições (Notas				Juros Capita-	Margem de			Valor líquido em
	31/12/2021	gível	indenizável	21.1.1 e 34)	neração	RAP	(Nota 18.1)	lizados	Construção	<u>sificação</u>	(**)	31/12/2022
	Reapre-											
	sentado (*)											
Distribuição	858.576	(354.920)	(1.002.268)	1.524.870				16.660		5.748		1.048.666
Transmissão	4.881.645			446.006	730.566	(522.559)	1.296.193	84	15.358		288.008	7.135.301
	5.740.221	(354.920)	(1.002.268)	1.970.876	730.566	(522,559)	1.296.193	16.744	15.358	5.748	288.008	8.183.967
Circulante	55.184	` ,	,			,						700.042
Não circulante	5.685.037											7.483.925
(*) O montante	e em 31 de d	ezembro c	le 2021 está re	eapresentado	para ade	equada info	rmação na r	ubrica de	Transmissão	, incluindo	montante	de R\$1.659

de reversão.
(\*\*) O montante apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das

controladas de transmissão.

21.1 Distribuição Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412% para as controladas de distribuição, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os

referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração. 21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes		
de distribuição para ligação de novos clientes	44%	32%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos		
quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil	21%	15%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	14%	19%
Combate a perdas	21%	34%
	100%	100%

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de servico público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em servico, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47. O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seia reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União. Recebimento de RAP

nento de RAP refere-se à antecipação das obras, conforme mencionado na nota 4.6.

Reajuste e Revisão tarifária Conforme mencionado na nota 4.17, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

## O montante em 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente à controlada indireta EDP Goiás adquirida no exercício (Notas 4.7 e 18.1), são aos

Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à controlada indireta EDP Goiás, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia. O montante foi ajustado ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido. Em 31 de dezembro de 2022 o valor justo foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de

mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

# 23 Imobilizado

30/09/2022 31/12/2021

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não

podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, iá que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/ autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da

União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde autorizados nela ANEEL e anurados em auditoria da

Controladora

# 23.1 Composição do Imobilizado

Total Imobilizado

			31/12/2	022		31/12/2021				
		Taxa anual				Taxa anual				
		média de	Custo	Depreciação	Valor	média de	Custo	Depreciação	Valor	
	Nota	depreciação %	histórico	acumulada	líquido	depreciação %	histórico	acumulada	líquido	
Imobilizado em serviço										
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias		12,50	24.797	(5.256)	19.541	12,50	24.797	(3.334)	21.463	
Máquinas e equipamentos		11,52	28.225	(22.482)	5.743	11,52	28.069	(20.905)	7.164	
Veículos		10,00	1.245	(1.023)	222	10,00	1.245	(931)	314	
Móveis e utensílios		8,67	7.460	(2.657)	4.803	8,67	7.460	(2.251)	5.209	
Total do Imobilizado em serviço			61.727	(31.418)	30.309		61.571	(27.421)	34.150	
Ativos de direito de uso	23.1.2									
Edificações, obras civis e benfeitorias		9,81	13.580	(1.596)	11.984	11,16	7.762	(437)	7.325	
Veículos		20,00	6.089	(1.331)	4.758			, ,	-	
Total Ativos de direito de uso Imobilizado em curso			19.669	(2.927)	16.742		7.762	(437)	7.325	
Administração			13.459		13.459		26.092		26.092	
Total do Imobilizado em curso			13.459	-	13.459		26.092	-	26.092	
Total Imobilizado			94.855	(34.345)	60.510		95.425	(27.858)	67.567	
				_						

Administração				13.4	F0	10.450		26.0	00	26.092
Administração  Total do Imobilizado em cui	***			13.4		13.459 - <b>13.459</b>		26.0		- <b>26.092</b>
Total Imobilizado em cui	150			94.8		- 13.459 45) 60.510		95.4		8) 67.567
Total IIIIODIIIZado				34.0		,		33.4	25 (27.00	07.507
				31/12/2022	C	onsolidado		31/12	/0001	
		Tava anual		31/12/2022			Tava anual	31/12	/2021	
		Taxa anual					Taxa anual			
		média de	0		D	W-1	média de	0	D	V-1
		depreciação			Depreciação		depreciação		Depreciação	Valor
	Nota	%	historico	(nota 4.25)	_acumulada	líquido	%	historico	acumulada	líquido
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos			186.960			186.960		183.610		183.610
Reservatórios, barragens										
e adutoras		1,77	1.764.390		(600.466)	1.163.924	1,84	1.764.278	(590.674)	1.173.604
Edificações, obras civis										
e benfeitorias		2,20	948.804	(1.278)	(330.463)	617.063	2,26	944.039	(324.532)	619.507
Máquinas e equipamentos				(1.202.849)	(2.824.872)			5.446.291	(2.154.431)	
Veículos		14,18	4.703		(4.054)	649	14,48	4.890	(3.784)	1.106
Móveis e utensílios		5,76	5.875	(359)	(2.482)	3.034	6,61	5.295	(1.879)	3.416
			8.762.572	(1.204.486)	(3.762.337)	3.795.749		8.348.403	(3.075.300)	5.273.103
Sistema de Transmissão										
de Conexão										
Edificações, obras civis										
e benfeitorias		3,38	2.993		(1.522)	1.471	3,38	2.993	(1.421)	1.572
Máquinas e equipamentos		3,06	202.137		(97.091)	105.046	3,06	201.715	(91.001)	110.714
			205.130	-	(98.613)	106.517		204.708	(92.422)	112.286
Administração										
Edificações, obras civis										
e benfeitorias		9.72	40.224		(8.569)	31.655	9.93	37.218	(5.746)	31,472
Máquinas e equipamentos		5,86	186.540		(78.571)	107.969	10,37	186.153	(67.594)	118.559
Veículos		10,37	9.991		(4.935)	5.056	13,54	8.794	(3.095)	5.699
Móveis e utensílios		8,17	12.395		(4.816)	7.579	8,54	11.260	(3.981)	7.279
movele e atenemee		0,	249.150	_	(96.891)	152.259	0,0 .	243.425	(80.416)	163.009
Atividades não vinculadas					(00.001)	.02.200			(001110)	
à concessão										
Terrenos			85			85		85		85
Edificações, obras civis			00			00		00		00
e benfeitorias		10,00	47.625		(14.374)	33.251	9,95	47.028	(10.442)	36.586
e berlieitorias		10,00	47.710	_	(14.374)	33.336	3,33	47.113	(10.442)	36.671
Atividades vinculadas			47.710		(14.074)	55.550		47.110	(10.442)	30.07
à concessão										
Veículos	23.1.1	14,29	(5.176)		1.566	(3.610)	14,29	(5.716)	953	(4.763)
Velculos	20.1.1	14,23	(5.176)	_	1.566	(3.610)	14,23	(5.716)	953	(4.763)
Total do Imobilizado			(3.170)	-	1.500	(3.010)		(3.710)	933	(4.703)
em serviço			0.250.206	(1.204.486)	(3.970.649)	4 004 251		8.837.933	(3.257.627)	E E00 206
	23.1.2		9.239.300	(1.204.400)	(3.970.049)	4.004.231		0.037.933	(3.237.027)	3.360.300
Ativos de direito de uso	23.1.2	4.40	05.007		(0.000)	00.000	0.04	7.400	(4.007)	0.400
Terrenos		1,19	35.927		(3.638)	32.289	3,84	7.139	(1.007)	6.132
Edificações, obras civis		40.00			(00 500)	00 700	40.00	00.400	(10.010)	70.045
e benfeitorias		10,89	96.234		(29.528)	66.706	13,90	90.463	(19.648)	70.815
Equipamentos										
de informática		5,50	291		(16)	275				
Máquinas e equipamentos		26,99	41.158		(24.774)	16.384	26,51	25.618	(17.878)	7.740
Veículos		27,43	17.909		(8.334)	9.575	30,55	5.894	(4.338)	1.556
Total Ativos de direito										
de uso			191.519	-	(66.290)	125.229		129.114	(42.871)	86.243
Imobilizado em curso										
Geração			183.292			183.292		160.812		160.812
Administração			25.939			25.939		44.879		44.879
Terrenos			871			871		897		897
Edificações, obras civis										
e benfeitorias			7			7		4.200		4.200
Máquinas e equipamentos			180.727			180.727		139.656		139.656
Outros			56.574			56.574		51.220		51.220
Total do Imobilizado										
em curso			447.410	-	-	447.410		401.664	-	401.664
				(4 004 400)	(4 000 000)	4 050 000			(0.000.400)	

brasil.edp.com continua..

9.898.315 (1.204.486) (4.036.939) 4.656.890

9.368.711 (3.300.498) 6.068.213

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto guando indicado)

## 23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém.

23.1.2 Ativos de direito de uso Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.8). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características: • Terrenos: refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.

- Edificações, obras civis e benfeitorias: Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos munícipios onde as distribuidoras
- Equipamentos de informática: Refere-se ao contrato de aluguel de notebooks e desktops utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção • Máquinas e equipamentos: Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio
- Veículos: Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluquel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão. 23.2 Movimentação do Imobilizado

			Controladora	1		
	Valor líquido		Transferência para			Valor líquido
	em 31/12/2021	Ingressos	imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	em 31/12/2022
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.463			(1.922)		19.541
Máquinas e equipamentos	7.164		156	(1.577)		5.743
Veículos	314			(76)		238
Móveis e utensílios	5.209			(422)		4.787
Total do Imobilizado em serviço	34.150	-	156	(3.997)	-	30.309
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.325	5.818		(1.159)		11.984
Veículos (Nota 23.2.1)	-	6.089		(1.331)		4.758
Total Ativos de direito de uso	7.325	11.907	-	(2.490)	-	16.742
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	650	119				769
Máquinas e equipamentos	25.442	2.895	(156)		(15.491)	12.690
Total do Imobilizado em curso	26.092	3.014	(156)	-	(15.491)	13.459
Total do Imobilizado	67.567	14.921	-	(6.487)	(15.491)	60.510

				Con	solidado				
			Transferência						
	Valor		para				Aquisição		Valor
	líquido		imobilizado em				de	Outros	líquido
	em		serviço e ativos	Depre-		Reclas-	empresas	(Notas	em
	31/12/2021	Ingressos	de concessão	ciação	Baixas	<u>sificação</u>	(Nota 18)	4.25 e 32)	31/12/2022
Imobilizado em serviço									
Terrenos	183.695		3.350						187.045
Reservatórios, barragens e adutoras	1.173.604		112	(9.792)					1.163.924
Edificações, obras civís e benfeitorias	689.137		8.468	(11.789)	(308)	(790)		(1.278)	683.440
Máquinas e equipamentos	3.521.133		92.228	(341.183)	(5.502)	(23.318)	1.173	(1.207.397)	2.037.134
Veículos	2.042		827	(858)	(73)	(16)	126	47	2.095
Móveis e utensílios	10.695		1.086	(945)		16	194	(433)	10.613
Total do Imobilizado em serviço	5.580.306	-	106.071	(364.567)	(5.883)	(24.108)	1.493	(1.209.061)	4.084.251
Ativos de direito de uso									
Terrenos	6.132	28.787		(2.630)					32.289
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.815	5.769		(9.878)					66.706
Equipamentos de informática	-	291		(16)					275
Máquinas e equipamentos	7.740	15.540		(6.896)					16.384
Veículos (Nota 23.2.1)	1.556	12.015		(3.996)					9.575
Total Ativos de direito de uso	86.243	62.402	-	(23.416)	-	-	-	-	125.229
Imobilizado em curso									
Terrenos	23.183	3	(3.350)						19.836
Reservatórios, barragens e adutoras	52	2	(54)						-
Edificações, obras civís e benfeitorias	3.310	119	(894)			(1.683)			852
Máquinas e equipamentos	111.082	40.142	(59.002)		(15.492)	65.008			141.738
Adiantamento a fornecedores	2.988					340			3.328
A ratear	2.456		(225)		(10)	(895)			1.326
Outros	53.205	45.715	(5.208)		(106)	(56.020)	681	4.810	43.077
Terrenos	897					(26)			871
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.200		(1.555)			(2.645)			-
Máquinas e equipamentos	155.705	90.426	(34.655)		(66.737)	35.995			180.734
Outros	22.804	51.929	(532)		(4.642)	(31.919)			37.640
Adiantamento a fornecedores	21.782				(18.556)	14.782			18.008
Total do Imobilizado em curso	401.664		(105.475)	-	(105.543)	22.937	681	4.810	447.410
Total do Imobilizado	6.068.213	290.738	596	(387.983)	(111.426)	(1.171)	2.174	(1.204.251)	4.656.890

O valor de ingressos na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a renovação da frota de veículos da Companhia que ocorreu no

### 24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1)

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

31/12/2022

Controladora

31/12/2021

24.1 Composição do Intangível

		01/12/20/				01/12/201	- 1	
	Taxa anual média	Custo	Amortização	Valor	Taxa anual média	Custo	Amortização	Valor
	de amortização %	histórico	acumulada	líquido	de amortização %	histórico	acumulada	líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	39.899	(29.112)	10.787	20,00	34.751	(24.999)	9.752
Total do Intangível em serviço		39.899	(29.112)	10.787		34.751	(24.999)	9.752
Intangível em curso								
Administração		45.268		45.268		28.673		28.673
Total do Intangível em curso		45.268	-	45.268		28.673	-	28.673
Total do Intangível		85.167	(29.112)	56.055		63.424	(24.999)	38.425
				С	consolidado			
			31/12/2022			31/1	12/2021	
	Taxa anua	al			Taxa anı	ıal		

					Co	onsolidado	)			
				31/12/2022				31/12	2/2021	
		Taxa anual média de			Amorti-		Taxa anual média de		Amorti-	
		amorti-		Impairment		Valor		Custo		Valor
	Nota	zação %	histórico	(nota 4.25)	<u>acumulada</u>	líquido	zação %	histórico	acumulada	<u>líquido</u>
Intangível em serviço										
Distribuição										
Direito de concessão -										
Infraestrutura	24.1.1	,	5.011.504		(3.675.520)				(3.450.189)	
Direito de concessão - Outros		3,82	38.143		(29.758)	8.385	3,82	38.143	( ,	9.841
O			5.049.647	-	(3.705.278)	1.344.369		4.814.150	(3.478.491)	1.335.659
Geração e Transmissão		00.74	0.405	(000)	(4.007)	000	40.70	0.407	(0.070)	004
Software		26,74	2.465	(336)	(1.307)	822	-, -	2.437	( /	364
Servidão permanente		38,23	1.224		(270)	954	38,23	1.224	(604)	620
Direito de concessão - Licenças			75.040		(54.070)	00.00=		74.070	(40.005)	04044
ambientais		22,69	75.243		(54.876)	20.367	22,06	71.076	(46.265)	24.811
Direito de concessão - Uso do Be										
Público - UBP	24.1.2	3,27			(102.773)	138.753	3,27		( /	137.042
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,70	1.654.410	(78.329)	(733.916)	842.165	4,70	1.572.812	, ,	953.796
0	~		1.974.868	(78.665)	(893.142)	1.003.061		1.877.348	(760.715)	1.116.633
Sistema de Transmissão de Cone	xao				()				/	
Servidão permanente		3,22	1.151		(365)	786	3,19	1.132	, ,	804
A dusinistus sã s			1.151	-	(365)	786		1.132	(328)	804
Administração		00.05	74.070		(47.004)	00.400	00.00	F7 000	(00.074)	40.000
Software		20,25	71.079		(47.891)	23.188	20,33	57.399	(,	18.328
Outros		4,38	33.154		(8.856)	24.298	4,38	33.154	( /	25.590
~			104.233	-	(56.747)	47.486		90.553	(46.635)	43.918
Transmissão			004		(0.45)					
Software	0440	20,00	691		(645)	46				-
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,33	1.053.863		, ,	1.008.228				-
			1.054.554	(70.005)		1.008.274			(4.000.400)	
Total do Intangível em serviço			8.184.453	(78.665)	(4.701.812)	3.403.976		6.783.183	(4.286.169)	2.497.014
Intangível em curso			47.705			47.705		4= =0=		4= =0=
Geração	0404		17.785			17.785		17.785		17.785
Administração	24.2.1		102.262			102.262		67.518		67.518
Total do Intangível em curso	_		120.047	-	-	120.047		85.303	-	85.303
Atividades não vinculadas à conce										
Ágio na incorporação de sociedad										
controladora	24.1.4	4,23	940.511		(726.091)	214.420	4,23	940.511	(689.023)	251.488
(-) Provisão para manutenção										
de dividendos	24.1.4	4,23	(940.511)		726.091	(214.420)	4,23	(940.511)	689.023	(251.488)
Goodwill	24.1.5		-	-	-	-		-	-	-
Blue Sol	27.1.0		22.477			22,477		22,477		22.477
EDP Smart Soluções			37.952		(31.804)	6.148		37.952		6.148
LDI Gillait Goluções			60.429	_	(31.804)	28.625		60.429	( /	28.625
Total do Intangívol			8.364.929	(79 66E)	(4.733.616)				(4.317.973)	
Total do Intangível			0.304.929	(10.005)	(4./33.010)	3.332.048		0.520.515	(4.317.973)	2.010.942

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Flétrico 24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

		Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022				
	(*) Reapresentado							
Investco	7.126	11.728	(2.239)	16.615				
Enerpeixe	129.916		(7.778)	122.138				
	137.042	11.728	(10.017)	138.753				

(\*) Os montantes em 31 de dezembro de 2021 estão reapresentados para adequada informação da controlada Investco, incluindo montante de R\$648 24.1.2.1 Adição

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão citado na nota 24.1.3.1, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão. Desta forma, fora adicionado o montante de R\$11,728 ao saldo da controlada indireta Investo 24.1.3 Direito de concessão - Outros

24.1.0 Directo de concessão - Outros				
			Consolidado	
			31/12/2022	
	Nota	Custo	Amortização	Total
Distribuição				
EDP São Paulo		38.143	(29.758)	8.385
Transmissão				
EDP Transmissão Litoral Sul		63.851	(1.331)	62.520
EDP Goiás	24.2 e 18.1	1.053.863	(45.635)	1.008.228
Geração				
Lajeado		164.826	(117.270)	47.556
Enerpeixe		3.837	(2.347)	1.490
Porto do Pecém	4.24	106.855	(106.855)	-
Investco		787.263	(394.981)	392.282
Total Geração		1.062.781	(621.453)	441.328
Extensão de prazo - GSF				
Enerpeixe		216.842	(40.656)	176.186
Lajeado		229.338	(70.033)	159.305
Investco		3.269	(443)	2.826
Total Extensão de prazo - GSF	24.1.3.1	449.449	(111.132)	338.317
Total		2.668.087	(809.309)	1.858.778

Referem-se à diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, deduzidas das despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

### 24.1.3.1 Extensão de prazo - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL. A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão. No exercício de 2022, a ANEEL divulgou as Resoluções Autorizativas: nº 11.715/22 para a controlada em conjunto CEJA, 11.998/22 para as controladas Enerpeixe e nº 12.255/22 para as controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão e São Manoel e as controladas Energest (nota 17.1) e Investco respectivamente, onde são informados os prazos de extensão concedidos (Nota 4.15).

As controladas Enerpeixe e Laieado efetuaram os incrementos cuios valores e meses estão demonstrados a seguir.

				3		
Direito de con	cessão GSF - ACL	Direito de cono	cessão GSF - ACR	Total		
Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	Incremento - R\$	Incremento - prazo	
216.841	67,0			216.841	67,0	
98.416	13,6	130.923	18,5	229.339	32,1	
		3.269	32,1	3.269	32,1	
315.257		134.192		449.449		
	Incremento - R\$ 216.841 98.416	216.841 67,0 98.416 13,6	Incremento - R\$         Incremento - prazo         Incremento - R\$           216.841         67,0           98.416         13,6         130.923           3.269	Incremento - R\$         Incremento - prazo         Incremento - R\$         Incremento - prazo           216.841         67,0         13,6         130.923         18,5           98.416         13.6         3.269         32,1	Incremento - R\$         Incremento - prazo         Incremento - R\$         Incremento - R\$         Incremento - R\$         Incremento - R\$         16.841         216.841         216.841         216.841         30.923         18,5         229.339         229.339         32.69         32,1         3.269	

24.1.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora e Provisão para manutenção de dividendos

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas Companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros dentro do prazo de concessão das controladas. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 10.2.1.4). A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização

e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros das controladas, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

O goodwill é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O goodwill apurado sobre investimento adquirido com prazo indefinido, não deve ser amortizado, porém é objeto de análise de redução ao valor uperável.

24.2 Movimentação do Intangível

			Controladora		
	Valor líquido		Transferência para		Valor líquido
	em 31/12/2021	Ingressos	intangível em serviço	<b>Amortização</b>	em 31/12/2022
Intangível em serviço					
Software	9.752		5.148	(4.113)	10.787
Total do intangível em serviço	9.752	-	5.148	(4.113)	10.787
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso	28.673	21.743	(5.148)		45.268
Total do intangível em curso	28.673	21.743	(5.148)	-	45.268
Total do Intangível	38.425	21.743	-	(4.113)	56.055

				C	onsolidad	0				
	Valor		Transferência	Transfe-				Transfe-		Valor
	líquido	Ingressos	para	rências dos		Baixas		rência de	Outros	líquido
	em	(Nota	intangível	ativos da	Amorti-	(Nota	Reclas-	Investi-	(Nota	em
	31/12/2021	24.2.1)	em serviço	concessão	zação	24.2.2)	sificação	mentos	4.24)	31/12/2022
Intangível em serviço										
Software	18.692		13.793		(8.115)			77	(391)	24.056
Servidão permanente	1.424		18		298					1.740
Direito de concessão -										
Licenças ambientais	24.811		4.167		(8.611)					20.367
Direito de concessão -										
Infraestrutura	1.325.818			354.920	(323.453)	(29.408)	8.107			1.335.984
Direito de concessão -										
Uso do Bem Público	137.042	11.728			(10.017)					138.753
Direito de concessão - Outros	963.637	1.057.132			(83.662)				(78.329)	1.858.778
Outros intangíveis em serviço	25.590				(1.292)					24.298
Total do intangível em serviço	2.497.014	1.068.860	17.978	354.920	(434.852)	(29.408)	8.107	77	(78.720)	3.403.976
Intangível em curso										
Outros Intangíveis em curso	85.303	49.838	(17.978)				1.171	1.713		120.047
Total do Intangível em curso	85.303	49.838	(17.978)	-	-	-	1.171	1.713	-	120.047
Goodwill	28.625									28.625
Total do Intangível	2.610.942	1.118.698	-	354.920	(434.852)	(29.408)	9.278	1.790	(78.720)	3.552.648

O total de ingresso em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.118.698 refere-se principalmente: (i) R\$1.057.132 Mais Valia da aquisição da controlada indireta EDP Goiás (Nota 18.1); (ii) R\$11.728 complemento do Uso do Bem Público da controlada indireta Investco (Nota 4.16); e (iii) R\$49.838 de gastos relacionados a ungrade de softwares

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$29.408 referem-se principalmente as baixas de veículos pesados, medidores e transformadores de distribuição nas controladas EDP São Paulo e EDP Espirito Santo.

# 25 Fornecedores

		Contro	oladora	Consc	olidado	
		Circu	ılante	Circulante		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Suprimento de energia elétrica (i)	25.1			725.436	999.880	
Energia livre				40.631	38.368	
Encargos de uso da rede elétrica				171.345	146.461	
Operações CCEE	25.2			60.643	194.215	
Materiais e serviços	25.3	42.471	50.834	488.058	565.168	
Total		42.471	50.834	1.486.113	1.944.092	
		/				

(i) O valor total de garantias de compras de energia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$260.121 (R\$285.397 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$468.907 (R\$585.696 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

### 25.1 Suprimento de energia elétrica A variação observada no exercício refere-se à redução do custo na contratação de energia nas controladas de distribuição decorrente do desligamento

das termoelétricas pela ONS ao final de 2021 que se mantem em 2022, devido ao aumento das chuvas ocorridas no período citado, acarretando diretamente na redução da parcela variável dos contratos de compra de energia por disponibilidade. 25.2 Operações CCEE O saldo refere-se às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE.

A redução é decorrente substancialmente das controladas de distribuição pela sazonalização operacionalizada pelas distribuidoras, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD e pelo impacto da liquidação do bônus da crise hídrica no montante de R\$64.018 da EDP São Paulo e de R\$57.761 da EDP Espírito Santo (Nota 16.2.1).

25.3 Materiais e serviços A redução de R\$77.110 observada na rubrica decorre substancialmente: (i) redução de R\$8.363 na Controladora devido ao pagamento de consultorias especializadas contratadas para os processos de novos negócios no

(ii) redução de R\$127.099 da controlada Porto do Pecém ocorreu devido a liquidação dos montantes a pagar a fornecedores referente a importação de carvão no exercício anterior;

(iii) aumento de R\$40.402 da controlada EDP São Paulo refere-se, substancialmente, a aquisição de equipamentos medidores, dispositivos elétricos, cabos e serviços de engenharia; e

(iv) aumento de R\$25.613 da controlada indireta EDP Goiás composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à manutenção da linha de transmissão sob concessão da controlada.

### 26 Debêntures 26.1 Composição do saldo de Debêntures

custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

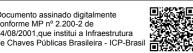
														Cor	ntroladora				
													31/12/2022				31/12/20	)21	
												Encargos	Princi	pal		Encargos	Princip	al	
		Tipo de	Quantidade	Valor	Valor	Data da	Vigência do		Custo da	Forma de		Não		Não				Não	
Agente Fiduciário	Empresa	emissão	de títulos	unitário	total	emissão	contrato	Finalidade	dívida	pagamento	Garantias	Circulante circulante	Circulante	circulante	Total	Circulante	Circulante c	irculante	Total
Moeda Nacional																			
									IPCA + 8,2608%										
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	,	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia		Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.571	18.800	26.013	48.384	1.882	29.266	34.927	66.075
-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal			(63)	(28)	(91)			(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais					-	5.001	165.936		170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal					-		(192)		(192)
Total												3.571	18.737	25.985	48.293	6.883	195.010	34.736	236.62

**NOTAS EXPLICATIVAS** 

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

											-	Encargos	31/12/202 Pr	incipal		Encargos	31/12/2 Princi		
gente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade Va de títulos unitá	alor ário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	-	Não culante Circular	Não			Circulante	Não	
ntágono S.A. Distribuidora Títulos e Valores biliários	Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	1	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral						711	38.000		38
Custos de emissão aplific Pavarini tribuidora de Títulos e	EDP Espírito Santo EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº	190.000	1	(1.301)	7ª emissão em	07/04/2017 a 07/04/2022 15/08/2018 a 15/07/2025		IPCA + 5,91%	Amortização mensal  Principal anual a partir de agosto/2023 e juros		6.791	82.2	39 112.463	201.493	5.683	(17)	228.348	234
custos de emissão	EDP Espírito Santo	476/09 Instrução			(2.941)	15/08/2018 8ª emissão	15/08/2018 a 15/07/2025	distribuição de energia elétrica Refinanciar e alongar		Amortização mensal Principal em parcela				(807)	(807)			(1.299)	(
ribuidora de Títulos e res Mobiliários e custos de emissão	EDP Espírito Santo EDP Espírito Santo	CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024 09/04/2019 a 30/03/2024	o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	única no vencimento e juros semestral Amortização mensal		10.267		300.000		5.910		300.000 (481)	
tágono S.A. Distribuidora Títulos e Valores viliários	Santo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	500.000	10 <sup>a</sup> emissão em 12/02/2021		Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		8.586		577.179	585.765	9.646		501.034	5
Custos de emissão tágono S.A. Distribuidora Títulos e Valores biliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	400.000	1	(9.559)	11ª emissão em	12/02/2021 a 15/07/2025 04/08/2021 a 15/072025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortização mensal  Principal no final do contrato e juros semestral		26.575		(4.796) 400.000		12.779		(6.702) 400.000	
Custos de emissão tágono S.A. Distribuidora	EDP Espírito Santo	Instrução	270.000	1	(1.399)	04/08/2021 12ª emissão	04/08/2021 a 15/072025 25/05/2022 a	Refinanciar e alongar	CDI + 1,20%	Amortização mensal  Principal anual a partir		2.760		(904)				(1.253)	
Títulos e Valores biliários Custos de emissão	Santo EDP Espírito Santo	CVM nº 476/09	270.000	1	270.000 (1.399)	em 25/05/2022	25/05/2027 25/05/2022 a 25/05/2027	o prazo médio da dívida e capital de giro	a.a.	de maio/2025 e juros semestral Amortização mensal		3.760		270.000					
ntágono S.A. Distribuidora Títulos e Valores biliários Custos de emissão	Paulo EDP São	Instrução CVM nº 476/09	15.000	1	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022 07/04/2017 a	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral Amortização mensal						564	30.293		
nplific Pavarini	Paulo EDP São	Instrução				9ª emissão	07/04/2022 15/08/2018 a	Expansão, renovação e melhoria da		Principal anual a partir							(,		
stribuidora de Títulos e dores Mobiliários Custos de emissão	Paulo  EDP São Paulo	CVM n° 476/09	260.000	1	(3.948)	em 15/08/2018	15/08/2025	infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	de agosto/2023 e juros semestral Amortização mensal		19.513	178.67	70 140.404 (1.138)		17.958		302.004	
mplific Pavarini stribuidora de Títulos e lores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		6.825		200.000	206.825	3.929		200.000	2
Custos de emissão entágono S.A. stribuidora de Títulos e	EDP São Paulo EDP São Paulo	Instrução CVM nº	700.000	1	(215) 700.000	11ª emissão em	09/04/2019 a 30/03/2024 12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de	IPCA + 3,91%	Amortização mensal  Principal anual a partir de ajaneiro/2025 e		14.393		(215) 750.932		15.065		(386) 711.485	
lores Mobiliários  Custos de emissão	EDP São Paulo	476/09			(4.001)	12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	distribuição de energia elétrica		juros semestral  Amortização mensal				(1.615)	(1.615)			(2.240)	
ntágono S.A. stribuidora de Títulos e lores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	350.000	1	350.000	em	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		22.649		350.000	372.649	11.181		350.000	
Custos de emissão entágono S.A.	EDP São Paulo EDP São	Instrução			(1.234)	13ª	04/08/2021 a 20/07/2026 20/12/2021 a	Refinanciar e alongar	CDI + 1,38%	Amortização mensal  Amortizações anuais a				(798)				(1.106)	
tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Custos de emissão	Paulo  EDP São Paulo	CVM n° 476/09	450.000	1	450.000 (1.944)	em 20/12/2021	20/12/2026	o prazo médio da dívida e capital de giro	a.a.	partir de dezembro de 2024 e juros semestral Amortização mensal		2.002		450.000 (1.479)		1.086		450.000 (1.944)	
ntágono S.A. tribuidora de Títulos e	EDP São Paulo	Instrução CVM nº	450.000	1	450.000	14ª emissão em	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros		6.267		450.000	456.267				
ores Mobiliários Custos de emissão	EDP São Paulo	476/09			(1.944)	25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	dívida e capital de giro	IPCA + 8,2608% a.a.	semestral Amortização mensal				(1.237)	(1.237)				
ntágono S.A. stribuidora de Títulos e lores Mobiliários	Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1		3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	até 14/03/2016 IPCA +	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.571	18.80	00 26.013	48.384	1.882	29.266	34.927	•
Custos de emissão anner Trustee	EDP - Energias do Brasil EDP -	Instrução			(16.347)	5ª emissão	15/09/2015 a 15/09/2024 22/03/2016 a	Destinada a	IPCA +	Amortização mensal  Amortizações anuais a			(6	3) (28)	(91)			(191)	
tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Ltda. Custos de emissão	Energias do Brasil EDP - Energias do Brasil	CVM n° 476/09	25.000	1	(7.097)	em 22/03/2016	15/04/2022	investimentos em projetos da Companhia	8,3479% a.a.	partir de abril de 2021 e juros semestrais Amortização mensal					-	5.001	165.936 (192)		
veira Trust Distribuidora Títulos e Valores biliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017		Readequação da estrutura de capital , com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral					-	667	100.000		
Custos de emissão	Lajeado	Instrução			(1.635)	3ª emissão	08/12/2017 a 08/12/2022	Capital de Giro de	400.050/ -	Amortização mensal Principal anual a partir					-		(78)		
tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Ltda. Custos de emissão	Lajeado Lajeado	CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022 14/11/2018 a 20/10/2022	Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	de outubro/2021 e juros semestral Amortização mensal					-	836	50.000 (41)		
ntágono S.A. tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Custos de emissão	Lajeado Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024 21/06/2021 a	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral Amortização mensal		901		150.000	150.901	702		150.000	
ntágono S.A. Distribuidora Títulos e Valores biliários	Lajeado	Instrução CVM n° 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	17/06/2024 05/05/2022 a 05/05/2025 05/05/2022 a	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.327		200.000	204.327			(100)	
Custos de emissão anner Trustee Distribuidora Títulos e Valores obiliários Ltda.	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	320.000	1	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	05/05/2025 20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	partir de junho/2020 e	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia			(494)	(494)	388	106.752		
Custos de emissão  plific Pavarini tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	(2.048)	3ª emissão em 23/11/2018	20/11/2017 a 20/12/2022 23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Amortização mensal Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.962	255.0	00	258.962	2.614	(127)	255.000	)
Custos de emissão nplific Pavarini	Enerpeixe	Instrução			(510)	4ª emissão	23/11/2018 a 23/11/2023 30/03/2021 a		CDI + 1.75%	Amortização mensal Principal anual a partir			(9	3)	(93)			(197)	
tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Ltda. Custos de emissão	Enerpeixe	CVM n° 476/09	275.000	1	275.000 (1.084)	em 30/03/2021	20/03/2026 30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	a.a.	de março/2025 e juros semestral Amortização mensal	a. Fianças Corporativas	11.307		275.000 (651)	286.307 (651)	6.939		275.000 (887)	
nplific Pavarini tribuidora de Títulos e ores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 476/09	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos	23.063	92.10	63 1.425.340	1.540.566	22.720		1.434.857	1
Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do		Amortização mensal	caucionados.		(6.86	3) (20.962)	(27.825)			(34.764)	
ntágono S.A. Distribuidora Fítulos e Valores biliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	projeto de linha de projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.		a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	26.019	60.8	41 1.025.714	1.112.574	107.074	7.030	923.117	1
Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do		Amortização mensal			(4.24	7) (37.138)	(41.385)		(4.381)	(41.395)	
ntágono S.A. Distribuidora Títulos e Valores biliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 476/09	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	11.088	525.0	00	536.088	5.785		525.000	1
Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG	Instrução			(1.266)	1ª emissão	05/11/2021 a 05/11/2023	(i) compra de ações de emissão da CELG	001	Amortização mensal	a. Fiança Corporativa		(55	8)	(558)			(1.166)	
Títulos e Valores biliários	Santa Leopoldina Santa	CVM n° 476/09	700.000	1	700.000	em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024 19/01/2022 a	Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final			93.285	700.000					
Custos de emissão tal moeda nacional rivativos	Leopoldina		(404)				17/01/2024		0	Amortização mensal		211.866	93.285 1.200.8	(210) <b>89 7.729.203</b>		239.120	522.427	6.944.523	7.
afra	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	700.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021	1,50% a.a.	Principal anual a partir de ajaneiro/2025 e juros semestral					-	10.260		(3.248)	
ú	EDP Espírito	Instrução CVM nº	700.000		500.000	11ª emissão	12/02/2021 a	Plano de Investimento	Swap de IPCA + 3,26% a.a.	Principal em parcela								3.687	

"Aa1.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala global para a nota "Aa3.br" em escala global para a nota "Aa2.br" em esca



## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10° e 11° emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensurada a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de swap, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de hedge de valor justo.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa

O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$3.828.458 (R\$2.490.708 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.982.513 (R\$3.123.723 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora							
	Valor		Juros		Amortização	Variação	Valor	
	líquido em		provisi-	Transfe-	do custo	monetária	líquido em	
	31/12/2021	<b>Pagamentos</b>	onados	rências	de transação	e cambial	31/12/2022	
Circulante								
Principal	195.202	(194.848)		8.914		9.532	18.800	
Juros	6.883	(12.627)	9.315				3.571	
Custo de transação	(192)			(163)	292		(63)	
	201.893	(207.475)	9.315	8.751	292	9.532	22.308	
Não circulante								
Principal	34.927			(8.914)			26.013	
Custo de transação	(191)			163			(28)	
•	34.736	-	-	(8.751)	-	-	25.985	
		Consol	idado					

						Consolid	ado				
	Valor			Juros	Juros		Amortização	Reclas-	Variação	Ajuste a	Valor
	líquido em		Paga-	provisi-	integra-	Transfe-	do custo de	sificação	monetária	valor de	líquido em
	31/12/2021	Ingressos	mentos	onados	lizados	rências	transação	(Nota 38.1.3)	e cambial	mercado	31/12/2022
Circulante											
Principal	527.277		(527.852)			1.100.233			113.055		1.212.713
Juros	239.120		(655.075)	733.125	(105.304)						211.866
Custo de											
transação	(4.850)					(25.888)	18.914				(11.824)
Swap	17.874							(17.874)			-
	779.421	-	(1.182.927)	733.125	(105.304)	1.074.345	18.914	(17.874)	113.055	-	1.412.755
Não circulante											
Principal	7.040.772	1.620.000			105.304	(1.100.233)			144.648	(7.446)	7.803.045
Juros	-			93.285							93.285
Custo de											
transação	(96.249)	(3.481)				25.888					(73.842)
Swap	439							(439)			-
	6.944.962	1.616.519	-	93.285	105.304	(1.074.345)	-	(439)	144.648	(7.446)	7.822.488
26.3 Vencimento	das parcelas	;									
Vencimento									Control	adora C	onsolidado
Circulante											
2023									2	2.308	1.412.755
									2	2.308	1.412.755
Não circulante											
2024									2	5.985	1.970.245
2025											2.838.681
2026											1.127.398
2027											344.844
2028											774.544
2029 até 2040											766.776

Total As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Porto do Pecém e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil Para ambas as emissões

(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) Pedido de autofalência: (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas

Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal; (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas

de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5; (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e

(vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas. • Específicas para a 4ª emissão: (i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão;

(b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;

(ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

(iii) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

• Específicas para a 5ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória (ressalvada, neste caso, a hipótese de extinção); (b) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% dos Debenturistas presentes à AGD, especialmente convocada para tal finalidade; ou (c) não provocar a queda do rating da Emissão em 2 ou mais notches; e

(ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelas Controladas Relevantes, de sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença administrativa ou arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas, e desde que, cumulativamente, a critério dos Debenturistas, seja capaz de colocar em risco o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora

#### Controladas **EDP São Paulo**

(i) EDP São Paulo (7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado<sup>1</sup>, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado(\*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;

(iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/ EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

(iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

(i) EDP Espírito Santo (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao

EBITDA ajustado(\*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5; (ii) EDP Espírito Santo (5ª e 6ª emissões): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$75.000;

(iii) EDP Espírito Santo (10ª, 11ª e 12ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada<sup>2</sup>/EBITDA ajustado<sup>1</sup>, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;

(iv) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000; e (v) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o poder concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025.

**EDP São Paulo** (i) EDP São Paulo (8ª, 12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (6ª e 11ª emissões): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor

individual ou agregado superior a R\$100.000; (ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$ 100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais); e

(iii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

## Enerpeixe

(i) Enerpeixe (2ª, 3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano:

(ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de

2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e (iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

## Lajeado

25.985

48.293

7.822.488

9.235.243

(i) Lajeado (2ª, 3ª, 5ª e 6ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(ii) Lajeado (2ª e 3ª emissões): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter

(iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e

(iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajulizamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

### EDP Transmissão Aliança

(i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro. FDP Transmissão SP-MG

(i) EDP Transmissão SP-MG (2ª e 3ª emissões): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil,

EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG (i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da

emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial. Santa Leopoldina

(i) Santa Leopoldina (1ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

Controladora

31/12/2021

O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

<sup>2</sup> A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas

31/12/2022

# 27 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

27.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

													31/12/2022					31/12/2021		
		Valor	Data da	Valor	Vigência do			Custo da	Forma de		Encargos	Não	Princi	pal Não		Encar	gos Não	Princ	pal Não	
Instituição		contratado		liberado		Finalidade	Covenants	dívida	pagamento	Garantias	Circulante circ		Circulante d		Total	Circulante		Circulante		Total
Moeda naciona  Energest	EDP - Energias do	400.000	03/07/2020	100.000	03/07/2020 a 02/07/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única							5.305		100.000		105.305
	Brasil S.A.				02,0772022	matas			ao final do contrato			-			-	5.305		100.000	-	105.305
															Consc	olidado				
													31/12/2022					31/12/2021		
		Valor	Data da	Valor	Vigência do			Custo da	Forma de		Encargos	Não	Princip	Não		Encai	Não	Princi	Não	
Instituição Moeda nacional		contratado	contratação	liberado	contrato	Finalidade	Covenants	dívida	pagamento	Garantias	Circulante circ	<u>culante</u>	Circulante o	circulante	Total	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Total
BNDES - FINEM / N° 14.2.1238.1		296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	3,05% a.a., IPCA + TR(iii) +		caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	59		12.332	10.433	22.824	1.910		47.297	28.776	77.983
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(3)	(11)			(70)	(10)	(80)
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			75.637		300.000	375.637		31.721		300.000	331.721
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação					(158)	(158)				(258)	(258)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.969		40.909	67.292	111.170	3.773		32.870	108.983	145.626
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(265)	(177)	(442)			(385)	(442)	(827)
BNDES - FINEM / N° 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	3,05% a.a.,	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal.	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	58		10.019	12.746	22.823	1.727		44.629	28.346	74.702
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação						-			(67)	(8)	(75)
BNDES - FINEM / N° 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros	do mês subsequente;	3.832		41.523	75.378	120.733	4.049		46.909	107.374	158.332
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(211)	(114)	(325)			(296)	(347)	(643)
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória	19.904		300.000		319.904	10.155			300.000	310.155
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		51.463		350.000		401.463		3.057		350.000	353.057
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação				(310)		(310)				(648)	(648)
BNDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	usina termelétrica	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de					-	1.935		123.102	430.966	556.003
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026	-	-		Amortização mensal do custo de transação						-			(464)	(722)	(1.186)
									,,,,,,											

brasil.edp.com

conforme MP nº 2.200-2 de

24/08/2001.que institui a Infraestrutura

ontinuação EDP Energias do Brasil S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS** 

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de rea	is, exceto quando in	dicado)																
											Encarg	31/12/2022 os Princ	ipal	Conso	lidado Encarg	31/12/2021 os Princi	pal	
Instituição	Empresa con	Valor tratado (	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants  Dívida líquida em relação ao EBITDA	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante c	Não irculante Circulante	Não circulante	Total		Não circulante Circulante	Não circulante	Total
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023		consólidado da EDP - Energias do Brasil nenor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral		1.134	23.428		24.562	1.185	23.429	23.429	48.043
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a t	ontrolada EDP	Dezembro. Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil nenor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		21.211		200.000	221.211	8.648	200.000		208.648
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000		ontrolada EDP	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil nenor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.175	50.000		52.175	2.433	50.000	50.000	102.433
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a t	ontrolada EDP	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil nenor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro. Dívida líquida em	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.728	250.000		254.728	3.088		250.000	253.088
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro n	relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil nenor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	FDP Energies do	5.825		50.000	55.825				-
CCB BRASIL -511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/102030	mplementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta	379	4.853	33.037	38.269				-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/102030				Amortização mensal do custo de transação	Reserva		(45)	(323)	(368)				-
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	mplementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta	32	411	2.808	3.251				-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação	Reserva		(7)	(50)	(57)				-
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	mplementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA +	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta	53	674	4.607	5.334				-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação	Reserva  Aval EDP -		(10)	(73)	(83)				-
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	mplementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos	56	720	4.922	5.698				-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(	113) 26/09/2018	(1	13) 28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação			(9)	(68)	(77)				-
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8	.508 28/09/2018	8.0	038 28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão	9	TLP-IPC <i>A</i> 5,163	Juros trimestrais até out/2019 a	dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e	57	731	4.993	5.781				-
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(	116) 28/09/2018	(1	16) 28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de			(10)	(69)	(79)				-
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13	.383 28/03/2019	13.2	28/03/2019 a 01/04/2031			TLP-IPC <i>A</i> 4,694	trimestrais até abril/2020 a	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos	48	571	4.190	4.809				
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(	183) 28/03/2019	(1	83) 28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de	Conta Reserva		(7)	(55)	(62)				-
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6	.406 28/03/2019	6.2	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão	9	TLP-IPCA 4,694	trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e	Creditórios e dos Direitos Emergentes da	100	1.201	8.805	10.106				
(-) Custo de transação	EDP Goiás		(87) 28/03/2019	(	(87) 28/03/2019 a				juros mensais  Amortização  mensal do  custo de	Concessão e Conta Reserva		(15)	(115)	(130)				-
liansayao					01/04/2031				transação Juros	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária								
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás		.004 09/04/2019		968 09/04/2019 a 01/05/2031	linha de transmissão	9	TLP-IPC <i>A</i> 4,454	maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais  Amortização mensal do	Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53	633	4.636	5.322				
transação	EDP Goiás		(96) 09/04/2019	(	(96) 01/05/2031				custo de transação	•		(8)	(60)	(68)				-
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11	.992 27/06/2019	10.2	282 27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPC <i>A</i> 4,356	set/2020 a	Direitos	82	993	7.227	8.302				-
(-) Custo de transação Total moeda na	EDP Goiás	(	164) 27/06/2019	(1	64) 27/06/2019 a 01/07/2031				mensal do custo de transação		134.128	(14) 96.033 1.394.008	(109) <b>1.939.314</b>	(123) <b>3.563.483</b>	41.487	56.428 566.954	2.015.621	2.680.490
Moeda estrange	<b>eira</b> EDP Smart				12/04/2021 a		Dívida líquida en relação ao EBITDA consolidado da EDP	- 118D - 0.63	Principal e 2% Juros em									
Scotiabank - SWAP	Serviços EDP Smart	25 565 1			12/04/2022	Capital de Circ	menor ou igual a 3,5 apurado anualmente em Dezembro Dívida líquida en relação ao EBITOR	a b c n N USD + 3,733	.a. parcela única no final Principal e Juros em		3.679	133.989		137.668	463	100.303		100.766
SWAP	Serviços	_0.000	50,04/2022	.5.565 U	25/03/2023	ue and	menor ou igual a 3,5 apurado anualmento em Dezembro Dívida líquida en	, a e i. 1	.a. parcela única no final		5.519	100.303						
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Trans- missora	16.283	USD 16/08/2021	16.283 U	ISD 16/08/2021 a 16/08/2022	(i) compra de	relação ao EBITDA consolidado da EDP Energias do Brasi menor ou igual a 3,5 apurado anualmente em Dezembro	USD + 0,66 a, a	Principal e 3% Juros em .a. parcela única no final					-	228	90.728		90.956
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina		.000 14/01/2022 USD 14/01/2022		000 14/01/2022 a ISD 16/01/2024	Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora (i) compra de	a relação ao EBITDA 6 consolidado da EDP 6 Energias do Brasi menor ou igual a 3,5 e apurado anualmente em Dezembro	A - USE il 1,6175% a - - -			12.308		732.050	744.358				-
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941	USD 01/02/2022	64.941 U	ISD 01/02/2022 a 16/01/2024	ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T	Dívida líquida en relação ao EBITDA consolidado da EDP Energias do Brasi menor ou igual a 3,5 a apurado anualmente em Dezembro	A - II USD + 2,933 a	Principal e 3% Juros em .a. parcela única no final			8.593	351.091	359.684				-
Total moeda estr Derivativos	rangeira							Swap	ño.		15.987	8.593 133.989	1.083.141	1.241.710	691	- 191.031	-	191.722
4131 Scotiabank SWAP	Serviços Mata	17.905	USD 12/04/2021		16/08/2021 a	do Banco Scotiabank  Hedge frente ac a financiamento		variaç cambial USD + 0,62 a.a. para CD 0,79% a Swap variaç cambial	de única no final do contrato.  de ão Principal e Juros em					-	0.000	3.957		3.957
SWAP  Total derivativo	Trans- missora	10.203	USD 16/08/2021	16.283 U	SD 16/08/2022	d illiandamento 2 do Banco Scotiabani	)	USD + 0,66 a.a. para CD 0,86% a	6% parcela única I + no final					-	2.223 2.223	(5.261) - <b>(1.304)</b>	-	(3.038)
Total geral Para melhor apre (i) O EBITDA Aju	esentação, os saldo ustado significa "o re	sultado ar	ites das despesas	financeira	s, impostos, depre	eciação e amortiza	ação, ajustado com os	ativos e passivo	os da Conta de Com	npensação de Variaçã	o de Custos da	104.626 1.527.997 a Parcela "A" - CVA, sob	orecontrataçã	ão e neutrali	44.401 dade dos enca		2.015.621	2.873.131 do significa

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 36.1.3.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais". (ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização e amortização de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa. (iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortizações de cada parcela dos Subcréditos B e D. (iv) Os subcréditos A, C, e e F possuem juros e amortizações amensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais. (v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e"C" emitidas pela controlada indireta Investoo no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investoco, as ações preferenciais resgatáveis das capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investoco, as ações preferenciais resgatáveis das capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investoco, as ações preferenciais resgatáveis das capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investoco, as ações preferenciais resgatáveis das capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investoco, as ações preferenciais resgatáveis

brasil.edp.com continua...

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas Mata Grande Transmissora e EDP Smart Serviços, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 31 de dezembro de 2022, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos. As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$3,648,650 (R\$2,068,637 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3,948,651 (R\$2,116,580 em 31 de dezembro de 2021).

Juros Valor líquido e Valor líquido em 31/12/2021 Pagamentos provisionados

Principal								100.000	(100.000	))		
Juros								5.305	(9.399		4.094	-
								105.305	(109.399		1.094	-
							Consoli	dado				
	Valor			Juros	;	Ajuste	Ajuste a	Aquisição		Amortização	Variação	Valor
	líquido em	Ingres-	Paga-	provisi-	Trans-	a valor	valor de	de em-	Reclas-	do custo de	monetária	líquido em
	31/12/2021	sos	mentos	onados	ferências	presente	mercado	presas	<u>sificação</u>	transação	e cambial	31/12/2022
Circulante												
Principal	759.267	205.000	(1.160.595)		1.719.360		662	10.794	137		(1.756)	1.532.869
Juros	42.178		(227.357)	285.666	50.010		(382)					150.115
Custo de												
Transação	(1.282)	(10.714)			4.097			(126)		3.153		(4.872)
Swap	919								(919)			-
	801.082	194.286	(1.387.952)	285.666	1.773.467	-	280	10.668	(782)	3.153	(1.756)	1.678.112
Não circula	nte											
Principal	2.018.056	2.749.870			(1.719.360)	3.496	(38.358)	85.266			(69.007)	3.029.963
Juros	56.428			96.061	(50.010)	1.765	382	2			, ,	104.626
Custo de					,							
Transação	(2.435)	30			(4.097)			(1.006)				(7.508)
, , , ,		2.749.900	-	96.061	(1.773.467)	5.261	(37.976)		-	-	(69.007)	3.127.081

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apresentados na nota 38.1.3. 27.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado  Nacional Estrangeira Te			
Vencimento	Nacional	Estrangeira	Total	
Circulante				
2023	1.503.574	174.538	1.678.112	
	1.503.574	174.538	1.678.112	
Não circulante				
2024	923.913	1.146.869	2.070.782	
2025	459.495		459.495	
2026	323.439		323.439	
2027	187.565		187.565	
2028 até 2032	85.800		85.800	
	1.980.212	1.146.869	3.127.081	
Total	3.483.786	1.321.407	4.805.193	

#### 28 Benefícios pós-emprego

As controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós emprego compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com b nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco e EDP Goiás (18.1) contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdências (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são

		Consolidado					
	Circu	lante	Não cir	culante			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
PSAP Bandeirante	36.839	12.687	172.698	254.025			
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	202	167					
Assistência médica e seguro de vida	42.378	38.649	526.339	544.609			
Contribuição definida	147	112	413				
•	79.566	51.615	699.450	798.634			

## 28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

#### 28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características:

. (i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício saldado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e (ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:

Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusivo o acumulado até 31 de marco de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de servico passado acumulado após 31 de marco de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo atuário da Enerprev, é paritária entre a controlada e os

participantes.
• Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vital reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando gualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade

atuarial para a EDP São Paulo. A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no exercício, com o montante de R\$ 1.160 (R\$1.135 em 2021).

		Despesa Operacional	Despesa Financeira	Contribuições pagas	(Ganho)/Perda	
	31/12/2021	reconhecida no exercício	reconhecida no exercício	pela Companhia	Atuarial	31/12/2022
PSAP	266.712	(922)	22.648	(36.025)	(42.876)	209.537
	266.712	(922)	22.648	(36.025)	(42.876)	209.537
EDP Espírito Santo						

• Plano Escelsos Lestruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolhe também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a controlada.

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com duration similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano. Para a EDP Espírito Santo, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido. o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

### 28.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais **EDP São Paulo**

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Valor presente das obrigações do plano (1.274.624)	Valor justo dos ativos do plano 1.075.563	Restrições de reconhecimento do ativo (67.651)	Passivo (266.712)
Custo do servico corrente	922		, ,	922
Custo dos juros	(93.779)	77.043	(5.912)	(22.648)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	`39.186	27.434	(23.744)	` 42.876
Contribuições pagas pela controlada		36.025	, ,	36.025
Contribuições pagas pelos empregados	(1.261)	1.261		-
Benefícios pagos pelo plano	79.583	(79.583)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.249.973)	1.137.743	(97.307)	(209.537)
O ganho atuarial no valor presente das obrigações no montant	te de R\$42.876, apurada i	na avaliação atuarial e	fetuada em 31 de deze	mbro de 2022.

decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto considerando situação atual de mercado bem como por efeitos de inflação realizada ter sido superior à inflação projetada no estudo atuarial de 2021.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$36.839 O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$207.506 (R\$235.804 em 31 de

dezembro de 2021).

# **EDP Espírito Santo**

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(175.696)	304.975	(130.938)	TCCOTITICCIAC
Custo do servico corrente	(53)		()	(53)
Custo dos iuros	(5.476)	11.216	(5.823)	(83)
Ganhos/(perdas) atuariais	(85)	4.242	(4.021)	136
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(181.310)	320.433	(140.782)	-
Devido à situação superavitária destes planos, não há contribui Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto				36 (perda atuarial

de R\$117 em 31 de dezembro de 2021) 28.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os

próximos 10 anos:			
	EDP São Paulo	EDP Espír	ito Santo
Vencimento	PSAP	Plano I	Plano II
Circulante			
2023	85.656	14.224	6.314
	85.656	14.224	6.314
Não circulante			
2024	88.796	14.254	6.449
2025	92.074	14.241	6.576
2026	95.149	14.180	6.693
2027	98.745	14.071	6.799
2028 a 2032	542.210	66.904	35.030
	916.974	123.650	61.547
Total	1.002.630	137.874	67.861

### 28.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo		EDP Espírito Santo	
	01/01/2022 a	01/01/2021 a	01/01/2022 a	01/01/2021 a
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	(922)	(2.323)	53	101
Custo dos juros	22.648	17.364	83	76
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(36.025)	(12.355)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(14.299)	2.686	136	177
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira				
líquida)	(27.434)	33.282	(4.242)	27.073
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	68.218	125.621	4.928	6.148
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(107.404)	(141.748)	(4.843)	(29.912)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	23.744	12.865	4.021	(3.486)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos				
em outros resultados abrangentes	(42.876)	30.020	(136)	(177)
Total	(57.175)	32.706	-	-
28.1.1.5 Classes de ativos				
As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir				

EDP São Paulo EDP Espírito Santo Mercado 31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021 Ativo Alocação % 85,71% Títulos de dívida Cotado 96,16% 83,36% Cotado 3.30% 5.38% 16.26% 11.55% Ações 0,16% 0,17% 0,29% Imóveis Cotado 0,36% Outros Não cotado 0.38% 3.37% 0.21% 2.45% Total 100,00% 100,00% Dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da Companhia nos segu

31/12/2021

Plano II EDP

PSAP

31/12/2022 PSAP

	São Paulo	Espírito Santo	Total	São Paulo	Espírito Santo	(Nota 17.1)	Total
Ações - EDP - Energias do Brasil	115	223	338	144	83	2	229
Participantes							
Estes planos têm a seguinte composição de participantes:							
		E	DP São	Paulo	EDP Esp	oírito Santo	
		31/12/	2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2	021
			DC/	۸D	Diana I Diana II	Diana I F	ll again

Plano II Plano I Plano I Plano II 226 Participantes ativos 205 Participantes assistidos 14 Com benefícios diferidos 82 92 14 Aposentados e pensionistas 845 **937** 160 **174** 950 627 638 174 627 351 379 1.155 1.163 638 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	EDP São Paulo	EDP ESPIR	ito Santo
Análise de sensibilidade	PSAP	Plano I	Plano II
Pressupostos Centrais	1.098.483	129.967	66.051
Taxa de desconto			
Aumento em 0,5%	1.041.477	124.909	63.148
Redução em 0,5%	1.146.200	132.714	68.065
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	1.107.772	132.277	66.939
Premissas			
As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:			

	EDP	EDP São Paulo EDP Espírito Santo			rito Santo	
		PSAP		Plano I	Plano II	
Econômicas	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa de desconto - nominal	9,93% a.a.	8,70% a.a.	9,95% a.a.	8,69% a.a.	9,93% a.a.	8,69% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	4,05% a.a.	n/a	n/a	4,30% a.a.	4,05% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.
Inflação	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.	3,5% a.a.	3,25% a.a.
Demográficas						
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	M2006	RP 2000 Disabled	M2006	RP 2000 Disabled	M2006	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	Muller	n/a	n/a	TASA 1927	TASA 1927

28.1.1.6 Confissão de dívida - Enerprev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a Enerprev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a Enerprev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela Enerprev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuaria

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano	(1.091.652)	(1.116.303)
Valor justo dos ativos do plano	978.852	917.376
Superávit	(112.800)	(198.927)
Superávit irrecuperável	(97.607)	(67.785)
Total registrado submassa BSPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(210.407)	(266.712)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº26/2008	(255.734)	(64.932)
Diferença entre premissas (*)	(45.327)	201.780
(*) O montante de R\$45.327 (R\$201.780 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da diferença de premissas e metodolo	gias utilizadas	pela EDP São

ferença de premissas e metodologias uti Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela Enerprey (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

# 28.1.2 Planos de Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feito adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadoras deste plano a Companhia contribuíu no exercício com R\$865 (R\$1.376 em 2021) e as controladas contribuíram no exercício com o montante de R\$6.197 (R\$6.869 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 138 colaboradores (142 em 31 de dezembro de 2021) da Companhia e 1.759 (1.721 em 31 de

dezembro de 2021) das suas controladas. 28.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

 Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA (EDP Espírito Santo): Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião. da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996: · Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (EDP Espírito Santo e Energest (Nota 17.1) - vigente aos empregados admitidos

até 31 de dezembro de 1990 e aposentados nas controladas): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial das controladas; e

• Assistência médica (Investco): De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência

médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos planos de assistência à saúde. O modelo de assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

# 28.2.1 Avaliação atuarial

2026

2028 a 2032

Aposentados e pensionistas

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação major que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

	valui presente das ubrigaço	Jes do platio
	EDP Espírito Santo	Investco
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(582.091)	(1.334)
Custo do serviço corrente	(1.660)	(59)
Custo dos juros	(49.278)	(119)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	20.572	347
Contribuições pagas pela controladas	44.703	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(567.754)	(1.165)

O ganho atuarial no montante de R\$20.572 na EDP Espírito Santo e R\$347 na Investco, apurados na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2022, foi decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto de mercado utilizado no valor presente do fluxo de pagamento de benefícios Para estes planos, acumulado desde o início da obrigação, o saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de

dezembro de 2022 na EDP Espírito Santo é de R\$267.336 (R\$402.597 em 31 de dezembro de 2021) e na Investco de R\$136 (R\$415 em 31 de dezembro

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espirito Santo para os próximos 12 meses e sem pagamento para Investco.

28.2.3 Vencimentos dos planos de benefício Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os

próximos 10 anos: **EDP Espírito Santo** Investco Vencimento Assistência médica e Seguro de vida AIA Assistência médica 2023 34.645 202 43 43 Não circulante 36.521 51 2024 38.676 2025 75

40.754

244.235

403.113

33

33

43

27

87 117

649

Total 437.758 202 1.022 28.2.4 Despesas líquidas Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de

Beneficios pos-emprego são os seguintes.				
	EDP Espírito Santo		Investco	
	2022	2021	2022	2021
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	1.660	2.388	59	75
Custo dos juros	49.278	47.153	119	120
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(44.703)	(41.350)		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	6.235	8.191	178	195
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido				
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	20.103	288	(271)	(256)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(40.675)	(74.195)	(76)	(156)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados				
abrangentes	(20.572)	(73.907)	(347)	(412)
Total	(14.337)	(65.716)	(169)	(217)
28.2.5 Participantes				

Estes planos têm a seguinte composição de participantes: EDP Espírito Santo Investco Assistência Médica Seguro de Vida AIA Outros benefícios a aposentados Assistência Médica 2022 2021 2021 2021 2021 2022 2021 2022 2022 Participantes ativos 885 Participantes assistidos

1.337

1.337

1.329

brasil.edp.com

2.758

2.758

2.711

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 28.2.6 Análise de sensibilidade

Tábua de mortalidade de inválidos

28.3 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha

	EDP Espírito Santo			Investco
	Assistência	Outros benefícios	Seguro	Assistência
Análise de sensibilidade	Médica	a aposentados	de Vida	Médica
Pressupostos Centrais	504.417	163	1.410	1.337
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	472.552	142	1.367	1.268
Redução em 0,5%	522.765	184	1.553	1.406
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	517.934	164	1.311	1.337
28.2.7 Premissas				

EDP Espírito Santo

RP 2000 Disabled

RP 2000 Disabled

RP 2000 Disabled

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes

		2022		
				Outros benefícios a
Econômicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,57% a.a.	9,86% a.a.	9,86% a.a.	9,92% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.
		9,71% a.a. em 2022, reduzindo		
		linearmente para 5,57% a.a. até		
Inflação médica de longo prazo		2031;		
		Custos de farmácia e		
	n/a	odontológicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
-		Custos médicos: 3,5% a.a.		
Fator de envelhecimento		Custos de farmácia e		
	n/a	odontológicos: n/a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
		EDP Espírito Sar	ito	
		2021		
		Assistência	s Seguro	Outros benefícios
Econômicas	AIA	Médica	de Vida	a aposentados
Taxa de desconto - nominal	7,57% a.a.	8,70% a.a	. 8,70% a.a.	8,77% a.a.

	Wicaica	uc viua	a aposentados
7,57% a.a.	8,70% a.a.	8,70% a.a.	8,77% a.a.
4,05% a.a.	n/a	n/a	n/a
3,25% a.a.	n/a	3,25% a.a.	3,25% a.a.
	Custos Médicos: 9,45% a.a. em		
20	021, reduzindo linearmente para		
	5,32% a.a. até 2030;		
Cust	tos de farmácia e odontológicos:		
n/a	3,25% a.a.	n/a	n/a
3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
	Custos médicos: 3,5% a.a.		
Cust	tos de farmácia e odontológicos:		
n/a	n/a.	n/a	n/a
RP 2000 Generational	RP 2000 Generational RI	2000 Generational RF	2000 Generational
	4,05% a.a. 3,25% a.a. 20 Cust n/a 3,25% a.a. Cust	7,57% a.a. 8,70% a.a. 1/4,05% a.a. 1/a 3,25% a.a. 1/a Custos Médicos: 9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030; Custos de farmácia e odontológicos: n/a 3,25% a.a. 3,25% a.a. Custos médicos: 3,5% a.a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a 1/a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	7,57% a.a. 8,70% a.a. 8,70% a.a. 7/a 7/a 7/a 7/a 3,25% a.a. 7/a

labua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	wyatt 85 Class	I Wyatt 85 Class I	Wyatt 85 Class I
		Investo	co	
Econômicas		2022		2021
Taxa de desconto - nominal		9,86% a.a.		8,70% a.a.
	9,71% a.a. em 2022, reduzindo	linearmente para 9	,45% a.a. em 2021, reduzir	ndo linearmente para
Inflação médica de longo prazo	5,	57% a.a. até 2031		5,32% a.a. até 2030
Inflação		3,5% a.a.		3,25% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2	2000 Generational	R	P 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	1	RP 2000 Disabled		RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez		Wyatt 85 Class 1		Wyatt 85 Class 1

RP 2000 Disabled

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados. 28.3.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhía na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev

(ii) Eletra01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do beneficio

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com duration similar a

do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios. As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez

compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das

obrigações atuariais. Jíquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário. 28.3.3 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das	Valor justo dos	
	obrigações do plano	ativos do plano	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(9)		(9)
Custo dos juros	(788)	660	(128)
Ganhos/(perdas) atuariais	(2.229)	3.402	1.173
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036
As contribuições da controlada EDP Goiás esperadas neste plano para o exercício de	e 2023 é de R\$19.		

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$126. 28.3.4 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os

próximos 10 anos:		
Vencimento	CELGPREV	ELETRA 01
Circulante		
2023	747	123
	747	123
Não circulante		
2024	769	127
2025	796	131
2026	823	135
2027	851	139
2028 a 2032	4.662	751
	7.901	1.283
Total	8.648	1.406
28.3.5 Despesas líquidas		

2021	031	139
2028 a 2032	4.662	751
	7.901	1.283
Total	8.648	1.406
28.3.5 Despesas líquidas		
Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos el Benefícios pós-emprego são os seguintes:	m contrapartida a	a rubrica de
	_	2022
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente		9
Custo dos juros		128
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		137
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(3.403)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		2.427
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(197)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(1.173)
Total		(1.036)
28.3.6 Participantes		
Estes planos têm a seguinte composição de participantes:		
	_	2022
Participantes ativos		31
Participantes assistidos		
Aposentados e pensionistas		13
Total		44

28.3.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a

	Obrig	gações dos planos
		2022
Análise de sensibilidade	CELGPREV	ELETRA 01
Pressupostos centrais	9.627	1.636
Taxa de desconto		
Aumento em 0,5%	9.127	1.551
Redução em 0,5%	10.025	1.698
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	9.730	1.658
28.3.8 Premissas		
As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:		
		2022
Econômicas	CELPREV	ELETRA 01
Taxa de desconto - nominal	9,86%	8,89%
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000 M, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	MI 85
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	TASA 1927, suavizada em 50%
28.3.9 Contribuição definida		

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transf

- em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:
   Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de pensão; e • Suplementação do abono anual
- Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a controlada EDP Goiás contribuiu no exercício com R\$829 Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores.

#### 29 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue

					Consolidado		Aquisição de	
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transfe- rências	empresas (Nota 18.1)	Saldo em 31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento e Programa								
de eficiência energética (P&D e PEE)	29.1	73.757	108.888	5.660	(136.613)		2.093	53.785
Conta de desenvolvimento energético - CDE	29.2	19.110	1.939.144		(1.939.375)		2.550	21.429
Compensação financeira pela utilização								
de recursos hídricos - CFURH		6.544	29.121		(29.335)			6.330
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)		31.451	3					31.454
Bandeiras tarifárias (CCRBT)		21			(3.152)			(3.131)
Outros encargos		1.680	27.674		(26.233)	(520)	69	2.670
Total		132.563	2.104.830	5.660	(2.134.708)	(520)	4.712	112.537
Circulante		132.454			,	. ,		110.439
Não circulante		109						2.098

29.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resolução Normativa ANEEL nº 897/20 e os programas de PEE são regulamentados por meio da Resolução Normativa nº 920/21.

Em 1º de setembro de 2020 foi publicado pelo Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 998, que trata da destinação de recursos disponíveis para investimentos em P&D e PEE, no período de 1º de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2025, para ao fundo setorial da CDE. Diante disto, por meio da Nota Técnica nº 0496/2020-SPE/ANEEL, foi instaurada a Consulta Pública nº 78/2020, no período de 23 de dezembro de 2020 à 21 de janeiro de 2021 com vistas a obter contribuições para o aprimoramento da proposta elaborada promovida pela MP nº 998/20.

Através das contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 78/20, conclui-se pela regulamentação do Artigo 1º da Lei nº 14.120 de 1º de marco de 2021 (decorrente da conversão da MP nº 998/20), que nos termos das Notas Técnicas nº 7/2021-SPE-SFF/ANEEL e nº 9/2021-SPE-SFF/ ANEEL, estabelece, dentre outras: (i) as premissas necessárias para a definição dos projetos que deverão ser enquadrados como contratados ou iniciados e serão abatidos do saldo existente em 31 de agosto de 2020; (ii) a definicão dos valores a serem recolhidos; (iii) a operacionalização do recolhimento dos recursos à CDE; (v) a fiscalização das informações declaradas pelas empresas; e (vi) a alteração dos regulamentos

Por meio do Despacho nº 904 de 31 de março de 2021, a ANEEL regulamentou o Artigo 1º da Lei nº 14.120/21 que destina os recursos não utilizados de P&D e PEE, geridos pela ANEEL para a CDE.

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$53.785 (R\$73.757 em 31 de dezembro de 2021), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. 29.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL. Em 2021, foi determinado pela ANEEL, via RNE n° 885/21 a destinação de parte dos recursos de CDE à Conta COVID. Os valores e prazos de pagamento à CCEE foram definidos pelo DSP  $n^\circ$  939/21.

#### 30 Uso do Bem Público - UBP

O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe e Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro

período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de Concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão

			Consolid	ado			
	Saldo em	Saldo em		Valor anual	Taxa de	Taxa de	Prazo de
Controladas	31/12/2022	31/12/2021	Usina	da parcela	Juros	Desconto	<u>Amortização</u>
Investco	76.802	66.097	UHE Luiz Eduardo Magalhães	1.045	IGP-M	6,00%	2032
Enerpeixe	453.650	440.037	UHE Peixe Angical	6.800	IGP-M	6,00%	2036
	530.452	506.134					
Circulante	46.082	43.269					
Não circulante	484.370	462.865					

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram registrados em contrapartida do Intangível (Nota 24.1.2) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente Segue abaixo movimentação do exercício:

			C	onsolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Ingressos (Nota 24.1.2.1)	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Circulante							
Uso do Bem Público	43.269		(125)	(427)	(44.474)	47.839	46.082
	43.269	-	(125)	(427)	(44.474)	47.839	46.082
Não circulante			` '	. ,	, ,		
Uso do Bem Público	462.865	11.728	10.961	46.655		(47.839)	484.370
	462.865	11.728	10.961	46.655	-	(47.839)	484.370

		Contro	oladora	Consolidado				
		Não cir	Não circulante		ılante	Não circulante		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	31.1	27.941	8.099	33.380	14.367	638.068	550.306	
Licenças Ambientais	31.2			54.566	51.136	19.516	26.052	
Desmantelamento	31.3					11.483	10.671	
Total		27.941	8.099	87.946	65.503	669.067	587.029	
As provisões são reconhecidas no balanço em decorrênci	a de um e	vento passad	o, quando é p	rovável que ui	m recurso eco	nômico seja r	equerido para	

ldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. 31.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos vinculados à litígios

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

31.1.1 Risco de perda provável A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue Controladora

					Passivo				Ati	vo
		Saldo	em				Atualização	Saldo em	Depósito	Judicial
		31/12/20	021 Constitu	uição Pagar	nentos R	eversões	monetária	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas		1.6	619 8	3.619	(1.203)	(21)	2.458	11.472	2.536	
Cíveis		6.1	157 9	9.689	(1.026)	(638)	1.780	15.962	8.729	2.279
Outros		3	323	198	(9)	(8)	3	507		
Total Não circula	ante	8.0	099 18	8.506	(2.238)	(667)	4.241	27.941	11.265	2.279
					(	Consolidado	)			
					Passivo				At	ivo
							Aquisição	de	Depósito	Judicial
		Saldo em				Atualizaç	ão empres	as Saldo en	1	
	Nota	31/12/2021	Constituição	<b>Pagamentos</b>	Reversões	monetái	ria (Nota 18	.1) 31/12/202	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	31.1.1.1	137.027	39.284	(30.565)	(19.524	) 20.5	39 2.9	37 149.69	3 42.261	59.014
Cíveis	31.1.1.2	310.605	59.495	(38.962)	(14.911	) 65.7	66 1	02 382.09	125.611	129.810
Fiscais	31.1.1.3	52.545	398	(932)	(489	) 2.7	94 8	29 55.14	29.649	628
Regulatórios	31.1.1.4	12.051	18.112	(211)	(4.674	) 2.2	23 3.2	32 30.73	3	
Outros	31.1.1.5	52.445	3.867	(3.096)	(1.875	) 2.4	36	53.77	7	
Total		564.673	121.156	(73.766)	(41.473	) 93.7	58 7.1	00 671.44	3 197.521	189.452
Circulante		14.367						33.38	)	
Não circulante		550.306						638.06	3 197.521	189.452
O valor total refer	ente as gara	antias de provisõ	ões prováveis i	na Companhia	a e consolid	ado é de R\$	82.108 em 31	de dezembro	de 2022 (R\$9	1.564 em 31

# de dezembro de 2021).

## EDP - Energias do Brasil, EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Porto do Pecém, EDP Smart Servicos e EDP Smart Soluções En 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal

Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Precos ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as acões trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo Arglnc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCÁ-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia e suas controladas entenderam, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas passaram a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em conta iudicial.

Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2021 passaram a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

# EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

brasil.edp.com

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração taritária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2022 para a EDP São Paulo é de R\$90.036 (R\$71.426 em 31 de dezembro de 2021) e para a EDP Espírito Santo é de R\$6.839 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2021),

destacando-se o seguinte processo para a EDP São Paulo: Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP São Paulo cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e, em junho de 2011, foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP São Paulo apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.806. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justica do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. Atualmente, foi realizada nova perícia no âmbito do cumprimento de sentença. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial em contrapartida de uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 é de R\$64.640 (R\$57.960 em 31 de dezembro de 2021)

EDP São Paulo Ação De Cobrança nº 0002000-33.2001.8.26.0100, promovida pela Fundação CESP em face das empresas cindidas da Eletropaulo, para haver a importância total de R\$ 1.642 de 30 de outubro de 2000, referente à parte que lhes caberia em face do plano de suplementação de aposentadorias e

pensão para os empregados da Funcesp - o valor refere-se à reavaliação atuarial anual do plano referido ocorrido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1997. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$34.342 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso. • Processo originário 0121427-48.2006.8.26.0100 que tramitou perante a 28ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, finalizado este processo passou a tramitar o Cumprimento de sentença nº. 0041606-43.2016.8.26.0100 em tramite perante a 28ª Vara Cível. Trata-se de Cumprimento de sentença que

visa que a Companhia realize o pagamento de R\$1.894 (valor histórico de 2012). A Companhia apresentou recurso para discutir o valor da condenação através do Agravo de Instrumento e em 03 de maio de 2022 foi publicada a decisão determinando a intimação da seguradora para que depositasse nos autos o valor obieto da apólice no total de R\$8.381. Evitando a execução da apólice de seguro a EDP São Paulo optou por depositar o valor discutido no processo a título de garanta, passando o caso de possível para provável em razão do dispêndio dos valores. Em dezembro de 2022 o valor é de R\$10.495 (R\$28.426 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente a EDP São Paulo aguarda julgamento do recurso. EDP Espírito Santo

A controlada é parte em causas referente a pedidos de responsabilidade civil por eletropressão, onde ocorreu acidentes provocados pela exposição acidental a carga elétrica. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.980 (R\$14.863 em 31 de dezembro de 2021). Aguarda-se julgamento dos processos

continua..

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Processos relacionados a desapropriação e constituição de servidão administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgar montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.172 (R\$ 18.771 em 31 de dezembro de 2021).

Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalfa a condenação da Companhia ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalfa em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. Em agosto de 2022 houve a atualização após novo julgamento do processo onde o valor estimado foi atualizado e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$15.898 (R\$17.107 em 31 de dezembro de 2021).

## A Investco possui provisionado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$15.832 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2021) que refere-se:

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem m indenizações recebidas da Investco, cuio montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2,989 (R\$2,474 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Desapropriações Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a

diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$12.843 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.138 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$27.349 (R\$ 25.500 em 31 de dezembro de 2021).

Definição STF sobre os limites da coisa julgada
Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$47.074 (R\$ 41.533 em 31 de dezembro de 2021).

Processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobranca de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.305 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor da contingência é de R\$11.398 (R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021), em razão da reavaliação de provas do processo judicial, no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da maioração da alíquota no montante de R\$6.748 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos

• Refere-se à ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R\$28.640 já atualizados, em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.560 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou recurso e aguarda

e Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.039 (R\$2.905 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores

### EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de

Dentro do contexto de Fiscalização Responsiva, as Agências Reguladoras estabelecem acordos com as concessionárias para o desenvolvimento de planos de ações específicos, que objetivam a melhoria e a conformidade do serviço prestado pelas empresas. A ARSESP - Agência Reguladora do Estado de São Paulo e a controlada EDP São Paulo definiram Plano de Resultados para melhoria de indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica da EDP São Paulo, que foi acompanhado ao longo do ano de 2021, a partir do processo de fiscalização ANEEL n°48500.004490/2022-22. O processo de fiscalização resultou no Auto de Infração 0015/2022-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência de a EDP São Paulo ter 22. O processo de liscalaçado festidido no Auto de Inflação do 15/20/22-SFE, registrarido a Não Confinidade em decorrencia de a EDF - são Paulo fer intrapassado em 2021 os limites regulatórios estabelecidos em 14 conjuntos de unidades consumidoras no indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo que os indicadores regulatórios globais de DEC e FEC na controlada EDP são Paulo foram registrados abaixo do limite estabelecido para o mesmo ano. O montante de penalidade estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.438, representando uma redução de 25.81%. A controlada EDP São Paulo protocolou recurso administrativo, e aguarda avaliação de mérito pela ANEEL.

#### 31.1.1.5 Outros

Como consequência da combinação de negócios relativa à aquisição da Porto do Pecém, é considerado em 31 de dezembro 2022 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2021) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total é de R\$2.714. A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade a Companhia em favor da EnerPrev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001.4.03.6100 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999. o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

31.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

			Controladora				Conso	lidado	
			Ativo					At	vo
		Saldo em		Depósito	Judicial	Sald	o em	Depósito	Judicial
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	31.1.2.1	3.300	1.540	278	54	121.889	111.988	9.888	6.104
Cíveis	31.1.2.2	166.507	107.153	1.097	307	1.620.426	1.341.280	16.464	14.991
Fiscais	31.1.2.3	49.218	46.885	1.085	995	2.321.753	2.132.095	108.228	131.504
Regulatórios	31.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		219.025	155.578	2.460	1.356	4.076.366	3.597.661	135.132	153.151

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$729.410 em 31 de dezembro de 2022 (R\$725.666 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$740.364 em 31 de dezembro de 2022 (R\$736.225 em 31 de dezembro de 2021).

#### Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes 31.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e EDP Smart Soluções
Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo

empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

# EDP - Energias do Brasil

 Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A, Eneva S.A. e EDP Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$73.248 (R\$60.630 em 31 de dezembro de 2021).

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 31.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$131.748 (R\$109.146 em 31 de dezembro de 2021). EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses

Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"), Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas que, sin 27 de rivernibre de 2015, o or considera o valar a ventra de control como compositore para paga doctar a describa control con • Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo

Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$24.114 (R\$19.960 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$26.738 (R\$22.132 em 31 de dezembro de 2021).

# EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investo e Enerpeixe • Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela

SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$35.268 (R\$29.192 em 31 de dezembro de 2021). EDP Espírito Santo

· Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias no as/l/86 en º 45/86 do DNAEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Forca Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justica, com posterio interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.290 (R\$23.416 em 31 de

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinquir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$117.909 (R\$97.598 em 31 de dezembro de 2021)

 Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos autos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$106.610 (R\$88.245 em 31 de dezembro de

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial - EHE a ser incidido sobre as indústrias termoelétricas do Estado, cobrado mensal base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário - CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômicofinanceira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto n°32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado. Em 31 de dezembro de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$176.003 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer de 2020 houve

a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE. segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado) • A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$23.989 (R\$23.007 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda julgamento na esfera

# EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

 Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da lação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$37.912 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021) para a EDP São Paulo e R\$153.527 para a EDP Espírito Santo (R\$143.55 em 31 de dezembro de 2021). Atua

### EDP São Paulo

Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$129.066 (R\$116.957 em 31 dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

 Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$132.741 (R\$125.000 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007,

2012 e 2015) e creditamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$222.585 em 31 de

dezembro de 2022 (R\$160.730 em 31 de dezembro de 2021). A Controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$ 10.646 . A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que

foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$41.480 (R\$39.957 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o • Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 de R\$111.285 (R\$107.314 em 31 de dezembro de 2021),

referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A redução do valor se deu em razão do êxito obtido em um dos processos administrativos, cancelando a cobrança do débito. A Companhia apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento

da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$79.266 (R\$77.408 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda iulgamento de recurso nos Tribunais Superiores.

pagamento de codas nos incultas operandes.

Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$134.301 (R\$102.378 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 houve um aumento expressivo no valor da contingência, em razão da alteração de risco para possível de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras. A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$14.631 (R\$13.415 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos exercícios de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$18.334 (R\$16.550 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022 (R\$35.464 em 31 de

dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.

 Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos - Discussad administrativa relativa ao administrativa relativa en activa de mentante de porto de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$200.269 (R\$184.042 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2022 importam em R\$8.955 (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2022) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas Prefeituras: A Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados dividade de foracionados de acestados de sectorados de sectorados de sectorados de acestados de acestados de sectorados de acestados de sectorados de acestados de acestado

à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das edes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2022 totalizam o montante de R\$124.041 (R\$116.642 em 31 de dezembro de 2021). Deste montante, destaca-se o valor de R\$99.898 (R\$94.843 em 31 de dezembro de 2021) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo munícipio de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A Companhia apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos

judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$85.798 (R\$111.235 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aquardam julgamento.

 Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$153.527 em 31 de dezembro de 2022 (R\$143.550 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.

• Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de

2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.417 (R\$4.171 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 31 de dezembro de 2022 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$63.246 (R\$57.291 em 31 de dezembro de 2021), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.327 (R\$14.494 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos

• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando à cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$26.862 em 31 de dezembro de 2022 (R\$24.294 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento.

Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$154.431 (R\$145.323 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

• Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.568 (R\$7.894 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento. Enerpeixe

e Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$178.497 (R\$151.173 em 31 de dezembro de 2021). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Companhia apresentou as defesas e aguarda • Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta

de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$66.642 (R\$60.886 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento. • Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes

nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.504 (R\$5.003 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

Porto do Pecém

Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$99.652 (R\$93.708 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A .1.2.4 Regulatórias

### EDP Espírito Santo Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a

inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo e judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito. 31.1.3 Risco de perda remota Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 na Controladora é de R\$2.736 (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2021) e nas controladas EDP

São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, Porto do Pecém, Laieado, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Alianca, EDP Transmissão SP-MG. EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções, Investco e EDP Goiás é de R\$132.378 (R\$60.032 em 31.2 Licencas Ambientais O montante em 31 de dezembro de 2022 no Circulante e Não circulante de R\$74.082 (R\$77.188 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões dos

custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, UTE e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no

As licencas prévias e de instalação, obtidas na fase do planeiamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para

a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das dicenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal. estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas

estadual e minimiento de un implimiento desta eligistação de la calculado por orgados e agenciais governantemais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitirem acões socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados no prédio administrativo da controlada Porto do Pecém, nos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos. Além disso, a UTE Pecém possui, ainda,

o reaproveitamento de parte dos effluentes no processo de produção de energia.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. Na controlada Porto do Pecém, são reaproveitadas as cinzas produzidas na geração de energia, enviadas para processamento na indústria cimenteira, diminuindo o montante de resíduos não perigosos enviados para aterro. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presenca de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação anente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-los.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de initigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia

possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets). Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no exercício foram de R\$16.090 (R\$160.069 em 2021). 31.3 Desmantelamento

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$11,483 (R\$10,671 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à controlada Porto do Pecém. O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado

(Nota 23). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.502.716, totalmente subscrito e integralizado. representado por 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a sabe O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias

• As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;

 Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma

estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização; • A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e

 A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

continua...

brasil.edp.com

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 10/03/2023

15510032023.pdf https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/10/EDP1568115 Hash:167830104236a3424005814431b5387f06caae4733

EDP Transmissão Alianca

Enerpeixe

EDP São Paulo

EDP Espírito Santo

Investco

dezembro de 2021).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A composição do capital social está demonstrada a seguir

	31/1	2/2022	31/1	2/2021	
	Quantidade		Quantidade		Acionista
Acionista	de ações	% participação	de ações	% participação	controlador
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	183.141.323	31,51	180.209.523	31,01	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	24,53	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores	261.954	0,05	165.005	0,03	
Ações em tesouraria (2)	15.186.053	2,62	4.435.100	0,76	
Ações em circulação	239.991.267	41,29	253.770.969	43,67	
Total	581.165.268	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais

32.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem

% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação

A Companhia tinha por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

A Companhia, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 28 de agosto de 2020, passou, por política, a propor a distribuição, à título de dividendo e/ou de JSCP, a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, do maior entre os seguintes valores: (a) 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia; (b) 50% do Lucro Líquido Ajustado calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e por resultados com realização em Caixa a Longo Prazo; ou (c) R\$1,00 (um real) por ação, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		1.021.437	2.159.838
Constituição da reserva legal - 5%	32.3	(51.072)	(107.992)
		970.365	2.051.846
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	14	651.239	454.811
Dividendos complementares obrigatórios			126.372
Reserva de lucros	32.3	166.669	
Dividendo adicional proposto	32.3	152.457	
Lucro do exercício a deliberar	32.3		1.470.663
		970.365	2.051.846
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		1,15064	0,27125
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares		,	0,21912
32.3 Reservas			
32.3 Reservas	Note	24/40/2022	04/40/0004
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria	32.3.1	58.540	60.490
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas		58.540 3.764	60.490 5.681
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora	32.3.1	58.540 3.764 35.351	60.490 5.681 35.351
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas	32.3.1	58.540 3.764 35.351 29.720	60.490 5.681 35.351 31.312
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora Outras Reservas de Capital	32.3.1	58.540 3.764 35.351	60.490 5.681 35.351
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora Outras Reservas de Capital  Reservas de lucros	32.3.1	58.540 3.764 35.351 29.720 <b>127.375</b>	60.490 5.681 35.351 31.312 132.834
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora Outras Reservas de Capital  Reservas de lucros Legal	32.3.1 32.3.2	58.540 3.764 35.351 29.720 <b>127.375</b> 724.931	60.490 5.681 35.351 31.312 <b>132.834</b> 673.859
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora Outras Reservas de Capital  Reservas de lucros Legal Retenção de lucros	32.3.1 32.3.2	58.540 3.764 35.351 29.720 <b>127.375</b> 724.931 5.076.558	60.490 5.681 35.351 31.312 <b>132.834</b> 673.859 4.116.043
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora Outras Reservas de Capital  Reservas de lucros Legal	32.3.1 32.3.2	58.540 3.764 35.351 29.720 <b>127.375</b> 724.931 5.076.558 152.457	60.490 5.681 35.351 31.312 <b>132.834</b> 673.859 4.116.043 1.470.663
Reservas de capital Resultado na alienação de ações em tesouraria Opções de ações outorgadas Ágio na incorporação de sociedade controladora Outras Reservas de Capital  Reservas de lucros Legal Retenção de lucros	32.3.1 32.3.2	58.540 3.764 35.351 29.720 <b>127.375</b> 724.931 5.076.558	60.490 5.681 35.351 31.312 <b>132.834</b> 673.859 4.116.043

### 32.3.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$1.950 é decorrente do efeito da apuração de perdas e ganhos na outorga das ações. 32.3.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das

estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

A variação no exercício no montante de R\$1.917 é decorrente das provisões de ações outorgadas referente aos planos III, V e VI, bem como a transferência da outorga aos colaboradores contemplados no plano ILP II e IV.

32.3.2.1 Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações
A Assembleia Geral da Companhia realizada em 10 de abril de 2015 estabeleceu a implementação e estruturação da Política de Remuneração Baseado em Ações em Ações. Em 2 de maio de 2016, o Conselho da Administração aprovou o Regulamento relativo a referida política.

A política de remuneração tem por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos beneficiários, mediante a entrega de ações de sua própria emissão. Os beneficiários da política de remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferece à Companhia. A política prevê dois tipos de programas, conforme descritos abaixo

(i) Programa de incentivo - o beneficiário do programa possui o direito de receber, no futuro, até 2 ações para cada ação de emissão da Companhia adquirida por ele com a utilização de 30% do valor líquido do seu bônus por desempenho anual; e

(ii) Programa de retenção - o beneficiário do programa possui o direito de receber ações de emissão da Companhia a título de pagamento de um bônus anual complementar eventualmente concedido pela Companhia.

As ações de emissão da Companhia sujeitas à política de remuneração não poderão representar, a qualquer tempo, mais do que 1% do capital social da Companhia.

O preço das ações adquiridas pelos beneficiários será equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na B3 nos 60 dias anteriores à data da referida aquisição.

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente serão concedidas aos beneficiários que permanecerem continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do

programa de incentivo, os mesmos deverão manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

Nos casos de desligamento por iniciativa dos beneficiários dos programas ou por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas com justa causa durante o período de carência, o direito ao recebimento das ações outorgadas não plenamente adquiridas restará automaticamente extinto, de pleno direito,

independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, farão jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de

meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

A entrega das ações de incentivo será após o período de carência, qual seja, 3 anos, caso a rentabilidade de mercado seja atingida (rentabilidade acumulada igual ou acima de 15% sobre a apuração média do IEE - Índice de Energia Elétrica e do IBOVESPA - Índice Bovespa), ou após 5 anos, caso a rentabilidade de mercado definida no regulamento não seja atingida. Em relação ao programa de incentivo, durante o período de 1 ano após a aquisição das ações da Companhia, as mesmas não poderão ser negociadas

todavia, se após este período o beneficiário negociá-las, automaticamente perderá o direito ao recebimento das ações de incentivo Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração vigentes:

								. de ações a ı outorgadas
			Qtd	e. de ações				
				ridas pelos	Preço	Valor total		de Plano de
Planos		_ aquisi	ção cola	aboradores <u>u</u>	unitário (R\$)	ações adquir	idas incenti	vo retenção
Plano de remuneração II		junho/2	017	44.113	13,37		590	
Plano de remuneração II		agosto/2	017	27.747	14,26		396	
Plano de remuneração III		junho/2	018	83.240	13,75	1	.144 66.7	43 139.138
Plano de remuneração IV		junho/2	019	57.892	18,68	1	.081 3.4	45 10.176
Plano de remuneração V		junho/2	020	71.256	16,71	1	.191 68.6	31 59.467
Plano de remuneração V		julho/2	020	12.000	16,71		201 24.0	00 73.607
Plano de remuneração VI		agosto/2	021	71.645	18,69	1	.339 107.0	04 159.295
Total		-		367.893			269.8	23 441.683
		Plano de	incentivo			Plano de	e retenção	
	Quantidade			Quantidade	<ul> <li>Quantidad</li> </ul>	le		Quantidade
	de ações em	Outorga/		de ações em	n de ações er	m Outorga/		de ações em
Planos	31/12/2021	Baixa	Exercidas	31/12/2022	31/12/202	1 Baixa	Exercidas	31/12/2022
Plano de remuneração II	71.704	(7.807)	(63.897)		58.64	6 (199)	(58.447)	
Plano de remuneração III	83.404	(13.134)	(3.527)	66.743	3 167.41	0 (28.272)		139.138
Plano de remuneração IV	64.859	(8.810)	(52.604)	3.445	135.90	0 (17.274)	(108.450)	10.176
Plano de remuneração V	130.622	(30.386)	(7.605)	92.631	l 170.17	6 (31.515)	(5.587)	133.074
Plano de remuneração VI	130.167	(21.933)	(1.230)	107.004	172.88	7 (13.592)		159.295

# 32 3 2 2 Plano de remuneração II

Para o Plano de remuneração II foram concedidas aos beneficiados 122.344 ações pelo preço de exercício a R\$20,75. As ações cujo prazo de outorga encerrou, foram exercidas entre os períodos findos de 30 de junho de 2022 e 31 de julho de 2022. 32.3.2.3 Plano de remuneração IV

269.823

705.019 (90.852) (172.484)

441.683

(128.863)

Para o Plano de remuneração IV foram concedidas aos beneficiados 161.054 ações pelo preço de exercício a R\$20,75. As ações cujo prazo de outorga encerrou, devido ao cumprimento das regras estabelecidas, foram exercidas entre os períodos findos de 30 de junho de 2022 e 31 de julho de 2022.

32.3.3 Reserva de retenção de lucros A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos

da Companhia, previstos nos orcamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias A variação no exercício no montante de R\$960.515 é decorrente da destinação para reserva de retenção de lucros nos exercícios para aumento de capital da Companhia e da distribuição de dividendos, conforme deliberado em AGOE (Nota 14), Adicionalmente, foi aprovado em Diretoria em janeiro de 2023 a destinação de R\$500.000 destas reservas para aumento de Capital Social, em conformidade com o artigo 199. da Lei nº 6.404/76, cuja efetivação será efetuada na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia

32.3.4 Dividendos adicionais propostos Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para

aumento de capital O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$152.457 será deliberado em AGO para pagamento no exercício de 2023. 32.4 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

480.756

(82.070)

	31/12/2021	patrimonial	31/12/2022	
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(654.184)	107.964	(546.220)	
	(654.184)	107.964	(546.220)	
32.5 Ações em tesouraria				
A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao cu	sto de aquisição	como dedução	no patrimônio	

líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital. Em 28 de agosto de 2020 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra foi adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em

tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas. Em RCA realizada em 25 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de ações atualmente mantidas em tesouraria e o lançamento de novo programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia cancelou o total de 25.685.126 ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do Cancelamento de Ações, o capital social da Companhia, de R\$5.502.716, passou a ser dividido em 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantendo-se em tesouraria a quantidade de 200.000 ações ordinárias.

De modo maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, e capturar o potencial de valorização das ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a realização de um novo Programa de Recompra. No total, serão adquiridas no âmbito do Programa de Recompra até 23.558.500 ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo em vista o limite de manutenção de ações em tesouraria disposto no artigo 8° da ICVM

567/15, qual seja, de 10% das acões de cada espécie ou classe de acões em circulação no mercado A Administração entende que esta deliberação faz parte do processo contínuo da Companhia em maximizar valor aos seus acionistas e que sua situação financeira atual é compatível com a possível execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas aos credores e demais compromissos. Abaixo seguem as características do Programa de Recompra de

Prazo da realização das operações	Máximo de ações que poderão ser recompradas	recomprada			Instituições financeiras intermediárias
18 meses após a realização da RCA	23.558.500	15.186.053	20,66	Reservas de Lucros ou capital da Companhia, com exceção das reservas descritas no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM nº 567/15.	BTG Pactual CTVM S.A.; Itaú; Santander CCVM S.A.; Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.; e XP Investimentos CCTVM S/A

32.6 Participações de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.169.848 (R\$1.142.615 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.2).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é composta por: (i) R\$462.221 correspondente à Lajeado (ii) R\$388.127 correspondente à Investo; (iii) R\$261.797 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$57.680 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$23 correspondente à EDP Goiás

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

| Investco | Enerpeixe | 161.592 | 174.843 | (6.238) | (6.225) Lajeado EDP Transmissão Aliança EDP Goiás Total 978.273 (122.034) 170.364 (98.503) 324.003 15.884 147.471 (26.952) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento (30.040)(184,458) (283.436) (91.990)(50.317)(640,241) 21.544 Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa 125.314 (15.840) 56.451 215.998 O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade

### 32.7 Partes beneficiárias

A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária: e (ii) 10.000 partes beneficiárias. sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de

acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada

diretamente no Patrimônio Líquido.

### 33 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relacão à satisfação da

obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de

preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição • Fornecimento - Faturado: São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada

• Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado: São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus

clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• Não faturado: Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

· Resultados de ativos financeiros setoriais: É reconhecido mensalmente pela diferenca entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente • Nesultados de ativos inicialmentes sectorials. L'econimento intersamiente pela direteria en la custos pertencientes a la raceia A elevivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• Suprimento - Faturado: Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é

comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferencas - PLD. · Receita de construção: O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo

incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 34).

• Subvenções vinculadas ao serviço concedido: É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras

beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios. • Arrendamentos e aluquéis: A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais

Geração • Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de

fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

e Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### Receita de construção da Infraestrutura de construção

conforme os contratos de arrendamento.

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de

dezembro de 2022 está entre -23,72% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis

eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL. Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do

serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão. Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem. As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022

equivalem a 5.00% a 218.00%. Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de mark up para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

# Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Officio-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e Q&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de divida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com resper impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro, são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

# Vendas à vista e vendas è v

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente

 Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medicão da prestação de

serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiar seria refletida em uma transação separada entre as partes. Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do exercício contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o exercício do arrendamento.

						_			
		Control		NO de sens			olidado		<u> </u>
	Nota	R\$ 2022		N° de cons 2022		2022	Vh 2021	R 2022	2021
Fornecimento	7.2 e 33.1	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	7.2 6 55.1			3 248 863	3.154.794	6.892.500	6.653.309	2.734.590	2.513.536
Industrial				16.721	22.084	1.201.536	1.366.615	536.550	541.642
Comercial				281.829	273.241	2.990.786	2.868.271	1.207.699	1.108.924
Rural				193.075		1.001.858	1.008.018	279.911	288.329
Poder público				22.297	21.583	549.112	487.064	248.347	198.067
Iluminação pública				6.380	3.921	627.070	695.210	192.149	162.719
Serviço público				3.379	3.297	432.632	445.672	157.696	167.323
Consumo próprio				457	397	14.249	13.386		
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição -		-	-	3.773.001	3.678.787	13.709.743	13.537.545	5.356.942	4.980.540
Faturado									
Consumidores cativos									
Residencial								2.813.158	2.823.102
Industrial								393.480	419.675
Comercial								1.222.550	1.151.717
Rural								349.998	315.694
Poder público								200.727	166.031
Iluminação pública								134.438 144.031	167.870
Serviço público Consumidores livres				1.881	1 651	12.737.009	10 400 074		117.104
Consumuores livres				1.881		12.737.009			2.234.790 <b>7.395.983</b>
Não faturado	33.2	-	-	1.001	1.001	12.737.009	12.420.074	7.204.914	7.393.963
Fornecimento	00.2							(81.510)	143.737
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição								(59.106)	111.984
		-	-	-	-	-	-	(140.616)	255.721
Resultados de ativos financeiros setoriais	8							, ,	
CVA								(1.046.945)	929.773
Itens financeiros - RTE	33.3							(104.158)	(68.753)
Itens financeiros - Outros								665.188	25.869
PIS/COFINS								518.644	267.304
		-	-	-	-			32.729	1.154.193
Suprimento - Faturado	33.4						13.610.060		3.651.610
Energia de curto prazo	33.5					2.148.301	2.790.964	164.509	1.056.339
Comercialização	33.6							3.184.387	2.300.621
Receita de construção	21 21							2.036.378	2.321.931
Remuneração dos Ativos da concessão  Atualização do ativo financeiro indenizável	20							730.566 384.236	565.036 351.166
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	33.7							215.572	25.476
Serviços cobráveis	55.7							23.055	16.326
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	33.8							642.697	696.268
Arrendamentos e aluguéis	00.0							206.281	148.249
Compromissos futuros	15							54.172	175.172
Parcela Variável - IPCA	4.17							253.292	53.636
Outras receitas operacionais	4.10 e 12	4.642	3.021					526.481	124.531
Receita operacional bruta		4.642	3.021	3.774.882	3.680.438	40.722.038	42.367.443	23.543.710	25.272.798
(-) Deduções à receita operacional									
Tributos sobre a receita									
ICMS								(2.290.582)	(3.002.296)
PIS/COFINS		(178)	(25)					(1.711.364)	(2.049.828)
ISS		(64)	(15)					(2.409)	(2.375)
		(242)	(40)	-	-	-	-	(4.004.355)	(5.054.499)
Encargos do consumidor								(440.050)	(400.040)
P&D CDE								(110.952)	(139.642)
								(1.939.144)	
RGR PROINFA - Consumidores Livres								(3.330) (136.343)	(3.817) (79.198)
Compensação Financeira pela Utilização								(130.343)	(79.198)
de Recursos Hídricos - CFURH								(33.435)	(29.339)
Outros encargos								(28.496)	(18.881)
Canos enoargos		-	_	_	_	_	_	(2.251.700)	
		(2/2)	(40)					(6.256.055)	

4.400 2.981 3.774.882 3.680.438 40.722.038 42.367.443 17.287.655 18.874.154 33.1 Fornecimento - Faturado A variação no acumulado do exercício refere-se substancialmente da controlada EDP São Paulo devido aos reflexos do reajuste tarifário com aumento

(242) (40)

da Parcela B comparados ao exercício em 2021, além do maior volume de energia comercializada devido ao ingresso de novos consumidores,

Adicionalmente, em outubro de 2022, a EDP São Paulo passou pelo processo de Reajuste Tarifário elevando o valor das tarifas de energia na média de

(6.256.055) (6.398.644)

continua..

33.2 Fornecimento não faturado

brasil.edp.com

A variação refere-se principalmente as controladas de distribuição pela a redução da carga própria se comparado a 2021.

da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme detalhado abaixo

### **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 33.3 Itens financeiros - RTE

A variação refere-se às bandeiras tarifárias nas controladas de distribuição que, em 2022 foram aplicadas a de Escassez hídrica e verde, enquanto no exercício de 2021 foram substancialmente amarela e vermelha (Nota 4.6). Além do impacto das bandeiras, devido a revisão tarifária da controlada EDP Espírito Santo (Nota 4.19), houve uma antecipação no saldo de Ultrapassagem e Demanda que está sendo reconhecida mensalmente pela referida controlada, gerando um aumento no saldo de itens financeiros - RTE. 33.4 Suprimento - Faturado

A variação de suprimento faturado deve-se substancialmente: (i) redução de R\$1.205.111 na controlada Porto do Pecém que, devido a melhora do cenário hídrico no país (Nota 4.5) não está sendo despachada pela ONS desde dezembro de 2021; (ii) R\$137.910 na controlada EDP São Paulo devido ao aumento do volume de energia em 2022, totalizando 985.094 MWh (538.411 MWh em 2021), além do ajuste no preço devido ao reajuste tarifário (Nota 4.21); e (ii) na controlada EDP Espírito Santo de R\$162.200, devido ao aumento da carga de energia elétrica comercializada no MVE, em linha com a estratégia da controlada em reduzir os níveis de sobrecontratação

#### 33.5 Energia de curto prazo A redução de R\$891.830 observada na rubrica de energia de curto prazo é decorrente substancialmente

(i) R\$486.419 na controlada EDP São Paulo, e reducão de R\$223.341 da controlada EDP Espírito Santo, cujas variações ocorreram devido as transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada nas controladas, os quais foram impa redução da carga contratada do MCSD, MCSD, além da melhora do cenário de hídrico; e

(ii) R\$159.486 na controlada Porto do Pecém que, com a melhora do cenário energético (Nota 4.5) no exercício de 2022 não realizou operações no mercado de curto prazo, ao contrário do que ocorreu no exercício anterior, quando foram realizadas operações de recomposição de lastro para

# 33.6 Comercialização

O aumento ocorrido nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, é reflexo da melhora do cenário hidrológico no exercício de 2022 quando comparado ao exercício anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país, considerando também a diminuição da volatilidade dos preços do mercado. Adicionalmente, em relação à EDP Smart Energia, houve reflexo da entrada de novos contratos. 33.7 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$190.096 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se principalmente às transmissoras que no exercício de 2022 estão em operação, e no exercício anterior estavam em construção, sendo EDP Transmissão Litoral Sul, no montante de R\$4.023, EDP Transmissão Aliança no montante de R\$43.027 e EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$50.544. Adicionalmente, com a aquisição da EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.1) houve reconhecimento de receitas de O&M no montante total de R\$99.513.

## 33.8 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O aumento da subvenção é observado principalmente devido reconhecimento de repasses financeiros feitos às controladas de distribuição decorrentes do aumento do consumo no exercício e da tarifa decorrente do último reajuste tarifário. 33.9 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras; verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Em razão do cenário de escassez hídrica (Nota 4.5) foi criada a bandeira tarifária de escassez hídrica, regulamentada pela Resolução nº 3/2021 da CREG. A definição das faixas de acionamento observa limitares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional

SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preco da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são:

(i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscim

- (ii) Bandeira Amarela: R\$1,874 a cada 100 kWh; (iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,971 a cada 100 kWh;
- (iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,492 a cada 100 kWh; e (v) Bandeira Escassez Hídrica: R\$14,20 a cada 100 kWh
- As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 foram

								022					
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	Bandeira Tarifária	Escassez	Escassez			Vordo	Verde	Vordo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PL	Danuena iamana	hídrica (*)	hídrica (*)	hídrica (*)	hídrica (*)	verue	verue verue	verue	de verde	verde	verue	verue	verde
	PLD gatilho (**)	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70
	(*) Exceto para os	clientes insc	ritos na Tarif	a Social de	Energia - TS	SEE, que	e permar	necem n	a Bandeira	a Vermelha -	patamar 2		

(\*\*) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela

### 34 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do

Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora

		2	022		21	J21	
		Despesas (	Operacion	nais	Despesas (	Operacion	nais
	Nota	Gerais e	•		Gerais e	•	
	Nota	administrativas	Outras	Total	administrativas	Outras	Tota
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4	67.538		67.538	60.824		60.824
Material		459		459	929		929
Serviços de terceiros	34.5	50.876		50.876	46.389		46.389
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.997		3.997	3.182		3.182
Depreciação - Ativos de direito de uso		2.580		2.580	1.856		1.856
Amortização		10.958		10.958	12.528		12.528
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			3.457	3.457	868		868
Arrendamentos e aluguéis		(943)		(943)	1.730		1.730
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos	34.8	, ,	29.415	29.415		6.843	6.843
Outras		12.825		12.825	9.926		9.926
otal		148.290	32.872	181.162	138.232	6.843	145.075
			Conso	lidado			

					Consoli	dado			
					202	2			
			Cu	stos		Desp	esas opera	cionais	
		Com					Gerais e		
		energia	Da	De	Prestado a		adminis-		
	Nota	elétrica	produção	operação	terceiros	PECLD	trativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	6.916.376							6.916.376
Encargos de uso da rede elétrica	34.2	1.290.764							1.290.764
Custo da matéria prima consumida	34.3		318.786						318.786
Recuperação de custo com GSF -									
Direito de Concessão	34.6	(3.269)							(3.269)
Arrendamento Financeiro					71.872				71.872
Pessoal, Administradores e Entidade									
de previdência privada	34.4			440.573	6.783		203.426		650.782
Material				48.994	13.268		8.269		70.531
Serviços de terceiros	34.5			336.852	10.957		235.876		583.685
Depreciação - Imobilizado em serviço	34.7			287.652	4.815		39.462	1.204.486	1.536.415
Depreciação - Ativos de direito de uso				4.655			8.563		13.218
Amortização	34.7			258.701	400		174.825	78.665	512.591
PECLD / perdas líquidas						159.814			159.814
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas								52.637	52.637
Arrendamentos e aluguéis				5.869	(45)		(695)		5.129
Ganhos e perdas na desativação									
e alienação de bens								133.527	133.527
Custo com construção da infraestrutura	21				1.987.620				1.987.620
Outras		5.200	608	45.346	1.156		46.808	10.910	110.028
Total		8.209.071	319.394	1.428.642	2.096.826	159.814	716.534	1.480.225	14.410.506
					Conso	lidado			

					Consolic	lado			
					2021				
			Cu	stos		Despe	sas operac	ionais	
		Com					Gerais e		
		energia	Da	De	Prestado a		adminis-		
	Nota	elétrica	produção	operação	terceiros	PECLD	trativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	8.834.330							8.834.330
Encargos de uso da rede elétrica	34.2	1.238.798							1.238.798
Custo da matéria prima consumida	34.3		1.348.680						1.348.680
Recuperação de custo com GSF -									
Direito de Concessão		(165.084)							(165.084)
Pessoal, Administradores e Entidade									
de previdência privada	34.4			357.603	5.953		176.481		540.037
Material				53.829	7.965		9.929		71.723
Serviços de terceiros	34.5			298.067	3.156		220.637		521.860
Depreciação - Imobilizado em serviço				282.686			7.835	13.395	303.916
Depreciação - Ativos de direito de uso				1.181			56.282		57.463
Amortização				280.552			64.758	31.805	377.115
PECLD / perdas líquidas						135.158			135.158
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							1.019	30.291	31.310
Arrendamentos e aluguéis				2.433	149		2.331	(141)	4.772
Ganhos e perdas na desativação									
e alienação de bens								73.295	73.295
Custo com construção da infraestrutura	21				2.150.806				2.150.806
Outras		5.596		50.457	1.226		40.567	(1.893)	95.953
Total		9.913.640	1.348.680	1.326.808	2.169.255	135.158	579.839	146.752	15.620.132
34.1 Energia elétrica comprada para reve	enda								

10141	0.010.040	1.040.000	1.020.000	2.100.200	100.100	0,0000	140.702	.0.020.102
34.1 Energia elétrica comprada para revenda								
							Consc	olidado
						Nota	2022	2021
Contratos de compra de energia por disponibilidade						34.1.1	1.071.711	2.136.476
Contratos de compra de energia por quantidade						34.1.2	915.788	937.270
PROINFA							175.444	128.172
Contratos de compra de energia por cotas						34.1.1	604.321	1.530.274
Energia de curto prazo						34.1.3	132.557	686.596
Energia de Itaipu Binacional						34.1.4	988.265	1.184.482
Encargo de Energia de Reserva - EER						34.1.5	222.436	44.346
Encargos de Serviço do Sistema - ESS						34.1.6	237.112	703.916
Contratos de comercialização de energia						34.1.7	3.236.114	2.533.270
Outros						34.1.8	12.238	(51.196)
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER							(10.562)	(160.900)
(-) Créditos de PIS/COFINS							(669.048)	(838.376)
• •							6 916 376	8 834 330

# 34.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas

A redução observada nos montantes de compra de energia por disponibilidade e por cotas refere-se substancialmente as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, devido as condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas no exercício,

consequentemente acarretando na redução expressiva da geração termoelétrica (Nota 4.5). 34.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

A redução de R\$21.482 observada na rubrica de contratos de compra de energia por quantidade refere-se.

(i) ao aumento de R\$95.692 nas controladas de distribuição devido ao aumento nos contratos de compra de energia por quantidade ocasionada pela, a sazonalidade e os reajustes de precos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados

(ii) a redução de R\$33.216 na controlada Lajeado devido à compra de energia para constituição de lastro em 2021, com intuito estratégico de evitar uma ciji) a redução de R\$83.958 na controlada Enerpeixe, referente a compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na controlada em

2021, com volatilidade de efeitos entre os exercícios devido a alocação de sazonalidade contratual de energia, PLD e efeitos reais de GSF. 34.1.3 Energia de curto prazo

# A redução de R\$554.039 observada na rubrica de energia de curto prazo decorre substancialmente da

(i) redução de R\$191.599 da controlada EDP São Paulo devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submerçados envolvidos, sendo no exercício de 2022 PLD médio de R\$58,99/MWh (Submerçado SE/CO), guando

no exercício de 2021, para o mesmo Submercado, alcançou a média de R\$279,61/MWh; (ii) redução de R\$65.378 na controlada EDP Espírito Santo referente às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do MCSD e MVE, além da melhora do cenário de hídrico (Nota 4.5). A controlada negociou o preco de R\$275,76MWh em 2022 contra R\$208,17 MWh do mesmo período do exercício anterior (iii) redução R\$251.347 das controladas Lajeado, Enerpeixe e Energest (Nota 17.1), devido ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,70/ MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280,00/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período

seco registrado no país (Nota 4.5), trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio; e (iv) redução de R\$42.968 da controlada EDP Trading ocasionada pela melhora no cenário energético (Nota 4.5), levando os preços de liquidação ao seu enor valor, tornando os custos para operação no mercado de curto prazo menores.

# 34.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A redução decorre substancialmente das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, pois houve uma diminuição dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica referentes a Itaipu quando comparado ao exercício de 2021.

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 10/03/2023

### 34.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

enta todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No exercício de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento ntroladas de distribuição

#### 34.1.6 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A redução do ESS no exercício deve-se principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando assim o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN em 34.1.7 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se as controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, que apresentaram aumento nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão do avanço das operações das controladas (Nota 33.6).

O aumento do saldo observado na rubrica refere-se às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo e decorrem, principalmente, da Cobrança dos

valores da Redução Voluntária de Consumo, conforme DSP ANEEL nº 397/22 (Nota 16.2.1). 34.2 Encargos de uso da rede elétrica

O aumento deve-se principalmente à Tarifa do uso do sistema de transmissão - TUST, no qual é realizada uma revisão tarifária em todos os agentes de

34.3 Custo da matéria prima consumida

A diminuição na rubrica refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque decorrente da venda conforme A diminifiçad na rubrica referesse substantialmente a controlada Porto do Peceri, ocasionada pela bana de estoque decorrente da verida comorme mencionado nota 4.10, correspondente ao montante de R\$427.577. Adicionalmente, houve a reversão de R\$141.490 da provisão de perda estimada na realização dos estoques da referida controlada (Notas 4.10 e 12.2).

34.4 Pessoal e Administradores				
	Contro	ladora	Consc	olidado
	2022	2021	2022	2021
Pessoal				
Remuneração	22.408	21.938	282.501	238.160
Encargos	7.355	8.148	101.234	86.617
Previdência privada - Corrente	703	1.200	13.039	14.504
Despesas rescisórias	6.022		24.447	15.439
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.187		55.511	41.849
Outros benefícios - Corrente	6.168		112.240	96.448
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(105)		1.729	2.490
Outros	1.281		17.301	4.236
	49.019	43.929	608.002	499.743
Administradores				
Honorários e encargos		13.453	21.438	34.303
Benefícios dos administradores	12.792		15.615	5.991
(-) Créditos de tributos recuperáveis	5.727		5.727	
	18.519		42.780	40.294
	67.538	60.824	650.782	540.037
34.5 Serviços de terceiros				
	Control	adora	Conso	lidado
	2022	2021	2022	2021
Serviços de consultoria	53.892	46.948	87.696	83.377
Serviços comerciais			142.332	132.847
Serviços de manutenção	872	1.620	133.675	132.063
Serviços de limpeza e vigilância	966	1.148	27.442	29.788
Serviços de informática	18.773	15.057	82.209	84.893
Serviços de publicação e publicidade	9.027	4.816	20.357	10.698
Serviços de transporte	3.980	1.144	15.746	9.415
Serviços Compartilhados	(47.264)	(31.476)	2	806
(-) Crédito de PIS/COFINS			(23.133)	(21.418)
Outros	10.630	7.132	97.359	59.391
	50.876	46.389	583.685	521.860
34 6 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão				

34.6 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão
O valor de R\$3.269 em 31 de dezembro de 2022 refere-se à recuperação dos custos com GSF auferidos pelas controlada Investo, totalizando um incremento estimado de 32,7 meses nos prazos de suas concessões (Nota 24.1.3.1), com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL

34.7 Depreciação - Imobilizado em serviço e Amortização

No montante das rubricas de "depreciação - imobilizado em servico" e "amortização" está alocada a imparidade da controlada Porto do Pecém, conforme mencionado na nota 4.24. 34.8 Ganhos e perdas na aquisição de investimentos

Do saldo de R\$29.415 referem-se substancialmente: (i) R\$17.075 de baixa dos custos de transação da aquisição da controlada indireta EDP Goiás (Nota 18.1); e (ii) R\$11.947 de baixa dos custos de transação da alienação da Energest (Nota 17.1)

		Contro	ladora		lidado
	Nota	2022	2021	2022	202
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	46.530	9.455	343.572	80.17
Energia vendida				176.039	212.30
Energia comprada				922	10.11
Depósitos judiciais		795	203	27.185	13.14
Contratos de mútuo	11	37.563	20.688	4.000	47.00
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			4.339	17.62
Juros e multa sobre tributos	9	4.655	7.778	85.854	31.06
Remuneração das ações preferenciais		5.465	2.953		
Outros juros e variações monetárias			58	967	2.93
Operações de swap e hedge	26.2 e 27.2	8.918		8.918	16.30
Variações em moeda estrangeira	38.1.3			87.388	
Ajustes a valor presente	7.7			749	71
(-) Juros capitalizados	21			(259)	(26.266
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(43.977)	(35.301)	(87.305)	(53.547
Outras receitas financeiras		571	8	17.854	11.90
		60.520	5.842	666.223	306.35
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	27.2	(4.094)	(4.371)	(374.439)	(252.337
Debêntures	26.2	(19.139)	(59.366)	(1.095.581)	(734.686
Variações em moeda estrangeira	38.1.3	6.973		6.973	(35.491
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	26.2 e 27.2			(331.216)	(21.275
Ajustes a valor presente				(5.261)	(4.352
(-) Juros capitalizados	21			17.003	384.06
Juros e variações monetárias					
Energia comprada					(2.653
Juros e multa sobre tributos	9	(834)	(3.005)	(50.169)	(33.234
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			(1.159)	(4.439
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	31.1.1	(4.241)	(1.552)	(94.181)	(94.677
Uso do bem público	35.1			(57.064)	(100.017
Generation Scaling Factor - GSF					(52.202
Benefícios pós-emprego	28.1.1 e 28.2.1			(73.201)	(65.686
Arrendamentos e aluguéis	16.8	(2.060)	(721)	(15.477)	(12.853
Energia Livre				(2.263)	(5.795
Outros juros e variações monetárias				(8.799)	(8.648
Variações em moeda estrangeira			(353)	(1.656)	(24.874
Operações de swap e hedge	38.1.3	(8.918)		(8.918)	
Ajustes a valor presente				(2.790)	(1.327
(-) Juros capitalizados					1.52
Outras despesas financeiras		(1.095)	(390)	(34.626)	(38.977
		(33.408)	(69.758)	(2.132.824)	(1.107.935
Total		27.112	(63.916)	(1.466.601)	(801.582

(17,78% em 2021).

# 36 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas EDP Smart Soluções. EDP Smart Energia. EDP Smart SPE V. Mata Grande Transmissora e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis

raria a companina e dentais controlacios, o imposio de lenta contente e carciado controlha e sistentiatica do facil o facilitación de la controlación de la controlac consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2022, houve alteração do regime de apuração de Lucro

Controladora Consolidado 2021 3.015.412 2022 2021 1.019.050 2.165.644 <u>Nota</u> 2022 1.950.764 Lucro antes dos tributos sobre o lucro 34% 34% 34% 34% IRPJ e CSLL (346.477) (663.259) (1.025.240) (736.319) Ajustes para refletir a alíquota efetiva IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes (2.411)(3.971)Perdas indedutíveis (9) 36.1 (283.417)(4.295)286.432 Resultados de equivalência patrimonial 699,293 (56.787)82.422 76.477 140.823 Juros sobre as ações preferenciais (3.698)(855)Outras (787)1.818 (40.100)(11.417)IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos (117)(3.000)(Adição) Reversão de diferenças permanentes 5.279 38.714 Aiustes decorrentes de exercícios sociais anteriores (1.946)9.108 Provisão de crédito de IR e CS sobre indébitos tributários apropriados 36.2 (13.244)(9.554)Ajuste lucro presumido Incentivos fiscais SUDAM / SUDENE 36.3 41.741 77.588 Outras 7.635 5.538

36.1 Perdas indedutíveis A variação no consolidado refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, decorrente da baixa de tributos diferidos sobre no montante de

2.387

(5.806)

(738.037)

37,83%

(647.867)

R\$85.795, devido ao reconhecimento do imparidade (Nota 4.24).

Real anual para trimestral das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.8).

36.2 Provisão de crédito de IRPJ e CSLL sobre indébitos tributários apropriados O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$63.700, foi decorrente de provisão de crédito de IRPJ e CSLL sobre indébitos tributários apropriados das

controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Enerpeixe e Porto do Pecém.
As companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil são parte de mandado de segurança que objetiva o reconhecimento do direito de não recolher o IRPJ e a CSLL sobre os valores referentes à aplicação de juros de mora e correção monetária, relativos aos indébitos tributários passíveis de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação (judicialmente ou administrativamente), além do direito ao aproveitamento dos créditos dos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do ajuizamento da ação judicial.

Para o exercício de 2022 não houve montante a ser reconhecido. 36.3 SUDAM e SUDENE

Despesa de IRPJ e CSLL

As controladas EDP Espírito Santo e Porto do Pecém são contempladas junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município

Já a controlada Enerpeixe obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/17, atestando o atendimento a todas as condições é requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, também por um período de 10 anos. Segue abaixo a relação dos exercícios abrangidos por tais incentivos:

Período EDP Espírito Santo 2018 a 2027 2017 a 2026 Porto do Pecém

Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social. Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme requerido pelo CPC 07 (R1)

# Resultado por ação

demonstrações financeiras.

Subvenção e Assistência Governamentais.

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluídor, conforme CPC 41 - Resultado por ação. A Companhía instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhía aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas

brasil.edp.com continua..

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:		
	Controladora e	Consolidado
Resultado básico	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.021.437	2.159.838
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	583.957
Resultado básico por ações (reais/ação)	1,80473	3,69863
Resultado diluído		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.021.437	2.159.838
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do exercício disponível para as ações considerando o potencial incremento		
das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	2.011	(4.458)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	1.023.448	2.155.380
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	583.957
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	712	1.186
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	566.691	585.143
Resultado diluído por ações (reais/ação)	1,80601	3,68351
(*) O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.		

### 38 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

#### 38.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da

obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem. 38.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

				Contro	oladora	
			Valor	justo	Valor o	ontábil
	<u>Nota</u>	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	939.854	930.122	939.854	930.122
Derivativos	Ü	Nível 2	8.918	000.122	8.918	000.122
			948.772	930.122	948.772	930.122
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	31.680	2.581	31.680	2.581
Títulos a receber	16.9	Nível 2	31.333	28.145	31.333	28.145
Empréstimos a receber	11	Nível 2	316.408	310.738	316.408	310.738
Cauções	13	Nível 2	392	392	392	392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	27.748	19.850	27.748	19.850
			407.561	361.706	407.561	361.706
Passivos Financeiros			1.356.333	1.291.828	1.356.333	1.291.828
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Derivativos						
Derivativos outros		Nível 2	8.918		8.918	
			8.918	-	8.918	-
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	42.471	50.834	42.471	50.834
Debêntures	26	Nível 2	48.043	237.212	48.293	236.629
Empréstimos e financiamentos						
Contratos de mútuo		Nível 2		105.305		105.305
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	70.630	52.728	70.630	52.728
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	19.236	8.156	18.550	8.154
			180.380	454.235	179.944	453.650
			189.298	454.235	188.862	453.650
					lidado	
				justo		ontábil
Advec dinennaliza	<u>Nota</u>	Niveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras	· ·	Nível 2	3.981.985	2.568.528	3.981.985	2.568.528
Ativo financeiro indenizável	20	Nível 2	5.706.847	4.362.393	5.706.847	4.362.393
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	1.952	11.722	1.952	11.722
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	2.539.702	868.261	2.539.702	868.261
Derivativos						
Derivativos		Nível 2	80.287	3.227	80.287	3.227
			12.310.773	7.814.131	12.310.773	7.814.131
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	215.211	130.962	215.211	132.899
Contas a receber	7	Nível 2	2.673.099	2.960.267	2.673.099	2.960.267
Rendas a receber	44	Nível 2	5.217	2.927	5.217	2.927
Empréstimos a receber Cauções	13	Nível 2 Nível 2	14.689 26.497	12.713 16.295	14.689 26.497	12.713 16.295
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	153.328	1.429.437	153.328	1.429.437
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	13.717	10.842	13.717	10.842
			3.104.258	4.565.943	3.104.258	4.567.880
				12.380.074	15.415.031	12.382.011
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda estrangeira		Nível 2	1.245.386	188.684	1.241.710	188.684
Contrato de compromisso futuro	15		1.645.142	215.642	1.645.142	215.642
Debêntures		Nível 2	644.805	1.228.288	644.805	1.228.288
Derivativos		NG	050 000	040	050 000	040
Derivativos de dívidas  Derivativos de debêntures		Nível 2 Nível 2	256.306	919	256.306	919
			57.413	18.313	57.413	18.313
Derivativos outros		Nível 2	8.919 <b>3.857.971</b>	1.651.846	8.919 <b>3.854.295</b>	1.651.846
Custo amortizado			0.501.511		5.50-1.255	
Fornecedores	25	Nível 2	1.486.113	1.960.429	1.486.113	1.960.498
Debêntures	26	Nível 2	8.007.027	6.409.151	8.590.438	6.602.502
Uso do bem público		Nível 2	477.733	464.934	530.452	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	500	2.945	500	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	4.858.237	2.696.841	3.563.483	2.680.489
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	70.587	53.342	70.787	53.353
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	128.078	110.844	148.809	110.410
Licenças ambientais		Nível 2	77.999	81.236	74.082	81.193
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	1.156.747	2.123.350	1.156.747	2.123.350
			16.263.021	13.903.072	15.621.411	14.120.874
			20.120.992	15.554.918	19.475.706	15.772.720
		_		_		

#### 38.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa

contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original. · Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original. • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e as controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes

## 38.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios

 $A \ Companhia\ e\ suas\ controladas\ tamb{\'e}m\ poder{\'a}o\ classificar\ um\ passivo\ financeiro\ como\ VJR\ quando: (i)\ se\ desejar\ eliminar\ ou\ reduzir\ significativamente$ uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

#### 38.1.2 Valor justo Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e das contrapartes, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 27), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e das controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Uso do Bem Público, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual das controladas; (iv) Arrendamentos e aluquéis; consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de

tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; (v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o

estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(vi) Compromissos futuros de comercialização: apresenta seu valor reconhecido inicialmente pelo valor justo estimado levando em consideração as cotações de preços publicados de mercados ativos, quando aplicáveis e observáveis, bem como nas técnicas de avaliação que levam em consideração lecidos nas operações de compra e venda, margem de risco do fornecimento e o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A EDP Trading e EDP Smart Energia utilizam as curvas forward apresentada pela Dcide (Companhia referência do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia), para avaliação do valor de mercado de seu portfólio.

## 38.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e às controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia.

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou

indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação

comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve alteração de classificação no nível do Ativo financeiro indenizável após análise da Administração da Companhia, que levou em consideração o fato de parte significativa do saldo já ser base blindada (valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, associados aos ativos em operação, excluindo-se as movimentações ocorridas -baixas e depreciação- e as respectivas atualizações) e, portanto, com critérios de 38.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido. As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo

transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. A Controlada não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

Durante o exercício de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de proteção cambial sobre investimento em projetos solares em parceria com a EDP Renováveis. Simultaneamente à contratação, a Companhia realizou transferência da operação junto às companhias detentoras dos projetos solares através de contrato específico em condições análogas ao contrato de derivativo (Nota 11).

Em 31 de dezembro de 2022, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

								Co	ontroladora	
								31/12/2	2022	2022
<u>Controlada</u> NDF	Contraparte	<u>Operação</u>	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	<u>Ativo</u>	Passivo	Valor Justo <u>Líquido</u>	Efeito Resultado
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278		(8.918)	(8.918)	(8.918)
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605
Total geral							8.918	(8.918)	-	-

							Consolidado							
								31/12/2	022	2022		31/12/2	021	2021
Controlada	Contraparte	<u>Operação</u>	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
Swap de dívida														
EDP Transmissão SP-MG	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		23/12/2020 a 10/12/2021	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	59.055	300.000								12.610
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a. / CDI + 1,50% a.a.		700.000	765.325	(755.701)	9.624	(25.778)	725.195	(732.207)	(7.012)	(8.369)
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	539.910	(537.552)	2.358	(18.422)	510.680	(521.981)	(11.301)	(12.906)
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000				(18.487)	100.766	(104.723)	(3.957)	
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000				(13.716)	90.956	(87.918)	3.038	3.176
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		16/08/2022 a 16/11/2022	USD + 3,18% a.a. / CDI + 1,00% a.a.	16.284	85.000				(1.044)				
Santa Leopoldina	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	337.717	(396.860)	(59.143)	(59.143)				
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a	150.000	849.870	766.325	(962.266)	(195.941)	(195.941)				
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a	25.565	120.000	137.668	(133.123)	4.545	4.545				
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	330.858	(332.212)	(1.354)	(1.354)				
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	241.737	(242.954)	(1.217)	(1.217)				
Total swap de dívida							3.119.540	(3.360.668)	(241.128)	(330.557)	1.427.597	(1.446.829)	(19.232)	(5.489)
NDF														
Porto do Pecém	Citibank	Compra	06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470								(794)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245								28
Porto do Pecém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD 5,4855	38	207		(1)	(1)					
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/06/2021	BRL/USD 5,6020										(2.400)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/07/2021	BRL/USD 5,6105	11.386	56.952								(6.588)
Porto do Pecém	Itaú	Venda	16/04/2021 a 01/08/2021	BRL/USD 5,6245										(616)

brasil.edp.com continua...

**NOTAS EXPLICATIVAS** 

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** 

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

										Conso	lidado			
								31/12/2	022	2022		31/12/2	021	2021
Controlada	Contraparte	Operação	<u>Vigência</u>	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	17/05/2021 a 17/05/2022	BRL/USD 5,5451	385	2.134					86		86	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	21/06/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,2500	257	1.348					113		113	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	04/08/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,4120	25	134					7		7	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	04/08/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 5,5090	37	205					12		12	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	20/08/2021 a 29/07/2022	BRL/USD 5,7720	1.123	6.483					144		144	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424				(77)	99		99	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	03/11/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,9978	190	1.139						(36)	(36)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/12/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 6,0186	460	2.767						(72)	(72)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8100	57	329						(6)	(6)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497				(75)		(9)	(9)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,9100	122	721						(13)	(13)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 29/06/2022	BRL/USD 5,9600	141	841						(14)	(14)	
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,8591	29	169						(3)	(3)	
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	30/08/2022 a 05/09/2022	BRL/USD 5,1810	399	6.854				(507)				
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	03/10/2022 á 28/02/2023	BRL/USD 5,3855	2.146	11.555		(84)	(84)					
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3780	3	17								
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5380	460	2.548		(58)	(58)					
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	27/10/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3314	87	464								
EDP Smart Serviços	XP Investimentos	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,4825	13.968	76.577		(1.011)	(1.011)					
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5187	907	5.006		(97)	(97)					
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	07/11/2022 a 03/04/2023	BRL/USD 5,2460	212	1.110	28		28					
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278		(8.918)	(8.918)	(8.918)				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427		1.427	1.427				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605				
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.		22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605		1.605	1.605				
Total NDF							8.946	(10.169)	(1.223)	(659)	461	(153)	308	(10.370)
Opções								. ,						
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/06/2021	API2* 66,75 USD/ton	8.310	41.565								350
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/07/2021		12.352									1.496
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 02/08/2021	,	1.436									269
Total Opções	5. a. addadi			1.,30 005,1011	00	52								2.115
Total geral							3.128 486	(3.370.837)	(242.351)	(331 216)	1.428.058	(1.446.982)	(18.924)	(13.744)
rotal yelal							J. 120.400	(3.310.031)	(242.351)	(331.210)	1.420.030	(1.440.302)	(10.924)	(13.744)

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes.

				Consolid	lado			
					Efe	ito no result	ado	
	Saldo em 31/12/2021	Reclassifi- cação (*)	<u>Liquidação</u>	Efeito no Patrimônio Líquido	Juros provisio- nados	Variação monetária <u>e cambial</u>	Ajuste a valor de mercado	Saldo em 31/12/2022
Swap								
Risco de taxa de juros e moeda								
Empréstimos	-	919	(34.166)				283.786	250.539
Debêntures	-	18.313	(74.495)		114.034		(67.263)	(9.411)
	-	19.232	(108.661)		114.034	-	216.523	241.128
Hedge de fluxo de caixa								
Risco de taxa de juros e moeda								
NDFs	(308)		17	854		659		1.222
Risco cambial								
NDFs	-			1				1
	(308)	-	17	855	-	659	-	1.223
Total	(308)	19.232	(108.644)	855	114.034	659	216.523	242.351

# (\*) Saldo de derivativos reclassificado para melhor apresentação

# 38.1.3.1 Contratos de swap

Os contratos de swap são utilizados como seguro ou hedge, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do

# Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina

Em 16 de agosto de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, as controladas Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina contrataram respectivamente instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). O derivativo da controlada Mata Grande Transmissora foi liquidado em 16 de agosto de 2022.

Em 16 de agosto de 2022, a controlada Mata Grande Transmissora contratou um novo instrumento financeiro derivativo classificado como swap registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

# EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). A referida dívida está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + Spread para taxa de juros CDI + Spread da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O swap foi declarado como hedge de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado

Em 12 de abril de 2021, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). A controlada liquidou o derivativo no dia 08 de abril de 2022.

Em 08 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27)

# 38.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - hedge accounting são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

# **EDP Smart Serviços**

Desde 2020, a controlada adotou metodologia de hedge accounting, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de hedge accounting classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD24.593, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(\*). O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do pass-through entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD4.250, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura do prêmio do seguro operacional com pagamento em dólar. Esses derivativos foram liquidados durante o exercício de 2022.

Em outubro de 2022, a Companhia contratou operações de derivativos no montante de USD3.388, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo

de cobertura de CAPEX com pagamento em dólar \* API 2: O API 2 é o preço de referência para o carvão importado pelo noroeste europeu

# 38.1.3.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos

(i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz; (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável

(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura

(v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa

### que poderia, em última análise, afetar o resultado. Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre-

## 38.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos. Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos, Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência, Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision) e Norma ISO 31.000 (Gestão de

Ainda, sequindo as melhores práticas de governanca e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia seiam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis, Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das

Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente. O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governanca. com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

# 38.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém, Santa Leopoldina e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de swap e NDF com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação. A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço forward. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta o risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gere e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP -Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é um VaR (Value at Risk) com 95% de confiança (Value at Risk) que considera uma curva forward de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada exercício.

# 38.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudancas nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota 38.1 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

				Controladora							
			Aging o	enário							
			provável		provável		provável Cenário (I)		Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Saldo da	Até 1	2 a 5		Aumento do	Aumento do	Redução do	Redução do		
Operação	Risco	exposição	ano	_anos	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%		
Aplicação financeira - CDB	CDI	939.845	114.834		114.834	28.537	57.011	(28.603)	(57.275)		
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.197									
Empréstimos a receber	CDI	316.408	34.384	66.779	101.163	28.460	58.273	(27.150)	(53.033)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.260.450	149.218	66.779	215.997	56.997	115.284	(55.753)	(110.308)		
Debêntures	IPCA	(48.202)	(4.456)	(1.397)	(5.853)	(513)	(1.033)	505	1.003		
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(48.202)	(4.456)	(1.397)	(5.853)	(513)	(1.033)	505	1.003		

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Aging	cenário pro	vável	Cenário (I)	Consolidado Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário ()
		Saldo da	Aging Até 1		Acima de	Cenario (i)		Aumento do		
Operação	Risco	exposição	ano			Provável	risco em 25%		,	
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.833.678	507.383			507.383	131.644	265.497	(129.589)	(257.159
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	119.355	1.749			1.749	411	813	(419)	(847
Fundos de investimento	CDI	28.943	1.850			1.850	446	885	(452)	(911
Cauções e depósitos vinculados	CDI	25.413	2.509	2.334		4.843	7.680	15.478	(7.567)	(15.026
Títulos e valores mobiliários	CDI	8.649	151			151	38	75	(38)	(75
Empréstimos a receber	CDI	14.689	131			131	30	75	(36)	(7.
nstrumentos										
financeiros ativos Debêntures		<b>4.030.727</b> (3.655.829)	<b>513.642</b> (640.131)	<b>2.334</b> (484.760)	-	<b>515.976</b> (1.124.891)	<b>140.219</b> (223.786)	<b>282.748</b> (462.504)	( <b>138.064</b> ) 262.447	( <b>274.01</b> 7 510.21
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(1.986.988)	(257.240)	(221.817)		(479.057)	(92.260)	(184.232)	97.144	194.76
Empréstimos e financiamentos - NP		(1.097.004)	(108.398)	(28.049)		(136.447)	(4.697)	(32.808)	50.857	78.29
nstrumentos financeiros		(**************************************	(::::::,	(=====)		(1221111)	(,	(==:==)		
passivos		(6.739.821)	•	(734.626)	-	(1.740.395)	(320.743)	(679.544)	410.448	783.27
Swap - Ponta Passiva nstrumentos financeiros	CDI	(3.360.668)	(419.283)	(296.004)		(715.287)	(61.644)	(124.424)	60.536	119.99
derivativos	CDI	(3.360.668) (6.069.762)	(419.283) (911.410)	(296.004) (1.028.296)	-	(715.287) (1.939.706)	(61.644) (242.168)	(124.424) (521.220)	60.536 332.920	119.99 629.25
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(89.478)	(6.887)	(3.315)		(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.49
nstrumentos financeiros passivos	TJLP	(89.478)	(6.887)	(3.315)	_	(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.49
Compromissos		, ,	, ,	, ,		, ,	, ,	, ,		
futuros nstrumentos	PLD	2.101.924	(387.071)			2.101.923	(1.421.999)	(2.842.055)	1.418.113	2.838.16
financeiros ativos Compromissos	PLD	2.101.924	(387.071)		-	2.101.923	(1.421.999)	(2.842.055)	1.418.113	
futuros nstrumentos financeiros	PLD	(1.645.136)	387.071	(2.032.206)		(1.645.135)	1.398.031	2.796.063	(1.398.032)	(2.796.06
passivos	PLD	(1.645.136) 456.788	387.071	(2.032.206) 456.788	-	(1.645.135) 456.788	1.398.031 (23.968)	2.796.063 (45.992)	(1.398.032)	(2.796.06 42.10
Principal nstrumentos	Dólar	(1.241.710)	(542.605)	(862.217)		(1.404.822)	(123.422)	(258.513)	148.414	281.85
financeiros passivos	Dólar	(1.241.710)	(542.605)	(862.217)	_	(1.404.822)	(123.422)	(258.513)	148.414	281.85
Swap - Ponta Ativa		1.241.710	542.605	862.217		1.404.822	123.422	258.513	(148.414)	(281.85
financeiros	Dálas	1 0/14 740	E40.605	960 017		1 404 000	100 400	050 540	(140 444)	(004.05
derivativos	Dolar	1.241.710	542.605 -	862.217	-	1.404.822	123.422	258.513	(148.414) -	(281.85
Empréstimos a receber - Mútuo	IPCA	14.689	362	189		551	76	154	(75)	(14
nstrumentos financeiros ativos	IPCA	14.689	362	189	-	551	76	154	(75)	(14
Debêntures Empréstimos e financiamentos -	IPCA	(4.068.074)	(446.321)	(810.309)	(526.319)	(1.782.949)	(265.342)	(552.012)	246.091	474.78
BNDES Empréstimos e	IPCA	(142.530)	(21.000)	(10.832)		(31.832)	(2.672)	(5.397)	2.621	5.19
financiamentos - CCB Brasil	IPCA	(86.872)	(8.126)	(18.889)	(4.742)	(31.757)	(4.629)	(9.488)	4.411	8.61
nstrumentos financeiros										
passivos		(4.297.476)	(475.447)		(531.061)	(1.846.538)	(272.643)	(566.897)	253.123	488.59
Swap - Ponta Ativa nstrumentos financeiros	IPCA	1.877.830	180.776	176.276		357.052	46.498	94.140	(7.803)	(15.40)
derivativos	IPCA	1.877.830 (2.404.957)	180.776 (294.309)	176.276 (663.565)	- (531.061)	357.052	46.498 (226.069)	94.140 (472.603)	(7.803) 245.245	(15.40 473.04

Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; T.II P entre 5.7% e.7.4% a.a.: Dólar entre 5.04 e.5.22 reais e IPCA entre 3.8% e.8.6% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas forward de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia)

# 38.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuia disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 20) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 39.1.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

			(	Controladora			
			31/12/	2022			31/12/2021
		De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a	Mais de		
	Até 1 mês	meses	a 1 ano	5 anos	5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	42.075	346	50			42.471	50.834
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	61.467	6.231		2.932		70.630	52.728
Debêntures			22.308	25.985		48.293	236.629
Empréstimos e financiamentos						-	105.305
Derivativos			8.918			8.918	-
Arrendamentos e aluguéis	336	1.008	2.349	10.280	4.577	18.550	8.154
-	103.878	7.585	33.625	39.197	4.577	188.862	453.650
			(	Consolidado			
			31/12/				31/12/2021
		De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a	Mais de		
	Até 1 mês	meses	a 1 ano	5 anos	5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	1.040.206	178.323	267.584			1.486.113	2.072.980
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	61.467	6.231	1.615	2.017		71.330	317.012
Debêntures		255.000	1.157.755	7.822.488		9.235.243	7.724.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	250.283	429.886	997.943	3.022.055	105.026	4.805.193	3.435.682
Derivativos			164.822	157.815		322.637	-
Uso do bem público	4.049	11.241	30.792	368.962	115.408	530.452	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade			500			500	2.945
Arrendamentos e aluguéis	2.708	7.809	20.562	66.335	51.395	148.809	110.542
Licenças Ambientais	4.363	37.974	12.229	19.516		74.082	81.193
Compromisso futuro	142.334	269.448	708.461	524.899		1.645.142	645.857
Passivos financeiros setoriais			1.039.653	117.094		1.156.747	2.123.350
	1.505.410	1.195.912	4.401.916	12.101.181	271.829	19.476.248	17.020.078

# 38.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pelas distribuidoras busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ou venda de energia por meio do MVE. utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário. Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas

distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2022 está apresentado na nota 39.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles: • Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo

Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de

• (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação

em MCSDs com declaração de sobra e venda de energia para o ACL por meio do MVE. Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Certificado por Editora Globo SA

04067191000160 Pub: 10/03/2023

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como smo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a  $Resolução \ Normativa \ n^\circ \ 824 \ de \ 10 \ de \ julho \ e \ a \ Resolução \ n^\circ \ 833 \ de \ 10 \ de \ dezembro \ do \ mesmo \ ano \ (revogada \ pela \ Resolução \ n^\circ \ 869 \ de \ 28 \ de \ janeiro \ de \ dezembro \ do \ mesmo \ ano \ (revogada \ pela \ Resolução \ n^\circ \ 869 \ de \ 28 \ de \ janeiro \ dezembro \ do \ mesmo \ ano \ (revogada \ pela \ Resolução \ n^\circ \ 869 \ de \ 28 \ dezembro \ dezembro \ do \ mesmo \ ano \ (revogada \ pela \ Resolução \ n^\circ \ 869 \ dezembro \ dezembro$ de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência. Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras

sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras. Conforme mencionado na nota 8.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da

sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL. Em agosto de 2022 foi publicado o despacho ANEEL 2.169 que que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes

de distribuição, para os anos de 2016 e 2017, considerando (a) a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015 e (b) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, sem a adoção do critério de 2.5% nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 31 de dezembro de 2022, afetou positivamente o resultado da EDP Espírito Santo em R\$5.559 e negativamente da EDP São Paulo em R\$12.280.

No exercício de 2022, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 119,07 MWm ao preço médio de R\$280,45/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 158,00 MWm ao preço médio de R\$286,93/MWh para controlada EDP São Paulo 38.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants) normalmente

aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro. Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos Covenants impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *Covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até 31 de dezembro de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 39.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passiveis de alteração decorrente de eventuais perdas de

## 38.2.3 Risco hidrológico

Geração A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisicão de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo

armazenamento, o MRE expõe as controladas à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% válidos para a ÚHE Luiz Eduardo Magalhães (Investco e Lajeado) deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos precos de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda. Distribuição A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios

das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoelétricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão das controladas de distribuição.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as controladas de distribuição utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabaste concessionárias.

#### 38.2.4 Risco de crédito O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas

#### Contas a receber

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, as controladas de distribuição realizam abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, call centers, lojas de atendimento presencial. internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do

Em relação às controladas de geração, o risco decorrente da possibilidade das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no Em relação às controladas de comercialização e serviços, o risco das controladas apresentarem perdas advindas da dificuldade de recebimento dos

valores faturados a seus clientes também é considerado baixo. As controladas destes segmentos possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de rating de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A. B. C. D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de default. Para cada rating de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o rating da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras. Os créditos de todos estes clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição

# Caixa, Equivalentes de caixa, Caucões, Títulos e Valores Mobiliários

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras, também orientada pela mesma política, estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado alizadas. A política determina níveis de concent rão de anlica es em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia e das controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. Tratando-se de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia e suas controladas operam apenas com instituições

financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos: Consolidado Controladora

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Classificação da instituição financeira				
AAA	939.817	806.998	3.930.949	2.293.096
AA	28	123.124	22.028	273.728
A			56	
	939 845	930 122	3 053 033	2 566 824

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuia carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 6).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da

concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência. Ativos da concessão - Transmissão

As controladas de transmissão mantêm Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico -ONS, regulando a prestação de seus servicos vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência. Ativos financeiros setoriais Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário,

comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas das controladas de distribuição e incorpora tais ativos nas mesmas. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados às controladas de distribuição os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. · Compromissos futuros

As controladas EDP Trading e EDP Smart Energia mantém contratos de compromissos futuros bilaterais de curto e longo prazo. A mitigação de risco de inadimplência é obtida por cláusulas específicas de garantia sempre de acordo com a capacidade financeira de cada contraparte, podendo essa garantia ser corporativa, bancária, seguro garantia ou registro contra pagamento, sendo essa última utilizada apenas com contrapartes específicas. 38.2.5 Riscos regulatórios

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, ARSESP, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS, etc.). O Grupo EDP - Energias do Brasil tem o compromisso de estar em conformidade com todos os

regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP - Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos

### stakeholders. 38.2.6 Riscos ambientais

A EDP - Energias do Brasil, atuando em todos os segmentos do setor elétrico, reconhece que o meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para a sustentabilidade das operações do Grupo EDP - Energias do Brasil. Por isso, atua promovendo o respeito ao meio ambiente, em busca de um desenvolvimento sustentável, e estabelece os seguintes compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental e a diminuição dos impactos de suas atividades:

(i) Garantir o atendimento aos requisitos legais quanto à legislação ambiental vigente e a não autorização de realização de quaisquer atividades potencialmente poluidoras sem as devidas autorizações e controles necessários;
(ii) Identificar e monitorar os aspectos e impactos ambientais e estabelecer controles para aspectos e riscos significativos;

(iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/

ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação; (iv) Identificar riscos e oportunidades e implementar medidas buscando a melhoria da qualidade ambiental dos locais onde está inserida, a minimização e a mitigação dos impactos ao meio ambiente;

Como medidas de controle de risco, as Companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil possuem: (v) Política de sistemas de gestão e sustentabilidade aplicável a todas as Companhias; e

(vi) A totalidade da energia distribuída pelas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e a energia gerada nas usinas termoelétrica e

hidroelétricas (controladas e controladas em conjunto), estão em ativos certificados pela norma ISO 14.001, realizando uma gestão ambiental sistêmica, que garante o atendimento de requisitos legais, e a existência de procedimentos de gerenciamento dos riscos ambientais 38.2.7 Riscos climáticos Os riscos relacionados à Emergência Climática foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos

físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia Neste sentido, para mitigação de qualquer impacto financeiro e social, a Companhia possui a Vice-Presidência de Pessoas e ESG, que em conjunto ao Comitê de Sustentabilidade, supervisiona as questões relacionadas às mudanças climáticas no Grupo. O Comitê é responsável por aprovar as políticas

e diretrizes relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social e preservação ambiental. Seus planos de atividades incluem temas como mudanca do clima, englobando impactos da precificação de carbono, vulnerabilidade climática e melhoria da performance no Carbon Disclosure Project (CDP) Clima que passou a ser incorporado pelo ISE da B3. No exercício de 2022, a Companhia alcancou a pontuação A- no CDP Clima.

A Companhia possui uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Foram realizados estudos de cenários climáticos para verificação da exposição da Companhia a diferentes tipos de riscos onde, dentre outros itens, identificou-se que as usinas hídricas podem estar mais expostas caso haja aquecimento global em níveis elevados. Por outro lado, em cenários de temperaturas menos elevadas, em linha com o aquecimento global limitado a 1,5°C, a controladora Porto do Pecém apresenta risco de precificação de carbono. Segundo os cenários climáticos estudados, as controladas de distribuição não experimentarão, de maneira geral, um aumento de riscos relacionados à tempestades e ciclones. Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil está desenhando planos de resposta aos principais riscos climáticos do referido Grupo com conclusão prevista para 2024.

brasil.edp.com continua.. ontinuação EDP Energias do Brasil S.A

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020, a Companhia coordena a plataforma "Ação pelo Clima" da Rede Brasil do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de boas práticas na gestão climática.

Clima da Hede Brasil do Pacto Global criada pela UNU, participando ativamente no compartinamento de boas praticas na gestao climatica. Em 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das empresas com *score* A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono (Nota 1.2).

### 38.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

Visando economia no consumo de água, a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

#### 38.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela "Dívida Líquida Consolidada" dividida pelo "EBITDA Consolidado", cujo limite máximo é de até 3.5 vezes. Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 2.1 vezes.

			nauao
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	14.281.564	10.597.514
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(4.197.196)	(2.699.490)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(1.952)	(11.722)
(-) Cauções vinculados à dívida		(17.243)	(5.798)
Dívida líquida		10.065.173	7.880.504
Total do Patrimônio Líquido		11.895.759	12.258.818
Total do capital		21.960.932	20.139.322
Índice de alavancagem financeira - %		45,83	39,13

### 39 Compromissos contratuais e Garantias

### 39.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

Controladora

			31/12/2022			31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	141.076	80.616	22.953	25.940	270.585	201.852
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.456	1.304			5.760	24.838
	145.532	81.920	22.953	25.940	276.345	226.690
			Cons	olidado		
			31/12/2022	2		31/12/2021
	202	3 2024 e 202	5 2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	14.26	5 13.62	9 47		27.941	4.558
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.172.75	2 9.172.25	9 7.464.127	29.559.397	51.368.535	47.980.511
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.167.16	2 2.225.65	7 2.090.467	992.107	6.475.393	4.139.154
Materiais e serviços	3.056.74	9 2.270.12	5 409.228	44.239	5.780.341	4.484.063
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605	24.660
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.534.35	4 1.154.90	1 298.110	300.183	3.287.548	3.090.752
	10.945.28	2 14.836.57	1 10.261.979	30.921.531	66.965.363	59.723.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022						
2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total		
136.200	85.722	27.989	41.615	291.526	201.336		
4.358	1.563			5.921	29.719		
140.558	87.285	27.989	41.615	297.447	231.055		
Consolidado							
		31/12/202	2		31/12/2021		
202	23 2024 e 202	5 2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total		
13.77	73 14.36	4 56		28.193	4.607		
5.172.75	50 10.160.23	8 9.041.777	46.624.289	70.999.054	71.532.960		
1.167.14	11 2.470.16	2.529.044	1.264.404	7.430.751	5.030.678		
2.951.07	78 2.412.63	0 497.318	71.656	5.932.682	4.687.031		
			50.051	50.051	50.051		
1.589.04	1.609.84	8 500.815	677.050	4.376.761	5.581.149		
10.893.79	90 16.667.24	2 12.569.010	48.687.450	88.817.492	86.886.476		
	136.200 4.358 140.558 200 13.77 5.172.79 1.167.14 2.951.00	136.200 85.722 4.358 1.563 140.558 87.285 2023 2024 e 202: 13.773 14.36 5.172.750 10.160.23 1.167.141 2.470.16 2.951.078 2.412.63 1.589.048 1.609.84	31/12/2022           2023         2024 e 2025         2026 e 2027           136.200         85.722         27.989           4.358         1.563         27.989           140.558         87.285         27.989           2023         2024 e 2025         2026 e 2027           13.773         14.364         56           5.172.750         10.160.238         9.041.777           1.167.141         2.470.162         2.529.044           2.951.078         2.412.630         497.318           1.589.048         1.609.848         500.815	2023         2024 e 2025         2026 e 2027         A partir de 2028           136.200         85.722         27.989         41.615           4.358         1.563         27.989         41.615           Consolidado           31/12/2022         3024 e 2025         2026 e 2027         A partir de 2028           13.773         14.364         56           5.172.750         10.160.238         9.041.777         46.624.289           1.167.141         2.470.162         2.529.044         1.264.404           2.951.078         2.412.630         497.318         71.656           50.051         50.051           1.589.048         1.609.848         500.815         677.050	31/12/2022           2023         2024 e 2025         2026 e 2027         A partir de 2028         Total           136.200         85.722         27.989         41.615         291.526           4.358         1.563         27.989         41.615         297.447           Consolidado         31/12/2022           2023         2024 e 2025         2026 e 2027         A partir de 2028         Total           13.773         14.364         56         28.193           5.172.750         10.160.238         9.041.777         46.624.289         70.999.054           1.167.141         2.470.162         2.529.044         1.264.404         7.430.751           2.951.078         2.412.630         497.318         71.656         5.932.682           50.051         50.051         50.051         50.051           1.589.048         1.609.848         500.815         677.050         4.376.761		

		Limite maximo garantido			
		Contro	Controladora 31/12/2021 31/12/2021		olidado
Garantias	Tipo de garantia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval do Acionista	364.360	336.751	361.593	333.940
Ações judiciais	Fiança Bancária; e Seguro Garantia	310.085	191.502	310.085	191.502
Contrato de Arrendamento	Recebíveis			35.207	33.839
Executante construtor	Seguro Garantia	78.190	305.483	78.190	264.416
Outros	Recebíveis; e Seguro Garantia	7	1.611	108.664	85.796
		752.642	835.347	893.739	909.493

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

# 40 Informações por segmento Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de

39.2 Garantias

produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

# 40.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "Holding", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

A visão de segmento da Companhia foi alterada no exercício de 2022 afim de demonstrar adequadamente a consolidação de seus esforços no Plano Estratégico 2021-2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2021 também estão demonstrando esta nova visão:

40.1.1 Demonstração do Resultado									
					2022				
	Distri-	Caracão	Comercia-	Cliantes	Trans-	l a lalia a	Outres	Elimi-	Total
Receitas	<u>buição</u> 10.681.181			Clientes 552 635	1.513.084	Holding 4,400			Total 17.287.655
Custo da produção e do serviço	10.001.101	2.120.001	0.014.744	002.000	1.010.004	4.400		(1.000.070)	17.207.000
de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.612.244)	(621.988)	(3.165.334)	(306.832)				1.497.327	(8.209.071)
Custo da produção da energia elétrica		(286.087)		(33.307)					(319.394)
Custo de operação	(840.410)	(480.469)	(12.232)	(43.825)	(68.128)			16.422	(1.428.642)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.543.876)		(245)	(110.898)	(446.090)			4.283	(2.096.826)
	(7.996.530)	(1.388.544)	(3.177.811)	(494.862)	(514.218)	-	-	1.518.032	(12.053.933)
Lucro bruto	2.684.651	1.341.143	136.933	57.773	998.866	4.400	-	9.956	5.233.722
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.836)		(162)	(531)	(285)				(159.814)
Despesas gerais e administrativas	(342.684)	(90.482)	(13.046)	(24.400)	(28.252)	(148.290)	(3.806)	(65.574)	(716.534)
Ganho na alienação de investimento						326.252			326.252
Outras Despesas e Receitas operacionais	(159.924)	(837.350)	(281)	(7.902)	(2.068)	(32.872)	(6.295)	(433.533)	(1.480.225)
	(661.444)	(927.832)	(13.489)	(32.833)	(30.605)	145.090	(10.101)	(499.107)	(2.030.321)
Resultado das participações societárias		58.642	18.621			842.448	135.329	(841.076)	213.964
Resultado antes do Resultado									
financeiro e tributos	2.023.207	471.953	142.065	24.940	968.261	991.938	125.228	(1.330.227)	3.417.365
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	369.194	122.315	14.714	7.058	58.385	60.520	82.104	(48.067)	666.223
Despesas financeiras	(888.085)	(362.639)	(89.963)	(29.421)	(444.928)	(33.408)	(332.447)	48.067	(2.132.824)
	(518.891)	(240.324)	(75.249)	(22.363)	(386.543)	27.112	(250.343)	-	(1.466.601)
Resultado antes dos tributos sobre									
o lucro	1.504.316	231.629	66.816	2.577	581.718	1.019.050	(125.115)	(1.330.227)	1.950.764
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social									
correntes	(305.962)	(242.629)	(3.450)	(5.145)	(12.440)				(569.626)
Imposto de renda e contribuição social									
diferidos	(112.612)	(123.213)	, ,	, ,	(144.456)	2.387	63.435	162.540	(168.411)
	(418.574)	` ,	(11.062)	` ,	(156.896)	2.387		162.540	(738.037)
Resultado líquido do exercício	1.085.742	` ,		(11.448)		1.021.437	` ,	(1.167.687)	1.212.727
Atribuível aos acionistas controladores	1.085.742	( ,	55.754	(11.448)		1.021.437	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438
Atribuível aos acionistas não controladores		182.550			8.739				191.289

							2021				
			Distri-		Comercia	-	Trans-				
			buição	Geração	lização	Clientes	missão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas			11.706.295	3.824.014	2.955.21	1 259.539	1.746.621	2.981			18.874.154
Custo da produçã	ão e do serviço	0									
de energia elétri	ca										
Custo do serviço	de energia elét	rica	(7.838.933)	(697.322)	(2.833.989	) (155.592)				1.612.196	(9.913.640)
Custo da produçã	ão da energia el	létrica		(1.330.112)		(21.715)				3.147	(1.348.680)
Custo de operaçã	io		(806.435)	(462.992)	(15.860	) (29.715)	(12.371)			565	(1.326.808)
Custo do serviço	prestado a terc	eiros	(1.097.918)	-	(45	) (22.542)	(1.053.349)			4.599	(2.169.255)
			(9.743.286)	(2.490.426)	(2.849.894	) (229.564)	(1.065.720)	-	-	1.620.507	(14.758.383)
Lucro bruto			1.963.009	1.333.588	105.31	7 29.975	680.901	2.981	-	-	4.115.771
Despesas e Rece	itas operacion	ais									
Despesas com ve	endas		(140.537)		5.04	7 332					(135.158)
Despesas gerais	e administrativa	as	(260.836)	(94.030)	(12.220	) (21.484)	(17.648)	(138.232)	(4.150)	(31.239)	(579.839)
Ganho na alienaç	ão de investim	ento						320.556			320.556
Outras Despesas	e Receitas ope	eracionais	(96.295)	(27)	(34	(45.147)	1.594	(6.843)			(146.752)
			(497.668)	(94.057)	(7.207	(66.299)	(16.054)	175.481	(4.150)	(31.239)	(541.193)
Resultado das pa	rticipações so	cietárias		5.601	(4.249	)		2.051.098	114	(1.810.148)	242.416
Resultado antes o	do Resultado fi	inanceiro									
e tributos			1.465.341	1.245.132	93.86	1 (36.324)	664.847	2.229.560	(4.036)	(1.841.387)	3.816.994
Resultado finance	eiro										
Receitas financei	ras		260.659	42.712	10.86	4 1.856	11.623	5.842	1.128	(28.331)	306.353
Despesas finance	eiras		(533.171)	(328.300)	(22.900	) (11.661)	(170.432)	(69.758)	(45)	28.332	(1.107.935)
			(272.512)	(285.588)	(12.036	(9.805)	(158.809)	(63.916)	1.083	1	(801.582)
Resultado antes o	dos tributos so	obre									
o lucro			1.192.829	959.544	81.82	5 (46.129)	506.038	2.165.644	(2.953)	(1.841.386)	3.015.412
Tributos sobre o l	lucro										
Imposto de renda	e contribuição	social									
correntes			(186.749)	(185.108)	1.68	7 (3.283)	(2.941)	(5.979)			(382.373)
Imposto de renda	e contribuição	social									
diferidos			(114.995)	(4.526)	(23.540	(822)	(137.967)	173	549	15.634	(265.494)
			(301.744)	(189.634)	(21.853	(4.105)	(140.908)	(5.806)	549	15.634	(647.867)
Resultado líquido	do exercício		891.085	769.910	59.97	2 (50.234)	365.130	2.159.838	(2.404)	(1.825.752)	2.367.545
Atribuível aos aci	onistas controla	adores	891.085	571.180	59.97	2 (50.234)	356.153	2.159.838	(2.404)	(1.825.752)	2.159.838
Atribuível aos acid	onistas										
não controladores	S			198.730	l .		8.977				207.707
40.1.2 Balanço Pa	trimonial										
•					3	1/12/2022					
	Distribuição	Geração	Comerci	alização		Transmiss	ão <i>Hold</i>	lina O	utros	Eliminações	Total
Ativo circulante	3.526.164	2.399.41		.026.299	538.421	1.189.0			2.562	(1.169.005)	10.304.223
Ativo não										(	
circulante	9.238.455	5.413.24	) 1	.553.583	1.012.320	6.573.30	02 10.203.	474 2.28	6.666	(9.583.875)	26.697.165
Passivo circulante	4.266.040	1.345.89		.995.662	598.307	1.025.5			7.857	(1.076.126)	9.152.085
Passivo não										()	
circulante	6.146.763	2.504.48	9 1	.195.202	588.963	4.250.70	02 289.	983 2.05	0.447	(1.073.201)	15.953.348
Patrimônio										(	
Líquido e Não											
controladores	2.351.816	3.962.26	5	389.018	363,471	2.486.10	03 10.725.	911 22	0.924	(8.603.553)	11.895.955
						1/12/2021				(,	
	Distribuição	Geração	Comerci	alização		Transmissa	ăo <i>Hol</i> e	dina O	utros	Eliminações	Total
Ativo circulante	4.967.229	1.452.65		.248.495	166.505	338.80			2.940	(1.193.322)	
Ativo circulante Ativo não	4.501.229	1.432.03	, 1	.240.490	100.303	330.80	2.007	.550	∠.340	(1.130.022)	5.071.303
circulante	0 006 640	6 676 15	o 4	042 570	541.770	4 005 0	10 0610	005 0	8.233	(0 147 040)	00 507 400
	8.836.619	6.676.15		.043.570		4.905.0				(8.147.849)	
Passivo circulante	3.412.177	1.622.09	∠ 1	.144.295	285.088	624.5	48 1.074	.บฮิฮ	767	(1.173.472)	6.989.584
Passivo não	7 740 645	4 000 00	4	700.050	070.046	0.057.7	04 070	400 0	0.405	(700.000)	44.005.440
circulante	7.718.245	1.866.00	4	798.953	278.816	3.857.76	61 276	.429 2	2.195	(723.260)	14.095.143
Patrimônio											
Líquido e Não											

### 41 Cobertura de seguros

controladores

Consolidado

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

761.510 11.151.397

18.211 (7.444.439) 12.294.012

348.817 144.371

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

2.673.426 4.640.719

		Contro	oladora			Consc		
	31/1	12/2022	31/	12/2021	31/1	2/2022	31/1	2/2021
		Limite		Limite		Limite		Limite
	Valor em	máximo de	Valor em	máximo de	Valor em	máximo de	Valor em	máximo de
	risco	indenização	risco	indenização	risco	indenização	risco	indenização
Subestações					2.323.902	3.192.637	888.291	2.569.454
Usinas					7.420.300	3.192.037	6.900.347	2.309.434
Linhas de Transmissão					39.185	39.185	35.297	35.297
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros	) 49.103	65.000	316.510	65.000	372.462	216.548	540.985	216.310
Responsabilidade civil		336.664		303.206		938.664		639.742
Transportes (materiais)					119.224	21.100	48.842	22.923
Transportes (veículos)	360	360	360	360	720	362.880	4.098	4.098
Seguro de vida	68.355	(*)	64.658	(*)	496.497	(*)	443.518	(*)
Lucros cessantes					164.214	82.107	299.747	149.924
Risco de engenharia					308.692	308.692	2.112.560	2.112.560

- (\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.
- O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo
- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000; (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até H\$25.584; (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

  O saldo apresentado como Responsabilidade civil no Consolidado, possui, além dos sequi
- O saldo apresentado como Responsabilidade civil no Consolidado, possui, além dos seguros da Companhia, o detalhamento conforme descrito abaixo: (i) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
- (iii) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil obras para projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000;
- (iii) Enerpeixe: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;(iv) Pecém: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
- (v) Transmissão SP-MG: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000; (vi) Transmissão Aliança: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000; (vi) Transmissão Aliança: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000; e
- (vii) EDP São Paulo: responsabilidade civil para aeronáutica, com cobertura de até R\$598.

### 42 Demonstrações dos Fluxos de Caixa 42.1 Atividades de financiamento

42.1 Attividades de financiamento
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os aiustes para conciliar o lucro:

						Con	trolado	ra			
					_		Efeito				
							A	ijuste a			
						Variaç	eão ν	alor de			
		Saldo	em	Ef	eito r	nonetá		ercado/	Adi	ções/	Saldo em
	Nota	31/12/2				e camb		resente		aixas	31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento		<u> </u>									
Títulos a receber e empréstimos a receber		28	145	(2.2	277)	3 1	166	2.299			31.333
Titulos a receber e empresamos a receber			145	,	277)		166	2.299		_	31.333
Aumente (diminuleão) de neceluse financiamente		20.	143	(2.2	211)	3.1	100	2.233		_	31.333
Aumento (diminuição) de passivos financiamento		-4-	000	(4.400.6	200)				4 00	0 04 4	550.040
Dividendos	14	515.		(1.193.9	,		-00			6.014	558.012
Debêntures	26	236.		(207.4	,	9.5	532			9.607	48.293
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27	105.		(109.3	,					4.094	-
Ações em tesouraria	32.5	(90.	,	(225.2	,					3.867	(311.906)
Arrendamentos e aluguéis	16.8	8.	154	(3.5	571)			2.060	1	1.907	18.550
		775.	454	(1.739.5	586)	9.5	32	2.060	1.26	5.489	312.949
Movimento relativo às atividades de financiamento											
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		747.	309	(1.737.3	309)	6.3	366	(239)	1.26	5.489	281.616
						Controladora					
				Efeito não caixa							
			Va		Varia			uste a valor			
	S	aldo em		Efeito	mone		•	ercado/	Adi	ções/	Saldo em
	31/	12/2020		caixa	e can	nbial		resente		aixas	31/12/2021
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento											
Títulos a receber e empréstimos a receber		27.557		(2.167)				(2.221)		4.976	28.145
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		27.557		(2.167)		-		(2.221)		4.976	28.145
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				, ,				` ,			
Dividendos		360.362	(5	562.920)					71	8.458	515.900
Debêntures		442.530	,	265.267)	31	1.269				8.097	236.629
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		100.934	-	,						4.371	105.305
Ações em tesouraria		145.988)	(4	126.442)						1.896	(90.534)
Arrendamentos e aluguéis	( .	1.214	`	(1.301)				721		7.520	8.154
Anondamentee e alagaele		759.052	(1.5	255.930)	31	1.269		721		0.342	775.454
Movimento relativo às atividades de financiamento		755.052	(1.2	200.000)	0.	1.203		721	1.27	0.542	110.404
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		731.495	(1:	253 763)	31	1.269		2.942	1 23	5 366	747.309
(1 assives de inialiciamento (-) Ativos de inialiciamento)		701.433	(1.2	200.700)				2.342	1.20	5.500	141.003
_					Cor	nsolida					
			-				não ca	ıxa			
				., . ~		uste					
	-14	E4-1		Variação							0-1-1
	aldo em			nonetária			,				Saldo em
	/12/2021	cai	<u>xa</u> <u>e</u>	e cambial	prese	ente _	baixas	de emp	resa	Outros	31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento											
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos											
e debêntures	5.798	(3.53	,	14.981							17.243
	5.798	(3.53	86)	14.981		-			-		17.243
Aumento (diminuição) de passivos financiamento											
Dividendos 14	680.874	(1.398.93)	32)			1.	420.738	(2	.097)	31.082	731.665

(A 26 7.724.383 359.097 257.703 (77.280) 959.358 9.223.261 Debêntures Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas 27 2.873.131 1.403.016 (59.041) (32.307) 431.320 94.928 (782) 4.710.265 Ações em tesouraria 32.5 (90.534) (225.239) 3.867 (311.906)Arrendamentos e aluguéis 110.410 15.435 Acionistas não controladores Adiantamento para futuro aumento de capital -**AFAC** 15.000 (14.980)Capital social 32.1 5.502.716 5.502.716 AFAC/Redução de capital por não controladores 2.600 (2.600)101.103 198.662 (94.152) 2.860.106 92.831 30.300 20.004.830 16.815.980 Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento) 16.810.182 104.639 183.681 (94.152) 2.860.106 92.831 30.300 19.987.587

brasil.edp.com continua...

**NOTAS EXPLICATIVAS** 

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** 

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Consolidado			
				Efeito não o	aixa		
			Variação	Ajuste a valor			
	Saldo em	Efeito	monetária	de mercado/	Adições/		Saldo em
	31/12/2020	caixa	cambial	presente	baixas	Outros	31/12/2021
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.326	(385)	376		(3.519)		5.798
	9.326	(385)	376	-	(3.519)	-	5.798
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	514.171	(755.319)			884.314	37.708	680.874
Debêntures	5.216.201	1.876.941	432.312	(95.089)	294.018		7.724.383
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.818.691	(702.918)	52.580	4.654	(299.876)		2.873.131
Ações em tesouraria	(145.988)	(426.442)			481.896		(90.534)
Arrendamentos e aluguéis	70.798	(35.565)		12.853	58.117	4.207	110.410
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	15.000					15.000
Capital social	5.502.716	13.700			(13.700)		5.502.716
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	-	3.800			(3.800)		-
	14.976.589	(10.803)	484.892	(77.582)	1.400.969	41.915	16.815.980
Movimento relativo às atividades de financiamento							
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	14.967.263	(10.418)	484.516	(77.582)	1.404.488	41.915	16.810.182
40.0 To							

42.2 Transações não envolvendo caixa Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso

de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

**2022 2021** 39.957 42.783 2022 Constituição de dividendos e JSCP a receber 39.957 49.809 Constituição de dividendos e JSCP a pagar 898.040 559.197 512.960 Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão 17.003 384.062 Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências 12.314 (12.030)Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão 7.471 (23.183)Constituição (reversão) de contraprestação contingente 230.300 Aumento de capital com integralização de AFAC 63.230 Hedge de fluxos de caixa 134.100 15.700 Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC Constituição do Uso do Bem Público no intangível 11.728 11.907 7.520 Constituição de arrendamentos e aluquéis no Imobilizado 57.742 61.177 Provisão de fornecedores dos ativos de concessão 45.481 Total 745.161 578.963 1.321.035 1.262.935

Controladora

Consolidado

43 Eventos subsequentes

43.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade

ou em repercussão geral, em relacões jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso. As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil não possuem discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia e suas controladas seguem avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

43.2 Lei Complementar (LC) N° 194

Em continuidade ao mencionado na nota 4.17 acerca da LC nº 194, em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada pelo Supremo Tribunal Federal decisão na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do art. 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vera de Morais Pinto Pereira Carneiro Modesto Souza Barros Carvalhosa Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Francisco Carlos Coutinho Pitella Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira Conselheira Conselheiro Conselheiro Pedro Sampaio Malan Conselheiro Ana Paula Garrido de Pina Marques João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira

**CONSELHO FISCAL** 

Adir Pereira Keddi Arnaldo José Vollet João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA** 

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Fernanda Nascimento Pires Carsughi

Conselheiro efetivo

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte

Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes

Carla Renata Baptistão

Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP - Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Arnaldo José Vollet

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Adir Pereira Keddi João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da EDP Energias do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(1) Valor recuperável ("impairment") dos ativos não financeiros relacionados a Unidade Geradora de caixa de Pecem (Consulte as notas explicativas 3.7, 4.24, 18, 23 e 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A controlada da Companhia Porto do Pecém Geração de Energia S.A. identificou indicadores de desvalorização dos seus ativos não financeiros e realizou o teste de redução ao valor recuperável conforme requerido pelo CPC 01, essa desvalorização gerou a provisão para redução ao valor recuperável no montante total de R\$1.206.209, sendo R\$833.576 referente a redução no valor contábil de ativos da controlada Porto do Pecém acrescido da redução do valor de impostos diferidos ativos realizáveis no montante de R\$85.795 bem como a baixa dos valores justos reconhecidos na A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. valor contábil das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas referidas premissas poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, comparando-as com com dados históricos e informações de mercado, bem como avaliamos a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a Companhia e comparamos com informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto,

(2) Combinação de negócios - aquisição EDP Transmissão Goiás S.A. (Consulte as notas explicativas 3.4., 4.7 e 18.1 às demonstrações financeiras consolidadas)

A controlada integral da Companhia Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. concluiu em 07 de fevereiro de 2022 o processo de aquisição do controle da EDP Transmissão Goiás S.A. (nova denominação da Celg Transmissão S.A.), empresa que atua no segmento de transmissão de energia. Esta transação representou uma aquisição de negócios (business combination) e foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração da Mais Valia registrada como Intangível - Direito de Concessão. Tais procedimentos envolvem, um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam determinadas estimativas de valores justos baseadas em premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido que estão sujeitas a um elevado grau de incerteza. Face ao exposto, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas, com o objetivo de obter as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle (condições precedentes obtidas). Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (i) analisamos a metodologia utilizada para a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, (ii) avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e dos cálculos efetuados, confrontando com dados históricos e informações de mercado, e (iii) efetuamos o recálculo da determinação da mais valia apurada na operação com base nas premissas utilizadas pela Companhia.

Transmissão Goiás S.A., bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao • exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado nas distribuidoras (Consulte as notas explicativas 7 e 33 às demonstrações financeiras consolidadas)

Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações rele

Parte das receitas de vendas de energia das distribuidoras é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras consolidadas R\$504.981 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pelas distribuidoras da Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos as principais premissas utilizadas pelas controladas da Companhia e o índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pelas controladas da Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras consolidadas

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da receita de fornecimento não faturado, os quais não foram registrados, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto

Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos - (Consulte as notas explicativas 15, 33 e 38.1 às demonstrações financeiras consolidadas)

As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energia Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, entre a data dos respectivos contratos e 31 de dezembro de 2022, são registradas no balanco patrimonial e resultado das investidas. O valor justo desses derivativos é estimado com base em preço observável, e, em parte pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, (ii) preços de referência de energia (curva forward), e (iii) taxa de desconto Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, que podem impactar os valores de instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo (operações de compra e venda de energia futura). Com o auxílio de nossos especialistas de instrumentos financeiros, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos intrumentos financeiros derivativos, tais como (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, (ii) preços de referência de energia (curva forward), e (iii) taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados pelas investidas da Companhia para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, também realizamos uma avaliação independente, recalculando o valor justo dos contratos. Além disso, realizamos discussões com a Companhia e comparamos informações históricas projetadas com a realização das compras e vendas já incorridas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a

responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

Companhia à época da aquisição de 100% das ações da controlada Porto do Pecém no montante de R\$286.838. A controlada avalia a recuperação do Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstracões financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controla
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados com a aquisicão EDP Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Fornecemos também aos responsáveis pela governanca declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



Daniel A. da S. Fukumori Contador CRC 1SP245014/O-2

brasil.edp.com

conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 10/03/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link 15510032023.pdf Hash:167830104236a3424005814431b5387f06caae4733



# EDP registra EBITDA de R\$ 5,3 bilhões em 2022

A empresa reportou ainda Lucro Líquido de R\$1bilhão

A EDP, empresa que atua em todas as áreas de negócios do setor elétrico brasileiro, registrou em 2022 um EBITDA (lucro antes de taxas, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 5,3 bilhões, que representa aumento de 22% em relação a 2021, e reflete a eficiência operacional da empresa, mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador.

O Lucro Líquido reportado foi de R\$ 1 bilhão, reflexo do reconhecimento da imparidade de R\$ 1,2 bilhão em Pecém, fato já comunicado e que não impactará a capacidade da empresa na geração de caixa, no pagamento das dívidas ou obrigações financeiras, e no atendimento à política de dividendos. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, o Lucro Líquido ajustado atingiu R\$ 1,3 bilhão, aumento de 14,2% em relação ao último exercício.

Em distribuição, o ano foi marcado novamente pela ampliação dos investimentos, que resultaram, inclusive, na adição de 10 novas subestações às áreas de concessão da empresa em São Paulo e no Espírito Santo. A conclusão do processo de revisão tarifária da EDP ES também foi destaque ao gerar uma glosa de apenas 0,18%, o menor índice da história, que passou a ser referência para todo o setor, além de refletir a eficiência, a otimização e a capacidade técnica da EDP.

A fim de concretizar sua estratégia de possuir um portfólio mais balanceado de geração, ou seja, com menos exposição aos riscos hidrológicos, a empresa realizou a venda da Usina Mascarenhas. Segundo o ranking nacional do regulador Aneel, são da EDP as duas melhores hidrelétricas do país – Peixe Angical e Lajeado. No âmbito financeiro, o ano foi marcado pela reestruturação da dívida de Pecém com taxas competitivas de mercado. Adicionalmente, a usina do Ceará foi pioneira ao produzir a primeira molécula de hidrogênio verde da América Latina, por meio de um projeto de Pesquisa & Desenvolvimento, que traduz para a prática a estratégia da EDP em liderar a transição energética e inovar dentro do setor elétrico.

Em transmissão, a aquisição da EDP Goiás se concretizou com eficiência e em tempo recorde. Em menos de 100 dias o processo de transição foi concluído, permitindo a integração de 100% do ativo aos sistemas da empresa, garantindo sinergias importantes e agilidade na condução do negócio. A entrega antecipada de lotes de transmissão, uma das marcas registradas da EDP, foi mantida em 2022 com a conclusão de obras em diversos estados. A energização dessas linhas representa 90% da RAP total do portfólio. No último trimestre de 2022, a empresa avançou também com um novo investimento, ao vencer o lote 2 do leilão realizado pela Aneel. Localizado em Rondônia, este é o segundo empreendimento da EDP no estado, uma linha de 188 quilômetros de extensão que ligará as cidades de Porto Velho a Abunã.

Na estratégia de crescimento em energia solar, a geração distribuída remota compartilhada se consolidou como o foco da EDP nesse segmento devido aos seus grandes avanços e resultados. A empresa desenvolveu um modelo de negócio para implementar fazendas solares de energia remota compartilhada, que contribui para levar energia limpa e economia para pequenas e médias empresas. Com a resposta positiva do mercado, o objetivo é expandir unidades produtoras e as regiões atendidas. Também em 2022, a EDP anunciou um novo projeto fotovoltaico de larga escala com capacidade de 255 MWac e previsão de entrada em operação em 2024. Com essas ações, a empresa encerrou o ano com cerca de 450 MWac em seu portfólio, um avanço significativo rumo a meta de 1 GW de geração solar no Brasil até 2025.

Os dividendos referentes ao ano de 2022 e aprovados pelo Conselho de Administração totalizam R\$ 804,4 milhões, o que corresponde a R\$ 1,42 por ação. O payout será de 50% do Lucro Líquido ajustado enquanto o índice de dívida líquida/EBITDA ajustado é de 2,4x, indicadores estes que atendem à Política de Dividendos divulgada em 2020 pela EDP.

"Nossas entregas são coerentes, sólidas e totalmente aderentes ao nosso Plano de Negócios para geração de valor.

A excelência na execução e a eficiência operacional permitiram que tivéssemos conquistas significativas em cada uma das nossas áreas de atuação. Por tudo isto, agradeço às quase 12 mil pessoas que constroem a EDP a cada dia e estou confiante de que 2023 será um ano desafiador e relevante para a nossa estratégia de crescimento, que tem sempre como base a sustentabilidade e a excelência", destacou João Marques da Cruz, CEO da EDP Brasil.

